

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Plínio Marcos Volponi Leal

**Telejornalismo e Cidadania:
Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura**

Bauru
2009

Plínio Marcos Volponi Leal

**Telejornalismo e Cidadania:
Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura**

Dissertação elaborada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, pela linha de pesquisa “Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais”, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), área de concentração em Comunicação Midiática.

Orientador: Murilo César Soares

Agência Financiadora
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
(FAPESP)

Bauru
2009

Plínio Marcos Volponi Leal

**Telejornalismo e Cidadania:
Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura**

Banca Examinadora

Prof. Murilo César Soares (orientador)
UNESP/Bauru-SP

Profa. Alexandra Bujokas de Siqueira
UFTM/Uberaba-MG

Profa. Rosangela Marçolla
UNIMAR/Marília-SP

Bauru, 28/09/2009.

LEAL, Plínio Marcos Volponi.

Telejornalismo e Cidadania: Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura/ Plínio Marcos Volponi Leal – Bauru: [s.n.], 2009. 305f.

Orientador: Murilo César Soares

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2009.

1. Telejornalismo – público e privado. 2. Rede Globo – Jornal Nacional. 3. TV Cultura de São Paulo – Jornal da Cultura. 4. Enquadramento Noticioso Televisivo. 5. Caso Morro da Providência, Rio de Janeiro – Junho 2008. I. Murilo César Soares. II. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. III. Telejornalismo e Cidadania: Análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura.

Aos meus pais...

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial por seu grande amor.

Ao meu pai Ademir Leal que nos deixou durante o processo de realização desta pesquisa, mas que nos ensinou coisas valiosas que ficarão para sempre na memória.

À minha mãe Célia Volponi por estar sempre por perto e pronta a ajudar.

Ao Rafael Pacini por compreender esta etapa e demonstrar apoio.

Ao meu irmão Rodrigo Volponi e sua esposa, Camila, pelas boas conversas e discussões.

Ao meu orientador Murilo César Soares por me guiar neste percurso, pelos encorajamentos em momentos difíceis e por ser extremamente bondoso.

Aos meus professores que acompanharam minha trajetória e que me aconselharam, pessoalmente e academicamente.

Aos funcionários Helder e Silvio, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC/Unesp, pelo carinho e dedicação ao trabalho que fazem.

Ao grupo de pesquisa “Mídia e Sociedade” pelas ótimas discussões e experiências compartilhadas.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela confiança e financiamento da pesquisa.

Aos outros pesquisadores que caminharam na pesquisa em comunicação até aqui, possibilitando retomar algumas discussões e avançar no pensamento comunicacional.

Aos colegas de turma pelo incentivo e pelas inesquecíveis situações que passamos juntos, principalmente à Rafaella Peres e à Suelen Marques.

Aos meus amigos que me deram suporte e momentos de distração.

MUITO OBRIGADO!



O homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros. (BOBBIO, 1994, p. 11)

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Telejornalismo e Cidadania:** uma análise do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2009. 305 f.

RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA

Esta pesquisa tem como objetivo: 1) investigar como são construídos os enquadramentos noticiosos televisivos no telejornalismo, por meio da análise comparativa de dois importantes telejornais brasileiros, sendo um de uma emissora comercial e o outro de uma público-educativa; 2) estudar o papel dos enquadres dos telejornais em um caso de violação dos direitos civis da cidadania. Para atingir tais objetivos, optamos por analisar o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, e o Jornal da Cultura, da TV Cultura de São Paulo, ambos veiculados no "horário nobre da televisão brasileira". Definidos por Gitlin (1980, p. 6-7), os enquadramentos da mídia são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso”. Desta forma, enquadrar significa selecionar um aspecto de fato e salientá-lo, ao passo que as omissões podem ser igualmente fundamentais para conduzir a audiência. Para salientar os enquadramentos dessas emissoras televisivas distintas, escolhemos o caso do Morro da Providência, Rio de Janeiro, ocorrido em junho de 2008, que mostrou a participação do Exército na morte de três jovens e a denúncia de propaganda política eleitoral feita por Marcelo Crivella. A análise mostra que os telejornais foram muito semelhantes e focalizaram o aspecto informativo, não aproveitando este episódio para a educação cidadã dos brasileiros ou para reforçar os direitos humanos que foram violentamente violados.

Palavras-chaves: Telejornalismo – público e privado; Rede Globo – Jornal Nacional; TV Cultura de São Paulo – Jornal da Cultura; Enquadramento Noticioso Televisivo; Caso Morro da Providência, Rio de Janeiro – Junho 2008.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **TV news and citizenship**: an analysis of Jornal Nacional and Jornal da Cultura. Dissertation (Master in Communication). Post-Graduate Program in Media Communication – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2009. 305 pages.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA - ABSTRACT

This research aims: 1) to investigate how the television news framing are built in broadcast news, through comparative analysis of two major Brazilian news programs, one from a commercial TV station and the other from a public TV station; 2) to study the role of the frames of the news programs during the coverage of a civil rights of citizenship violation event. To achieve these goals, we chose to analyze the Jornal Nacional, from Rede Globo TV, and the Jornal da Cultura, from TV Cultura de São Paulo, both running in the "prime-time of Brazilian television." Set by Gitlin (1980, p. 6-7), media frames are "persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual". Thus, to frame means selecting a point of fact and highlight it, while the omissions may also be critical to conduct the audience. To highlight the frameworks of those different television stations, we chose the case of Morro da Providencia, Rio de Janeiro, in June 2008, which showed the involvement of the army in the deaths of three young men, and the reporting of political election propaganda made by Marcelo Crivella. The analysis shows that television news programs were very similar and focused on the informational aspect, not using this episode for the Brazilian citizenship education or to enforce human rights that have been violently violated.

Keywords: TV News – Public and Private Television; Rede Globo – Jornal Nacional; TV Cultura de São Paulo – Jornal da Cultura; Television News Framing; Morro da Providência Case, Rio de Janeiro – June 2008

Lista de Quadros

Quadro 1 – Itens de Observação e Narrativas Identificadas.....	110

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Minutagem das reportagens veiculada nos telejornais	108

Sumário

Introdução	13
1 Televisão Brasileira	20
1.1 Antecedentes ao Início da TV	22
1.2 Censura e Rede Globo	30
1.2.1 O Jornal Nacional	33
1.3 TV Cultura e as TVs Educativas	38
1.3.1 O Jornal da Cultura	44
2 Telejornalismo e Cidadania	48
2.1 Recursos Audiovisuais no Telejornalismo	52
2.1.1 Estrutura do Telejornal	53
2.1.2 Recursos Visuais de Apresentação: Apresentador e cenário	55
2.1.3 Recursos de Filmagem: Enquadramentos, planos e movimentos de câmera	56
2.1.4 Estrutura da Reportagem	58
2.1.5 Recursos Técnicos de Edição e Exibição	59
2.1.6 Tipos de Notícias: Notas, lapadas, stand-ups e entrevistas	60
2.1.7 Considerações sobre os Recursos Audiovisuais em um Telejornal	62
2.2 Esferas Pública e Privada e a Televisão	64
2.3.1 A Diferença entre Público e Privado	65
2.3.2 Os “Novos” Parâmetros de Público e Privado e a Mídia	70
2.3.3 As Diferenças entre TV Pública e TV Comercial	75
2.3 Conteúdos Sociais na TV e Cidadania	78
3 Enquadramento: Uma abordagem metodológica.....	83
3.1 Origens do Conceito de Enquadramento	85
3.2 Diferentes Abordagens de Enquadramento	88
4 Enquadramento no Telejornalismo	94
4.1 O Morro da Providência	96
4.2 Projeto Cimento Social.....	99
4.3 O Episódio	102
4.2 Coleta de Dados e Metodologia de Análise.....	106
4.3 As Narrativas dos Telejornais.....	110
4.3.1 As Narrativas do Jornal Nacional.....	112
4.3.2 As Narrativas do Jornal da Cultura	122

4.3.3 As Semelhanças e Diferenças nas Narrativas	127
4.4 Interpretação dos Resultados	137
5 Considerações Finais	154
Referências	
Outras Referências Consultadas	
Apêndices.....	
Apêndice A - Transcrições do Jornal Nacional	
Apêndice B - Transcrições do Jornal da Cultura.....	
Apêndice C – O Teor das Reportagens do Jornal Nacional	
Apêndice D – O Teor das Reportagens do Jornal da Cultura.....	
Anexos.....	
Anexo A – Missão e a Finalidade das TVs Públicas.....	
Anexo B – Lei Complementar 97 de 09 de Junho de 1999.....	
Anexo C – Lei Complementar 117 de 02 de Setembro de 2004	
Anexo D – Projeto de Lei do Senado 541	
Anexo E – Relatório da Visita ao Estado do Rio de Janeiro para Acompanhamento do Envolvimento de Militares do Exército Brasileiro na Morte de Três Jovens no Morro da Providência-RJ (Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)	
Anexo F – Relatório Final (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana).....	
Anexo G – Relatório AEEF127504.....	
Anexo H – Plano de Governo de Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio de Janeiro	
Anexo I – Requerimento 112-2008	
Anexo J – Requerimento 113-2008	
Anexo L – Requerimento 114-2008	
Anexo M – Resultado da Reunião em 11/07/2008 (Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado).....	74

Introdução

O tenente Vinícius disse para um dos bandidos: “Eu trouxe um presentinho para vocês”. (JORNAL NACIONAL, 18/06/2009, grifos no original)

O Brasil é um país de contrastes. A mídia mostra isso constantemente. Assuntos relacionados com corrupção e benefícios nas mãos de grandes empresários e políticos se misturam com os temas policiais, que trazem o tráfico e a favela como protagonistas. Os meios de comunicação são os responsáveis por reforçar uma idéia que está difundida no povo brasileiro: “o pobre vai preso e o rico não”. Observamos diariamente, na mídia, dezenas de casos em que um ladrão que roubou uma loja ou assaltou uma pessoa foi condenado à prisão, mas quando estão envolvidas personalidades da elite financeira ou mesmo políticos, geralmente o julgamento é prorrogado e os infratores ficam na impunidade ou sua punição é abrandada.

A disseminação de idéias semelhantes para toda uma população teve mais sucesso após o advento da imprensa. Isso porque, no início da Idade Média, os moradores de uma determinada região ficavam conhecendo os fatos ao frequentarem salões e bares para discutir os assuntos relacionados a sua região. Com o surgimento do jornalismo impresso, tal costume modificou-se. Os assuntos passaram a chegar nas casas das pessoas e, caso houvesse espaço físico para discussão, só então seriam discutidas em grupo.

Porém, as notícias impressas possuem uma limitação: não atingir os analfabetos¹. Isso sem dizer que ela, na maioria das vezes, não é gratuita. Assim, a radiodifusão ganhou sua importância ao longo dos anos. Se nas primeiras décadas do século XX o rádio viveu sua era de ouro, hoje quem ocupa esse papel é a televisão. Essa transição começou a partir dos anos 1960 no Brasil, com o aumento da venda de aparelhos televisores. Hoje, cerca de 90% dos domicílios brasileiros possuem ao menos um desses aparelhos. Isso porque, com o movimento de uma compra única de um aparelho receptor, o consumidor tem acesso ao serviço público e gratuito de canais abertos, disponíveis para todo o território nacional.

Para dar uma idéia numérica da abrangência da televisão, podemos compará-la com o alcance dos produtos jornalísticos impressos mais lidos no país: os jornais diários e as revistas semanais. De acordo com a média de circulação, as três maiores revistas semanais são Veja, Época e IstoÉ – respectivamente 1.096,8 milhão; 440 mil; e, 354,5 mil exemplares por semana (IVC, 2006). Dos jornais impressos, os cinco maiores são Folha de S. Paulo, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo e Zero Hora – respectivamente 307,3 mil; 273,1 mil;

¹ No Brasil, a taxa de analfabetismo é 9,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade. (IBGE, 2008).

251,2 mil; 227,3 mil; e, 174,8 mil publicações por dia (IVC, 2006). Se somarmos as publicações desses cinco veículos e considerarmos que cada exemplar é lida por 4 pessoas em média, teremos um alcance de apenas 12 milhões dos quase 190 milhões de brasileiros. Ou seja, o jornalismo impresso atinge cerca de 15,75% da população – enquanto que a televisão tem um alcance de mais de 90%.

Outra característica é que a população brasileira opta por comprar um televisor em detrimento de outros aparelhos também importantes em um lar, como a geladeira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2008) revela que, em 2007, havia aproximadamente 56,344 milhões de domicílios – sendo que desses 98,5% possuem iluminação elétrica –, 90,8% das casas possuíam geladeiras e 94,5% delas tinham no mínimo um televisor. Ao comparar com os dados de dez anos atrás, o crescimento da televisão foi de 23,2 pontos percentuais e o da geladeira apenas 9,0 pontos.

Comparando com outros eletrodomésticos em 2005, 98,1% delas têm fogão, 88,1% têm rádio, 39,5% têm máquina de lavar, 21,5% têm computador e 16,3% têm freezer. O acesso ao telefone é de 77,0% e ao micro-computador com acesso à Internet 20,2%². O dado mais alarmante é referente aos serviços públicos. A rede geral de abastecimento de água chega a 84,3% dos domicílios, ou seja, 15,7% captam água de outra maneira. Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 51,3% deles têm rede coletora, 22,3% utilizam fossas e 26,4% encontram outra forma, como o esgoto a céu aberto. A coleta de lixo direta é realizada em 88,4% dos domicílios, sendo que 11,6% das casas ficam sem serviço (IBGE, 2008).

Esses dados nos revelam duas características importantes do país: (1) existem mais casas com eletroeletrônicos do que com as condições mínimas de conforto; (2) a televisão ocupa um papel fundamental nos lares dos cidadãos brasileiros.

No Brasil, o principal eletrodoméstico, depois do fogão, é o aparelho de televisão. As crianças ficam em média quatro horas por dia diante de um canal de TV. O maior entretenimento do povo é a TV. Da mesma forma, a maior influência comportamental, política e até religiosa também é a TV. Os valores cívicos da escola pública e os valores morais da família foram substituídos pelos valores éticos, emocionais e culturais da telenovela. Nesse contexto, podemos afirmar que a televisão pública tornou-se um instrumento republicano de equilíbrio da sociedade. A comunicação eletrônica de massa, como a entende a televisão pública, é hoje um instrumento fundamental para a formação crítica do cidadão no encalço da cidadania e para a permanência da própria democracia. (ABEPEC, 2006, p. 40)

² Concordamos que a Internet vem se desenvolvendo em grande escala no Brasil. Contudo, para ter livre acesso à Internet, é necessário possuir uma linha telefônica ativa e/ou uma conta de um provedor para conectar o micro-computador à *World Wide Web*. Uma atual alternativa encontrada por brasileiros são os tele-centros ou as “*LAN Houses*”, ou seja, empresas que cobram pelo uso de computadores com acesso à Internet por certo tempo.

Considerando a relevância da televisão, pode-se assegurar que, no campo jornalístico, o telejornal é o principal gênero noticioso que a grande massa utiliza para se informar sobre as notícias do cotidiano³. Assim, ele tem extrema importância na difusão das notícias, dos fatos e dos acontecimentos. É possível, inclusive, afirmar que o radiojornalismo e notícias impressas ou àquelas veiculadas na Internet não causam o mesmo impacto que o telejornal produz na população brasileira atualmente.

Apesar de notícias chegarem também por meio da Internet – aos digitalmente incluídos em sites de webjornalismo ou blogs de notícias – do rádio, das revistas e do jornal impresso, a televisão continua sendo a principal fonte de notícias, quando não a única, dos brasileiros, como afirma Otondo (2002):

O Brasil possui 6 canais de televisão aberta, gratuita, comercial e privada, ao estilo norte-americano. (...) Como único meio de comunicação com cobertura verdadeiramente nacional e gratuito – não há ‘license fee’ de qualquer espécie, nem imposto direto ao uso da televisão – a televisão aberta tem um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil e exerce influência incontestável sobre a vida social de todos os brasileiros. Como bem o sabemos, hoje em dia os fatos só existem quando passam na tevê. (OTONDO, 2002, p. 270)

O telejornal, como qualquer outro meio jornalístico, constrói tacitamente os posicionamentos editoriais dos grupos aos quais ele está ligado. E, tendo em vista o seu grande impacto, pode orientar ou determinar a percepção e a formação da opinião pública. Segundo Lage (1998, p. 378), o público, mesmo o mais instruído, é incapaz de perceber “o jogo de interesses por detrás das notícias”. Desta forma, um ponto de interesse nos estudos da comunicação de massa é a construção da realidade apresentada pela mídia.

Conforme Lima (2001, p. 274), significativos avanços têm sido registrados na pesquisa sobre comunicação e jornalismo. Existe uma tendência assentada em três linhas independentes, mas diretamente relacionadas. “Trata-se das pesquisas sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o poder de definição da pauta pública (*agenda setting*) e o enquadramento da notícia (*framing*)”. Os estudos sobre o *newsmaking* têm revelado como a “distorção involuntária” é inerente à produção de notícias. A hipótese do *agenda setting*, ao questionar os efeitos limitados, redescobre “o poder de longo prazo” da mídia sobre a construção das agendas.

Por outro lado, Lima (2001, p. 274, grifos no original) defende que “o conceito de enquadramento (‘*framing*’) apresenta um avanço importante na tradicional ‘análise de

³ Fazemos uma ressalva de que cada vez tem sido mais comum o uso de sites de informação, mas o acesso à Internet ainda é limitado no Brasil.

conteúdo' das mensagens da mídia, em particular das notícias". Para Entman (1993, p. 54), "o conceito de enquadramento dirige nossa atenção apenas para detalhes de como os textos comunicativos exercem seu poder".

Segundo o autor norte-americano (ENTMAN, 1993, p. 52, grifos no original), esse conceito "envolve essencialmente *seleção* e *saliência*. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais saliente em um texto comunicativo". Por *saliência*, entende-se como "um pedaço de informação mais noticiável, significativo ou memorável para audiências" (ENTMAN, 1993, p. 53). Tendo isso em vista, Lima (2001, p. 275) afirma que "a tarefa principal de uma análise de conteúdo de notícias deveria ser identificar e descrever seu enquadramento".

Esse enquadramento pode determinar a posição ideológica da instituição/empresa referente a um tema ou a um episódio mediático. Para Gitlin (1980):

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. (...) [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7, tradução nossa)⁴

O conceito de enquadramento busca encontrar a condução da notícia informativa (*news guiding*), ou seja, analisa-se por um lado a frequência de posicionamentos perante um fato e, também, a omissão deles.

Enquadramentos selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares da realidade descrita, o que logicamente significa que os enquadramentos simultaneamente dirigem a atenção para longe de outros aspectos. A maioria dos enquadramentos é definida por aquilo que eles omitem ou incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas como as inclusões ao guiar a audiência. (ENTMAN, 1993, p. 54, tradução nossa)⁵

No Brasil, o conceito de angulação tratado por Medina (1988) já refletia algo que é semelhante ao enquadramento das notícias. Entre os trabalhos de análise das notícias de telejornais, está o estudo empírico de Rezende (2000), durante uma semana entre 19 a 24 de

⁴ "Frames are principles of selection, emphasis and presentation composed of little tacit theories about what exists, what happens, and what matters. [...] [News frames are] persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual."

⁵ "Frames select and call attention to particular aspects of the reality described, which logically means that frames simultaneously direct attention away from other aspects. Most frames are defined by what they omit as well as include, and the omissions of potential problem definitions, explanations, evaluations, and recommendations may be as critical as the inclusions in guiding the audience."

agosto de 1996, observando as diferenças no uso dos recursos da linguagem e dos formatos nos telejornais: Telejornal Brasil, Jornal da Cultura e Jornal Nacional. O estudo descreve a identidade editorial, tanto no plano da angulação com que se tratavam os fatos, quanto na própria configuração temática das matérias divulgadas dos três telejornais e analisa o grau de convergência-divergência do conteúdo dos noticiários e a presença dos formatos jornalísticos dos gêneros informativos e opinativos.

Outro estudo relevante pode ser encontrado em Lima (2001) que analisou no período de março a outubro de 1998, as matérias sobre política veiculadas pelo Jornal Nacional (JN) e pelo Jornal da Record (JR), comparando com as manchetes dos principais jornais impressos. Em seu estudo, Lima (2001) sugere que novas pesquisas comparadas, em outros períodos, verifiquem se o padrão de prática jornalística no JN – “banalizador”, “seletivo” (omisso) e “oficialista” – continua o mesmo de sempre nos seus 30 anos de história ou se, de fato, sofreu alguma alteração significativa. É também o intuito que esta pesquisa pretende seguir, contribuindo não só para análise histórica do Jornal Nacional, mas também comparando um telejornal de uma emissora comercial-privada como o Jornal da Cultura, telejornal de uma rede público-educativa de televisão.

Por ser um meio eletrônico – e também audiovisual –, as linguagens e as maneiras de enquadrar determinado fato são ampliadas na televisão. Santaella (2001) afirma que a televisão leva a presença das matrizes verbal, visual e sonora ao limite de suas possibilidades⁶. Isso porque, a televisão “é capaz de absorver para dentro de si quaisquer outras linguagens: rádio, teatro, cinema, apresentação musical, shows, publicidade, esportes, jornalismo” (SANTAELLA, 2001, p. 388). Há um hibridismo das três matrizes na televisão.

Costuma-se chamar o cinema, o vídeo e mesmo a TV de audiovisuais. De fato, são áudio, no som em geral, música, ruído e na fala dos diálogos. São também visuais, nas imagens. Entretanto é necessário repetir que cinema, vídeo e TV têm também caráter discursivo, verbal, na medida em que são necessariamente narrativos ou descritivos. Isso quer dizer que, subjacente ao que se costuma ser chamado de audiovisual, há uma camada de discursividade que sustenta o argumento daquilo que aparece em forma de som e imagem. (SANTAELLA, 2001, p. 386-387)

As pesquisas realizadas sobre matrizes em televisão clamam por uma análise em separada de cada uma das linguagens possíveis nesse meio de comunicação (SANTAELLA,

⁶ Santaella (2001) entende matriz sonora como sendo não apenas o som, mas também as durações de planos, cortes e ritmos que compõem uma sequência. A matriz visual engloba as imagens que têm uma função ilustrativa ou referencial, mostrando aquilo que as palavras não podem alcançar. Por fim, na matriz verbal tem-se a narratividade, o contar uma história, podendo haver falas explícitas ou não.

2001, p. 388). Pensando na divisão em três matrizes na televisão, acreditamos que a maioria das pesquisas tem uma preferência pela análise textual; seguido pela análise de imagens ou seqüências de cenas; e, raramente, analisam os sons e músicas veiculados pelo meio. Por outro lado, este trabalho procura trabalhar essas três matrizes em conjunto, já que elas ocorrem simultaneamente. Assim, nos propomos a lidar com a dificuldade de analisar o verbal, o visual e o sonoro integralmente na narrativa telejornalística, presentes na edição e na montagem das reportagens.

Levando em conta o conjunto das três matrizes (sonora, visual e verbal), esta pesquisa pretende investigar de que forma ocorrem os enquadramentos de um episódio de violação de direitos da cidadania⁷, que envolve um aspecto político, em duas emissoras de caráter distinto: uma privada-comercial e uma público-educativa. A escolha das emissoras foi dada por sua relevância no setor: a Rede Globo de Televisão⁸ por ser a televisão comercial que é líder de audiência no Brasil, com larga vantagem em comparação com outras emissoras; e a TV Cultura de São Paulo⁹ que é reconhecida, no país, como o exemplo mais próximo de uma emissora pública.

Nossa indagação principal recai no papel do telejornalismo na cobertura midiática, comparando uma emissora privada e uma pública. Sendo assim, os telejornais de ambas, veiculados no horário nobre, foram escolhidos para análise: Jornal Nacional (JN) e Jornal da Cultura (JC), respectivamente. Por este aspecto de público-privado, pretendemos analisar como as matérias veiculadas por essas emissoras eventualmente se assemelham ou contrastam.

Para fazer a observação de como esses enquadramentos são construídos em termos de linguagem televisual e por emissoras de caráter distinto, foi selecionada e transcrita (VER APÊNDICE A e B) a cobertura jornalística do caso dos três jovens assassinados no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, em junho de 2008. Aqui a cobertura midiática teve uma

⁷ Alguns casos de violação de direitos humanos e cidadania no Brasil são: caso Parque São Lucas (50 detentos presos em uma única cela de 3,0m por 1,5m, em 1989, e 18 deles morreram por asfixia); caso da Favela Naval (gravação em vídeo amador da agressão, violência e abuso policial em 1997); caso da Escola Base (publicidade pela imprensa de denúncias, sem fundamento, de abusos de crianças feitos pelos funcionários da escola infantil em 1994); caso Maria da Penha (vítima de dupla tentativa de homicídio pelo marido em 1983); caso José Pereira (condição de escravo e sofreu lesões corporais em uma fazenda no Pará em 1989), caso Simone André Diniz (sofreu discriminação racial ao procurar um emprego em 1997).

⁸ Quando criança, muitas pessoas faziam brincadeiras com o meu nome e os sonoros “plim-plins” da Rede Globo – hoje já extintos. Desde aquela época alguns parentes chamam de Plin-Plínio. Outra grande influência da Globo é a trilha sonora de fim de ano, sempre lembrada nas passagens de ano novo que começa dizendo: “Hoje é um novo dia, de um novo tempo que começou...”.

⁹ A TV Cultura marcou minha infância e adolescência com programas importados, como: As Aventuras de Babar e As Aventuras de Tim-Tim; ou com programas próprios como: o Turma da Cultura, o X-Tudo, o Mundo da Lua, o Rá-Tim-Bum – em especial a mini-novela “Cadê o Leo?” –, o Castelo Rá-Tim-Bum e a Ilha Rá-Tim-Bum.

atuação exemplar para não deixar o caso no esquecimento ou, ainda, limitado à comunidade carioca. Além da morte brutal de três jovens, havia também um envolvimento do Exército Brasileiro que estava incumbido de fazer a segurança local – papel exclusivo de polícia – e de uma acusação de vantagem eleitoral a partir do uso da máquina pública.

Por se tratar de um caso que envolve diferentes temas, realizamos uma descrição das narrativas telejornalísticas (VER APÊNCIDE C e D) – incluindo as matrizes verbal, sonora e visual – para visualizar melhor a montagem do conteúdo das reportagens de cada telejornal e, por meio delas, identificar e apontar os enquadramentos noticiosos. A construção das narrativas jornalísticas foi um processo necessário – assim como a transcrição das matérias – para verificar se alguma das matrizes estavam destoando da harmonia da reportagem e para elucidar as relações de semelhanças e diferenças na cobertura do caso.

No caso do Morro da Providência identificamos seis enquadramentos enfatizados pelos telejornais que analisamos: *enquadramento de violação de direito de cidadania e da Justiça*, *enquadramento de humanização ou humanitário*, *enquadramento de particularização ou individualização das responsabilidades*, *enquadramento de negligência*, *enquadramento oficial (pela Rede Globo)* e *enquadramento de ilegalidade do projeto de Crivella*.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: (1) um breve resgate histórico da televisão e de suas origens – importante para compreender o formato dos telejornais e a evolução da indústria televisiva no país, principalmente das emissoras das quais iremos analisar: Globo e TV Cultura; (2) uma visão mais global dos conteúdos veiculados nos telejornais, considerando suas linguagens e os recursos disponíveis, bem como as diferenças entre público e privado; (3) a metodologia de análise de enquadramento e as possibilidades de organização realizadas pela tevê; (4) o caso Morro da Providência e as análises realizadas; (5) considerações finais acerca do que foi debatido ao longo da dissertação. Os anexos e os apêndices do trabalho permitem uma visualização completa de como o tema foi apresentado pela mídia, ressaltando também os processos de análise desse material.

1 Televisão Brasileira

Os governos militares tinham um conceito de que não deveria haver só uma grande rede. Eles procuraram dividir porque a Globo exerce um poder muito grande. (...) Além dos militares, embora não digam isso em público, apenas em ‘off’, há entre políticos uma idéia generalizada de que esse monopólio não pode perdurar (CASOY, 1994, p. 41 apud REZENDE, 2000, p. 122, grifo no original)

A radiodifusão – rádio e televisão – é o meio de comunicação de massa mais presente na sociedade brasileira. Em muitos domicílios pode-se encontrar até mais de um desses aparelhos receptores. Porém, essa não era a realidade vivida no início do século passado. É curioso pensar que o rádio ainda não completou 100 anos de existência no país e a TV, sendo 30 anos mais jovem, ocupa a parte central da sala de estar das residências – antes esse espaço pertencia ao rádio. Caso haja mais de um televisor no domicílio, o segundo é preferencialmente colocado no dormitório. Hoje, a televisão começou a adquirir certa mobilidade como o rádio: ela pode ser em veículos motorizados e também pode disponibilizar o acesso de modo não-linear sua programação, ou seja, assistir um programa já exibido sem que ele esteja sendo transmitido “ao vivo”¹⁰. Essa é uma enorme evolução em pensar que no princípio os filmes demoravam muitas horas para serem revelados, antes de serem exibidos na telinha.

Ao fazer um resgate da história da televisão é preciso estudar também a do rádio, pois ele influenciou e forneceu a base necessária para sustentar o alicerce da indústria televisiva no país. Por exemplo, uma característica mais recente da televisão é a segmentação de seu público e o rádio já evidenciava essa tendência há muitos anos. “É indispensável que os estudos e análises para construir a história da TV estejam conduzidos sem dissociá-la do sistema brasileiro de comunicação do qual é parte” (MATTOS, 2005, p. 115). “No Brasil, as condições internas têm exercido sobre os veículos de massa influência muito mais forte do que os fatores externos”. Essas condições englobam, principalmente, o cenário político e o sócio-econômico da radiodifusão.

Diferentemente da Imprensa que goza de uma liberdade de veiculação, a televisão no Brasil é alicerçada no *Trusteeship Model*, no qual “os canais de TV, considerados bens públicos, de interesse nacional e com propósitos educacionais sejam cedidos a empresas privadas para obterem lucros através de sua exploração comercial” (JAMBEIRO, 2002, p. 72). Neste modelo, “os radiodifusores são tratados como *trustees*, ou fiduciários do público,

¹⁰ Com o sinal da televisão digital, a possibilidade de mobilidade e interatividade foi ampliada grandemente.

pelo privilégio que têm de usar mediante autorização governamental o meio por onde circulam as ondas”. (ALMEIDA, 1995, p. 169).

Constitucionalmente, cabe ao Estado estabelecer um regime de outorga de permissões e concessões para os radiodifusores, controlando o acesso ao espectro magnético e evitando que o caos se instaure nas transmissões por ondas de rádio (ALMEIDA, 1995, p. 169-170). Assim, a exploração dos serviços de radiodifusão só pode ser feita a partir de concessões e de permissões, pelas quais é dada a autorização para apenas retransmitir sinais de TV emitidos por estações de radiodifusão (JAMBEIRO, 2002, p. 61). Hoje, o período estipulado dessas outorgas é de 15 anos para a televisão e 10 anos para o rádio.

Levando em conta essas informações iniciais, apresentamos abaixo um breve resgate histórico de momentos que antecederam a instalação da TV no Brasil, principalmente no que diz respeito ao contexto do rádio, que foi de vital importância para o surgimento da televisão no Brasil e sua formação. Seguindo a ordem cronológica, fica evidente que a formação comercial da TV no país e as posturas adotadas pelo regime militar promoveram sua solidificação. Como exemplo dessa solidificação, está a líder de audiência Rede Globo. Simultaneamente à solidificação da televisão e à instalação da Globo, houve o início das TVs Educativas, também chamadas de “públicas”, que mesclaremos, de forma concisa, com o histórico da TV Cultura em São Paulo.

1.1 Antecedentes ao Início da TV

Ler um papel frente às câmeras não é informar. Mostrar uma foto que todo mundo já viu também não. Jornalismo de televisão tem que ser muito mais (LOBO, 1969 apud REZENDE, 2000, p. 108)

A primeira transmissão radiofônica ocorreu em 1922 no Brasil, em comemoração ao centenário da Independência (ALMEIDA, 1995, p. 171)¹¹. Inicialmente, o rádio era formado por clubes de amadores e passou a ter a primeira emissora com transmissão regular no ano de 1923 com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (JAMBEIRO, 2002, p. 47).

No início da era do rádio, a audiência se concentrava na elite social, econômica e intelectual. Da programação constavam temas de literatura, ciência e música clássica. Porém, com sua massificação, no final da década de 1920, ocorreu também uma modificação no conteúdo da programação, passando a ter programas de entretenimento, variedades, humorísticos e musicais, alguns feitos em auditórios com a presença física dos ouvintes. Tal mudança ocorreu, principalmente, por conta da mudança do tipo de financiamento que passou da contribuição dos ouvintes para a venda de publicidade.

A partir de 1925, a publicidade comercial generalizou-se como meio financeiro de financiamento e as emissoras passaram a desenvolver suas potencialidades econômicas atuando como estimuladores de mercado. As rádio-sociedades e rádio-clubes transformaram-se em empresas. E essa redefinição das bases econômicas de sustentação das emissoras provocou uma imediata reorientação da programação que popularizou-se na busca quantitativa de audiência. (HERTZ, 1987, p. 76-77)

Nove anos após a primeira transmissão de rádio no Brasil, o Governo, que tomou o poder nacional em 1930, regulou a radiodifusão através dos decretos 20.047 de 27/05/1931, e 21.111 de 01/03/1932. (JAMBEIRO, 2002, p. 69). Estes decretos declaravam que “o espectro eletromagnético era um privilégio do Estado, que poderia utilizá-lo diretamente para o bem público. Diziam também que o poder executivo poderia fazer concessões de canais, por tempo determinado, para companhias privadas” (JAMBEIRO, 2002, p. 47-48). Na década de 1930, a idéia da radiodifusão ser considerado um serviço público, protegido e regulado pelo Estado estava, na verdade, criando um modelo de regulamentação tanto para o rádio – que já existia – como para a televisão – que viria a surgir em um futuro próximo. “Os decretos 20.047 e 21.111 devem ser considerados os precursores de todas as subseqüentes regulamentações dos serviços de TV no Brasil” (JAMBEIRO, 2002, p. 73).

¹¹ Hertz (1987, p. 76) entende que o surgimento da radiodifusão brasileira se deu no ano de 1919 com a criação da Rádio Clube de Pernambuco.

A venda de espaços comerciais para agências de publicidade, muitas delas americanas, exigiu a profissionalização do rádio. Foram contratados muitos atores, cantores, humoristas, locutores, programadores, produtores, técnicos em eletrônica. Nesse período o rádio se torna altamente competitivo financeiramente, vivendo o seu auge: “a era do rádio”. “Morrem então os rádio-clubes, que são substituídos por empresas, muitas delas de propriedade dos mesmos grupos econômicos e políticos que controlavam os meios impressos” (JAMBEIRO, 2002, p. 49).

É nessa época que surge, em 1938, o primeiro e maior grupo brasileiro de veículos de comunicação de massa: o conglomerado Diários Associados. O empresário e jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo tinha em posse, no ano da sua fundação, cinco emissoras de rádio, 12 jornais diários e uma revista. O conglomerado durou cerca de 40 anos, mas chegara em seu auge em 1958 possuindo 36 emissoras de rádio, 34 jornais diários, 18 emissoras de televisão e várias revistas, entre elas “O Cruzeiro” (JAMBEIRO 2002, p. 49).

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o Presidente Getúlio Vargas adotou uma política econômica nacionalista. Nessa época a “cultura passou a ser considerada como um instrumento de organização política e disseminação ideológica” (JAMBEIRO, 2002, p. 43). Foi então que o Governo de Getúlio Vargas utilizou os meios de comunicação, principalmente o rádio, para disseminar o novo valor ideológico no Brasil de um país uno e nacionalista, criando uma concepção para que o Estado fosse “exaltado como sendo a única entidade capaz de realizar o destino histórico da nação. Conseqüentemente, tinha de ser onipresente e poderoso, e permanentemente fortalecido” (JAMBEIRO, 2002, p. 39).

O rádio, nesse período, ainda que restrito aos grandes centros urbanos, pelo custo relativamente alto dos receptores e pela dependência da eletricidade, foi o grande instrumento de promoção dos novos valores culturais correspondentes às transformações econômicas e sociais que estavam em marcha. (...) A radiodifusão consolidou-se, assim, como um instrumento político particularmente eficaz de mediação entre as classes capitalistas dominantes, as classes médias e as massas trabalhadoras. (HERTZ, 1987, p. 78)

Já no fim da década de 1940 e início dos anos 1950, o rádio já havia consolidado seu padrão industrial que se integrou à televisão. Jambeiro (2002, p. 51) caracteriza esse padrão como “busca de audiência de massa; predominância de entretenimento sobre programas educacionais e culturais; controle privado sob fiscalização governamental; e economia baseada na publicidade”. Os primeiros experimentos realizados com imagens televisuais em circuito interno ocorreram em 1946 (JAMBEIRO, 2002, p. 57). “O novo meio apareceu primeiro nos centros mais desenvolvidos do país – Rio de Janeiro e São Paulo – e somente

anos mais tarde foi implantado em outras capitais e grandes cidades” (JAMBEIRO, 2002, p. 51).

Após a estagnação mundial no campo televisual por causa da Segunda Guerra Mundial, foi realizada, em setembro de 1950, na cidade de São Paulo, a primeira transmissão de imagens no Brasil pela TV Tupi-Difusora, uma emissora dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. “A TV Tupi-Difusora começou transmitindo imagens para apenas cerca de 500 aparelhos receptores na cidade de São Paulo, mas três meses depois havia já 2 mil aparelhos funcionando ali” (JAMBEIRO, 2002, p. 51). O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma emissora de televisão e o sexto no mundo, perdendo apenas para Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Holanda.

Se o início do rádio foi marcado pela ausência da finalidade comercial, a TV surge no Brasil já consolidada como um meio de comunicação de massa de caráter predominantemente comercial (JAMBEIRO, 2002, p. 41). Carrato (2005a, p.4), ao se referir sobre o início comercial da tevê no Brasil, ressalta que “enquanto na Europa e mesmo nos Estados Unidos em primeiro lugar estavam os telespectadores, entendidos como cidadãos, entre nós, desde o começo os telespectadores foram considerados apenas consumidores e tratados como tal. A diferença é considerável”.

O grupo de Chateaubriand, quatro meses depois da instalação de sua primeira emissora, inaugura outra emissora, a TV Tupi-Rio, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1951. “Os primeiros anos da televisão, tanto da Tupi de São Paulo como da do Rio, foram marcados pela falta de recursos e de pessoal e pelas improvisações. Em fins de 1951, já existiam mais de sete mil televisores entre Rio e São Paulo” (MATTOS, 2002, p. 81). O fator econômico limitava a expansão da televisão durante os anos cinquenta, sendo que nos dois primeiros anos, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do país (SODRÉ, 1984, p. 94-95).

A imensa maioria dos primeiros profissionais da televisão eram aqueles que trabalhavam no rádio. Essa importação dos profissionais do rádio influenciou, inclusive, a programação da televisão, havendo uma adaptação dos programas radiofônicos para serem exibidos visualmente. Mattos (2002, p. 49) reforça esse ponto afirmando que a televisão brasileira “teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas”, diferentemente da norte-americana que se desenvolveu apoiando-se na forte indústria cinematográfica.

A televisão, assim como já faziam o rádio e o cinema, passou a apresentar notícias. Os primórdios do telejornalismo brasileiro tinham a característica semelhante ao noticiário

radiofônico, porém com imagens. Mattos (2002, p. 84-85) lembra que o telejornalismo surgiu dois dias após a sua inauguração, com o programa de caráter jornalístico chamado “Imagens do Dia”. Este telejornal contava com a presença de um locutor em um estúdio que apenas lia as notícias do dia. “Naquela década, o rádio dava as notícias em primeira mão, pois a televisão só ia ao ar às quatro da tarde” (VEIGA, 2002, p. 21).

Em primeiro de abril de 1952 foi ao ar, pela primeira vez, um dos mais famosos telejornais da televisão brasileira, com o nome de seu patrocinador, a Esso. “O ‘Repórter Esso’ foi adaptado pela Tupi Rio de um rádio-jornal de grande sucesso transmitido pela United Press International (UPI)”. A vitoriosa experiência de colocar um apresentador exclusivo e o patrocínio de uma única empresa foi repetida em todas as emissoras inauguradas por Assis Chateaubriand. Rezende (2000, p. 106) afirma que o Repórter Esso “representava a típica manifestação desse modelo de telejornalismo produzido e apresentado por ‘gente que vinha do rádio’”. O “Repórter Esso” é considerado um marco no telejornalismo brasileiro, com altos índices de audiência, e foi ao ar por 18 anos, até 31 de dezembro de 1970.

Nos dez primeiros anos de história do meio no país, as emissoras estavam localizadas no eixo Rio-São Paulo e uma em Belo Horizonte. O televisor, nesse momento, ainda era um artigo de luxo e media (ou acrescentava) o prestígio dos donos de aparelhos. Era comum as visitas se reunirem nas casas em torno da televisão, que ganhou lugar de destaque nas salas, em um tipo de ritual (...) A TV, desde o seu surgimento, mudou o modo de encontro de pessoas, transformando-as todas em telespectadoras. (VEIGA, 2002, p. 22)

Após essas primeiras experiências na década de 1950, a televisão começou a se expandir e a se solidificar no Brasil. Outros programas e emissoras foram criadas. Jambeiro (2002, p. 51-52) lembra que a Rádio Televisão Paulista surgiu em 1951 (e existiu até meados dos anos 60 quando foi comprada pela TV Globo), e a TV Record de São Paulo, em 1953. Mattos (2002, p. 85) afirma que “a TV Excelsior, fundada em 1959 e cassada em 1970, foi considerada a primeira emissora a ser administrada dentro dos padrões comerciais de hoje”. Jambeiro (2002) traz um resumo da situação da televisão no fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta:

Embora a era da TV no Brasil comece oficialmente em 1950, somente nos anos 60 o novo meio de comunicação vai se consolidar e adquirir os contornos de indústria. Nos anos 50 a televisão era operada como uma extensão do rádio, de quem herdou os padrões de produção, programação e gerência, envolvidos num modelo de uso privado e exploração comercial. Nos anos 60 a televisão começou a procurar seu próprio caminho, a adquirir processos de produção mais adequados às suas características enquanto meio

e transformou-se assim no poderoso veículo de transmissão de idéias e de venda de produtos e serviços que é hoje (JAMBEIRO, 2002, p. 53).

O que ajudou a televisão a passar por esse período de transição e tomar o seu próprio caminho foi a criação do *videotape* (VT), possibilitando a inserção imediata, ao contrário dos filmes que precisavam ser revelados antes de ser levados ao ar, e a criação de estratégias para atingir maior audiência para obter mais anúncios publicitários, aumentando assim o lucro das emissoras. Mattos (2002) mostra como esse novo recurso deu um impulso para a televisão:

O uso do VT possibilitou não somente as novelas diárias como também a implantação de uma estratégia de programação horizontal. A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana criou o hábito de assistir televisão rotineiramente, prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias (MATTOS, 2002, p. 87).

O *videotape* foi utilizado pela primeira vez na inauguração de Brasília como capital do Brasil, em 21 de abril de 1960 (JAMBEIRO, 2002, p. 52) e a programação só começou a ser nacionalmente integrada após o surgimento deste avanço tecnológico. Jambeiro (2002) mostra que, com o passar do tempo e com a criação do VT, a televisão passou a ter uma característica própria, afastando-se daquela ligada ao rádio:

Os anos 60 marcam também a definitiva separação do rádio e da televisão como indústrias autônomas: o rádio começa a se regionalizar e a procurar específicas e segmentadas audiências; a televisão torna-se um veículo de massa, atingindo todo o mercado nacional, e ocupando assim o papel que o rádio tinha desempenhado nos anos 40 e 50 (JAMBEIRO, 2002, p. 54).

Rezende (2000, p. 107), por outro lado, afirma que o avanço no telejornalismo não decorreu da novidade tecnológica, mas sim que o jornalismo entrava em uma fase de grande criatividade e expansão intelectual. “O símbolo dessa mudança foi o ‘Jornal de Vanguarda – um show de notícias’, na TV Excelsior, a partir de 1962, dirigido pelo próprio Fernando Barbosa Lima”. As novidades apresentadas por este telejornal foram a introdução do repórter televisivo e a participação de comentaristas, fantoches e cronistas que davam um ar satírico às notícias ao retratavam a realidade brasileira¹².

Nas entrevistas, utilizava imagens fechadas em partes do rosto ou mãos dos entrevistados, buscando transmitir a linguagem corporal. A *moça do tempo* era uma tartaruga, que, a exemplo da zebrinha da loteria, com uma voz infantil, fazia a previsão meteorológica e apresentava as possibilidades de *trovoadas* ou *mudanças bruscas* no planalto central, brincando com a

¹² O Jornal de Vanguarda foi tirado do ar algum tempo depois da edição do Ato Institucional nº 5, tendo como última frase: “Cavalo de raça, a gente mata com um tiro na cabeça” (VEIGA, 2002, p. 25)

censura e informando o *clima* político do momento. (VEIGA, 2002, p. 25, grifos no original)

Nesse período, em termos legislativos, o Congresso Nacional aprovou em 1962, depois de nove anos de negociações, o Código Nacional de Telecomunicações e, em 1963, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – normas de estruturação e funcionamento da indústria da TV (JAMBEIRO, 2002, p. 60-63). Surgiu, assim, uma nova legislação para o setor, protegendo os interesses privados das emissoras. Essas duas leis foram fundamentais para a consolidação e solidificação da televisão no Brasil.

Em 31 de março de 1964, apoiado por líderes civis, os militares promoveram um golpe de Estado. Ao tomar o poder, os militares trouxeram com eles a Doutrina de Segurança Nacional da sua Escola Superior de Guerra. A segurança nacional é entendida como “garantias políticas, econômicas, psicossociais e ações militares providas pelo Estado, num determinado tempo, para a Nação a qual governa, para a realização e manutenção dos objetivos nacionais” (MATTOS, 2002, p. 29).

O regime militar (1964-1985) adotou o discurso de integração nacional, com um governo forte central a título de defender a segurança nacional, e a de desenvolvimento nacional, baseada na industrialização e no crescimento econômico. “Não foi o cinema, não foi a literatura, não foi a imprensa, não foi o futebol nem a religião: foi a TV” (BUCCI, 2000, p. 16). A televisão foi parte fundamental para atingir tal objetivo. “O modelo de televisão que vingou no Brasil (...) conseguiu que um país desunido (real) se visse (se imaginasse) unido” (BUCCI, 2000, p. 13).

A TV brasileira (...) se pôs como um prolongamento do Estado autoritário, incumbindo-se do trabalho que ele, Estado, não poderia realizar sozinho. Uma boa representação dessa parceria (Estado e televisão privada) pode ser encontrada no tom oficial que adquiriu o telejornalismo. Para o Estado, não bastava ter, no rádio, ‘A Voz do Brasil’. Era preciso ter na TV o ‘Jornal Nacional’ (que foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969), e era preciso que ele fosse produto de uma emissora privada, uma representante da sociedade civil (...) Se a ditadura precisava da TV para a sua sustentação política, a TV passou a precisar da ditadura para o seu sucesso junto ao público, pois a sua glória dependia da apologia da pátria, da unidade apoteótica, dependia do êxtase da integração nacional. (BUCCI, 2000, p. 19-20)

Neste cenário, “os meios de comunicação de massa se transformaram no veículo através do qual o regime poderia persuadir, impor e difundir seus posicionamentos, além de ser a forma de manter o *status quo* após o golpe” (MATTOS, 2002, p. 34). Esse processo se iniciou na era Vargas em 1930, como explica Leal (1988):

A centralização do poder deve ser absoluta, e não se trata aqui de conter e dominar oligarquias regionais como acontecera com Vargas nos anos 30. (...) Em relação à utilização política dos meios de comunicação de massa, pode-se dizer que 1964 completa o processo iniciado em 1930. Se Vargas soube usar com eficiência o rádio e o cinema para subordinar as oligarquias regionais ao seu projeto, os generais de 64 vão montar uma sofisticada rede de telecomunicações capaz de servir como um dos principais sustentáculos para sua política autoritária e centralizadora. Para mantê-la, é óbvia a necessidade de um perfeito ajuste com as matrizes tecnológicas localizadas no centro do capitalismo. (LEAL, 1988, p. 31-32)

Para atingir seu objetivo, o regime militar contribuiu para o impulso no desenvolvimento da TV no Brasil, ao criar vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural, ao formular leis e decretos, ao congelar as taxas dos serviços de telecomunicação, ao isentar as taxas de importação para compra de equipamento, ao conceder benefícios fiscais ao investidor privado, ao proporcionar uma construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado. Assim, “a televisão passa a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder” (LEAL, 1988, p. 33).

As políticas de crédito direto ao consumidor e a atração de investimentos privados estrangeiros ajudaram, de uma forma geral, a acelerar o mercado, não apenas o televisivo, no país e a torná-lo mais urbano. Por exemplo, em 1968 era possível adquirir um televisor em até 36 vezes com juros muito baixos. O número de aparelhos de TV aumentou e, conseqüentemente, o número de telespectadores. Houve, então, o ‘boom da televisão’. Jambeiro (2002) traz alguns dados sobre o período militar e o aumento do número de aparelhos televisores:

Quando os militares tomaram o poder, em 1964, o Brasil tinha cerca de dois milhões de aparelhos de TV. A partir de 1968, a recém instalada indústria de eletroeletrônicos, associada a políticas de incentivos a ela concedidos pelo Governo, e à lei de compra a crédito promulgada em 1968, fez aquele número crescer rapidamente: em 1969 havia quatro milhões, e um ano depois cinco milhões de aparelhos de TV. Em 1974 esse número tinha crescido para cerca de nove milhões e os aparelhos de TV estavam presentes, então, em 43% dos lares brasileiros (JAMBEIRO, 2002, p. 81).

Estas políticas positivas observadas entre 1969 e 1974 ocorreram em um período de crescimento acelerado da economia brasileira, conhecido como ‘milagre econômico’ (1970-1973). Contudo, o crescimento acelerado também trouxe pontos negativos. Jambeiro (2002, p. 79) afirma que o que foi ganho em acumulação de capital foi perdido em equidade social. “Como resultado dessa estratégia de aceleração do desenvolvimento, (...) o Brasil tornou-se um dos países com maior distância sócio-econômica entre a população pobre, de um lado, e as classes média e alta, de outro”. Nesse período, em 1972, foi instituído no Brasil um novo

sistema de cores baseado no sistema alemão PAL (*Phase Alternation Line*). Assim, foi criado o PAL-M que ajustaria o sistema alemão para ser compatível com o sistema preto-e-branco que estava em vigor no país, permitindo, assim, os aparelhos “antigos” exibirem imagens em preto-e-branco e os “novos” aparelhos em cores.

Outro fator da popularização dos aparelhos de TV está ligado ao seu conteúdo. Com o objetivo de atrair maior investimento publicitário, os programas televisivos foram adequados à nova audiência, esta não mais elitista, e tiveram um nível cada vez mais baixo, “chegando às raias do grotesco” (MATTOS, 2002, p. 90). Assim, os canais educativos, que não se preocupavam com a audiência, investiram em uma programação de qualidade. “A Fundação da Rádio e TV Cultura, em São Paulo, é uma resposta das *elites cultas* ao *popularesco*” (LEAL, 1988, p. 41, grifos no original).

Os programas televisivos não se mostram repletos de inovação, no início da televisão. Como vimos, foram totalmente baseados no aspecto radiofônico, por exemplo, havia os programas de auditório como “carro-chefe” de sua programação e, também, as radionovelas. No campo do jornalismo, o telejornal se apresentava como um radiojornal com imagens.

No período do regime militar, as inovações tecnológicas e de linguagem chegariam ao país com o que é conhecido como “Padrão Globo de Qualidade”. Posteriormente, tal modelo seria copiado pelas outras emissoras brasileiras. Houve, também, importantes mudanças nas estruturas logísticas da gestão administrativa das emissoras, passando a ter afiliadas e não apenas retransmissoras. Porém, antes de observarmos quais as influências desse novo modelo “Padrão” nos telejornais e a organização em afiliadas, vamos verificar como ocorreu a implementação do império da Rede Globo de Televisão, no país.

1.2 Censura e Rede Globo

Ao anunciar a criação do ‘Jornal Nacional’ da Rede Globo salientou: *Vamos lançar um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum. Além de um simples idioma* (Veja, 52, p. 68 apud REZENDE, 2000, p. 109, grifos no original)

Durante o regime militar, a TV era considerada um serviço de interesse nacional e sua exploração comercial era permitida apenas para atender o objetivo de fortalecimento da moral nacional (JAMBEIRO, 2002, p. 82). “Para conseguir isso, os programadores de rádio e TV deveriam evitar filmes, canções, shows ou quaisquer programas que pudessem estar em oposição aos valores morais e ideológicos dos militares”.

Preocupados em garantir sua postura, os militares criaram várias medidas legais, como leis, decretos e decretos-lei – entre os mais expressivos estão a Nova Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional e o Novo Código Penal Militar. Também foram organizados órgãos e empresas estatais como o Contel, o Dentel, o Fistel, o Intelsat, a Embratel, a Telebrás, a ECT, entre outros. “Particularmente de 1968 a 1979, a produção de programas de TV foi o resultado de uma complicada dialética entre as demandas do mercado, a censura formal e informal e administradores e escritores” (JAMBEIRO, 2002, p. 83). Mattos (2002, p. 92) mostra que a censura era mais presente do que apenas “no papel” e, ao mesmo tempo, a TV Globo é inaugurada nesse período de controle:

No período compreendido entre 1968 e 1979, os veículos de comunicação operaram sob as restrições do Ato Institucional nº 5, o qual concedia ao Poder Executivo Federal o direito de censurar os veículos, além de estimular a prática da autocensura, evitando assim qualquer publicação ou transmissão que pudesse levá-los a ser enquadrados e processados na Lei de Segurança Nacional. Ironicamente, o desenvolvimento da televisão, principalmente da TV Globo, aconteceu durante esse período de maior restrição governamental. Além do controle através das concessões de licenças e da censura, o Governo fazia recomendações diretas e indiretas a respeito do conteúdo dos programas (MATTOS, 2002, p. 92).

Apesar de ter a licença para operar desde 12 de dezembro de 1957, a TV Globo só foi inaugurada em abril de 1965, no Rio de Janeiro, em plena ditadura militar. Contudo, antes de sua inauguração, em 1961, a TV Globo assinou um acordo com o grupo norte-americano Time-Life. Jambeiro (2002) mostra os benefícios adquiridos pela emissora brasileira:

O acordo estabelecia que o grupo Time-Life daria à Globo apoio técnico na implantação de moderna administração, daria novos métodos e habilidades em programação, novos programas, atividades de interesse público, controle financeiro, orçamentário e contábil, desenvolvimento e especificações de

equipamentos, engenharia, treinamento e dimensionamento da equipe, organização comercial, técnica e administrativa e o funcionamento de uma estação de TV (JAMBEIRO, 2002, p. 97-98).

Essa parceria encerrou-se em 1968, quando o acordo ilegal foi descoberto e investigado por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), pois violava as leis brasileiras, então, em vigor. Jambeiro (2002, p. 98) afirma que “o acordo não injetou muito dinheiro na nova emissora de TV (...), mas deu-lhe muita qualificação para construí-la como uma empresa avançada”. No fim da década de 1960, a TV Globo soube aproveitar o “boom da televisão” com programas popularescos, ou seja, voltados para as camadas socioeconômicas mais baixas da população, o que lhe rendeu uma larga audiência (SODRÉ 1984, p. 102). Isso porque, consolidou-se a necessidade de praticar o *marketing* na televisão. “Trata-se de evidenciar que a luta pela audiência é a luta pelo mercado publicitário e este, para ser conquistado, necessita de uma estratégia ditada pela maximização do lucro, inerente ao capitalismo. E nisso a Globo mostrou ser efficientíssima.” (LEAL, 1988, p. 36).

Com a organização em rede, a TV Globo assume a liderança e parece ter feito uma “substituição da troca de guarda” com a TV Tupi, dos Diários e Emissoras Associadas, que dominava as audiências nas duas primeiras décadas de existência da televisão no Brasil.

A glória de um e a derrota de outro. Enquanto o ‘Jornal Nacional’ imediatamente passava a comandar a audiência entre os telejornais do horário nobre, o ‘Repórter Esso’, o porta-voz da multinacional norte-americana revendedora de combustíveis, dava seus últimos suspiros, no último dia de 1970. O seu desaparecimento representava o fim de um modelo dominante de telejornalismo do Brasil durante muitos anos, que se tornou célebre pelos slogans *O primeiro a dar as últimas* e *Testemunha ocular da história*, entoados por outro símbolo do programa, o apresentador Gontijo Teodoro (ESQUENAZI, 1993, p. 25 apud REZENDE, 2000, p. 111, grifos no original)

A partir da década de 1970, a TV Globo começou a se preocupar com a qualidade técnica de seus programas, criando, assim, o “Padrão Globo de Qualidade”.

Com a virtual monopolização da televisão comercial brasileira pela Rede Globo, esta pode gradativamente ir abrindo mão do *popularesco*, ou mantendo-o em horários menos *nobres*. Em seu lugar vai se criando o *padrão global* que consegue, com recursos técnicos cada vez mais sofisticados, *glamourizar* elementos do *popularesco*, desfigurando-o totalmente e eliminando qualquer possibilidade de autonomia que eventualmente ainda existisse em seu interior. (LEAL, 1988, p. 46, grifos no original)

Apesar de findo o acordo com o grupo Time-Life, a TV Globo pode aprender os passos para se tornar uma potência em transmissão nacional e seu grande triunfo está ligado

ao planejamento administrativo e à gestão de público para o mercado publicitário. Mattos (2002) mostra como ela se desenvolveu rapidamente:

A consolidação da TV Globo como Rede Nacional começou em 1969, quando seus programas passaram a ser transmitidos simultaneamente em várias cidades através de microondas. Em 1971, a Rede Globo (...) planejou a publicidade e adaptou programas para diferentes gostos, adequando cada um deles aos resultados das pesquisas socioculturais. Em 1972, com o estabelecimento da televisão colorida no país, a Globo consolidou de vez sua liderança no mercado (MATTOS, 2002, p. 96).

Assim como a TV Globo, outras “emissoras de TV passaram a se organizar e estruturar em redes constituídas de poucas estações produtoras e muitas afiliadas não-produtoras (...) usando ingredientes de apelo de massas para atingir as audiências em geral, particularmente nas classes médias e baixas” (JAMBEIRO, 2002, p. 90-91). Essa manobra de gestão foi uma alternativa para o decreto-lei 236 de 1967 que limitava o direito à propriedade de dez emissoras em todo o território nacional, sendo que no máximo 5 em VHF e no máximo 2 no mesmo estado (JAMBEIRO, 2002, p. 181). Porém, o autor lembra que nossa legislação, hoje em dia, não oferece qualquer tipo de proteção às emissoras afiliadas contra possíveis abusos da rede. “A rede centralizadora e poderosa pode, por exemplo, interferir indevida e excessivamente nos negócios da emissora local” (JAMBEIRO, 2002, p. 182).

Tal característica facilita o oligopólio neste setor, pois no Brasil não há uma proibição à propriedade cruzada de diferentes tipos de emissora, como nos Estados Unidos com o *cross-ownership*¹³. Jambeiro (2002, p. 124) afirma que há um limite de 13 canais no espectro e que “os serviços de TV no Brasil estão organizados em redes nacionais, que afiliam emissoras de TV locais e redes regionais. Isto configura uma situação clara de oligopólio”. O autor ainda ressalta que a afiliação, particularmente à Rede Globo, é um dos mais valiosos ativos econômicos que uma emissora tem. “A afiliada mede o valor da afiliação pela audiência que os programas da rede atraem, e lucra com a venda do tempo que a rede deixa em aberto para anúncios nos intervalos dos programas” (JAMBEIRO, 2002, p. 109).

Preocupados com influencia dos conteúdos dos programas veiculados sobre a população, o Governo começou a fazer, a partir de 1970, recomendações às emissoras, com o pretexto de proteger o interesse nacional. Uma das recomendações era de evitar a importação de enlatados estrangeiros. Mattos (2002, p. 107) afirma que a televisão era lembrada

¹³ Termo em inglês que significa propriedade cruzada, na qual o dono de um veículo de comunicação é impedido de ser proprietário de outro.

continuamente das suas responsabilidades para com a cultura e o desenvolvimento nacional e, a partir de então, ela começou a nacionalizar seus programas.

O autor mostra que tal atitude parece ter tido um saldo positivo ao fazer com que a TV Globo produzisse 75% de seus programas em 1976 e que, após 1977, a ela começasse a ter visibilidade no mercado internacional. Sua representatividade era tamanha que, em 1979, ela foi considerada a melhor rede de TV no mundo ao ganhar o prêmio Salute dado pela Academia Nacional de Artes, dos Estados Unidos. Mattos (2002, p. 109) também lembra que, já naquele ano, a Globo exportava seus programas para mais de noventa países, e que ela não era a única televisão brasileira a exportar programas. “Outras também estavam exportando, principalmente para países latino-americanos”.

Roberto Irineu Marinho (1995, p. 66) afirmou que as diretrizes da Rede Globo, desde seu início são “satisfazer nossos cliente, que são os telespectadores e os anunciantes. As mudanças que fizemos ao longo dos anos – e que foram inúmeras – e as que iremos fazer, estarão sempre voltadas para acrescentar valor ao telespectador e ao anunciante”. Marinho (1995, p. 67) reforça que esta concepção, em se preocupar com a audiência e o mercado publicitário, é a cauda do sucesso da Rede Globo.

Por outro lado, Jambeiro (2002) afirma que o sucesso da Rede Globo está baseado em atitudes bem sucedidas, tanto na alta tecnologia como nos modernos padrões de gerenciamento. Para atrair mais audiência, “estabeleceu padrões de qualidade nos serviços prestados, sobretudo através de um produto televisivo bem definido, combinando apelo de massa, charme artístico e impecável sofisticação técnica” (JAMBEIRO, 2002, p. 95). Com 20 anos de existência, a Rede Globo transformou-se em um conglomerado multinacional com mais de 100 companhias e cerca de 24 mil empregados no Brasil e no exterior (JAMBEIRO, 2002, p. 95). “No final do século XX, a TV Globo (...) é vista em todos os recantos do País, através de 84 estações de TV, 74 das quais sob contrato como afiliadas”.

1.2.1 O Jornal Nacional

“O Jornal Nacional pretende ser a síntese da primeira página de um jornal impresso” (NOGUEIRA, 1988, p. 89 apud REZENDE, 2000, p. 171)

Com o avanço tecnológico e o desejo da integração nacional por meio das telecomunicações, o governo militar implanta no Brasil um sistema de transmissão via satélite, em janeiro de 1969. “Essa conjuntura abriu as perspectivas para o lançamento, em

setembro de 1969, do ‘Jornal Nacional’, transmitido simultaneamente, ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília” (REZENDE, 2000, p. 109). Muitos defendem que existiu uma forte relação entre a Globo e o governo militar.

Na edição de estréia, o locutor Hílton Gomes anunciava, como manchete do dia, que o Governo do país passava temporariamente o controle aos três ministros militares, por causa da doença do Presidente da República, general Costa e Silva. O acaso evidenciava o que para muitos significava mais do que uma simples coincidência. A integração nacional pela notícia, via ‘Jornal Nacional, e o endurecimento da ação do governo militar começavam no mesmo dia. (REZENDE, 2000, p. 110)

Outra característica do Jornal Nacional é a presença do “Padrão Globo de Qualidade” que influencia toda a programação da emissora. O JN eliminou o improviso, impôs uma duração rígida no noticiário, preocupou-se com a estética e aparência física dos apresentadores e do cenário, deu ritmo à notícia na relação texto-imagem, a voz dos apresentadores deviam ter um timbre adequado. (REZENDE, 2000, p. 113-115).

A hegemonia da TV Globo começa a ser construída lentamente, a partir da década de 1970, com a introdução do Padrão Globo de Qualidade, uma concepção de Walter Clark e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, no sentido de dar uma unidade estética e artística para a imagem da emissora. É um período de grande transformação, pois a emissora abandona a linha dos programas extremamente populares, que haviam sido sua marca até então. (HYNGST, 2004, p. 32)

Pode-se observar que a década de 1970 é marcada por um avanço nos formatos e padrões jornalísticos, contudo seu conteúdo não acompanhou seu desenvolvimento, principalmente por conta do período de ditadura. Outros poucos telejornais apostaram em “alternativas” criativas à censura e ao governo militar, mas a grande maioria não sobreviveu. Enquanto isso, o JN se fortalecia, mesmo que “afastado da realidade brasileira” (REZENDE, 2000, p. 115). “A superficialidade no tratamento dos fatos impedia a prática de um jornalismo mais denso e crítico. Mas isso não era algo que preocupava a direção da Globo”.

No início da década de 1980, a censura já estava mais branda e o governo militar não tinha o vigor de antes. Porém, o jornalismo herdado do período militar demorou a modificar-se. Houve uma espécie de nova cultura da censura: a autocensura. Assim, tanto os jornalistas quanto as empresas de comunicação ficaram receosos de realizar seu papel social e fazer uma cobertura midiática mais crítica pós-ditadura. Tais posturas foram se modificando com o passar do tempo, mas, ainda hoje, pode haver uma preocupação entre os profissionais ligados à mídia ao falar mal do Exército ou de militares, principalmente ligado à política e ao período da ditadura no Brasil.

Um ponto muito destacado desse período é o silêncio das emissoras de televisão, principalmente da Rede Globo, com relação às “Diretas-Já!”. Apesar do espaço conquistado nos jornais impressos e em praças públicas, o telejornalismo da época parecia não querer divulgar as manifestações políticas.

O comício da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, espelhou muito bem esse boicote. Enquanto a TV Cultura era a única a realizar a cobertura direta do comício (o que lhe valeu um aumento vertiginoso de audiência), pressionada pelo vigor popular e pela insatisfação de seus próprios funcionários, a Globo resolveu dar uma breve notícia sobre o fato no ‘Jornal Nacional’. Mesmo assim, referiu-se ao comício como se ele fizesse parte das comemorações do 430º aniversário da capital paulista e não tivesse qualquer conotação política. Apesar de distorcer o caráter do evento, a transmissão do ‘flash’, decidida em clima de tensão pelo presidente do grupo, Roberto Marinho, significou uma vitória contra a intransigência da Globo. (REZENDE, 2000, p. 124)

Alguns meses depois, houve uma eleição indireta para Presidente da República e a vitória foi de Tancredo Neves, que adoeceu nas vésperas de sua posse. Assumiu José Sarney, que presidiu o primeiro governo civil depois do golpe em 1964. “A Nova República se instaurava com a perspectiva de se ter de novo uma imprensa livre da censura oficial. E assim foi, em partes apenas” (REZENDE, 2000, p. 125). Isso porque, as concessões dos canais de radiodifusão serviram como moeda de troca para a manutenção do poder de Sarney por 5 anos. O que a Globo tem a ver com esse período de transição? Armando Nogueira, na época diretor de jornalismo da Rede Globo, declarou:

Sofri mais pressão na época da Nova República do que na época do regime militar, até porque nessa época todos nós sabíamos que estávamos censurados mesmo, e segundo porque os militares (por falta de ideologia, por falta de alguém que verbalizasse o que porventura tivessem na cabeça) usavam muito pouco o veículo. Usavam mais para não deixar noticiar certas coisas do que para noticiar outras tantas (...). O Governo Sarney usava para impedir que você noticiasse um lado e para noticiar massacradamente outro lado. No episódio da disputa por quatro ou cinco anos de mandato, o Planalto exerceu sobre a TV Globo uma pressão sufocante. Obviamente que havia também uma cumplicidade da alta direção da empresa. (REZENDE, 2000, p. 125-126)

A Globo não parou com suas preferências editoriais conservadoras. A edição do debate eleitoral de 1989, entre Fernando Collor de Melo e Luis Inácio “Lula” da Silva, foi um fato extremamente coberto por pesquisas acadêmicas e mostra o nível do jornalismo praticado pela Rede Globo naquele determinado período. “A montagem considerada tendenciosa e prejudicial ao candidato Lula que o ‘Jornal Nacional’ exibiu do debate foi o estopim de um desentendimento interno no jornalismo da Rede Globo” (REZENDE, 2000, p. 129).

Um dado positivo da Globo, nesse período, foi mais uma vez ligado ao aspecto estético com a “saída do estúdio” dos apresentadores. A entrada de apresentadores “ao vivo” em outras partes do Brasil ou do globo, diretamente onde estavam as notícias, deu ao Jornal Nacional um diferencial dos outros telejornais que tinham os âncoras opinativos. Na Globo, o âncora não opinava, mas explicava, interpretava e passou a estar no local da notícia (REZENDE, 2000, p. 130)¹⁴.

Em primeiro de abril de 1996, houve uma grande mudança no JN: os dois apresentadores símbolos do telejornal, Cid Moreira e Sérgio Chapelin, foram substituídos por dois jovens jornalistas, William Bonner e Lílían Witte Fibe. “As modificações, na realidade, abrangiam todos os programas jornalísticos da TV Globo e não se limitavam à troca de apresentadores” (REZENDE, 2000, p. 133). Outras emissoras também passavam por mudanças estruturais, por exemplo, depois de 9 anos como âncora no Telejornal Brasil, Boris Casoy deixa sua função para o substituto Hermano Henning e estreou, no dia 14 de julho de 1997, no Jornal da Record, telejornal da emissora com o mesmo nome, tendo como proprietário o bispo evangélico Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus (REZENDE, 2000, p. 134-135).

Um ano após a mudança dos apresentadores do JN, em primeiro de abril de 1997, “um fato tornou-se emblemático da nova linha editorial do ‘Jornal Nacional’: a reportagem do jornalista Marcelo Rezende sobre a truculência policial em Diadema, na Grande São Paulo. A notícia baseava-se em gravação em vídeo da pancadaria feita por um anônimo cinegrafista amador” (REZENDE, 2000, p. 140, grifos no original). É em momentos como esse que a Globo deixa seu Padrão de Qualidade de lado para investir na melhora de seu telejornalismo. Preocupando-se com a comunidade e, inclusive, com a audiência das camadas mais populares.

Uma outra característica do Jornal Nacional é o ritmo de dar as notícias. Geralmente é muito dinâmico e, sempre que possível, cada notícia conta com um auxílio videográfico para complementar as informações em áudio.

O pique do ‘JN’ segue, por sua vez, o ritmo de toda a programação da Rede Globo. O toma-lá-da-cá corre num *timing* de uma agilidade impressionante para oferecer o maior número de notícias no menor tempo possível. A ordem é não desperdiçar nenhum segundo, para não perder o vínculo com o telespectador. (REZENDE, 2000, p. 173, grifos no original)

¹⁴ A apresentação da edição do JN por William Bonner, diretamente do Vaticano, após a morte do Papa João Paulo II, é um exemplo recente e marcante. Há outros mais comuns, como a ida da Fátima Bernardes para cobrir as Olimpíadas “de perto”; e, as entradas “ao vivo” dos correspondentes internacionais, como os frequentes de Nova Iorque, Londres e Roma.

De qualquer forma, a década de 1990 foi marcada por uma clara tendência a uniformização dos conteúdos informativos das redes de tevê. Os telejornais se assemelhavam muito entre si ponto de não se saber qual está no ar, pois a pauta é praticamente idêntica. (REZENDE, 2000, p. 136). Essa homogeneização do conteúdo midiático pode não ser um evento ocorrido apenas no Brasil, mas a partir das trocas de informações e da busca pela audiência, tanto emissoras como jornais impressos, passam a ter os mesmos assuntos e os mesmos pontos destacados da ordem do dia. A criação de agências de notícias e da troca de imagens televisuais entre as emissoras pode ter contribuído para tal característica.

Na década 1990, duas coisas influenciaram as audiências do JN: a não-passividade dos telespectadores frente ao péssimo jornalismo exercido e a implantação da TV por assinatura no país. No primeiro caso, os telespectadores parecem ter aprendido com os escândalos provocados pelo JN em momentos como: da edição do resumo do debate presidencial de 1989 entre Lula e Collor (como foi visto); de ter chamado de “senil” o político Leonel Brizola em 1992 e o direito de resposta dele lido em 1994 por Cid Moreira, entre outros. É possível afirmar que os telespectadores sabem o que querem e o que não querem na telinha, desde que lhe sejam dadas opções de escolhas. “Aos olhos dos telespectadores da grande São Paulo, o telejornalismo brasileiro aparentava mais defeitos do que qualidades (com poucas exceções, casos do ‘Jornal da Manchete’ e do ‘Jornal da Cultura’)” (REZENDE, 2000, p. 137). E, em segundo lugar, o aumento de assinantes de televisão paga fez com que a audiência de toda a televisão aberta diminuísse lentamente ao longo dos anos.

O crescimento da TV por assinatura acabou se transformando por outro lado numa causa da queda da audiência das televisões abertas, com clara repercussão na área do telejornalismo. Por levantamento em boletins do Ipobe, a ‘Folha de S. Paulo’ verificou um declínio progressivo de público da Globo de 1989 até 1994. O ‘Jornal Nacional’, por exemplo, teria perdido, nesse período, 23 pontos de audiência, caindo de 60 para 37 (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 10-11 apud REZENDE, 2000, p. 139).

Em fevereiro de 1998, Lílían Witte Fibe é substituída pela esposa de Wiliam Bonner, Fátima Bernardes. O casal passou a ser referência de credibilidade, tendo a sua vida particular¹⁵ estampada nas capas de revistas de “Televisão/Sociedade”¹⁶, como Caras – a de maior prestígio no ramo. Esta é a história do modelo tão admirado e criticado do telejornal brasileiro líder de audiência. O ‘Jornal Nacional’ ainda é a principal, quando não a única, referência informativa para a maioria dos brasileiros (REZENDE, 2000, p. 143).

¹⁵ O nascimento e a vida com seus filhos trigêmeos foi freqüentemente noticiada por este segmento de informação.

¹⁶ Natureza da publicação, conforme definida pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação).

1.3 TV Cultura e as TVs Educativas

A história da comunicação pública no Brasil teve dois momentos significativos. A rádio de Roquete Pinto e a TV Cultura, de São Paulo, ambas, respectivamente da Fundação Roquete Pinto e da Fundação Padre Anchieta. (CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 2007, p. 26)

Em setembro de 1960, na cidade de São Paulo, foi inaugurada a Televisão Cultura, uma emissora privada, a segunda paulista do grupo Diário Associados de Assis Chateaubriand. Anos mais tarde, o governo militar estava preocupado com a educação nacional e enxergava a televisão como uma boa aliada – exigia que programas educativos fossem veiculados nas emissoras comerciais. E em 1967, em plena ditadura, o Governo Federal incentivou o surgimento de TVs Educativas – não públicas, mas estatais.

Dois fatores parecem ter contribuído para que o Brasil tenha o enfoque das TVs Educativas com mais vigor a partir de 1960: a pressão exercida internacionalmente pela Unesco para utilizar a TV de modo a atender as necessidades educacionais nos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, vender o novo produto de comunicação; e, a necessidade de mão-de-obra especializada, como um resultado do processo acelerado de industrialização, afim de atender às demandas do modelo econômico (JAMBEIRO, 2002, p. 122; LEAL, 1988, p. 38). “Em São Paulo, o Governo criou, em 1963, o Serte – Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão, que começou produzindo e transmitindo 10 horas semanais de aulas, através da TV Cultura, então uma empresa privada” (JAMBEIRO, 2002, p. 122) – na época uma emissora dos Diários Associados. Em 1965, um incêndio destruiu uma grande parte dos estúdios e equipamentos da TV Cultura, Canal 2. “Já se podia antever na TV Cultura o início do desmoronamento daquele que havia sido o mais poderoso conglomerado de comunicações do Brasil, fato que acabou se concretizando definitivamente ao final dos anos 70” (LEAL, 1988, p. 20).

A TV Educativa foi instituída legalmente pela Lei 5.198, aprovada em 03/01/1967. (JAMBEIRO, 2002, p. 85). “A pioneira delas foi a TV-U Canal 11 de Recife, criada em 1966 e mantida pela Universidade de Pernambuco” (HYNGST, 2004, p. 37). O Decreto 236 de 1967 modificou o Código Nacional de Telecomunicação quanto às TVs Educativas declarando que estas deveriam apenas transmitir programas educacionais como aulas, conferências, palestras e debates; “não poderiam aceitar publicidade direta e indireta, nem patrocínio; somente os governos federal, estadual e municipal, universidades e fundações de direito público poderiam operar TVs educativas” (JAMBEIRO, 2002, p. 123).

Foi então que, em 26 setembro de 1967, o então Governador do Estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, decretou a Lei Estadual nº. 9.846 que autorizava “o Poder Executivo a formar uma entidade destinada a promover atividades educativas e culturais por meio do rádio e da televisão”. Criou-se, assim, a Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas responsável pelas rádios e TV Cultura, que adquiriu de Assis Chateaubriand em 1967. A compra da TV Cultura pelo Governo do Estado “tratava-se de um projeto liberal de comunicação formulado num período de transição do liberalismo para o autoritarismo e implantado sob um regime ditatorial” (LEAL, 1988, p. 13). Apesar de ser “fundada” em 1967, a primeira transmissão da TV Cultura ocorreu em dois anos após, em 15 de junho de 1969. José Bonifácio Coutinho Nogueira, primeiro presidente da Fundação Padre Anchieta, em seu discurso de inauguração da TV Cultura, declarou:

A filosofia do nosso trabalho busca a democratização do ensino e da cultura. Queremos conquistar para o povo a igualdade de oportunidades, através dos modernos métodos e processos de divulgação. (...) O Governo Abreu Sodré deu à Fundação Anchieta o instrumental e a independência necessários. Os artistas, os cientistas, os professores, os intelectuais, estão, desde já, convocados para o esforço comum que a TV-Educativa espera de todos eles. (...) A nação colherá um dia os frutos de mais este esforço paulista no sentido de preparar os brasileiros para o desenvolvimento econômico retardado pelos que, no passado, não o alicerçaram na cultura do povo e, agora, acelerado pelos que o fundamentam a educação (NOGUEIRA, 1969 apud LEAL, 1988, p.23)

Ottondo (2002, p. 274) afirma que “a TV Cultura de São Paulo é o único canal de televisão com espírito efetivamente público no Brasil”¹⁷. Isso se deve principalmente pela autonomia administrativa, política e financeira da Fundação Padre Anchieta (FPA) diante dos recursos repassados pelo Governo de São Paulo para gerir a TV Cultura – aprovados anualmente pela Assembleia Legislativa. De acordo com o seu atual estatuto, a FPA é “uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia jurídica, administrativa e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos”. Este é a primordial diferença entre a TV Cultura e outras TVs educativas, ou seja, ela é independente administrativa e economicamente. Muylaert (1995, p. 137) comenta que a lógica da TV Cultura parece com o mistério da Santíssima Trindade: “ninguém entende bem como funciona, mas gosta enquanto funciona”. O autor reforça, também, a autonomia política da Fundação Padre Anchieta:

¹⁷ No momento da declaração a TV Brasil não havia sido instalada. A TV Brasil é a primeira televisão brasileira que nasceu pública. A TV Brasil é o resultado da unificação de programação de três emissoras federais: TVE/RJ, TVE/MA e Radiobrás/TV Nacional de Brasília. Ela tem como gestora a EBC – Empresa Brasil de Comunicação – que é uma empresa estatal vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Por causa disto, o início da TV Brasil foi conturbado e taxado como porta-voz do governo, sendo questionado se ela seria, portanto, uma emissora de fato pública ou estatal por conta de seus posicionamentos editoriais.

Apesar de contribuir com 30 milhões de dólares anuais, o Governo estadual não interfere nem na nomeação de um office-boy, nem para pedir que alguém entre no programa Roda Vida, o que faz com que ela seja uma emissora efetiva e disponha de uma audiência significativa (MUYLAERT, 1995, p. 137).

A TV Cultura acaba por se consolidar como uma emissora brasileira mais próxima de uma televisão pública, seja pelo seu modelo de gestão – gerida por meio de um Conselho Curador formado por 45 membros, dos quais apenas 11 são indicados e o restante é formado por representantes da sociedade civil – ou pela programação de qualidade que contrapõe os valores mercadológicos das emissoras comerciais – por exemplo, os programas infantis Vila Sésamo, de 1972 e Castelo Rá-Tim-Bum, de 1994.

Foi a TV Cultura, emissora educativa paulista da Fundação Padre Anchieta, que praticou efetivamente o conceito de televisão pública inspirado no exterior, deixando de lado o modelo professoral didático. Esse foi um momento decisivo, não só pelo financiamento da TV pelo Governo do Estado de São Paulo, mas principalmente pela parceria com a iniciativa privada num sistema de incentivo cultural. Sem a implantação desse modelo e sem a paixão, a dedicação, a consciência e o talento de uma equipe apaixonada, a marcante e duradoura experiência da TV infantil nacional não teria se consolidado. Naquele momento, buscou-se incansavelmente uma programação infanto-juvenil criativa e instigante. (...) Com essa opção, pode-se afirmar que a programação caminhou fortemente ao encontro dos princípios de cidadania, e, no decorrer de sua história de mais de 30 anos, nunca a TV pública esteve tão perto da população quanto quando fez essa opção determinante, conseguindo grande simpatia e justificando sua existência perante a sociedade. (CARMONA, 2006, p. 23)

Sua programação está estruturada em quatro pilares fundamentais: educação, cultura, informação e entretenimento. A grade balanceada da TV Cultura e sua característica de atender a todos os segmentos da sociedade de uma forma horizontal deram a ela um prestígio marcado pelo seu comprometimento com seu público. Mas é no noticiário jornalístico e nos programas infanto-juvenil que ela sempre se destacou. Foram vários prêmios recebidos ao longo de sua existência. Dentre eles, os prêmios Jabuti da Câmara Brasileira do Livro e Emmy da Unicef.

Um fato que marcou o jornalismo da TV Cultura ocorreu em outubro de 1975 com a morte de seu diretor Vladimir Herzog por militares. Oliveira (2006, p. 204) lembra que Vlado, como era pelos amigos, tinha uma visão da TV Cultura como uma televisão pública com responsabilidade social e acreditava ter problemas na grade de programação da época. “Vlado denunciou defeitos no modelo vigente da grade de programação, tais como: indefinição de objetivos, alto grau de elitismo e desconhecimento do público-alvo”. Apesar de apontar essas

deficiências, ele nunca pôde colocá-las em prática, mas as mudanças propostas por ele ficaram nítidas no telejornalismo da TV Cultura após sua morte.

Em 1981, um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério das Comunicações proporcionou a ampliação do alcance da TV Cultura no interior do Estado de São Paulo. Mas apenas depois de 1988 as TVs educativas conseguiram, através de decreto, permissão para expandirem seu sinal. Em 1992, a TV Cultura inaugurou a nova antena no Sumaré em São Paulo, “melhorando as transmissões na região metropolitana de São Paulo e ampliando 50% a sua recepção no Estado. Dessa forma, o canal passou a ser visto em 440 municípios, com um público potencial equivalente a 37 milhões de pessoas” (OTONDO, 2002, p. 280). Segundo informações da Fundação Roquette Pinto, neste mesmo ano, o sinal das emissoras de televisões educativas no Brasil alcançava 1.086 municípios, com uma clientela potencial estimada em 87 milhões de pessoas (MATTOS, 2005, p. 148). E, “as transmissões da televisão comercial, por sua vez, já atingiam, desde janeiro de 1995, uma cobertura geográfica de praticamente 100% dos municípios brasileiros”.

Em 1993, a TV Cultura teve acesso à transmissão via satélite, o que permitiu a difusão nacional de sua programação. Em meio ao desenvolvimento do setor, foi realizada uma assembléia geral com dirigentes de diferentes emissoras, na sede da TV Cultura, em 28 de outubro de 1998, e criou-se a ABEPEC (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais)¹⁸. A ABEPEC é, hoje, uma rede de 21 emissoras publico-educativas espalhadas pelo território nacional com uma abrangência de 2.890 municípios. Um ano depois, em agosto de 1999, foi constituída a Rede Pública de Televisão (RPTV), contando com a participação de 19 emissoras. A Rede Pública de Televisão é um espaço onde as emissoras associadas transmitem, em tempo real, uma programação compartilhada para todo o território nacional. A TV Educativa do Rio de Janeiro e a TV Radiobrás, ambas do Governo Federal, juntaram-se à RPTV em 2003.

As duas grandes emissoras que têm capacidade de produção de conteúdo da RPTV são a TV Cultura de São Paulo e a TVE Brasil: “40% das emissoras associadas (AL, AM, BA, ES, RN, SC e TO) ocupam entre 80% a 95% de sua grade de programação com material gerado pelas duas. A programação captada da TV Cultura representa em média 46,47%”

¹⁸ A idéia de centralizar as emissoras educativas começou em 1981, com a Funtevê, que passa a ter sob seu controle a TV Educativa do Rio de Janeiro (atual TV Brasil) e a antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – criada a partir da iniciativa do antropólogo Edgar Roquette Pinto –, além de exercer uma influência maior sobre as emissoras das universidades federais (LEAL, 1988, p. 36-38). A Funtevê foi criada, principalmente, para as emissoras federais. Isso criou um ponto de atrito, visto que “não existem apenas emissoras públicas e educativas na área federal. Há emissoras estaduais, como é o caso da Rádio e Televisão Cultura de São Paulo e, até, emissoras controladas por prefeituras municipais”.

(ABEPEC, 2006, p. 47). Das 2.890 cidades que recebem o sinal da Rede Pública de Televisão, mais de 2.700 municípios recebem a transmissão “ao vivo” do Jornal da Cultura, sendo esse o principal telejornal da RPTV, enquanto a TV Cultura e suas retransmissoras são responsáveis de emitir o sinal para apenas 745 deles.

A mudança de emissão do sinal para uma abrangência nacional modificou a grade de programação da TV Cultura e, também, o enfoque de seu conteúdo. “Buscar novas fontes de produção nas regiões, valorizando a diversidade cultural do país, identificar e dar espaço a novas vozes e fazer reluzir na tela os múltiplos, e até então desconhecidos, rostos do verdadeiro Brasil, impôs-se como um desafio novo, e que anos mais tarde viria a construir as bases do novo jornalismo de televisão pública, que hoje se procura implantar na programação” (OTONDO, 2002, p. 281).

Assim tornou-se ainda mais complicado calcular a audiência da TV Cultura que, além das retransmissoras e das parcerias com outras emissoras, sua programação também é exibida em canais de TV por assinatura. Otondo (2002) indaga sobre o papel social da TV Cultura:

No caso da TV Cultura, ninguém se deu ao trabalho de contabilizar a contribuição do canal para a sociedade. Sabendo que as 23 emissoras regionais dos Estados brasileiros recebem gratuitamente, via satélite, a programação da TV Cultura, e que essa programação, sobretudo a infantil, apresenta produções adquiridas no mercado internacional (sendo posteriormente dubladas para o português), perguntamo-nos: qual é o valor desse serviço? A quem interessa mantê-lo? A que preço? (OTONDO, 2002, p. 287-288)

Carrato (2005b, p. 2) reforça que “a emissora que mais se aproxima do modelo público no país é a TV Cultura, de São Paulo (...). As demais emissoras educativas e culturais (...) não passam de meros porta-vozes de governos, políticos ou entidades que as controlam”. A única característica da TV Cultura não poder ser considerada pública, para a autora, reside no fato de que “em seus 35 anos de existência, está longe de possuir a necessária independência financeira, a fim de cumprir efetivamente a missão de educar e dar ênfase às questões da cidadania”.

Tal crítica está relacionada com a sua autonomia político-financeira, já que o seu orçamento está muito abaixo do que seria necessário para um bom desempenho. Como o Governador do Estado de São Paulo não pode interferir na gestão da Fundação Padre Anchieta, “a forma encontrada para pressioná-la tem sido através do não repasse de recursos, mesmo que devidos. É exatamente neste ponto que reside a fragilidade do ‘modelo brasileiro’ de TV pública” (CARRATO, 2005a, p. 8).

Na verdade, há uma considerável disparidade entre as emissoras comerciais e as não-comerciais, principalmente no que diz respeito ao orçamento. “Enquanto, nas TVs educativas, os avanços, quando aconteciam, se davam a passos de tartaruga, os avanços na TV comercial no Brasil batiam todos os recordes, devidamente apoiados e estimulados pelo poder público” (CARRATO, 2005a, p. 5). Essa é a grande luta de uma televisão pública, como a TV Cultura: ter uma verba abaixo do que é exigido para funcionar em condições plausíveis.

Somando o dinheiro estatal destinado à TV Cultura e a venda de seus produtos, estima-se que a emissora receba cerca de 120 milhões de reais por ano – “a TV Cultura de São Paulo tem cerca de 15% de sua receita proveniente dessa venda. (...) No caso da TV Cultura de São Paulo, 55% do orçamento é gasto com custeio e pessoal”. (ABEPEC, 2006, p. 51). A venda de produtos com a marca Cultura só veio mais recentemente, porém Jambeiro (2002) lembra que, já nos anos 90, embora fossem proibidas pela legislação, muitas emissoras educativas passaram a aceitar patrocínio para ajudar a custear seu orçamento:

Em 1993, a TV Cultura de São Paulo conseguiu patrocínio para todos os seus programas, no valor de U\$ 4 milhões, para um orçamento total de U\$ 30 milhões, recebidos do Governo do Estado de São Paulo. Foi, então, multada 300 vezes pelo Ministério das Comunicações, mas recusou-se a pagar as multas e nada lhe aconteceu. No final dos anos 90 praticamente todas as emissoras de rádio e TV de caráter educativo, em todo o país, estavam operando com patrocínios e mesmo com anúncios (JAMBEIRO, 2002, p. 124)

Ainda em meados dos anos 90, seguindo o exemplo da BBC, a TV Cultura fez uma proposta para que fosse cobrada uma pequena taxa na conta de luz da população do Estado de São Paulo – algo em torno de R\$ 1,00 por conta. “Independente dos méritos da proposta, foi combatida pelos mais diversos setores, capitaneados pelas emissoras comerciais” (CARRATO, 2005b, p.8). Para a autora, essa foi uma lição que mostra que dificilmente haverá um pagamento direto do contribuinte para a manutenção de uma televisão pública. “Além do país possuir uma cultura negativa em relação a tudo que é público (...), dificilmente o cidadão comum aceitará pagar mais um imposto por um serviço que acredita obter de graça dos canais comerciais”.

Assim, a única alternativa legal de financiamento é o apoio cultural¹⁹ – que se diferencia enormemente do anúncio comercial. “O apoio cultural funciona como um casamento, onde a imagem de um programa de qualidade se transfere automaticamente para a imagem de qualidade de um produto anunciado” (MUYLAERT, 1995, p. 139).

¹⁹ Art 19 da lei 9.637 de 15 de maio de 1998.

Aceitam-se até 6 minutos de comerciais por hora de programação, e as regras são claras: é proibido o estímulo direto ao consumo, o testemunho de uso de produtos, a demonstração de uso ou consumo, texto ou linguagem superlativos ou comparativos, promoção de mensagens com alusões eróticas, citação de preço de produto e condições de pagamento, bem como publicidade de álcool, tabaco, remédios, alimentos, entre outros. Em resumo, tudo o que disser: ‘tome’, ‘compre’, ‘coma’, ‘use’, etc., está proibido. Permite-se a descrição de benefícios ou atributos, logomarcas, campanhas de interesse público, produtos culturais e tudo o que não incluir comando de uso ou ação. (OTONDO, 2002, p. 289-290)

Esta tem sido uma alternativa adotada pelas TVs educativas, incluindo a TV Cultura que aproveita também para ganhar algumas cifras com a venda de DVDs de seus programas e outros produtos por meio da Cultura Marcas.

A TV Cultura, embora não se guie necessariamente pelos índices de audiência, tem que levá-los em conta para avaliar a adequação de seus programas com relação ao público ao qual se apresenta, e para delinear as suas novas políticas de venda de publicidade, necessária para complementar o orçamento do canal. (OTONDO, 2002, p. 286)

O mais recente avanço no aspecto da radiodifusão pública está presente na medida provisória 398 de 2007, que foi convertida na Lei 11.652 de 2008. De acordo com ela, o Governo Federal define os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que é responsável por formar a Rede Nacional de Comunicação Pública. A Lei institui também a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – contribuição anual proveniente dos serviços de telecomunicações.

1.3.1 O Jornal da Cultura

“O telejornalismo praticado pela TV Cultura sustenta-se em três princípios. *Independência*, pela qual se preconiza que uma emissora pública deve servir aos *telespectadores e não a grupos de indivíduos*. O *Manual de Redação da TV Cultura* sugeria, ainda nesse sentido, que ao jornalista cabe *defender os direitos do telespectador em todas as instâncias e contra qualquer antagonista*. *Precisão*, que se baseia no pressuposto de que a *informação de qualidade só existe se for correta, precisa* e que *só é notícia o que decorre dos fatos* e não de uma realidade virtual. *Equilíbrio*, traduzido pela postura de “ouvir sempre todos os lados envolvidos numa mesma história”, o que exige do jornalista o tratamento de *pessoas, instituições, eventos e opiniões com distanciamento crítico, ética e justiça*.” (NASCIMENTO *et. al.* 1997, p. 26 apud REZENDE, 2000, p. 177-178, grifos no original).

No telejornalismo da TV Cultura, “a carência de recursos materiais é compensada por uma prática inusitada para a televisão daquela época: o jornalismo interpretativo. Tratava-se de uma fórmula arrojada levando-se em conta o grau de censura imposto no início da década de 70 a toda a imprensa brasileira.” (LEAL, 1988, p. 53-54). Os programas “Foco da Notícia”, semanal, e o “A Hora da Notícia”, diário, traziam um contexto amplo, discutindo causas e efeitos de um assunto. Este último não tinha uma grande preocupação com a forma, mas todos os assuntos tinham uma ligação com o telespectador e era voltado para a realidade brasileira, dando prioridade ao depoimento popular (REZENDE, 2000, p. 112).

“Essa prática foi viável durante algum tempo em decorrência dos baixos índices de audiência da emissora e do jornalismo em particular. Mas as características peculiares desses telejornais acabaram atraindo a atenção da audiência e conseqüentemente daqueles que se sentiam incomodados com as denúncias ali formuladas. Em 1974 praticamente toda a equipe de jornalismo é demitida por ordem do Palácio do Governo. A ‘gota d’água’ foi a transmissão de uma reportagem sobre demissões de trabalhadores de uma empresa pesqueira, cujo proprietário era ligado ao chefe da Casa Civil do Governo” (LEAL, 1988, p. 54)

Por uma mudança na programação, esses programas foram tirados do ar. “Por exemplo, substituiu o telejornal ‘Hora da Notícia’ por aulas de alemão” (LEAL, 1988, p. 54). Entre os demitidos estava Vladimir Herzog. Ele voltou à TV Cultura, como diretor de jornalismo, e tinha um projeto de programação popular, presente na obra “Dossiê de Herzog” de Fernando Pacheco Jordão (1979):

1. Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige.
2. Um telejornal das emissoras do Governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso ‘esquecer’ que se trata de emissora do Governo. Basta não adotar uma atitude servil.
3. Vale a pena partir para uma ‘jornalistização’ da programação da TV-2: mais documentários semanais ou mensais, debates misturados com reportagens, programas-pesquisa.
4. É preciso dotar o setor de Jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas, direta ou indiretamente necessitados de trabalhos jornalísticos.
5. Política de programação que vise objetivos prioritários, relacionados com a realidade em que vive a porção de público que se pretende atingir em determinado horário e determinado programa. Vlado (como era chamado pelos amigos) indicava ainda, no mesmo trabalho, alguns defeitos que considerava fundamentais na TV Cultura: ‘indefinição de objetivos; desconhecimento do público a que se dirige; amadorismo na escolha de temas e na própria realização dos programas; alto grau de elitismo, levando a índices de audiência praticamente nulos’ (JORDÃO, 1979 apud LEAL, 1988, p. 55, grifos no original)

Antes que sua proposta fosse implantada, Vlado (como era conhecido) foi alvo de tortura militar e foi assassinado. Outros dois programas jornalísticos, da época, merecem certo destaque: “Interação” e “Vox Populi”.

O primeiro realizava uma experiência pioneira na televisão brasileira: analisava com profundidade os dois fatos mais importantes da semana ocorridos no mundo. Dedicava a cada um quinze minutos, onde eram situados historicamente, descritos através de sons e imagens e analisados por jornalistas, políticos e cientistas sociais. (...) E o ‘Vox Populi’ trazia aos estúdios da televisão, para responder a perguntas formuladas nas ruas, pelo povo, líderes políticos, sindicais e religiosos nem sempre identificados com o regime. (LEAL, 1988, p. 57)

Uma característica do jornalismo praticado na TV Cultura está ligada à questão da audiência. Não se tem uma preocupação direta com o que é exibido e o retorno em índices de telespectadores. “Por considerar o telejornal *um serviço*, a *boa audiência* é vista como *resultado de bom trabalho* e precisa estar sempre *conciliada com padrões culturais elevados*” (REZENDE, 2000, p. 178, grifos no original). Assim como os outros telejornais da emissora, o Jornal da Cultura tem “um compromisso inadiável com o público: contar histórias das pessoas, sem cair nas armadilhas dos interesses privados, do mercado ou político-partidários” (OTONDO, 2002, p. 281-282).

Histórias relativas à vida (meio ambiente, qualidade de vida, ciência, tecnologia, saúde), ao desenvolvimento da cidadania (políticas públicas, serviços, informações úteis e explicações sobre decisões do Governo), ao enriquecimento cultural (artes, cultura popular, criação, grandes espetáculos), para começar. Dar a toda informação ou notícia um tratamento adequado, sistemático, profundo, isento do sensacionalismo do momento. E, finalmente, procurar a mudança, a mobilização, e o fortalecimento das relações sociais. Procurar fontes alternativas de informação e, acima de tudo, ouvir as pessoas. A apresentação dos jornais de notícias em estúdio sofreu uma reforma radical, colocando os apresentadores em cena de maneira mais informal e próxima das pessoas. Reflexão, análise, indagação: assim, as reportagens são mais longas, a edição mais elaborada, o trabalho de câmera mais autoral e a notícia mais humana e pessoal. (...) O novo jornalismo permite consolidar a sua missão pública. Assim, vai sendo estruturado o conceito de uma televisão a serviço do interesse público (...) e não como veículo à disposição dos interesses políticos, econômicos ou setoriais. (OTONDO, 2002, p. 282)

O Jornal da Cultura tem se pautado pela rubrica do Jornalismo Público que “tenta criar novas possibilidades de relação entre o telespectador e a notícia, ainda que tome como referência aquele mesmo formato comercial adotado pelas demais emissoras” (COSTA, 2005, p. 8). Por exemplo, o uso da figura do âncora. O primeiro jornalista a atuar como âncora no Brasil foi o jornalista Joelmir Beting, na Bandeirantes, no início da década de 1980. Em

março de 1988, o modelo foi seguido por Boris Casoy, no Telejornal Brasil, do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). Foi então que a TV Cultura lançou em agosto de 1988 o “Jornal da Cultura”, com o ex-repórter global Carlos Nascimento. O primeiro âncora ficou na emissora apenas por 6 meses. “Os elogios à atuação de Nascimento (...) não foram suficientes para mantê-lo no ‘Jornal da Cultura’. Em março de 1989, ele se transferiu para a TV Record, onde ficou até meados de 1990” (REZENDE, 2000, p. 127).

Apesar da rubrica de jornalismo público, o telejornalismo da TV Cultura também apresenta algumas características típicas do modelo comercial. Na verdade, o jornalismo público está contaminado com influências do jornalismo comercial. As qualidades de um jornalismo público deveria ser a de contextualizar a abordagem de um fato e diversificar as fontes, trazendo um pluralismo de idéias que evidencia explicitamente as contradições de uma cobertura jornalística.

No entanto, apesar de ainda não praticar tais qualidades, podemos dizer que o Jornal da Cultura ainda é uma alternativa apresentada pelos canais de televisão aberta no Brasil. Ele põe-se em oposição a todos os outros telejornais quanto a sua abordagem cidadã e seu caráter de discutir e debater uma variedade de questões, sem dar muita ênfase à audiência e à espetacularização da notícia.

O ‘Jornal Nacional’, da Rede Globo, e o ‘Jornal da Cultura’, da TV Cultura, podem ser considerados paradigmáticos desses estilos, pela tradição que representam. O ‘Jornal Nacional’ há mais de três décadas utiliza-se, com algumas adaptações, de procedimentos inspirados no jornalismo comercial norte-americano e serve de referência para os outros telejornais brasileiros que atuam nesta mesma linha. O ‘Jornal da Cultura’ tem sistematizadas orientações para procedimentos de Jornalismo Público, baseado nas concepções que orientam a produção da TV Pública européia, especialmente da BBC, e um claro posicionamento editorial no sentido da formação da cidadania em seu público. (COSTA, 2005, p. 123, grifos no original)

Após esse breve esboço sobre a implantação da televisão no Brasil e as diferenças entre a Rede Globo e a TV Cultura de São Paulo, discutiremos um pouco como se dá a relação entre o telejornalismo realizado por elas, suas linguagens e recursos, e a cidadania exibida na telinha.

2 Telejornalismo e Cidadania

Lugar de conteúdo não é no telejornalismo. Telejornalismo, como eu compreendo, é superficial, impressionista, rapidíssimo e dá para as pessoas um blá-blá-blá. (Luís Fernando Mercadante, editor de jornalismo da Globo, ECA/USP, 1978 apud REZENDE, 2000, p. 115-116)

O telejornal é um tipo de programa jornalístico televisual muito conhecido pelos telespectadores. O seu formato é diferente do restante da programação da televisão. Ele não se assemelha com novelas ou programas de auditório, que podem contar com a participação da platéia ou da audiência. O telejornal é geralmente feito em privacidade, ou seja, com no máximo três apresentadores que, de dentro do estúdio, chamam reportagens e convidados. No Brasil a grande maioria deles traz dois apresentadores no vídeo que ficam posicionados atrás de uma bancada de onde lêem as notícias. Esse formato, que é originário do rádio, é antigo.

O formato pioneiro no gênero telejornal foi o noticiário, com o apresentador lendo textos para a câmera, sem outras imagens nem ilustrações. O primeiro formato a aparecer no vídeo mantém, até hoje, sua fórmula básica: um ou mais apresentadores lêem os textos e apresentam as reportagens externas realizadas pelos jornalistas, ao vivo ou gravadas. Comentaristas especializados também fazem parte dos principais telejornais (SOUZA, 2004, p. 152).

Ao deparar com tal formato, o telespectador logo identifica que tal programa se trata de um telejornal – pode-se fazer um teste de assistir a uma emissora de um outro país da qual não se compreende sua língua e, mesmo assim, é possível identificar o gênero jornalístico na tevê²⁰. E ele é um dos poucos programas na televisão, atualmente, que é veiculado ao vivo – com exceção aos horários na madrugada e em canais a cabo, onde é aceitável fazer a exibição gravada do telejornal. “Os principais telejornais continuam sendo transmitidos ao vivo, pois dão um tom de atualidade e permitem a realização de entrevistas em diversos pontos do país e do mundo” (SOUZA, 2004, p. 152). É sabido, na área de televisão, que gravar um telejornal para ser exibido a posteriori exige um trabalho extra se comparado à sua veiculação ao vivo.

“Como a maioria dos fatos noticiados por um telejornal não ocorre enquanto o programa está no ar, a transmissão direta passa a ser parte fundamental de estratégias que visam simular uma proximidade temporal entre a sua ocorrência e a sua transmissão pelo telejornal” (FECHINE, 2006, p. 142)

Além do caráter da imediatividade, o telejornal, apesar de estar na plataforma eletrônica, assume os compromissos sociais herdados do jornalismo impresso. Ele tem o seu

²⁰ Para compreender mais sobre o assunto, ver “modo de endereçamento” (GOMES, 2006, p. 107-138)

papel social de informar e representar a sua audiência, fiscalizando o poder em benefício do interesse público (*accountability*). Tal papel se torna ainda mais importante no caso do telejornalismo ao pensar que, na televisão o próprio meio é uma concessão pública cedido os direitos para a sua exploração, ou seja, toda a transmissão é direito público. Assim, as emissoras de televisão deveriam se preocupar com aquilo que é público e ter o bem-estar comum como seu objetivo final. Sabemos que, no entanto, ao menos no Brasil, isso não ocorre. As concessionárias acabam por explorar a seu bem prazer a fim de, na maioria dos casos, aumentar seu lucro. Assim, a maioria das emissoras televisivas não se importa com seu papel de debater, de educar, de representar seu público, o foco de sua programação está em adquirir maior audiência para que possam vender os espaços publicitários por preços maiores aos anunciantes. E, ao fazer isso, criam-se novos consumidores em potencial espalhados por todo o território nacional.

Feita para todos, e portanto para ninguém em particular, a programação da TV é construída sem levar em consideração os valores culturais específicos de cada região que atende, e é consumida sem que se perceba essa desvalorização. Ao invadir o espaço do cotidiano, a televisão passa a modificá-lo, adequá-lo a um conjunto de normas, principalmente de comportamento. Essas normas integram inclusive as discussões interpessoais, que, por sua vez, fazem parte da pauta, e, como uma espiral sem fim, alimentada pela tendência do momento, a televisão legitima a apresentação de padrões sociais. Essa padronização cria uma repetição. (VEIGA, 2002, p. 40).

O mesmo ocorre com o telejornal que exhibe notícias e reportagens para um público médio e o enquadra em um conjunto de comportamentos que ditarão as conversas diárias. O telespectador, por sua vez, acaba por assimilar esses enquadramentos, que se tornam universais, e passam a influenciar o modo como os produtores do telejornal visualizam seu público-consumidor. É um processo repetitivo que se retro-alimenta infinitamente.

O telejornal é construído de modo a padronizar sua estrutura que segue um mesmo modelo. Veiga (2002) defende que em um telejornal há três tipos de regras: as técnicas, as estéticas e as ideológicas. As primeiras dizem respeito às técnicas “do tempo, das imagens ao vivo, das notícias de agências internacionais, da entonação e da postura do apresentador”. Já as estéticas, incluem, “a beleza física, as cores das roupas e a maquiagem dos apresentadores, o cenário, o plano de fundo, dentre outras”. Por fim, as ideológicas, “uso de determinadas imagens, expressões e palavras” (VEIGA, 2002, p. 40).

Para a autora, a técnica está ligada à estrutura da notícia e ao tempo, pois o tempo deve ser exato no preenchimento da grade horária e, simultaneamente, as notícias devem ser curtas

e objetivas. “Notícias importantes, que no jornalismo impresso podem chegar a ocupar uma página de jornal standard²¹, na televisão são apresentadas em aproximadamente 2 minutos” (VEIGA, 2002, p. 41). Se tomarmos como parâmetro a televisão comercial, o tempo é de fato sinônimo de dinheiro. Isso porque, os intervalos comerciais são fundamentais para o seu financiamento e lucro. Já nas emissoras públicas ou educativas, em que a preocupação com os apoios culturais ocorre em um nível muito menor, elas se esforçam para manter um horário fixo e reter a atenção do telespectador durante os intervalos do telejornal, neste caso não para um produto comercial, mas para uma notícia que virá a seguir.

Por outro lado, a técnica também faz com que a notícia se torne mais verdadeira que a própria realidade, criando uma hiper-realidade. O telejornalismo busca reconstruir a verdade por meio da representação da realidade do cotidiano, utilizando principalmente a narratividade.

A construção da imagem passa a ter um papel mais importante do que a própria realidade. Essa inversão de valores compromete a intenção do telejornalismo, pois deforma e molda conforme os objetivos da empresa, do editor, do repórter, do cinegrafista. A encenação passa a fazer parte da realidade, onde se reproduz a entrega de uma carta, a fila de sopa, o trabalho do entrevistado. Existe um autor que determina o ângulo, o melhor momento, a melhor fala, a cena, a construção da informação e a melhor seqüência, independente da linearidade temporal, não respeitando a construção lógica do entrevistado (VEIGA, 2002, p. 46)

A segunda regra, diz respeito à estética. A autora brinca que “cabelos despenteados, dentes manchados de batom, gravatas tortas, camisas manchadas de suor são elementos discordantes, não aceitos na tela do veículo que reproduz a moda” (VEIGA, 2002, p. 46-47). A aparência dos apresentadores tem um papel fundamental na relação com o telespectador. Não apenas pelas suas roupas, mas também por sua colocação em um cenário, pela imitação de sua voz ou pela expressão facial antecipando um acontecimento triste ou alegre.

A estética pode ser observada também no tratamento das imagens. Não é aleatório que determinadas cenas ou quadros vão ao ar em detrimento de outras opções. Caso haja duas, sempre a que tiver uma melhor composição visual será a escolhida. É raro assistir imagens distorcidas ou mesmo com trepidação em telejornais de horário nobre, mas se o cinegrafista grava uma perseguição policial e o fato é relevante a ponto de superar a preocupação estética, adeus para o “padrão de qualidade”.

²¹ Formato de jornal impresso mais utilizado no Brasil, como o da Folha de S. Paulo.

Por fim, a autora apresenta a imposição ideológica feita pelos telejornais, já que são eles que enquadram o mundo, ou seja, o apresentam de uma maneira particular. A questão da presencialidade, por meio de gravações ou *links* ao vivo, apresentam uma justificativa de que o repórter ou o cinegrafista esteve no local e isso traz consigo uma carga ideológica extra. Por exemplo, ouvir alguma coisa pela boca de um terceiro não tem o mesmo impacto de estar no local e observar por si mesmo o que ocorreu – ou as marcas deixadas pelo ocorrido.

Cabe à mídia organizar as informações que, em um primeiro momento, são observadas pelo autor da matéria. O repórter faz a sua leitura dos fatos, o cinegrafista mostra o acontecimento por meio das suas interpretações de mundo, o editor constrói a notícia como um quebra-cabeças. (...) A reportagem construída engana pela verossimilhança (...) e que leva à unanimidade. (...) A unanimidade é alimentada por um jogo de interesses por trás das notícias. (...) Nesse ponto, podemos lembrar que o jornalismo sofre influências do hiper-realismo, quando parte da realidade é ‘pinçada’ dela e tratada como um todo ou como a realidade em si. O momento separado do contexto real passa a ser notícia. (VEIGA, 2002, p. 50-53)

Essa construção da notícia é feita tanto por palavras como por imagens escolhidas arbitrariamente. Não é gratuito observar que o uso de determinada expressão ou analogia em uma matéria jornalística e, muito menos, pensar que a escolha de uma imagem é apenas fruto de uma captação casual por uma câmera. Precisa-se ter em mente que um repórter é contratado para trabalhar em uma empresa de comunicação apenas se o trabalho que ele for desenvolver estiver em sintonia com os interesses da empresa de onde ele trabalha e ele lá permanece enquanto continuar seguindo as diretrizes – quanto ao cinegrafista a situação é semelhante, pois ele também sabe qual ângulo ou qual aspecto daquela realidade deverá ser utilizada. Por sua vez, o telespectador não é passivo, mas passa a utilizar determinados enquadramentos por conta da repetição cultural, principalmente aqueles reforçados pela mídia. Por exemplo: quando um gay faz uma piada sobre homossexuais ou uma loira brinca ao dizer que sua ignorância vem da coloração dos seus cabelos. Isso é uma nítida influência mútua de enquadramentos, vindo tanto da audiência como da própria mídia.

Este capítulo está subdividido em três partes: a primeira fala sobre os recursos audiovisuais no telejornalismo, apresentando alguns termos técnicos e uma breve apresentação do processo de construção da notícia na tevê. Em seguida, é discutido o aspecto público e o privado, seja enquanto a natureza de um veículo de comunicação como também sobre a publicidade e a privacidade de algo. Por fim, há uma reflexão sobre o papel cidadão da televisão ao apresentar temas sociais.

2.1 Recursos Audiovisuais no Telejornalismo

Um texto bom pode apoiar um filme fraco, e um filme fraco pode completar um texto, mas é preciso que sempre haja uma harmonia, e o vigor da informação se complete com o som e a imagem (FERREIRA, s/d, p. 10 apud REZENDE, 2000, p. 109)

Levar um telejornal ao ar diariamente é como construir uma casa em um dia apenas – só que com outros tipos de ferramentas, no lugar de carriolas, unidades móveis ou carros de reportagem; de materiais de construção, fatos e entrevistas; de pinceis e tinta, ilhas de edição. Antes de começar a construção, precisa-se de planejamento para não extrapolar o espaço físico (no caso da TV o tempo de duração) e de profissionais que façam exatamente as partes que lhes cabem, sem se esquecer de imprevistos temporários (que ultrapassa a preocupação apenas com o clima).

O planejamento de um telejornal começa no dia anterior. Pautas que foram para o ar e terão *suíte* ou desdobramento na edição de hoje, eventos já agendados para o dia, novos acontecimentos recebidos pela redação e pautas trazidas pelos repórteres. Com o planejamento dos *ganchos*²² tem-se um pré-espelho. Nessa fase, já se tem uma idéia de qual equipe vai cobrir quais fatos do dia, ou seja, jornalista, cinegrafista e, muitas vezes, o motorista e o iluminador.

Tenta-se montar equipes para que fiquem praticamente idênticas ao longo dos dias, ou seja, um cinegrafista passa a conhecer melhor o jornalista e saber quais tipos de imagens ele irá precisar para a sua reportagem; e, por outro lado, o jornalista confia no cinegrafista que sua imagem, áudio e *imagens de preenchimento*²³ serão boas o suficiente quando a equipe voltar à redação.

Antes de voltar à redação, cada equipe grava imagens do acontecimento, colhe entrevista(s) – ou sonora(s) – e o repórter grava uma passagem no local. No caminho da redação ou antes de chegar ao endereço da próxima entrevista, o jornalista pensa no *off* e na ordem da montagem da reportagem. Chegando na redação, um técnico – acompanhado ou não pelo repórter – faz a montagem e edita a matéria levando em conta as tomadas sonoras, as imagens de preenchimento, a passagem do repórter e o *off* gravados. Ele é o responsável por dar o acabamento da matéria.

²² A justificativa para a produção de determinada notícia e o viés para deixá-la interessante para o público.

²³ Imagens de preenchimento são também conhecidas como imagem para cobrir texto em off ou voice over. As imagens de preenchimento tem a função de confirmar aquilo que está sendo reportado pelo texto verbal, fazendo uma relação texto-imagem.

Vale lembrar que o telejornal só tem seu *espelho* (planejamento) concluído minutos antes de ir ao ar, com informações como o assunto que a reportagem trata, quem a produziu e o tempo final de cada matéria. Ou seja, com pouco tempo de sobra antes da exibição é que os editores observam se a casa que eles estão construindo irá caber no espaço do lote. A soma das matérias pode *estourar*²⁴ o tempo do telejornal, por isso, é muito comum ter matérias *de gaveta*. Por exemplo, caso uma transmissão “ao vivo” não dure o tempo que haviam planejado inicialmente ou, ao contrário, acabe por se estender por demais e uma matéria não tão importante – matéria fria – é substituída por uma mais curta que estava *na gaveta*. “O ‘espelho’ sintetiza a organização do telejornal em blocos, a ordem das matérias em cada bloco, bem como dos intervalos comerciais, das chamadas e do encerramento” (REZENDE, 2000, p. 146, grifos no original).

Um leigo pode pensar que a casa já está pronta e terminada, mas é no momento da transmissão que o imprevisto acontece. Uma forte tempestade pode atingir o planejamento em cheio. Uma notícia de última hora ou mesmo um *flash* captado por um helicóptero ou por uma das unidades móveis pode chegar a qualquer instante durante a veiculação do telejornal. Assim, diz-se que o espelho, apesar de ser aprovado em cima da hora, pode sofrer drásticas alterações para que o tempo não *estoure*.

2.1.1 Estrutura do Telejornal

Já não é mais dado ao leitor ou espectador refletir sobre o que viu ou leu e discordar: deve acreditar (LAGE, 1998, p. 122 apud VEIGA, 2002, p. 66)

Um telejornal começa com a definição do *espelho* que especifica a ordem das matérias definidas antes do telejornal ir ao ar, porém pode sofrer alteração enquanto o telejornal é exibido, se houver uma matéria urgente. No topo do *espelho*, após o cabeçalho que inclui qual telejornal e sua edição, pode-se verificar a presença da *escalada*.

A *escalada* é como as manchetes do jornal impresso, contendo frases de impacto das principais matérias que serão veiculadas naquela edição. “A principal função da escalada é despertar a atenção e o interesse do telespectador do início ao final do noticiário” (REZENDE, 2000, p. 147). A *escalada* é o momento posterior à vinheta do telejornal e anterior à saudação dos apresentadores.

²⁴ Jargão jornalístico para quando o tempo de término de um programa na radiodifusão tem sua duração maior do que a programada ou esperada, podendo atrapalhar ou provocar alterações na grade de programação.

Cada telejornal tem um número de blocos pré-definidos de acordo com a sua grade de programação e, na maioria dos casos, dos anúncios vendidos nos intervalos comerciais. O tempo de duração de cada telejornal pode variar. No Brasil, os telejornais do horário nobre, em televisões abertas, têm cerca de 30 a 40 minutos.

Antes dos intervalos comerciais, tem-se a chamada *passagem de bloco*. É um momento onde há um *teaser*, como na *escalada*, para as matérias que virão a seguir no telejornal. Além de reacender o interesse do telespectador, tenta-se convencê-lo a não mudar de canal durante o *break* – intervalo comercial – com a justificativa que ele poderá perder a transmissão da(s) tal(is) matéria(s).

Lidas pelo apresentador do telejornal *ao vivo* ou em *off*, em que o texto é coberto por imagens do fato em questão, geralmente essas chamadas de passagens de bloco são antecedidas por expressões que visam chamar a atenção do público, tais como *Ainda hoje*, *Veja a seguir*, *Daqui a pouco*, *Dentro de instantes*, *Em instantes*. Em alguns casos, podem ser feitas também por um repórter, em atuação isolada ou complementar à do apresentador. (REZENDE, 2000, p. 148).

O último bloco não apresenta uma passagem de bloco, mas sim um *encerramento*, indicando o fim do telejornal, geralmente com uma saudação, convite para o próximo programa ou um resumo das notícias apresentadas. É importante lembrar que o telejornal tem uma grade fixada, ou seja, ele tem um horário para começar e um período pré-determinado de tempo que deve ser preenchido – outros programas em uma emissora podem sofrer pequenas alterações, mas o horário de início e término de um telejornal raramente é alterado.

Para cumprir seu horário, o telejornal usa-se de artimanhas na construção do espelho e das passagens de bloco. Como é notório, um telejornal apresenta dois tipos de matérias: quentes e frias. Por matéria fria, entende-se matérias menos importantes, conhecidas como *soft news* ou *features*. Já matéria quente são as matérias factuais, chamadas também de *hard news*. O que um telespectador comum não sabe é que o editor tem uma ou duas matérias *de gaveta* – também chamadas de *stand by*. A matéria *de gaveta* serve para cobrir espaço, por exemplo ao substituir a matéria fria, fazendo com que a harmonia do telejornal não se modifique e o encerramento do telejornal ocorra no tempo desejado, como vimos na introdução deste capítulo.

É muito comum o telejornal começar com *hard news* e, ao longo de sua transmissão, ir ficando mais leve e *soft*. Por exemplo, os fãs do esporte sabem que, mesmo que o telejornal já tenha começado, as matérias sobre o futebol só irão aparecer nos últimos blocos, senão no último. Assim, o próprio telespectador compreende a lógica do telejornal, mesmo que

inconsciente. O *happy end* é outra característica do telejornal, mas nem sempre a edição termina bem:

A matéria de encerramento do telejornal, como regra, deve ser positiva. As notícias dramáticas só fecham o programa nos casos de: a) morte de personalidades ou para rememorar a comoção nacional (...); b) quando informações de última hora podem acrescentar dados importantes à matéria principal do dia. (VEIGA, 2002, p. 136)

2.1.2 Recursos Visuais de Apresentação: Apresentador e cenário

A interpretação direta efetuada pelo apresentador é o elemento fático mais visível da televisão. A familiaridade instaurada por seu rosto, em atitude de conversa íntima, de bate-papo, naturaliza a apresentação do mundo pelas imagens (...) e estabelece o ‘contato’ com o telespectador (SODRÉ, 1984, p. 61)

Um telejornal geralmente fixa um apresentador ou uma dupla para criar sua “cara” ou sua marca. Ou seja, funciona como um logotipo de uma empresa que ao reconhecer os apresentadores é possível identificar qual programa jornalístico está sendo veiculado. Quando os telespectadores vêem esses figurantes, logo identificam qual telejornal está assistindo. É o apresentador que conduz o telespectador por entre as notícias. É ele o maestro que rege o tom e a harmonia do telejornal. Quando uma emissora decide por colocar um apresentador à frente de um telejornal, ela certamente escolheu e ponderou para colocá-lo ali. É ele quem expressa alguma opinião, mesmo que muitas vezes superficial, sobre um fato, por meio de comentários após as matérias²⁵.

Seguindo um modelo padrão de qualidade, as emissoras de televisão escolhem os apresentadores dos telejornais de acordo com a aparência estética – visual e sonora. Assim, geralmente, os apresentadores têm uma boa aparência física, um bom timbre de voz, uma boa locução e dicção, sem sotaques de regionalismo, porta-se com seriedade mesmo em momentos de brincadeira, e tem um bom *timing* ao ler as notícias pelo *teleprompter*.

O *teleprompter* – ou como é também conhecido por TP – é um sistema de projeção de texto no qual um monitor de computador que é acoplado à câmera de televisão do estúdio, por meio do qual o apresentador faz a leitura do texto definido e aprovado pelo editor. A mudança dos caracteres na tela é feita por uma outra pessoa, geralmente localizada próximo ao diretor.

Caso o TP tenha algum problema técnico, o apresentador tem em suas mãos um *script* de todo o telejornal, juntamente com o *espelho*. O *script* é um roteiro de todas as notícias que

²⁵ Alguns telejornais podem convidar cronistas para expressar essa opinião para resguardar a imagem e a credibilidade “imparcial” do apresentador.

estão no *teleprompter*, mas em formato impresso dividido ao meio – à direita é o campo do áudio e encontra-se o que o apresentador deve falar em linhas com 32 caracteres; à esquerda é o campo do vídeo e contém dados referentes às reportagens – como o nome do repórter que assina a matéria e a *deixa*²⁶ para a volta no estúdio – às entrevistas ou às notas.

O apresentador geralmente fica sentado, em primeiro plano, atrás de uma bancada que faz parte do cenário do estúdio – muitos dizem que é a extensão da sala de estar, já que a bancada é como se eles estivessem sentados à frente do telespectador que também está em um sofá, porém atrás de uma mesa que expressa a imponência. A bancada é a mesa onde se localiza o apresentador. Recentemente, alguns telejornais têm usado apresentadores de pé (*stand up*).

Ao fundo do cenário há, geralmente, algo neutro que não chame muita atenção. Contudo, esse recurso de fundo de cenário tem sofrido alterações nos últimos anos, é mais freqüente hoje colocar a redação do telejornal como fundo ou mesmo um vidro espelhado que mostra cenas da rua “ao vivo” com espectadores de frente olhando para as câmeras e observando a atuação do apresentador.

A rede Globo, através do ‘Jornal Nacional’, apresentou em 26 de abril de 2000 um novo cenário, no qual o globo terrestre aparece ‘fatiado’. Um passeio de câmera saindo da redação do ‘JN’ funde o globo em um só, tendo em primeiro plano os apresentadores Willian Bonner e Fátima Bernardes. O mundo entra em ordem novamente. (VEIGA, 2002, p. 37).

Pode haver também, no estúdio, o recurso de *croma*key – utilizado para a troca constante de imagens ao fundo, marcando o tema da reportagem, para a identificação de um determinado assunto. A utilização desse recurso chama-se *selo* e sua função é semelhante como a do *chapéu*, no jornal impresso.

2.1.3 Recursos de Filmagem: Enquadramentos, planos e movimentos de câmera

Dentro em breve, a telinha que estamos acostumados a ver todas as noites terá um formato diferente (...). Será totalmente digital, sujeita à nossa edição de transmissões e ângulos de filmagem. (MATTOS, 2005, p. 155)

Para dar efeitos ao cenário e a composição montada para a bancada, os enquadramentos de câmera são fundamentais. Têm-se dois tipos comuns de enquadramento de câmera: o central e o lateral. O enquadramento em ângulo superior ou inferior não é

²⁶ Jargão para o conjunto de palavras que indica o encerramento de uma montagem, como: “voltamos aos estúdios” ou “(nome do apresentador), é com você!”

comum, até porque tais enquadramentos expressam a sensação ou de inferioridade ou de superioridade e o desejo do telejornal é que os jornalistas estejam em igual hierarquia com o telespectador, mesmo que em muitas vezes ele se apresente um tanto superior, mas não a ponto de um leigo perceber.

No enquadramento central, o repórter fica ao centro da tela e no enquadramento lateral, o repórter fica em um dos lados da tela e no outro lado há algum dado informacional, agregando uma nova informação ou servindo apenas para ressaltar o ambiente onde o repórter se encontra. Por exemplo, é no enquadramento lateral, no estúdio, que faz-se o efeito do *cromakey*, colocando o apresentador de um lado e o *selo* de outro. Já quando há uma abertura, encerramento ou uma cabeça de notícia compartilhada pelos apresentadores, o enquadramento da bancada é central.

Outra função da câmera tem a ver com os planos, ou seja, relações de abertura do espaço da filmagem no vídeo e do objeto a ser filmado. Os mais comuns são: *Big Close*, *Próximo*, *Médio*, *Americano*, *Conjunto* e *Geral*. Esses planos são definidos pelos cinegrafistas e/ou produtor e diretor. O *Big Close* ou *Close-up* é um plano de zoom mostrando detalhamento de um objeto ou pessoa, geralmente partes do rosto ou mãos. É comum, por exemplo, quando há um depoimento emotivo e o cinegrafista faz um *zoom-in*, ou seja, uma aproximação “fechando” a imagem para pegar a expressão do entrevistado na cena²⁷.

O *Plano Próximo* é um corte geralmente na altura do peito, incluindo a cabeça da pessoa. Da mesma forma ocorre com o *Plano Médio* com o corte na altura da cintura e o *Plano Americano* com o corte acima do joelho. Há ainda planos mais abertos, chamados de *Conjunto* e *Geral*, sendo que o *Conjunto* se preocupa com um todo e sua estética no vídeo e o *Geral* é a abertura máxima possível da câmera para mostrar uma paisagem, por exemplo.

Esses enquadramentos e planos podem ser feitos com movimentação de câmera ou com ela parada. Os movimentos de câmeras mais comuns são: *panorâmica*, *tilt* e *travelling*. A *panorâmica* é feita com a rotação fixa de direita-esquerda da câmera na posição horizontal. O *tilt* é feito com a rotação fixa de direita-esquerda da câmera na posição vertical – como se a câmera estivesse “deitada”. O *travelling* é feito com o deslocamento da direita-esquerda (ou para frente e para trás) com a câmera fixada na posição horizontal.

Esses enquadramentos, planos e movimentos de câmera são herdados do cinema que foram aplicados ao telejornalismo. Tanto nos estúdios como nas reportagens telejornalísticas, a câmera é mais fluida do que no cinema, que conta com um roteiro pré-estabelecido

²⁷ A mesma técnica de modo que promova o afastamento, e não a aproximação do objeto, dá-se o nome de *zoom-out*.

(*storyboard*). Com a câmera na mão, o cinegrafista pode combinar diversos movimentos em um curto espaço de tempo na mesma reportagem, criando uma noção ainda maior de presencialidade, por exemplo. No Brasil, os telejornais dificilmente apresentam movimentos de câmera nos estúdios, exceto nas aberturas e encerramentos. Os planos preferencialmente utilizados em estúdio são o *Americano* – quando o apresentador está atrás da bancada – e o *Conjunto* – quando o apresentador se encontra em pé. Mas é nas reportagens que esses recursos são mais utilizados.

2.1.4 Estrutura da Reportagem

A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não. (LAGE, 2003, p. 51)

O telejornal é feito por blocos de reportagens e notas lidas pelo apresentador. Dentro de um mesmo bloco pode haver várias reportagens. Uma reportagem começa, na grande maioria das vezes, com uma *cabeça* lida por um apresentador no estúdio. A *cabeça* de matéria tem a função de apresentar a reportagem; é como o *lead* do jornal impresso que pode responder as perguntas: “Quem?”, “O que?”, “Quando?”, “Onde?” e “Por que?”. O questionamento “Como?” não é comum na *cabeça* de matéria em um telejornal, mas sim é respondida durante a reportagem.

Uma reportagem é feita a partir de imagens colhidas pelo cinegrafista e ordenadas por um editor de imagem, seguindo a orientação do repórter responsável pela matéria. O repórter freqüentemente aparece em suas reportagens para dar credibilidade em duas situações: evidenciar que ele esteve no local – ressaltando a questão da presencialidade do telejornal – e/ou assinar a matéria com o seu nome – se for um novato estará dando “a cara para bater” ou se for um experiente estará “colocando seu nome em jogo”.

Essas aparições dos repórteres na reportagem são chamadas entradas e elas podem ser feitas em três momentos: no início, no meio, ou no final. Quando a entrada é feita no início, chama-se de *cabeça de repórter* ou de *abertura da matéria*. Geralmente o repórter amplia a apresentação feita em estúdio ou chama a sua própria matéria com frases como “eu estive lá”; “a situação foi complicada”. A entrada de abertura é evitada no telejornalismo, já que as informações necessárias devem estar na *cabeça*. O tipo de programa onde é mais freqüente esse tipo de entrada é aquele que mistura jornalismo e entretenimento, como programas de variedades e humorísticos.

O segundo tipo de entrada é a mais comum e é conhecida como *passagem*. Esta entrada tem este nome por ficar, justamente, entre o início e o desfecho da matéria. Com

esse recurso, o repórter dá uma informação que ele não obteve com os entrevistados ou, também, muda a reportagem de enfoque ou de ambientação.

Por fim, a entrada de encerramento ocorre no final da reportagem. É comum a entrada de encerramento ser feita “ao vivo” através de um *link*. Nela, o repórter revela as últimas informações do fato até aquele momento ou aponta seu desfecho e as prováveis consequências. Muitas vezes, quando o telejornal vai ao ar, o repórter já terminou seu turno e não tem tempo de gravar uma nova entrada. Assim, o apresentador lê as últimas informações logo após a reportagem ter sido exibida, para esse caso chamamos de *nota pé* – ou de encerramento de matéria feita pelo apresentador. A *nota pé* tem duas funções: “fechar a matéria, fornecendo ao telespectador uma informação complementar e evitar que a última palavra de uma reportagem fique com algum dos entrevistados” (MACIEL, 1995, p. 61 apud REZENDE, 2000, p. 153).

Quando o repórter não está no vídeo durante a reportagem, sua voz aparece para conduzi-la. A locução feita pelo repórter sobre uma seqüência de *imagens de preenchimento* chama-se *off* ou *texto em off*. As *imagens de preenchimento*, gravadas pelos cinegrafistas para ilustrar as informações, servem de base para a locução. O *videografismo* é também utilizado, na ausência de imagens, e ocorre principalmente ao descrever dados numéricos, gráficos ou trecho de documentos – esse recurso também pode ser chamado de *indicador*. Pode-se dizer que é durante o *off* onde a relação entre texto-imagem ocorre no telejornal de modo mais tácita, pois combina um texto redigido pelo jornalista de modo a combinar com as imagens que serão exibidas na tela.

Outro recurso para cobrir a reportagem com informação e imagem é por meio de entrevista ou *sonora*. Nela os entrevistados dão seu depoimento sobre o fato ou adiciona um comentário que o repórter não poderia fazer, seja por ética jornalística ou mesmo para defender a sua credibilidade de imparcialidade, mascarando-a. É comum nas *sonoras* aparecer apenas um braço do repórter e o microfone, mas há outros modos de se fazer uma *sonora* com um entrevistado, como, por exemplo, enquadrar apenas a imagem do entrevistado.

2.1.5 Recursos Técnicos de Edição e Exibição

Uma boa edição deveria utilizar-se de cenas de dois a quatro segundos em média, ordenadas de maneira a contar a história a partir da locução, para que fosse possível mostrar o máximo de informação no tempo mínimo disponibilizado pelo veículo. (COSTA, 2005, p. 49)

Ao dar uma entrevista, o entrevistado pode pedir sigilo. Para proteger a fonte, realiza-se uma gravação com há alteração no áudio original – mudando o timbre da voz – ou uma modificação na imagem – seja por desfocalização, mosaico ou outros recursos como a contraluz (onde uma iluminação é colocada atrás do objeto e sua silhueta é destacada).

Toda vez que aparece uma pessoa nova na tela do vídeo durante o telejornal entram os *créditos* – ou *GC*, sigla para gerador de caracteres, como é conhecido –, ou seja, indica-se o nome da pessoa e seu cargo que diz respeito ao porque ela está na reportagem. Também observa-se que, em momento adequado, aparece freqüentemente o nome dos cinegrafistas e editores da matéria que assinam-na, juntamente com o repórter. Apenas na *enquête* – também conhecido como “fala povo” ou “povo fala” – os entrevistados não são identificados, pois eles estão dando impressões pessoais e sua ocupação na reportagem pouco acrescenta à matéria, pois expressa apenas um caráter vivencial.

Um outro recurso muito usado para criar uma maior ambientação da notícia, além das imagens, é o *background* – ou *BG*. Também conhecido como *sobe som*, o *BG* é um recurso de áudio utilizado para ressaltar o som ambiente, geralmente feito por músicas e ruídos ou manifestações populares, como gritos e choros²⁸.

Esse fundo sonoro pode conferir mais realismo e autenticidade a uma notícia e essa impressão tende a aumentar ao se elevar o som ambiente no final do texto (manifestação das torcidas em um campo de futebol, sons de tiros e bombardeios em uma guerra etc.). Quando se usa somente, como fundo sonoro, o som ‘limpo’ de um evento ou de uma solenidade, sem a participação de locutores, tem-se o que se denomina som universal. (REZENDE, 2000, p. 150, grifo no original)

A edição de uma matéria implica a união de imagens gravadas. Ou seja, uma montagem é feita com as entradas dos repórteres, as *sonoras* e as *imagens de preenchimento*. A união dessas imagens, no telejornalismo, geralmente é produzida com um corte “brusco” – ou seja, não há um *fade*²⁹ de imagens. Essa montagem é realizada por meio de uma ilha de edição – um conjunto de equipamentos que permite a reprodução e a gravação de determinados trechos em uma outra mídia – de forma linear ou não linear.

2.1.6 Tipos de Notícias: Notas, *lapadas*, *stand-ups* e entrevistas

²⁸ O BG não deve ser produzido em reportagens, mas sim devem ser autênticos e captados no momento da gravação para não prejudicar a veracidade do fato e a credibilidade do telejornal. Em outros programas, porém, a criação de músicas e outras intervenções sonoras são mais comuns e aceitáveis.

²⁹ O fade é uma fusão gradual de duas imagens na tela. Há dois tipos de fade: o fade in traz uma outra imagem na tela e o fade out faz com que a imagem vá desaparecendo lentamente até tornar a tela preta por completo.

“A notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado *conhecimento* do mundo.” (LAGE, 2001, p. 51, grifos no original)

Algumas matérias que aparecem no telejornal não são reportagens. Ou seja, são apresentações de notícias em outros formatos, como: notas, *lapadas*, *stand-ups* ou entrevistas. Elas são diferentes das reportagens por uma característica fundamental no telejornalismo: o tempo. Com exceção das entrevistas, que geralmente duram muito mais tempo do que as reportagens, os outros tipos de notícias ocorrem de modo muito rápido.

Isso porque, as entrevistas são feitas “ao vivo”, geralmente no estúdio, com o entrevistado – é comum o entrevistado ser um especialista em um determinado assunto que está na pauta do dia ou, também, um político para defender seu plano de governo no momento de campanha eleitoral. Nela, o apresentador faz perguntas e conduz o direcionamento das respostas do entrevistado, para que sejam breves e curtas. Muitas vezes o apresentador deve *cortar* o entrevistado para não *estourar* o tempo final ou para pedir que ele seja mais objetivo nas respostas.

As outras modalidades são muito curtas e rápidas. As notas, ou notícias curtas, podem ser de dois tipos: coberta ou simples. A nota coberta é uma pequena matéria lida pelo apresentador ou por um outro jornalista, enquanto *imagens de preenchimento* são exibidas na tela. “Em geral, ela é formada por duas partes que se complementam harmonicamente. A *cabeça* (...) é lida pelo apresentador (...). Na segunda parte, chamada de *off*, o apresentador ou repórter faz a narração, paralelamente à exibição das imagens da notícia” (REZENDE, 2000, p. 152, grifos no original).

A notas simples é, geralmente, formada por informações vindas de fontes de assessoria de imprensa ou de agências de notícias e a emissora acaba não enviando equipes para a gravação do local do acontecimento. Na nota simples, que não conta com *imagem de preenchimento*, aparece a imagem do apresentador na bancada olhando diretamente para a câmera.

Para amenizar a falta de *imagens de preenchimento* ou para evitar o uso de muitas notas simples, pode-se utilizar um repórter para dar tais informações. Para esse recurso dá-se o nome de *stand up* (já que o repórter se apresenta em pé, como indica a expressão em inglês). Esse formato é utilizado quando o repórter tem informação de um fato e não tem imagem para cobrir ou quando um fato acabou de acontecer. A maioria dos *stand ups* são feitos “ao vivo” – por meio de *link* entre emissoras ou entre a emissora e a unidade móvel –, mas podem ser

gravados também. Ao fazer um *stand up*, o repórter dirige-se diretamente ao telespectador, como se ele estivesse sido delegado para comandar o telejornal por alguns minutos, na ausência do apresentador.

Há também a possibilidade de fazer algo mais elaborado do que um simples *stand up*. Conhecido por *flash* ou boletim, o repórter apresenta um resumo das informações de uma notícia em *stand up* mesclado com uma movimentação de câmera. O tipo de *flash* mais comum é feito pela seqüência: iniciado com um *stand up*, depois uma movimentação panorâmica da câmera para mostrar imagens do local e a volta para o *stand up*, encerrando o *flash* com uma *deixa*.

Durante o telejornal também pode haver *flashes* de notícias, ou seja, várias notas curtíssimas com duas ou três orações, seguidas ou não por uma vinheta. Para esses casos, dá-se o nome de *lapadas*. Geralmente há imagens das matérias e uma locução feita em *off*. As *lapadas* mais comuns são as rodadas de gols de um campeonato, mas elas também podem ser feitas com notícias.

2.1.7 Considerações sobre os Recursos Audiovisuais em um Telejornal

Ao refletir sobre os recursos audiovisuais em um telejornal, verificamos que eles são utilizados de modo diferente para cada parte do telejornal. Desde a *escalada*, passando para as *cabeças* de matérias, as próprias reportagens e suas entradas, até a *nota-pé* são estruturas diferentes e pouco similares. A *escalada* é dinâmica e resume as principais idéias do telejornal, geralmente com frases curtas, podendo conter imagens ou não. As *cabeças* das matérias ocorrem sempre em um ambiente controlado, como o estúdio, sendo que a única imagem na tela é daquele que está apresentando a matéria a seguir. As reportagens apresentam, em geral, uma estrutura semelhante: apresentação do fato ou do motivo da reportagem, declarações e *sonoras*.

As reportagens que contêm uma entrada do repórter, geralmente uma *passagem*, parecem ter uma estrutura semelhante: apresentação do acontecimento apenas com imagens, uma *passagem* e, por fim, as *sonoras* das possíveis conseqüências e desdobramentos. Também há uma forte presença de *videografismos* nas reportagens, utilizadas como *imagens de preenchimento* nas reportagens e estes podem ser uma opção para futuras pesquisas. Um outro campo de estudo pode ser a questão estética ou a entonação (ou sotaque) das personagens da reportagem que compõem a narrativa telejornalística. As *notas-pés* contêm as últimas informações e, também, é o momento no qual o telejornal se posiciona, mostrando a resposta

que foi obtida com a cobrança feita ou, ainda, seu direito à tréplica – ou seja, a posição favorável do último falante. Neste trabalho, buscamos compreender todas essas estruturas telejornalísticas em conjunto, sem focalizar em um recurso audiovisual ou formato específico. Outros estudos poderão observar tais apontamentos com melhor precisão.

2.2 Esferas Pública e Privada e a Televisão

O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão (...). Dentro desses limites, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. Diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos esportivos, choram unidos nas tragédias, acham graça, unidos, dos palhaços que aparecem. Divertem-se e se emocionam. A vida privada brasileira se alimenta da mesma luz. (...) A televisão consolida, com suas novelas, seus noticiários e seus programas de auditório, os trejeitos e gestos dos apaixonados nas cidades do interior, o modo de vestir, de olhar ou não olhar para o vizinho. Ela também ensina coisas esquisitas, como usar óculos escuros durante a noite. (BUCCI, 2000, p. 11-12).

Compreender o espaço público e privado e sua relação com a televisão não é algo simples. Além da indefinição dos limites de onde começa e termina esses espaços, a televisão ocupa-se de ambos os espaços mutuamente. Em sua natureza, a televisão – na verdade, toda a radiodifusão – tem caráter público. Para seu funcionamento, ela utiliza-se de um recurso natural limitado que é de propriedade da nação: o espectro de radiofrequência. Assim, a União concede o direito de utilização e exploração de uma faixa desse espectro para determinadas empresas ou organizações a fim de elas realizarem um serviço público à comunidade.

De acordo com o artigo 223 da Constituição Federal de 1988 que está em vigor no Brasil, “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Mas, é difícil a compreensão para um brasileiro sobre o que é público, já que uma grande parte da população acredita que o que é público é somente aquilo que é desenvolvido ou está ligado ao Estado. Bresser-Pereira (1999) esclarece essa dúvida e propõe quatro divisões:

O que é estatal é, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado. Em outras palavras, estamos supondo a existência de quatro esferas ou formas de propriedade relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa, e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 17)

Pensando na gestão dos canais de radiodifusão, podemos dividi-los em quatros grupos semelhantes. O primeiro, estatal, engloba as emissoras legislativas, municipais, estaduais e

federais. O segundo, por sua vez, público-não estatal com as emissoras tidas como “educativas” no país. O terceiro grupo, corporativo, envolve as emissoras universitárias e comunitárias. E, por fim, o privado, como as emissoras comerciais. Contudo, constitucionalmente, o segundo e terceiro grupos são tratados como iguais perante a lei, ou seja, são ambos tidos como sistema público, mesmo consciente de que o terceiro grupo possa ter sua finalidade privada. Assim, temos no Brasil emissoras público-estatais e comercial-privadas.

Além da natureza da televisão de ser pública, independentemente de sua gestão ser estatal, pública ou privada, a televisão também tem um caráter privado. É privado por estar presente nos lares de cada membro da população, onde a tevê entra “sem ser convidada”, modificando hábitos ou costumes e publicizando assuntos da vida privada de algumas pessoas, principalmente de famosos que não são necessariamente personalidades públicas.

Para entender melhor essas relações, é necessário saber as diferenças básicas entre público e privado. Veremos apenas as diferenças básicas, porque é complexa a definição exata de público e privado. Isso ocorre por uma série de motivos, mas o ponto mais crucial dessa indefinição é que seus conceitos vêm sofrendo alterações ao longo do tempo.

2.3.1 A Diferença entre Público e Privado

A distinção entre o público e o privado (...) pode remontar aos debates filosóficos da Grécia Clássica sobre a vida da *polis*, quando os cidadãos se reuniam para discutir questões de interesse comum e criar uma ordem social orientada para o bem comum. A explícita formulação da distinção provavelmente deriva dos primeiros desenvolvimentos do direito romano, que separava lei pública de lei privada, e da concepção romana de *res pública*. Contudo, no último período medieval e no início da era moderna, a distinção entre público e privado começou a adquirir novos significados relacionados em parte com as transformações institucionais que aconteciam naquele tempo. (THOMPSON, 2002, p. 110, grifos no original)

Para esclarecermos o que é público e o que privado, vamos começar pensando naquilo que é considerado público. Para a alemã, Hannah Arendt (2001, p. 59-62), o termo público denota dois fenômenos correlatos, mas não idênticos:

Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam

transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública. (...) Em segundo lugar, o termo *público* significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (...) A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. (ARENDT 2001, p. 59-62, grifos no original)

A primeira noção de público, segundo essa formulação, tem a ver com a publicidade, ou seja, aquilo que é “aberto” ou “aceitável ao público”. Segundo Thompson (2002, p. 112), também, “público neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam”, no caso do telejornal são as imagens captadas por uma câmera que vão ao ar. Para Arendt (2001, p. 60), o mais comum dessa publicidade ocorre ao narrar histórias, já que “toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privacidade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes”.

É possível até narrar o sentimento mais intenso da humanidade, “ou seja, a experiência de grande dor física – é, ao mesmo tempo, o mais privado e menos comunicável de todos”. O telejornal, por exemplo, além de ter a capacidade de recontar os fatos e acontecimentos, também os exhibe, o que faz com que o que há de mais privado possa ser veiculado e se tornar público. Cada vez é mais comum haver gravações com “câmeras escondidas” para fazer denúncias. As gravações telefônicas já eram utilizadas desde muito tempo atrás e, agora, estão sendo legalizadas. Mas, porque apenas algumas dessas gravações e conversas são tornadas públicas e outras não?

Para Arendt (2001, p. 61), nosso entendimento sobre a realidade “depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública”. Contudo, “só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado”. A autora lembra que isso não significa que todas as questões privadas sejam irrelevantes, pelo contrário, “o que a esfera pública considera irrelevante pode ter um encanto tão extraordinário e contagiante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar-lhe o caráter essencialmente privado”. Para tal evento diz-se que houve uma “ampliação da esfera privada”, mas esse encantamento do privado não o torna público, como explica Arendt (2001):

Ao contrário, significa apenas que a esfera pública refluíu quase que inteiramente, de modo que, em toda parte, a grandeza cedeu lugar ao encanto; pois, embora a esfera pública possa ser grande, não pode ser

encantadora precisamente porque é incapaz de abrigar o irrelevante. (ARENDT 2001, p. 62)

A segunda noção de público diz respeito àquilo que é “comum a todos” e, ao mesmo tempo, “permanente”. Só adquire o sentido de público aquilo que for pensado em continuidade de gerações, ou seja, ao transcender a duração da vida mortal:

Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. (...) Durante muitas eras antes de nós – mas já não agora – os homens ingressavam na esfera pública por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas. (ARENDT, 2001, p. 64-65).

Pensando nas duas noções de público, pode-se afirmar que o sistema de televisão é público. Na primeira, consideramos que é um espaço comum de compartilhamento de experiências, já que um mesmo acontecimento é transmitido e visto por muitas pessoas. Na segunda concepção, pois o sistema de radiodifusão utiliza um bem durável que é o espectro, para realizar sua transmissão e emitir ondas eletromagnéticas para as antenas – e, como vimos, o espectro é finito e cabe ao Estado regulamentar seu uso. Assim, o sistema de televisão é considerado um serviço público, pois partilha desse espaço comum a todos os brasileiros.

Com relação à privacidade – uma característica exemplar da espécie animal humana –, o privado seria algo que não dependeria da relação com o outro e se realizaria em um lugar de refúgio do mundo comum. Pensando na diferença entre público e privado, temos assim o “segredo” em oposição ao “aberto”. “A privacidade era como que o outro lado escuro e oculto da esfera pública” (ARENDT 2001, p.74). Ou seja, seria exclusivo do próprio indivíduo ou de um círculo restrito de pessoas – e não algo a ser veiculado por um telejornal.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação *objetiva* com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o

que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros. (...) O pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado deve-se ao extraordinário senso político do povo romano que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado em benefício do público, mas ao contrário, compreendeu que estas duas esferas somente podiam subsistir sob a forma de coexistência. (ARENDT, 2001, p. 68-69, grifo no original)

O privado também difere do público quanto ao pertencimento ao mundo comum. Esse refúgio se concretiza a partir das posses privadas dos indivíduos – neste caso, das emissoras comerciais que visam o lucro. Assim, estes sendo donos de seu próprio espaço, de sua própria terra.

As nossas posses particulares, que usamos e consumimos diariamente, são muito mais urgentemente necessárias que qualquer parte do mundo comum; sem a propriedade, como disse Locke, *de nada nos vale o comum*. Ela será sempre a primeira entre as necessidades e preocupações do homem (...). As quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público comum – não só contra tudo o que nele ocorre mas também contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido. Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como diríamos, superficial. Retém a sua visibilidade, mas perde a qualidade resultante de vir à tona a partir de um terreno mais sóbrio, terreno este que deve permanecer oculto a fim de não perder sua profundidade num sentido muito real e não subjetivo. O único modo eficaz de garantir a sombra do que deve ser escondido contra a luz da publicidade é a propriedade privada – um lugar só nosso, no qual podemos nos esconder. (ARENDT, 2001, p. 80-81, grifos no original)

Assim, fica um pouco mais clara a relação entre o sistema televisivo ser público e as emissoras podendo ser administrada também com propósitos privados – em sua grande parte, obter lucro. Todas as emissoras podem ter autonomia própria para fazer sua própria administração de finanças, de gestão, de programação e de conteúdo. Ao Estado cabe dar concessões e fiscalizá-las, a fim de verificar se elas estão prestando um bom serviço. Porém, o Estado não tem autonomia de “entrar” na privacidade das emissoras e dizer como e o quê elas devem fazer³⁰. Assim, apesar de utilizarem um recurso natural público, as emissoras, com exceção das público-estatais, são privadas no que tange sua gestão. Algumas emissoras públicas, além do uso do espectro para sua transmissão, têm grande parte do seu orçamento financiado pelos Governos. Em alguns países, como na Inglaterra, a população paga uma taxa anual para receber esse serviço.

³⁰ Aceita-se, em um regime democrático, o uso de regulação para legislar o setor, mas elas são pouco eficazes no Brasil. Uma discussão sobre auto-regulação ou um controle mais ativo pelo Estado está em discussão no país.

É com a relação de desenvolvimento dessas duas esferas que coexistem (de um lado, aquilo que permanece oculto e sem significado público, de outro, o lugar de compartilhamento de experiências no mundo comum), que nasceu o conceito de *polis*. Com o significado de “muro circundante”, a *polis* tinha uma lei para a demarcação dos limites entre uma casa e outra, ou seja, de limitação daquilo que é público em relação ao que é privado. Tem-se, assim, a lei como a primeira referência da divisão entre a privacidade e a publicidade.

A lei era originalmente identificada com esta linha divisória que, em tempos antigos, era ainda na verdade um espaço, uma espécie de terra de ninguém entre o privado e o público, abrigando e protegendo ambas as esferas ao mesmo tempo separando-as uma da outra. (...) Era bem literalmente um muro, sem o qual poderia existir um aglomerado de casas, um povoado (*asty*), mas não uma cidade, uma comunidade política. Essa lei de caráter mural era sagrada, mas só o recinto delimitado pelo muro era político. (ARENDT, 2001, p. 73, grifo no original)

Pensando na linha divisória entre o público e o privado, também encontram-se na legislação brasileira leis específicas de atuação: desde os requisitos mínimos de programação, como porcentagem da grade horária a ser preenchida por programas jornalísticos até o percentual de aplicação de capital estrangeiro em uma emissora. Contudo, a linha que limita a atuação de uma emissora e seu papel enquanto prestadora de serviço, ou seja, aquilo que deve ser cumprido por ela, é muito tênue. Cabe ao Congresso legislar pelos cidadãos brasileiros que recebem aberta e gratuitamente os sinais televisuais em seus lares.

Na verdade, as noções de privado e público nunca foram tão próximas como nos dias atuais, principalmente se levar em conta o início dessas classificações que, apesar de nunca terem tido uma definição rígida, podiam-se visivelmente distinguir por meio de um simples muro de separação do público e do privado. “No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra” (ARENDT, 2001, p. 42-43).

Assim, as diferenças entre o privado e público têm paulatinamente perdido nitidez, criando uma aproximação de suas características. Ou seja, o privado cada vez mais público e o público cada vez mais privado. Pensando a atualidade, é fácil concordar com o argumento de Arendt (2001) de que “todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse *coletivo*” (ARENDT, 2001, p. 42, grifo no original).

Antigamente, tinha-se a noção de que o privado era “um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa. (...) Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação” (ARENDT, 2001, p.48). A esfera privada se fortalece no mundo moderno com a privacidade do indivíduo – ou individualismo. Isso porque, “o que hoje chamamos de privado é um círculo de intimidade”. Mas tal intimidade – privada – não implica que ela não tenha lugar na

esfera pública. Muito pelo contrário, atualmente há cada vez mais uma visibilidade daquilo que anteriormente era oculto. Vidas de pessoas são expostas, seus hábitos, costumes, pessoas com quem convivem ou mesmo sua vida sexual pode ser de interesse público. Há uma tendência generalizada em tornar público: aquilo que é honrado e nobre do próprio indivíduo – “cinco minutos de fama” e os *reality shows* – e, também, o que é vergonhoso do “outro” – por exemplo, expor a vida privada de figuras públicas com “pegadinhas” veiculadas em programas de entretenimento na tv.

Com relação à esfera pública, ela está se tornando cada vez mais tênue frente à vida privada no sentido de que as pessoas já não mais se preocupam com o mundo comum, com o futuro das gerações. Com exceção à preservação do meio ambiente, a humanidade parece se interessar apenas com aquilo que lhe é próprio, não se afligindo com os problemas dos outros. Parte-se para a defesa da garantia da riqueza que se tem ao invés de olhar para as necessidades comuns – isso se torna mais evidente nas leis dos países que, muitas vezes, acabam por beneficiar certos segmentos da população e o público fica “desprotegido”. Por outro lado, a esfera privada, nunca esteve tão pública.

Hoje nós estamos acostumados a pensar que os indivíduos que aparecem em nossos televisores pertencem a um mundo público aberto para todos. Podemos sentir certo grau de familiaridade com as personalidades e os líderes políticos que aparecem regularmente na televisão e na mídia. Podemos até considerá-los amigos, e referir-mo-nos a eles com certa intimidade. (...) Embora possamos ver e ouvir estas celebridades com certa freqüência é muito pouco provável que alguma vez as encontremos no curso de nossas vidas cotidianas. Estas considerações são indicadoras do fosso que separa nosso mundo de hoje do mundo que existiu há poucos séculos atrás. Antes do advento da mídia (...) a única forma de interação disponível para a maioria das pessoas era face a face, quantas poderiam alguma vez interagir com os líderes políticos que as governavam? (...) Antes do desenvolvimento da mídia, os líderes políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas que eles governavam, e podiam restringir suas aparições públicas a grupos relativamente fechados em assembléias ou a reuniões da corte. Mas hoje não é mais possível restringir do mesmo modo a atividade de auto-apresentação. Querendo ou não, os líderes políticos hoje devem estar preparados para adaptar suas atividades a um novo tipo de visibilidade que funciona diversamente e em níveis completamente diferentes (THOMPSON, 2002, p. 109)

A mídia é apontada como a grande responsável pela aproximação desses conceitos.

2.3.2 Os “Novos” Parâmetros de Público e Privado e a Mídia

Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do ‘caráter público’ hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os

indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal (THOMPSON, 2002, p. 72)

Thompson (2002) e Habermas (1984) defendem que as mudanças na esfera pública e na esfera privada, que observamos hoje, começaram com a utilização dos meios de comunicação de massa. Tomemos a divisão de Thompson (2002) sobre publicidade de co-presença e publicidade mediada como parâmetro para compreender tal mudança:

Antes do desenvolvimento da mídia, a publicidade dos indivíduos ou dos acontecimentos era ligada ao compartilhamento de um lugar comum. Um evento se tornava público quando representado diante de uma pluralidade de indivíduos fisicamente presentes à sua ocorrência. (...) Descreverei isto como ‘publicidade tradicional de co-presença’. (...) Era uma publicidade que implicava visão e audição, aparência visual e palavra falada: o evento público era um espetáculo que, por aqueles poucos indivíduos que calhavam de estar presentes, podia ser visto, ouvido, talvez até cheirado ou sentido de alguma outra maneira. Além disso, (...) ela tem essencialmente um caráter dialógico. Os indivíduos que falam ou representam em tais ocasiões o fazem diante de outros que podem, em princípio, participar do evento, quer falando, quer tendo algum tipo de comportamento de espectador (batendo palmas, assoviando, aclamando, etc.), ainda que na prática não o façam. O desenvolvimento da mídia criou novas formas de publicidade que (...) não está mais limitada à partilha de um lugar comum. Ações e eventos podem se tornar públicos pela gravação e transmissão para outros fisicamente distantes do tempo e do espaço de suas ocorrências. Ações e eventos podem adquirir uma publicidade que independe de serem vistos ou ouvidos diretamente por uma pluralidade de indivíduos co-presentes. O desenvolvimento da mídia deu origem assim a novas formas de ‘publicidade mediada’ (...). Estas novas formas não substituíram inteiramente o papel da publicidade tradicional de co-presença. (...) Mas à medida que os novos meios de comunicação foram se tornando mais penetrantes, as novas formas de publicidade começaram a suplementar, e gradualmente a estender, transformar e substituir a tradicional forma de publicidade. (THOMPSON, 2002, p. 114, grifos no original)

Uma das fundamentais diferenças entre a publicidade de co-presença e a mediada está na audiência, ou seja, no público-leitor. Enquanto a de co-presença depende da interação face a face em um tempo e espaço definidos, a publicidade mediada não necessita que seu público esteja presente – “público sem lugar”. “É claro, alguns membros do público leitor interagiam uns com os outros em lugares comuns. Sociedades de leitura, clubes, cafés e outros ambientes forneciam lugares onde os indivíduos se encontravam e discutiam o que liam, como Habermas mostrou” (THOMPSON, 2002, p. 115). Vale ressaltar que no início do desenvolvimento da imprensa, as notícias eram lidas de formas distintas: visualmente e oralmente. Além dos indivíduos que eram alfabetizados e que liam as notícias por si próprios, havia outros que não sabiam ler e tomavam conhecimento das notícias através do pronunciamento delas em voz alta.

Outra mudança importante que ocorreu com o “público sem lugar” é quanto ao sentido de percepção do fato. Anteriormente, os indivíduos presenciavam o acontecimento e, em contato face a face com outros, promoviam o caráter público. Com a imprensa tal situação se modificou.

Uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou de ouvi-la. A ligação entre a publicidade e visibilidade se atenuou: uma ação ou evento não tinham de ser literalmente presenciados pelos indivíduos para se tornarem públicos. Além disso, os indivíduos que realizavam ações públicas ou participavam de eventos públicos não poderiam mais ver aqueles outros para os quais as ações e eventos eram, ou poderiam se tornar, fenômenos públicos. Tinham que agir ‘cegamente’, no sentido de que o público não estava dentro de seu campo de visão. (THOMPSON, 2002, p. 116-117, grifos no original)

Essas diferenças tiveram novas mudanças com o advento da televisão.

A televisão, em virtude da riqueza visual de suas deixas simbólicas, estabelece uma nova e distinta relação entre publicidade e visibilidade. Como o cinema, a televisão enfatiza particularmente o sentido da visão; deixas auditivas são combinadas com deixas visuais para produzir a complexa imagem audiovisual. A televisão assim permite aos receptores a visão de pessoas, ações e eventos, bem como a audição de palavras faladas e de outros sons. A publicidade de eventos, ações e pessoas é religada à capacidade de serem vistas e ouvidas por outros. (...) É algo semelhante à publicidade tradicional de co-presença. Mas há diferenças importantes. Em primeiro lugar, as ações e eventos visíveis na televisão são também visíveis para um número muito maior de indivíduos situados em diversos e dispersos contextos. (...) Há um segundo aspecto (...) a televisão cria um campo de visão completamente diferente do campo de visão que os indivíduos têm com outros em seus encontros diários. O campo televisivo é, obviamente, muito mais extenso em alcance, permitindo aos indivíduos assistirem a fenômenos que acontecem em contextos muito distantes. O espectador não está livre para escolher o ângulo de visão, e tem relativamente pouco controle sobre a seleção do material visível. (...) A terceira diferença diz respeito ao que poderíamos chamar de ‘direcionalidade’ de visão. Nos contextos face a face, os indivíduos são em princípio visíveis uns aos outros. (...) No caso da televisão, contudo, a direção da visão é essencialmente de sentido único. Os indivíduos que aparecem na tela da televisão podem ser vistos pelos receptores que, por sua vez, não podem ser vistos(...). O tipo de publicidade criada pela televisão é assim caracterizada pelo contraste fundamental entre produtores e receptores no que diz respeito à visibilidade e invisibilidade, à capacidade de ver e de ser visto.” (THOMPSON, 2002, p. 117-118, grifo no original)

Essa nova concepção de visibilidade trazida pelo desenvolvimento dos meios de comunicação “alterou profundamente as condições sob as quais o poder político é exercido” (THOMPSON, 2002, p. 121). Antes da criação da imprensa, os governantes podiam

administrar as suas aparições em público e “restringir a própria visibilidade a círculos relativamente fechados da corte” (THOMPSON, 2002, p. 122).

Havia ocasiões em que os governantes apareciam diante de audiências maiores, que incluíam alguns de seus súditos. Estas ocasiões eram motivadas por eventos públicos mais importantes, como coroações, funerais reais ou marchas vitoriosas. A pompa e a cerimônia de tais ocasiões, a extravagância do aparato e das circunstâncias, a distância da figura que podia ser vista, mas não ouvida ou tocada ou confrontada como a um igual: tudo facilitava para o governante a manutenção de um distanciamento proposital de seus súditos, enquanto lhes permitia que o vissem temporariamente e celebrassem sua existência num contexto de co-presença. A manutenção da distância atestava o caráter sagrado do poder. O governante estava acima – tanto literalmente quanto simbolicamente – dos súditos que ele governava, e sua existência era mortal e divina ao mesmo tempo. Para a maioria dos indivíduos nas sociedades antigas e medievais, contudo, os governantes mais poderosos raramente ou jamais foram vistos. Os habitantes das áreas rurais ou das regiões periféricas de um império ou reino raramente teriam a oportunidade de ver o imperador ou rei em carne e osso (THOMPSON, 2002, p. 122)

Com a imprensa, os líderes políticos começaram a ter maior visibilidade, tanto ressaltando sua imagem, como sofrendo críticas à sua atuação. Tal preocupação com a imagem dos políticos não é recente.

Não há nada de novo na preocupação de governantes e líderes políticos em cultivar a própria imagem pessoal e controlar sua exposição ao público: a administração da visibilidade é uma arte política antiga. Mas o desenvolvimento dos meios de comunicação, e a conseqüente transformação na natureza da visibilidade, mudaram as regras práticas desta arte. (...) Com o desenvolvimento dos novos meios de comunicação, como as formas iniciais da imprensa, os governantes políticos tiveram de se preocupar cada vez mais com sua apresentação diante de audiências que não estavam fisicamente presentes. Os novos meios de comunicação foram usados por eles não somente como um veículo de promulgação de decretos oficiais, mas também como um meio de projetar uma imagem pessoal que poderia alcançar os súditos nos lugares mais distantes (...) A imprensa proporcionou um alcance extra não somente para aqueles que procuravam celebrar a imagem do rei, mas também para aqueles que procuraram difamá-la. (THOMPSON, 2002, p. 122-123)

Por outro lado, o Estado, que é governado por tais políticos, está assumindo “um papel cada vez mais intervencionista, buscando políticas de controle da atividade econômica e compensando as conseqüências negativas do crescimento econômico” (THOMPSON, 2002, p. 111). Surge, assim, um novo grupo de interesses que não pertence: nem ao estado que visa, em essência, o benefício público-estatal; nem aos indivíduos que defendem principalmente aquilo que lhe é privado:

Indivíduos se uniram para formar organizações e grupos de pressão com o objetivo de influenciar a política governamental. Na verdade, a própria

fronteira entre o público e o privado tornou-se um marco importante nos debates políticos quando os governos procuraram redefinir o escopo da atividade estatal, expandindo os serviços e investimentos públicos ou, alternativamente, removendo preocupações do setor público para o privado através de privatizações. O domínio privado inclui organizações econômicas privadas, operando num mercado econômico e visando, de alguma maneira, fins lucrativos, como também uma vasta gama de relações pessoais e familiares que podem ser informais ou formalmente sancionadas pela lei (por exemplo, o matrimônio). O domínio público inclui uma série de instituições estatais e paraestatais: das corporações legislativas, judiciais à polícia, serviços militares e secretos, dos serviços sociais a uma variedade de organizações de bem-estar; ele também inclui organizações econômicas de propriedade do estado, como as indústrias nacionalizadas e as empresas de utilidade pública. Entre os domínios público e privado, várias organizações intermediárias surgiram e prosperaram nestes últimos anos. Estas organizações não pertencem ao estado nem se situam inteiramente dentro do domínio privado. Elas incluem, por exemplo, as instituições não lucrativas de beneficência e caridade; associações de grupos de pressão que procuram articular pontos de vista particulares; organizações econômicas administradas por cooperativas. Estas organizações intermediárias são instituições privadas não estatais em termos de seus estatutos legais, mas elas são juridicamente e operacionalmente distintas das organizações econômicas privadas de fins lucrativos. (THOMPSON, 2002, p. 111)

Alguns autores defendem que esta é uma terceira esfera: a da sociedade civil (BRESEER-PEREIRA, 1999). Ao menos no que tange as emissoras de televisão, existem àquelas que se situam entre as estatais e as privadas e são tidas como “públicas”, mesmo que essa terminologia não seja a melhor indicada – é por esse motivo e pela história da televisão, como vimos no primeiro capítulo são freqüentemente reconhecidas como “educativas”.

Até mesmo essas emissoras que não têm fins lucrativos e são reconhecidas como públicas possuem suas diferenças. Como vimos, dentro dessa classificação se localizam tanto as emissoras não-estatais voltadas para o interesse público, como as corporativas que estão orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação. Assim, há uma variedade de emissoras que usam, indevidamente, o título de televisão público-educativa. “No Brasil, sob o rótulo de emissoras não comerciais estão abrigadas desde igrejas eletrônicas até teleshoppings” (CARRATO, 2005b, p.12). Isso ocorreu após o decreto 3.541 de 1998, que modificou as regras de que as televisões educativas poderiam incluir até 100% de programação própria – sendo que antes tinha um teto de 15%. “Essa mudança na legislação que regula a radiodifusão brasileira aumentou sobremaneira o interesse pelas TVs educativas por parte de políticos, religiosos, entre outros grupos sociais” (LOPES, 2008, p.2).

De acordo com o I Fórum Nacional de TV Pública (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 36) há uma variedade de configurações de funcionamento dessas emissoras públicas: (a) Autarquias: Federais, Estaduais e Municipais; (b) Fundações Públicas de Direito Público;

(c) Fundações Pública de Direito Privado; (d) OS – Organização Social; (e) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; (f) Universidades Direta: Federal, Estadual e Municipal; (g) Universidades Filantrópicas; (h) Universidades Comunitárias; (i) Universidades Com Fins Lucrativos; (j) Fundações Universitárias; (l) Empresa de Economia Mista; (m) Fundações Privadas de Direito/interesse público. O interessante é que, entre os membros do Fórum, não há uma distinção dos sistemas estatais e públicos. Todas são tratadas de modo semelhante³¹.

2.3.3 As Diferenças entre TV Pública e TV Comercial

“As emissoras públicas programam para a sociedade e as emissoras comerciais programam para o mercado”
(CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 2007, p. 29)

Com base na formação jurídico-administrativo-financeiro, o primeiro esboço de definição de uma TV Pública foi construído no o I Fórum Nacional de TV Pública:

TV Pública como entidade jurídica prestadora de serviço público de radiodifusão e cabodifusão de sons e imagens, sem fins lucrativos, prestado num regime jurídico caracterizado pelo controle e participação da sociedade civil, permitindo cooperação entre si, e com financiamento de recursos públicos e privados. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 36)

Apesar de amplo, o conceito ainda precisa ser atualizado de modo que ele não exista apenas na definição em si, mas também que ele seja aplicado em cada uma das emissoras que estão sob o guarda-chuva do nome ‘TV Pública’ e definir se as estatais são, de fato, também públicas.

A própria esfera pública estatal, para tornar-se realmente pública, requer o fortalecimento da crítica e do controle da sociedade sobre o Estado. A importância crescente que adquire a noção do público está diretamente vinculada à consciência de que o Estado tem sido exposto, sobretudo no século XX, a um processo de privatização, dominado e capturado por interesses particulares, tanto de corporações privadas como das próprias burocracias. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 22)

Pensando em uma terceira esfera, ligada à sociedade civil, não seria saudável tratá-las de modo semelhantes se, na verdade, possuem objetivos distintos. Porém, deixando as diferenças entre as “públicas” e as “quase-públicas” de lado, o Fórum foi uma iniciativa para se opor às emissoras comerciais. Até porque há uma dicotomia muito clara entre estes dois

³¹ O Brasil carece de uma legislação que contemple essas variedades de emissoras não-privadas.

tipos de emissora: o lucro versus a defesa dos interesses setoriais ou grupais (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 21).

“A televisão comercial baseia-se nas regras do mercado, seu produto não é o conteúdo televisivo, mas o próprio público telespectador, a audiência, enfim, cujo valor é medido sistematicamente pelos institutos de pesquisa” (ABEPEC, 2006, p. 41).

Isso ocorre na maioria dos veículos de comunicação, mas principalmente na televisão comercial, onde o que interessa é o IBOPE, ou seja, sua audiência.

O coração do negócio do entretenimento no campo dos meios de comunicação social e, em particular, no campo da televisão, que é o que nos interessa dramaticamente, se resume a vender... o seu próprio público. Basta ver a televisão comercial aberta. Sua mercadoria não são as atrações que ela faz crer que são suas mercadorias, mas os olhos para os quais essas supostas mercadorias se anunciam atraentes. Ela comercializa o olhar de quem a vê, o que, em boa parte, é verdadeiro também para os canais pagos. De vender o seu público para o anunciante vivem as televisões comerciais, ou, pelo menos, vivem as melhores, as que não usam dinheiro sujo na operação. A sua estruturação estratégica se dirige à captação de público, à manutenção da atenção do público e à venda do público. É isso o que tem valor em seu modelo de negócio. (BUCCI, 2006, p. 15)

Essa é uma diferença fundamental entre a televisão comercial e pública. Se, por um lado, a tevê comercial está preocupada simplesmente com a quantidade de telespectadores, por outro, a tevê pública deveria estar atenta para o seu conteúdo e não para a audiência. Isso porque, justamente por ter caráter público, ela deveria dar espaço para as faixas da população que ficam excluídas das televisões comerciais.

A televisão pública é também aberta, gratuita, mas sem finalidades lucrativas. Não se pauta pelas regras do mercado. Para ela, o público não é produto, mas destinatário dos conteúdos televisivos. O produto da televisão pública é a programação. E essa programação não deve ser avaliada pela quantidade de audiência, mas por sua qualidade ou necessidade (...). Na televisão pública o alvo é o cidadão, não o consumidor. (ABEPEC, 2006, p. 42-43)

Sendo assim, no campo do jornalismo televisual, as notícias também deveriam ter um caráter distinto. Enquanto na televisão comercial busca-se a satisfação do telespectador-consumidor que assiste um telejornal para apenas sentir-se informado e ter um tempo agradável ao mesmo tempo, o telejornalismo público teria como função educá-lo e promover um espaço de discussão mais profunda dos assuntos, mesmo que essa escolha não seja a mais desejada e, até mesmo, abordar assuntos que ficam excluídos da pauta do jornalismo comercial.

Qualidade e reflexão constituem o fundamento do que chamamos recentemente de *jornalismo público*. A necessidade de um jornalismo público deriva primeiramente da questão da pauta. No mundo moderno há uma pauta compulsória que freqüenta as redações dos noticiários, propondo assuntos gerados por interesses políticos, financeiros, ideológicos e, até, religiosos. A pauta do jornalismo público deve ser ditada pelos interesses da sociedade, e não pelos assuntos em voga. Outra questão fundamental é a seguinte: o jornalismo público privilegia a compreensão do acontecimento e não o espetáculo da notícia. E essa talvez seja a distinção mais categórica dos dois tipos de jornalismo. O jornalismo público deve se ocupar mais da contextualização do que das conseqüências primárias dos acontecimentos. O ritmo e o formato de um telejornal, na televisão pública, implicam, portanto, a produção de matérias de interesse da sociedade que estimulem a compreensão do telespectador e agucem sua capacidade de questionar. Para tanto, há que se dispor de repórteres empenhados, editores criativos e locutores e âncoras humanizados. O fundamental, contudo, é a independência, pluralismo, ausência de preconceitos, presença exaustiva do contraditório e uma ética de transparência. (ABEPEC, 2006, p. 43-44, grifos no original)

Tendo compreendido um pouco mais sobre o que é público e o que é privado e suas relações. É possível compreender qual é o papel da TV Cultura no cenário televisivo brasileiro. A TV Cultura é uma emissora público-educativa controlada por uma Fundação que tem autonomia para atuar em todas as áreas, ou seja, ela é administrada por uma instituição privada não-estatal, apesar de receber boa parte de seus recursos do Estado de São Paulo. A própria TV Cultura definiu o que ela compreende por jornalismo público:

Jornalismo Público (...) pretende produzir informações de interesse da sociedade, a partir da verificação permanente das suas demandas. Adotar formatos capazes de propiciar ao telespectador uma avaliação crítica da realidade transmitida pela informação. Um tempo e um formato capazes de propiciar reflexão por parte do telespectador é o objetivo principal do jornalismo público. A absorção emocional do espetáculo da notícia, produzida pela televisão de mercado, é insuficiente e acaba por deformar a avaliação crítica do grande público. O jornalismo público pretende auxiliar esse processo de formação do telespectador para o exercício da cidadania. (CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 2007, p. 28)

Falar do jornalismo público no Brasil parece até uma utopia. O jornalismo comercial, por outro lado, é visto como perverso e de baixa qualidade. Mas será que o jornalismo público também não está presente nas regras do mercado, até por querer gozar de certo prestígio? E, por outro lado, será que o jornalismo comercial também não tem sua importância na configuração da indústria midiática brasileira atual? Será que podemos considerar que há dois tipos de jornalismo no Brasil: um público e um comercial? Será que eles são semelhantes em sua essência? Não deveria ambos contribuir para a formação do cidadão?

2.3 Conteúdos Sociais na TV e Cidadania

O uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. Quando os indivíduos usam os meios de comunicação, eles entram em formas de interação que diferem dos tipos de interação face a face que caracterizam a maioria dos nossos encontros cotidianos. Eles são capazes de agir em favor de outros fisicamente ausentes, ou responder a outros situados em locais distantes. De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum (THOMPSON 2002, p. 13-14).

A televisão é o meio de comunicação que tem um grande alcance em toda a população por uma série de fatores: (a) é gratuita; (b) aberta, desde que tenha um aparelho receptor que pode ser facilmente comprado, inclusive a prazo – dividido em muitas parcelas; (c) mais de 90% da população brasileira já possui ao menos um desses aparelhos; (d) é comum, atualmente, as pessoas ligarem os televisores diariamente, assistirem por horas e comentarem o que viram com amigos; (e) muitos têm a televisão como uma das poucas opções de lazer e de acesso de informação disponível.

Como vimos no primeiro capítulo, a televisão foi importante para a integração nacional e a responsável por fortalecer uma noção imaginária de “nação” entre os brasileiros, unificando-os. Foi por ela que novos conceitos, valores e hábitos se espalharam por todos os cantos do Brasil desde 1950.

A televisão captou e foi ela própria um lugar de negociações e mudanças da sociedade brasileira: foi suporte e agente provocador da passagem de um Brasil de fazendas e de negócios privados para a um Brasil complexo, democrático, ruidoso, saturado e vibrante. O nascimento do país urbano que conhecemos hoje é uma história narrada – e impulsionada – pela televisão: ela registra a modernização de um país num espaço em constante mutação, que organiza o movimento das multidões, do consumo de massas, num primeiro momento, e depois dos novos sujeitos e vozes sociais e culturais (...). A construção de um padrão de nacionalidade, de imaginário, de unidade territorial, de atualização de comportamentos é um dos muitos produtos da centralidade da televisão em nossa cultura e de sua presença no território. (GIL, 2006, p. 6)

Se compreendermos que ela pode exercer tamanha força e que ela desenvolveu tal papel na sociedade há alguns anos, quais são seus atuais objetivos sociais? Que realidade ela transmite e com qual enquadramento?

Os telejornais, as novelas e os filmes chamam nossa atenção, pois trazem situações sensacionais e extraordinárias que não condiz com aquilo que estamos acostumados a considerar normal, certo e esperado. A mídia, portanto, nos transporta para situações inusitadas, mas que com o tempo, vão se tornando ordinárias e aceitas com normalidade. Assim, acabamos por nos acostumar com situações que antes pareciam ser impossíveis e, de certa forma, até esperarmos que elas ocorram (BUORO *et al*, 1999, p. 36).

A vida de todo brasileiro nem sempre é sensacional ou extraordinária. Há cerca de 10 anos, era muito questionado as coreografias e a vestimenta da dançarina Carla Peres e sua influência no público infantil. Hoje, já não há mais estranhamento e sensacionalismo quanto esse assunto. O mesmo ocorre com a violência, principalmente em grandes centros urbanos como na cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Porém, há um descompasso com a divulgação da violência pela mídia e a violência “real”. Para quem não mora nessas regiões a impressão de “realidade” é que nessas metrópoles existe muita violência e tem-se a impressão de ser perigosa. E, ao perguntar para moradores dessas cidades, muitos dizem nunca ter presenciado qualquer ato do tipo naquela região. E como será isso possível? É simples, a televisão capta um certo aspecto da realidade e o “hiper-destaca”.

A televisão, aliás, tem entre nós o estatuto de janela para o mundo, capaz de descortinar os fatos como eles são, como se os víssemos de perto com os nossos próprios olhos, porque vivemos numa civilização em que a imagem se tornou critério da verdade. A televisão desfruta dessa impostura que esconde o artifício para dar a ver a suposta realidade. (BUCCI, 2006, p. 16)

Uma “realidade” sensacionalista e violenta começou a se tornar muito comum na televisão brasileira a partir da década de 90, principalmente, com o programa “Aqui e Agora” que exibia cenas policiais. O programa tinha um enfoque popular e, com a “câmera tremida”, entrava em favelas acompanhando o exercício da polícia em proteger ao cidadão. O “Aqui e Agora” foi um programa do SBT que obteve grande audiência e, não muito tempo depois, este modelo foi copiado para outras emissoras como a Rede Record e a Bandeirantes.

A violência, principalmente a física, ocorre desde os primórdios da civilização. Os homens utilizavam a violência não apenas para a caça dos alimentos e para conquistar a atenção feminina, mas também para dominar territórios. Um homem matar outro indicava sinal de virilidade. Com o processo civilizatório, algumas atitudes passaram a não serem mais toleradas, ficando o Estado o único responsável por realizar ações agressivas e promover a justiça de acordo com as leis. Hoje, creditamos ao Estado o dever de nos proteger e julgar os culpados por crimes e distúrbios da ordem pública.

Essa conquista deu-se a partir de um grande esforço para determinar os valores e direitos dos indivíduos – e estes deveriam ser assegurados por algum órgão, no caso o Estado. No ano de 1789, houve na França uma grande conquista nesse aspecto com a Declaração dos Direitos Humanos. Essa atitude culminou, em 1948, na assinatura, por 58 países pertencentes à ONU (Organização das Nações Unidas), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Entre os direitos assegurados estão: (1) todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; (2) todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; (3) ninguém será mantido em escravidão ou servidão; (4) ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante; (5) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela lei; (6) ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado; (7) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele; (8) todo ser humano acusado tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei; entre outras.

Os países que assinaram essa declaração se comprometeram em fazê-la valer, mas mesmo assim a criminalidade e a violência aumentam diariamente. E isso é uma grande contradição que se vive hoje: ao mesmo tempo que o mundo parece estar mais violento a cada dia, nunca houveram tantas leis e garantias de direitos dos cidadãos. Isso parece ocorrer porque o Estado, em muitos casos, não se faz presente e, na sua ausência, é possível observar que muitas pessoas acabam resolvendo os conflitos com as “próprias mãos”. É comum haver guerras entre gangues e facções criminosas em grandes cidades. Na verdade, com a ausência do Estado, cria-se um “poder sobre o público” e é realizado com interesses totalmente privados. Nessas regiões, a regra do mais forte prevalece sobre a justiça.

E, sendo o Estado ausente, aumenta-se o número de portes de armas (legais e ilegais). Chega-se ao cúmulo de um morador que tem um problema de segurança ir conversar com os “chefões” do tráfico, ao invés de buscar auxílio da polícia. E, ao mesmo tempo, ter mais confiança naquele que “manda” na região do que no órgão de defensoria do Estado. Os “manda-chuvas” não têm nenhum compromisso legal e acaba por tomar suas próprias decisões e sentenças, muitas delas levam os condenados à morte. Essas atitudes perversas e desumanas contra o direito à vida persistem na cultura brasileira, desde seu “descobrimento”.

Nossa história está marcada pela violência dos poderosos contra os mais fracos. Ela se inicia com o massacre de índios, que até o descobrimento não

sabiam o que era a fome e desigualdade social. Até hoje, não se conhece entre os índios a figura do menor abandonado. No entanto, eles eram vistos pelos colonizadores como seres inferiores. Para o colonizador português, os índios eram preguiçosos. Em razão disso, o Brasil entrou na rota da escravidão negra. O escravo não era, juridicamente, considerado ser humano, apenas um ‘*instrumentum vocalis*’, que em latim significa ‘instrumento que fala’. Escravo era coisa, não gente. O Brasil foi a última nação independente a acabar com a escravidão. Esse fato deixou marcas profundas na cultura nacional, na forma como as pessoas encaram o mundo. É um dos elementos para se entender como ainda hoje são cometidos tantos assassinatos no campo, em sua maioria impunes (Dimenstein, 2002, p. 51-52, grifos no original)

Há uma crença generalizada de que é o tráfico de drogas que financia os criminosos. Se isso é verdade, os criminosos passam a ter certo prestígio ao passo que conseguem vender mais drogas, e passam a se organizar de tal forma que passam a controlar uma determinada região. No início é apenas uma pequena área, algumas casas, e, com o aumento de sua “força”, seu poder vai se estendendo por outras regiões de difícil acesso, onde é pouco assistida pelo Estado. O domínio chega a tal ponto que ele se fortalece naquela área até o ponto que se “choca” com as regiões das quais o Estado se faz presente – geralmente em regiões de melhor poder aquisitivo.

A cidade do Rio de Janeiro é tida como o exemplo brasileiro mais nítido desta situação. Nela é possível observar a conquista dos morros pelos traficantes, só que com um agravante: cada morro é organizado por diferentes facções criminosas e, por concorrerem entre si, há uma disputa declarada de espaço. No Rio de Janeiro, há três grandes facções conhecidas: “Comando Vermelho” (CV), “Ação dos Amigos” (ADA), “Terceiro Comando Puro” (TCP).

A população que vive nos morros fica a mercê dos “comandantes” e seus direitos são reduzidos, pois ficam a mercê das regras e leis impostas pelos traficantes. Ter horário para chegar em casa, conviver com armas de fogo e a manipulação de drogas nas imediações de seus lares fazem parte da realidade das pessoas que moram ali. Algumas delas declaram até preferir a proteção dos traficantes àquela promovida pelo Estado, por julgar este último muito violento. Estes moradores não percebem que sua cidadania e seu direito à liberdade e à vida se tornam limitados por conta dessa situação. E, muito menos, a culpa do Estado por esta situação não é compreendida. Muitas vezes, a população se esquece que o Estado é o responsável por manter a ordem pública.

A ordem pública, num sentido mais amplo, alcança não só aquele estado de fato imprescindível à preservação da paz social (v.g.: garantia da segurança pública), como aquelas situações que aumentem a comodidade ou a

qualidade de vida do grupamento, fins a serem sempre perseguidos pelo Estado (v.g.: proibição de comércio ambulante na via pública). Em alguns casos, pode alcançar medidas que busquem proteger o indivíduo contra si próprio (v.g.: a obrigação do uso do cinto de segurança), evitando resultados que mediatamente poderiam afetar a coletividade (v.g.: despesas financeiras para o atendimento de acidentados e manutenção de hospitais). (GARCIA, 2008, p. 9)

O Estado abandonou tais regiões, permitindo, assim, a instalação de um poder local que não o estatal. Atualmente, este poder local é tão organizado e forte que até o próprio Estado tem dificuldades para se locomover nesses territórios. Pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, a idéia de reconquista dos morros e a unificação da pacificação local³² situam-se no campo da utopia entre os cidadãos brasileiros. Isso porque, é há poderes paralelos – “Estados” clandestinos – dentro de um Estado chamado Brasil.

As vezes cogita-se o uso das Forças Armadas para lidar com situações de violência interna no país, mas Garcia (2008), baseado na Lei Complementar 97/99, adverte que seu uso deva ser regulado e restrito.

Empregar as Forças Armadas em operações tipicamente urbanas é medida extrema, a ser adotada em situações igualmente extremas. Trata-se de dogma que jamais deve ser esquecido num País recém-saído de um regime de exceção. Além do risco mediato à democracia e à própria população civil, ainda está em jogo a credibilidade das instituições, pois um aparato voltado ao combate e, ‘ipso facto’, à eliminação do inimigo, não está ontologicamente vocacionado ao policiamento ostensivo e à repressão à criminalidade civil. Imaginar (ou forçar) o contrário pode desaguar num extermínio generalizado ou no descrédito de uma instituição essencial à solidez do Estado brasileiro. (GARCIA, 2008, p. 18, grifos no original)

E se a mídia tem um papel social para alertar a população sobre essas e outras situações, será que ela está colaborando para a educação do cidadão ou ela está sendo omissa? E como ficaria a cidadania nessa perspectiva? Qual a função do Ministério Público nas questões cidadãs? Não deveria a mídia fiscalizar o Estado a fim de promover uma prestação de contas (*accountability*)? Da mesma forma, a mídia não deveria ser de fato regulada pelo Estado a fim de exercer sua função, como indica a legislação? A quem interessa essa situação? Seria esse panorama um avanço ou um retrocesso do processo civilizatório e de direitos? Não seríamos nós, nestes cenários, “cidadãos de papel” como defende Gilberto Dimenstein (2002)?

³² O filme brasileiro “Tropa de Elite” (2007) de José Padilha mostra uma realidade fictícia do Rio de Janeiro, mas apresenta no vídeo um clima de veracidade, reforçando enquadramentos dados pela audiência.

3 Enquadramento: Uma abordagem metodológica

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas só enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista. (PARK, 2003, p. 145, tradução nossa)³³

A mídia é a moldura da janela pela qual a opinião pública entra em contato com uma parcela da realidade. Por exemplo, em um telejornal quem constrói essa realidade e a organiza em notícias é o jornalista e o editor. Essa ordenação consciente dos fatos pelos produtores da notícia nem sempre é compreendida pela audiência. Segundo Lage (1998, p. 378), o público, mesmo o mais instruído, é incapaz de perceber “o jogo de interesses por detrás das notícias”.

A organização da exposição de determinados assuntos pode ser chamada também de enquadramento (*framing*). Ou seja, o jornalista opta enquadrar (ou moldar) um fato de uma determinada forma e não de outra, evidenciando assim uma parte da realidade em detrimento de outra. A mídia constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade. Esse enquadramento de construções imagéticas é encontrado principalmente no jornalismo que busca a reconstrução dos fatos em notícias.

Conforme Lima (2001, p. 274), significativos avanços têm sido registrados na pesquisa sobre comunicação e jornalismo. Existe uma tendência assentada em três linhas independentes, mas diretamente relacionadas. “Trata-se das pesquisas sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o poder de definição da pauta pública (*agenda setting*) e o enquadramento da notícia (*framing*)”. Os estudos sobre o *newsmaking* têm revelado como a “distorção involuntária” é inerente à produção de notícias. A hipótese do *agenda setting*, ao questionar os efeitos limitados, redescobre “o poder de longo prazo” da mídia sobre a construção das agendas:

Por outro lado, o conceito de enquadramento (*‘framing’*) apresenta um avanço importante na tradicional ‘análise de conteúdo’ das mensagens da mídia, em particular das notícias. Do ponto de vista operacional, a noção de enquadramento envolve basicamente a ‘seleção’ e a ‘saliência’, sendo que esta última consiste em tornar uma informação mais ‘noticiável, significativa ou memorável para a audiência’. (LIMA, 2001, p. 274, grifos no original)

³³ “People only see the world within the frame of the window. If the frame of the window is too small, people will see only a small part of the world. If the window is on the west wall, people will only see the west. In other words, media may show only a small part of the world from a particular point of view”

Da mesma forma corrobora Porto (2002, paginação irregular), “o conceito de enquadramento tem sido definido tanto como alternativa a paradigmas em declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes”. Segundo Koenig (2004b, p. 1), “em um nível muito simplista, enquadramentos estruturam quais partes da realidade se tornam notícia”. Para haver uma melhor compreensão dessa concepção de enquadramento, é importante levar em conta o início do conceito e como ele vem sendo aplicado.

Dessa forma, este estudo faz um resgate histórico do conceito de enquadramento, desde o início de sua definição, criada pelo norte-americano Erving Goffman, passando pela contribuição de Todd Gitlin, chegando à famosa citação de enquadramento de Robert Entman. Por fim, será detalhado brevemente o estudo de Scheufele que traz um levantamento das pesquisas norte-americanas utilizando a abordagem de enquadramento e a sua postulação de divisão de possibilidades de análise, respondendo às críticas sofridas por essa metodologia no início de sua fixação teórica.

3.1 Origens do Conceito de Enquadramento

Enquadramentos são estruturas cognitivas básicas que guiam a percepção e a representação da realidade. Na totalidade, enquadramentos não são produzidos conscientemente, mas são adotados inconscientemente no curso do processo comunicativo. Em um nível muito banal, enquadramentos estruturam quais partes da realidade se torna notícia. (KOENIG, 2004a, p. 2, tradução nossa)³⁴

O responsável pela ontogênese dessa abordagem é o sociólogo norte-americano Erving Goffman. Apesar de o próprio Goffman afirmar que o conceito tem sua origem em outros autores da tradição fenomenológica, foi ele quem desenvolveu a primeira articulação teórica mais sistemática, aplicando-o à análise das interações sociais (PORTO, 2004). Com base na Sociologia e aplicado em estudos de comunicação para referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas, Goffman, em sua obra *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*, afirma:

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos [...] e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos como eu sou capaz de identificar (GOFFMAN, 1974, p. 10, tradução nossa).³⁵

Porto (2004), ao interpretar o texto de Goffman, afirma que:

Tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: ‘O que está ocorrendo aqui?’ Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais. (PORTO, 2004, p. 78, grifos no original)

Fisher (1997), em seu estudo que revisa o conceito de enquadramento, lembra que Goffman não investiu muito esforço no desenvolvimento do conceito, mas foi o responsável por iniciar um ramo da literatura de análise. Todavia, nos anos que se seguiram, outros estudos buscaram aplicar e desenvolver o conceito de enquadramento. Em seu estudo clássico sobre a cobertura dada aos ativistas e aos movimentos de paz durante a guerra do Vietnã pela mídia americana, Todd Gitlin (1980) apresenta uma síntese do conceito de enquadramento, considerada importante para a evolução da definição do conceito:

³⁴ “In other words, frames are basic cognitive structures which guide the perception and representation of reality. On the whole, frames are not consciously manufactured but are unconsciously adopted in the course of communicative processes. On a very banal level, frames structure, which parts of reality become noticed.”

³⁵ “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principals of organization which govern events [...] and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify.”

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7, tradução nossa)³⁶

Nesse momento, o enquadramento passa a ser visto como uma estruturada organização do texto pelo emissor, mesmo que suas intenções do emissor sejam inconscientes (SCHEUFELE, 1999). Anos mais tarde, o pesquisador Robert Entman foi o responsável pela integração do conceito original de enquadramento com a noção de hegemonia midiática, através de sua famosa definição de *framing*:

Enquadramento envolve essencialmente ‘seleção’ e ‘saliência’. Enquadrar é ‘selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou um recomendação de tratamento’ para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52, grifos no original, tradução nossa)³⁷

Assim, a partir dessa definição, Entman (1993, p. 52) defende que os enquadramentos (1) definem problemas – ao determinar o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios; (2) diagnosticam uma causa – identificando as forças que criaram o problema; (3) fazem julgamento moral – ao avaliar os agentes causais e seus efeitos; (4) sugerem remédios – ao oferecer ou justificar tratamentos para os problemas e predizer seus efeitos. Segundo Porto (2002), esta definição resume os aspectos centrais do conceito, principalmente das suas aplicações na análise de conteúdo da mídia. O pesquisador brasileiro acredita ser mais apropriado definir enquadramentos como recursos heurísticos que estimulam um padrão específico de interpretação:

A ênfase em enquadramentos, atalhos e interpretação nos permite não só ir além do plano da informação, mas também preencher importantes lacunas na teoria política. Existe uma quantidade significativa de estudos sobre opinião pública e comportamento eleitoral, mas são raras as pesquisas sobre o processo pelo qual estas opiniões são formadas, mantidas e modificadas. (PORTO, 1999, p. 18)

³⁶ “Frames are principles of selection, emphasis and presentation composed of little tacit theories about what exists, what happens, and what matters. [...] [News frames are] persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual.”

³⁷ “Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.”

Entman (2003), em seu estudo sobre a cobertura da mídia quanto ao terrorismo após o episódio de 11 de Setembro de 2001, escreve sobre a capacidade de distinguir e mensurar os enquadramentos:

Enquadrar significa ‘selecionar e enfatizar alguns aspectos de eventos ou temas e fazer conexões entre eles para, então, promover uma particular interpretação, avaliação e/ou solução’. As palavras e imagens que criam os enquadramentos podem ser distinguidas do resto do noticiário por sua capacidade de estimular o apoio ou oposição a um lado em um conflito político. Nós podemos medir essa capacidade pela ‘ressonância cultural’ e pela ‘magnitude’. Aqueles enquadramentos que empregam mais termos ressonantes culturalmente têm maiores chances de influência. Eles usam palavras e imagens altamente salientes na cultura, o que quer dizer ‘noticiável, entendível, memorável e emocionalmente carregado’. A magnitude explora a ‘proeminência’ e a ‘repetição’ das palavras e imagens enquadradas. Quanto mais ressonância e magnitude, mais provável o enquadramento evoca pensamentos e sentimentos similares em grandes porções de audiência. (ENTMAN, 2003, p. 417, grifos no original, tradução nossa)³⁸

No mesmo estudo, Entman (2003) afirma que a ressonância pode superar algumas vezes a necessidade de magnitude. Algumas palavras e imagens possuem ressonâncias suficientes para impressionar por elas mesmas a consciência pública sem requerer um significativo número de exposição.

³⁸ “Framing entails selecting and highlighting some facets of events or issues, and making connections among them so as to promote a particular interpretation, evaluation, and/or solution. The words and images that make up the frame can be distinguished from the rest of the news by their capacity to stimulate support of or opposition to the sides in a political conflict. We can measure this capacity by cultural resonance and magnitude. Those frames that employ more culturally resonant terms have the greatest potential for influence. They use words and images highly salient in the culture, which is to say noticeable, understandable, memorable, and emotionally charged. Magnitude taps the prominence and repetition of the framing words and images. The more resonance and magnitude, the more likely the framing is to evoke similar thoughts and feelings in large portions of the audience.”

3.2 Diferentes Abordagens de Enquadramento

“Apesar do seu uso crescente nos estudos sobre processos de comunicação, as primeiras revisões sistemáticas da literatura sobre enquadramento sugerem que ainda existe uma falta de clareza nos diversos usos do conceito e que muito precisa ser feito para se desenvolver uma teoria abrangente e coerente.” (PORTO, 2002, paginação irregular).

Vários pesquisadores reconhecem a importância do conceito de enquadramento. Scheufele (1999) explica que os meios de comunicação de massa têm um forte impacto ao construir a realidade social, isto é, ao enquadrar imagens da realidade de um modo previsível e padronizado. “O enquadramento noticioso organiza a realidade todos os dias e o enquadramento noticioso é parte e uma parcela da realidade (...) [ele] é uma característica essencial da notícia” (TUCHMAN, 1978 apud SCHEUEFELE, 1999).

Alguns defendem que os enquadramentos guiam os emissores e os receptores da mensagem jornalística. Outros dizem que o discurso da mídia é, de certo modo, construído pela opinião pública. Na verdade, pode-se considerar que o conceito de enquadramento noticioso permite uma análise multifacetada e bidirecional, que engloba tanto o jornalista e a produção da notícia como os leitores e a opinião pública.

O enquadramento noticioso é uma das mais importantes características de uma matéria, tanto em termos de fornecer um molde que guia os jornalistas a reunir fatos, citações e outros elementos da estória nas matérias e também para orientar interpretações pela audiência. (MCLEOD; DETENBER, 1999, tradução nossa)³⁹

Todavia, a análise de enquadramento vem sofrendo algumas críticas, como a de Koenig (2004a, p.1) afirmando que a análise de enquadramento já não é a mesma de Goffman, apesar de algumas vezes ter somente uma conexão “frouxa” com a formulação original. Porto (2002) corrobora tal argumento e afirma que a culpa é dos diversos usos do conceito. Fisher (1997) também defende tal posição, porém observa um cenário mais pessimista:

Pegando como um todo, os vários ramos da literatura da ‘análise de enquadramento’ não exibem um consenso sobre as questões básicas, incluindo o que são ‘frames’ ou como indivíduos e culturas fazem uso deles. Essa falta de consenso surge das muitas diferentes metodologias apontadas

³⁹ “The news frame is one of the most important characteristics of a new story, both in terms of providing a template that guides journalists in assembling facts, quotations, and other story elements into a news story and for orienting interpretations by audience.”

por vários autores que tem contribuído para a literatura de ‘framing’. (FISHER, 1997, p. 1.5 , grifos no original)⁴⁰

Porto (2002, paginação irregular, grifos no original) alerta que “um dos problemas mais sérios dos estudos sobre enquadramento é um forte ‘indeterminismo conceitual’: o conceito é utilizado de diversas formas, com sentidos distintos e designando objetos diferentes”. O autor também afirma que “os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente a partir do conceito” (PORTO, 2002, paginação irregular).

É comum verificar, em pesquisas brasileiras, a combinação de enquadramento noticioso (*framing*) com tópicos de notícias e agendamento (*agenda-setting*). Porém, essa ligação feita de modo simplista pode confundir a aplicação de ambas perspectivas teóricas, a ponto de utilizarem o conceito de *framing* como uma complementação para uma análise investigativa do *agenda-setting*. Se há uma possibilidade de união ou mistura entre as perspectivas teóricas, até pelas semelhanças de investigação, esta deveria se dar com muita cautela, considerando as diferenças dos conceitos e das metodologias. Portanto, seria mais coerente aplicá-las de modo distinto e observar em quais as possíveis conclusões se obtém, observando os diferentes pontos de vista dessas perspectivas teóricas.

Scheufele (1999) afirma que, apesar de o enquadramento ter sido considerado por alguns teóricos como sendo um segundo nível do *agenda-setting*, é importante esclarecer que enquanto o *agenda-setting* se preocupa com a seleção e a saliências das matérias veiculadas (objeto), o *framing* atenta à seleção e à saliência dos termos veiculados (atributos da transmissão). Assim, são conceitos diferentes que lidam com perspectivas diferentes em um mesmo *corpus*. Leandro Colling (2004) também se preocupou em diferenciar agendamento e enquadramento, mostrando que são duas coisas distintas:

As hipóteses do *agenda-setting* fazem parte dos estudos norte-americanos em comunicação, pertencentes ao paradigma funcionalista, que reúne pesquisas preocupadas em analisar e detectar as funções dos meios e os efeitos causados sobre a audiência. [...] O *framing*, de um modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda. (COLLING, 2004, p. 89)

⁴⁰ “Taken as a whole, the many branches of ‘frame analysis’ literature do not exhibit a consensus over some basic questions, including what frames are or how individuals and cultures make use of frames. This lack of consensus largely arises from the very different methodological aims of the various authors who have contributed to the framing literature.”

Na verdade, o agendamento nos diz “sobre o que” pensar e o enquadramento está ligado ao “como” pensar – ou seja, como interpretar os fatos presentes em uma notícia, por exemplo. Carragee & Roefs (2004) afirmam que alguns estudos reduzem, erroneamente, os enquadramentos a tópicos ou temas de notícias. “Um enquadramento não é o mesmo que um tema, no qual é uma marca resumida de domínios das experiências sociais cobertas pelo estudo” (PAN; KOSICKI, 1993, p. 58-59 apud D’ANGELO *et al*, 2005, p. 205, tradução nossa)⁴¹. Os tópicos de notícias diferem dos enquadramentos porque, o enquadramento constrói significados particulares preocupando-se com questões por seus padrões de ênfase, interpretação e exclusão.

De acordo com Carragee & Roefs (2004), a redução de enquadramentos a tópicos de notícias, atributos ou perfil editorial ignora os modos nos quais os enquadramentos constroem um significado particular e como eles desenvolvem maneiras específicas de ver as questões. Essa redução também negligencia como enquadramentos específicos são aplicados a questões múltiplas, e como uma simples posição de uma questão pode ser produto de mais do que um enquadramento.

Assim, com base em outros estudos, pretendemos esclarecer como esse conceito de enquadramento vêm sendo utilizado e quais são suas possibilidades de atuação. Idealmente, análise de enquadramento pode examinar: (1) como os enquadramentos são patrocinados por atores políticos, (2) como os jornalistas empregam os enquadramentos na produção de novas notícias, (3) como essas notícias articulam os enquadramentos e (4) como os membros da audiência interpretam esses enquadramentos (ENTMAN, 1991; 1993 apud CARRAGEE; ROEFS, 2004).

Tendo em vista esses quatro paradigmas do conceito de enquadramento apresentado por Entman, Scheufele (1999) faz uma importante revisão das abordagens de enquadramento e procura solucionar os diferentes caminhos e pesquisas realizadas com relação ao campo conceitual. O autor propõe duas dimensões para o conceito de enquadramento: uma que divide entre o enquadramento mediático e o individual; e a outra que reparte o enquadramento como variável dependente ou independente.

A terminologia e a diferença conceitual de enquadramento mediático (*media frames*) e enquadramento individual (*individual frames*) vêm da contribuição de Kinder & Sanders (1990 apud SCHEUFELE, 1999, p. 106) que afirma que enquadramento serve tanto como “dispositivos intrínsecos no discurso político”, o que corresponde ao enquadramento

⁴¹ “A frame is not the same as a topic, which is a summary label of the domain of social experiences covered by the study”.

mediático; como também “estruturas internas da mente”, o que corresponde ao enquadramento individual. Em outras palavras, esta dimensão divide o que é enfatizado/salientado pela mídia e o que é interpretado pelo emissor/receptor.

A outra dimensão separa os enquadramentos como variável dependente ou variável independente. De acordo com Scheufele (1999), os estudos que enfatizam o enquadramento como variável independente geralmente focam os efeitos criados pelo enquadramento. Por outro lado, os que estudam os enquadramentos como variável dependente examinam a totalidade dos diversos fatores que influenciam a criação ou a modificação dos enquadramentos. No nível mediático, os jornalistas podem ser influenciados por variáveis sócio-estruturais ou organizacionais e pelas variáveis individuais ou ideológicas. No nível de audiência, o enquadramento está diretamente ligado à mídia e como os receptores são influenciados pela mensagem transmitida por ela.

Vamos examinar cada um dos tipos de enquadramentos propostos pelo autor:

A) *O enquadramento mediático como variável dependente*. Utilizando esse caminho, é possível pesquisar “quais fatores influenciam a maneira que os jornalistas ou outros grupos sociais enquadram determinadas questões” ou, também, “como se dão esses processos e, como resultado, quais são os enquadramentos que os jornalistas usam”. Scheufele (1999, p. 108) também aponta pelo menos cinco fatores que podem potencializar a influência sobre como os jornalistas enquadram uma dada questão: valores e normas sociais, pressão ou coerção organizacional, pressão de grupos de interesse, rotinas jornalísticas e ideologias ou orientações políticas dos jornalistas.

B) *O enquadramento mediático como variável independente* visa compreender como se dão os efeitos mediáticos na recepção. É possível perguntar, por exemplo, “quais tipos de enquadramentos mediáticos influenciam a percepção da audiência em certas questões, e como se dá esse processo?”. Scheufele (1999, p. 108) indica que há dois grandes grupos de pesquisadores: um que indica que os enquadramentos mediáticos têm um impacto nas atitudes, opiniões e enquadramentos individuais; por outro lado, o segundo grupo revela que apesar de a audiência adotar um enquadramento semelhante aos veiculados pela mídia, a proporção e o peso não são idênticos aos enquadramentos empregados pela imprensa.

C) *O enquadramento individual como variável dependente*. Essa relação entre enquadramentos mediáticos e individuais foi o motivo que levou os pesquisadores a analisar os estudos em indivíduos a partir de fatos ou temas. Com essa abordagem, é possível perguntar “quais fatores influenciam o estabelecimento de enquadramentos individuais de referência, ou os enquadramentos individuais são simples réplicas dos enquadramentos

mediáticos?” ou “como um membro da audiência pode ter com um papel ativo na construção do significado ou resistir aos enquadramentos mediáticos?” (Scheufele, 1999, p. 108)

D) *O enquadramento individual como variável independente*. As pessoas usam os enquadramentos mestres ou chaves para gerenciar enquadramentos de ação coletiva, principalmente aqueles utilizados em movimentos sociais. Três grandes grupos foram considerados importantes nesta segmentação: enquadramento de diagnóstico (identificar o problema e atribuir culpa ou causalidade), enquadramento de prognóstico (especificando o que precisa ser feito) e enquadramento motivacional (“chamar as pessoas para a luta”). É possível perguntar, por exemplo, “como os enquadramentos individuais podem influenciar a avaliação dos acontecimentos?” (Scheufele, 1999, p. 108).

Essa contribuição de Scheufele (1999) trouxe um esclarecimento e um “norte” para as pesquisas no campo de análise de enquadramento, possibilitando um mapa preliminar dos estudos já realizados. Como são centenas de pesquisas norte-americanas e outras espalhadas pelo mundo, essa redefinição pode ainda sofrer uma pequena alteração. Contudo, é possível dizer que a divisão em quadrantes é uma saída para as críticas à análise de enquadramento que apontavam uma não-coesão em relação ao conceito e às técnicas aplicadas.

Assim, observando a concepção original de onde Scheufele retirou essas separações, podemos dizer que todos estes tipos de análise enfocam, no mínimo, um dos quatro paradigmas possíveis de enquadramento no processo comunicativo: “no comunicador, no texto, no receptor e na cultura”.

‘Comunicadores’ fazem, consciente ou inconsciente, julgamentos de enquadramento ao decidirem o que dizer, guiados por enquadramentos (geralmente chamados de esquema) que organizam seu sistema de crença. O texto contém enquadramentos, que são manifestados pela presença ou omissão de certas palavras-chaves, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação e declarações que proporcionam o reforço temático de ‘clusters’ de um fato ou julgamento. Os enquadramentos que guiam o pensamento e a conclusão do receptor podem ou não refletir os enquadramentos no texto e a intenção de enquadramento do comunicador. A cultura é o estoque de enquadramentos comumente utilizados; na verdade, cultura pode ser definida como uma demonstração empírica de enquadramentos comuns exibidos no discurso e pensamento da maioria das pessoas em um grupo social (ENTMAN, 1993, p. 52-53, tradução nossa, grifos no original)⁴².

⁴² *Communicators make conscious or unconscious framing judgments in deciding what to say, guided by frames (often called schemata) that organize their belief systems. The text contains frames, which are manifested by the presence or absence of certain keywords, stock phrases, stereotyped images, sources of information, and sentences that provide thematically reinforcing clusters of facts or judgments. The frames that guide the receiver’s thinking and conclusion may or may not reflect the frames in the text and the framing intention of the communicator. The culture is the stock of commonly invoked frames; in fact, culture might be defined as the*

Se este último dado é verdadeiro, pode-se afirmar que há uma cultura jornalística que faz com que os jornalistas enquadrem os fatos e acontecimentos de modo semelhantes e os organizem tacitamente em um texto, inclusive para a sobrevivência da profissão/formato.

4 Enquadramento no Telejornalismo

Nós nos viramos muito bem, entendeu? Se houver respeito. Se a polícia, quando subir aqui no morro, subir com dignidade, para cumprir o papel de polícia, entendeu? Porque o símbolo do Exército é a mão amiga. Cadê a mão amiga que tirou três jovens da nossa comunidade e entregou com essas mesmas mãos a inimigos para morrer de uma maneira tão monstruosa? (JORNAL DA CULTURA, 19/06/2008)

A análise de enquadramento tem sido muito utilizado em pesquisas acadêmicas relacionadas com o jornalismo impresso, em sua imensa maioria. Este estudo pretende observar como os enquadramentos noticiosos ocorrem no telejornalismo, considerando os aspectos e características do meio de comunicação. Por se tratar de radiodifusão, ou seja de um meio eletrônico, as possibilidades de formatos que enquadram o mundo se ampliam, porque, utiliza-se do hibridismo das três matrizes existentes: sonora, visual e verbal. Ou seja, como é possível observar a análise de enquadramento noticioso em telejornais? Quais as diferenças de uma análise em mídia impressa?

Para observar como se dão esses enquadramentos, optamos por selecionar um caso polêmico de grande impacto nacional em duas emissoras abertas, sendo uma de caráter privado e a outra pública. Assim, pretendemos identificar os diferentes tipos de enquadramentos que o meio possibilita e, também, observar como as emissoras com finalidades diferentes abordam um mesmo tema. Levantamos, portanto, a questão: a televisão pública aborda escândalos mediáticos de modo distinto da televisão comercial ou apenas reproduz enquadramentos semelhantes? Quais são os contrastes e semelhanças entre o Jornal Nacional e o Jornal da Cultura na cobertura de um escândalo mediático?

Optamos por analisar o caso da morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2008. É um episódio com muitas vertentes: tráfico de drogas no Rio de Janeiro, assistencialismo do Governo, Exército realizando Segurança Pública, assassinato de inocentes ferindo os seus direitos humanos, revolta dos moradores locais, propaganda eleitoral antecipada, entre outros. Com este estudo de caso buscamos identificar: Como o telejornalismo pode contribuir para fiscalizar o Estado e promover o cumprimento da cidadania por meio de reportagens? Como o telejornalismo reporta temas ligados à cidadania e aos direitos humanos quando há um escândalo mediático a fim de promover uma educação cidadã?

Assim, pretendemos fazer uma breve apresentação da formação histórica do Morro da Providência, uma das favelas mais perigosas da capital fluminense; depois, debatemos o

Projeto Cimento Social, de autoria do senador Marcelo Crivella, desde sua aprovação no Senado até o uso indevido como propaganda eleitoral antecipada; por fim, faremos um breve relato cronológico sobre o acontecimento que durante os 15 dias foi capa de jornais e revistas, sem contar que foi largamente abordado pelos telejornais. Tendo essa conjuntura em mente, passaremos para a parte das análises das narrativas e da interpretação dos resultados, evidenciando os enquadramentos nos telejornais: Jornal Nacional e Jornal da Cultura.

4.1 O Morro da Providência

As cidades brasileiras estão repletas de poderosos circuitos de acumulação populacional marcados pelas desigualdades de condições de vida. A grande maioria das metrópoles e cidades de médio porte do País, caracteriza-se por possuir áreas supervalorizadas, sitiadas por favelas, mocambos e áreas onde, de modo geral, o habitat é precário em termos de condições construtivas, localização e acessibilidade aos serviços urbanos essenciais à reprodução social na cidade. (CRIVELLA, 2007b)

No início de sua organização, o Morro da Providência, como é conhecido atualmente, era popularmente denominado Morro da Favella. Sua história faz-se necessária para compreender a noção do que se entende por “favela”. No final do século XIX, houve um expressivo crescimento populacional na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. A pobreza estava generalizada na cidade, após a abolição da escravidão em 1888, e os empregos eram escassos.

Com o aumento populacional expressivo e a alta taxa de pobreza, as pessoas passaram a se organizar em estruturas de moradias populares coletivas, conhecidas como “cortiços” – considerados uma semente da favela atual. Havia um temor geral, principalmente dos políticos, com os cortiços porque eles estavam localizados na região central e podiam ser locais de abrigo de assassinos e de pervertidos, sem contar que representavam um afrontamento à saúde pública. “Caracterizado como verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (VALLADARES, 2000, p.7, grifos no original). O discurso de higiene pública culminou na lei que proibiria a implantação de novos cortiços e na demolição do cortiço Cabeça de Porco em 1893:

O prefeito Candido Barata Ribeiro (1843-1910) justificou o desalojamento de cerca de duas mil pessoas em nome da higiene pública. (...) Um grupo de ex-moradores do Cabeça de Porco conseguiu autorização para levar consigo ripas de madeira – muitos quartos ali se assemelhavam aos barracões das futuras favelas. Caminharam então poucos metros até o Morro da Providência, onde levantaram novas moradias. (...) Pouco tempo depois, em 1897, soldados retornados da Guerra de Canudos instalaram-se no já habitado Morro da Providência. (MATTOS, 2007)

Quanto à nomeação do morro como Morro da Favella, e posteriormente Morro da Providência, há uma diversidade de opiniões. As mais frequentes estão ligadas ao conflito de Canudos, porém elas também se divergem no enfoque: uma diz respeito à vegetação e a outra ao simbolismo da topografia.

Primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o Morro da Favella do Município de Monte Santo, na Bahia; segundo, o papel representado nessa guerra pelo Morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do Exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude *tout court*, no segundo, a denominação Morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador. (VALLADARES, 2000, p. 9)

Muitas são as críticas quanto à associação à vegetação porque não haveria no Rio de Janeiro tal planta leguminosa do sertão, a qual se dá o nome de faveleiro ou favela, mas teria apenas uma vegetação rasteira que lembraria a região nordestina. A versão mais aceitável é a posição estratégica do Morro no Rio semelhante ao que os ex-combatentes ocuparam na serra baiana. “Isolado, oculta de quem olha de baixo o que se passa em cima” (VALLADARES, 2000, p. 11). Já o nome Providência, como é conhecida a região hoje, passou a ser utilizado depois da década de 1920, como referência a um rio das proximidades de Canudos. Tais características e denominações podem ser encontradas em “Os Sertões” de Euclides Cunha (1982), obra clássica da literatura nacional.

Muitos historiadores não defendem o Morro da Providência como a primeira organização conhecida como favela, mas concordam que foi aquela que teve maior visibilidade. Isso porque outras regiões já apresentavam uma organização semelhante em morros. De qualquer forma, “o nome próprio ‘Morro da Favella’ passou-se ao substantivo ‘favela’, o qual serviria desde então para denominar os casos cada vez mais freqüentes de terra invadida e/ou ocupada ilegalmente por moradias precárias e população pobre” (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000, p. 461, grifos no original). É a partir dessas concepções que se surgiu o arquétipo de favela.

A esses espaços se associaram representações que serviriam para identificar a favela: ocupação ilegal, situada nas encostas de um morro ou localizada em bairro relativamente central, com moradias precárias, sem infra-estrutura e serviços urbanos. O favelado, morador da favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi-analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e se adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial. A fórmula ‘favela é igual a pobreza’ logo se tornou consensual, sendo compartilhada pelo meio acadêmico e político e sendo difundida pela mídia. (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000, p. 461-462, grifos no original)

Além da ilegalidade, havia também o problema da violência urbana e da criminalidade: “No fim da década de 1900, o Morro da Favela passou a ser considerado o lugar mais perigoso da capital, reforçando a má fama conquistada por seus moradores depois da participação na Revolta da Vacina, em 1904” (MATTOS, 2007). E a pobreza e a

criminalidade passaram a se confundirem, pois tinha-se a crença de que as pessoas mais pobres eram os principais suspeitos na prática de um crime. Assim, houve uma concepção difundida – e muitas pessoas ainda apostam nela – de que para acabar com a criminalidade deveria segregar a pobreza em um local afastado. O que as pessoas que têm tal pensamento não percebem é que deslocar a pobreza não resolve os problemas de criminalidade. Contudo, de uma certa forma, o deslocamento para outras áreas colaboram para o crescimento da criminalidade, já que os moradores passam a se organizar em um mesmo ambiente e aprender técnicas criminosas, uns com os outros.

Nos anos que se seguiram, houve várias ações governamentais para promover o fim das favelas no Rio de Janeiro, como o Código de Obras de 1937 que vedava qualquer tipo de melhoramento nesses locais. Porém, mais recentemente, as políticas públicas passaram a promover, principalmente, o aperfeiçoamento desses espaços, e não mais a sua remoção, como o projeto Favela-Bairro que foi implantado no Morro da Providência.

Foram investidos no Favela-Bairro da Providência R\$ 14 milhões que foram usados não só na construção de redes de água e esgoto, praças e creche, como acontece nas demais favelas, mas também na viabilização de um ‘roteiro turístico’ que instituiu a localidade como atração. Neste contexto, foi inaugurado um cybercafé e ‘pontos históricos’ foram recuperados: a igreja de Nossa Senhora da Penha (que abriga imagens sacras valiosas); a centenária capela do Cruzeiro; a escadaria de granito construída por escravos no século 17; a casa de Dodô da Portela, porta-bandeira campeão do primeiro desfile oficial; o antigo reservatório de água. (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 17, grifos no original)

Outras políticas assistencialistas foram implantadas nas regiões carentes do Rio de Janeiro, mas o foco parece ser amenizar a vida precária nas favelas e o combate ao tráfico. Por exemplo, no Morro da Providência atua a facção criminosa conhecida como Comando Vermelho (CV). As pessoas dessa favela convivem constantemente com drogas e traficantes armados. Um dos projetos que buscam melhorar as condições precárias e dar uma visibilidade mais positiva ao Morro da Providência é conhecido como Cimento Social.

4.2 Projeto Cimento Social

O Estado, de forma pacífica e companheira, acomodará seu poder nas áreas dominadas por facções criminosas. É, portanto, com esse propósito que a gestão do programa é confiada ao Comando do Exército (CRIVELLA, 2007b)

Em 13 de Setembro de 2007, o senador do Partido Republicano Brasileiro Marcelo Crivella (PRB/RJ) fez uma proposta de sua autoria intitulada como “Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército”. Nela entende-se por área urbana de risco “as favelas localizadas nas áreas urbanas com índices de criminalidade superiores à média local” (CRIVELLA, 2007b).

O objetivo do Programa é a execução de “obras de recuperação, adequação, conclusão, reforço estrutural e melhoria de habitações individuais e coletivas”. Os recursos seriam provenientes da conta do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e de parte do Orçamento Geral da União. A justificativa da implantação do projeto, segundo o senador carioca, é que:

Nas periferias ‘enfaveladas’, predominam altos índices de criminalidade, numa brutal realidade de violência e mortes. É certo que a maioria dos crimes, no País, acontece em vilas e favelas dos grandes centros urbanos. Ademais, pesquisas indicam que, no Brasil, grande parte dessas mortes podem ser atribuídas à sangrenta realidade do tráfico de drogas. Assim, o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam comunidades carentes, reveste-se, também, de importante estratégia para o assenhoreamento territorial. Por seu intermédio, o Estado, de forma pacífica e companheira, acomodará seu poder nas áreas dominadas por facções criminosas. É, portanto, com esse propósito que a gestão do programa é confiada ao Comando do Exército, que além de atender à questão estratégica, tem larga experiência em obras de engenharia. Por essas razões, o programa difere positivamente dos demais programas habitacionais tradicionais. (CRIVELLA, 2007b, grifo no original)

No Senado, o PLS 541 de 2007 tramitou na CRE (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), na qual o relator foi o senador Almeida Lima (PMDB-SE), depois seguiu para a CAS (Comissão de Assuntos Sociais), na qual coube a ela a decisão terminativa que foi favorável. Dessa forma, o Projeto Social não foi levado ao Plenário, isso porque a decisão terminativa é tomada por uma comissão, com valor de uma decisão do Senado. Cabe esclarecer que alguns projetos não vão a Plenário, são enviados diretamente à Câmara dos Deputados e encaminhados à sanção, sendo promulgados ou arquivados. Eles somente serão votados pelo Plenário do Senado se houver um recurso com esse objetivo, assinado por pelo

menos nove senadores e for apresentado ao presidente da Casa. O PSL 541 não recebeu nenhum recurso contrário e foi aprovado.

Para a implantação do Projeto Cimento Social em 782 casas foi realizado um convênio de 12 meses entre o Exército, do Ministério da Defesa, e o Ministério das Cidades, assinado no dia 31 de janeiro de 2008 - em pleno ano eleitoral. Segundo os dados divulgados pela Agência Brasil, órgão oficial do Governo, as obras seriam executadas pelo Batalhão Escola de Engenharia do Exército e pela Comissão Regional de Obras da Primeira Região Militar e a verba, no valor de R\$ 12 milhões, viria do Ministério das Cidades. Porém, a operação teve início no dia 13 de dezembro de 2007, quando cerca de 200 soldados subiram o Morro da Providência. Ou seja, ela aconteceu cerca de 50 dias antes de o acordo ser assinado oficialmente. Vale lembrar que o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar, unidade de elite da polícia fluminense, ocupou o Morro dois dias antes “para garantir a segurança nos locais das obras, uma vez que a favela é dominada por uma facção criminosa” (AGÊNCIA BRASIL, 2007b). Posteriormente, a segurança dos canteiros das obras ficaria a cargo da Nona Brigada de Infantaria Motorizada do Exército e da Secretaria Estadual de Segurança. Essa foi a segunda vez que o Exército subiu no Morro da Providência para a realização de uma tarefa. Na primeira, em março de 2006, foram recuperados 10 fuzis roubados de um quartel após tiroteios com traficantes.

A justificativa para a presença do Exército é a de garantir a segurança dos trabalhadores, materiais e equipamentos. A reação dos moradores foi compatível com a recente lembrança dos tiroteios que houvera cerca de dois anos antes. Uns estavam em pânico, mas outros até apostavam na missão positiva que o Exército estava disposto a fazer. Segundo o morador Elson Vieira de Oliveira, em entrevista para a Agência Brasil (2007a): “Se for para ter melhoras, vamos gostar e aplaudir. Mas para piorar, é melhor deixar como está”. E, na mesma matéria, o coronel do Comando Militar do Leste, Carlos Barcellos explicou que a participação do Exército “é ser a mão amiga. Vamos realizar ações cívicas e sociais. Trazer nossos médicos e dentistas, fazer recreação com as crianças, recuperar creches e associação dos moradores. Tudo para estreitar os laços com a comunidade” (AGÊNCIA BRASIL, 2007a).

Em um discurso no Senado no dia 05 de dezembro de 2007, anterior à subida do Exército no Morro da Providência, o autor do projeto PSL 541 Marcelo Crivella (PRB/RJ) ressaltou os pontos positivos agregados à implantação do Cimento Social:

Esse projeto prevê o resgate histórico de revitalização daquelas casas, colocação de telhados para que não haja ali naquelas lajes a proliferação da

dengue, que é um caso de saúde pública nacional cada vez mais grave; ele também evitará o crescimento vertical das comunidades, em cujas casas estarão sendo trocadas todas as esquadrias, portas, janelas, fazendo emboços, o que daria melhores condições de habitabilidade, melhorando os acessos e possibilitando também acesso à Internet, à banda larga. (CRIVELLA, 2007a)

O projeto abrange, ainda, a urbanização do local e o reflorestamento, como a instalação de postes de iluminação e um sistema de proteção para a rede elétrica e telefônica. Entre os outros benefícios do projeto e da presença do Exército no Morro, estão a desativação de pontos de vendas de drogas e o fim da circulação de olheiros e soldados armados do tráfico. O Exército aproveitou a sua instalação no Morro por um ano inteiro e patrocinou uma ação cívico-social junto à região com início em 19 de fevereiro de 2008. Nessa ação estaria envolvidos outros 150 militares das áreas de saúde e infra-estrutura, que ofereceriam “consultas médicas, atendimento odontológico e entregas de medicamentos aos moradores, além da restauração de equipamentos públicos, como praças, igrejas e a caixa-d’água principal” (AGÊNCIA BRASIL, 2008a).

Em 28 de março, um mês e alguns dias após a instalação dessa iniciativa do Exército, o Ministro das Cidades Marcio Fortes de Almeida, o Vice-Presidente da República José Alencar e, seu companheiro de partido, o senador Marcelo Crivella visitaram as obras do projeto e conversaram com moradores locais. Na ocasião, o Ministro declarou que “o Exército não é inimigo. Aqui ele não sobe com arma, ele sobe com flor, porque ele está coordenado as obras que vão reverter em qualidade de vida” (AGÊNCIA BRASIL, 2008b).

4.3 O Episódio

“Há que se buscar a responsabilidade do Tenente Vinícius e seus comandados, nos limites de sua culpa. Entretanto de cada um. Sem perder de vista, no entanto, outros responsáveis pelo festival de ilegalidades em que se tornou a Operação Cimento Social. É certo que não foi o tenente quem decidiu sobre a presença do Exército naquela operação. Se quisermos verdadeira Justiça temos que apurar a responsabilidade de todos, a começar pelo Comandante Supremo das Forças Armadas – o Presidente da República – e do Ministro da Justiça, a quem cabe assessorá-lo nos assuntos de Segurança Pública” (RELATÓRIO AEEF127504, 2008).

Faremos aqui uma reconstituição dos acontecimentos baseado, principalmente, em notícias produzidas pela Agência Brasil – uma agência de notícias do Governo Federal que disponibiliza virtualmente matérias de relevância nacional. Lemos, também, jornais impressos e revistas semanais de grande circulação e comparamos, superficialmente, com as matérias veiculadas no Jornal Nacional e no Jornal da Cultura. Desta forma, foi possível reconstruir, de uma maneira menos tendenciosa, o episódio ocorrido no Morro da Providência. Não obstante, levamos em conta três relatórios apresentados à Câmara⁴³.

No dia 14 de Junho de 2008, três jovens voltavam de um baile “funk” quando foram abordados por uma patrulha do Exército na entrada do Morro da Providência. Segundo os depoimentos, eles teriam desacatado a autoridade dos militares. Desse local, eles teriam sido encaminhados ao quartel do Exército para conversarem com o comandante da tropa, de onde teriam sido liberados sem punição após serem ouvidos. Alguns soldados teriam ficado inconformados com a ausência de punição e queriam dar um corretivo nos jovens. Então, eles levaram os jovens ao Morro da Mineira, no Catumbi, e os entregaram ao grupo de traficantes ADA (Amigos dos Amigos) que são rivais do Comando Vermelho, do Morro da Providência. No dia seguinte, os corpos dos três jovens foram encontrados em um lixão, com várias marcas de tiros. A população local reagiu jogando pedras nos militares que ocupavam o Morro da Providência e depredaram nove ônibus.

A partir de então, o crime ganhou destaque na mídia, bem como a discussão sobre a atuação do Exército na Segurança Pública. Por um lado, é legal a participação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem (BRASIL, 1999). Por outro, não há uma definição constitucional clara sobre o papel do Exército, já que se entendia que é a organização policial que está treinada e preparada para atuar diretamente com a sociedade civil. Esse desvio da

⁴³ Os relatórios estão anexados a esta pesquisa.

função militar gerou uma pressão para que fosse legalizada a participação de soldados em ações de Segurança Pública, por exemplo, ao especificar as ações e prazos do Exército e/ou criar uma lei que tipificaria o crime de milícia.

Em 16 de junho, três soldados envolvidos com o episódio teriam confessado o crime à polícia. Foi declarada, então, a prisão preventiva dos onze militares envolvidos, sendo um tenente, três sargentos e sete soldados. Mais de mil pessoas acompanharam o enterro dos três jovens. No dia seguinte, o Ministro da Defesa Nelson Jobim subiu ao Morro da Providência para pedir desculpas aos parentes das três vítimas e afirmar que o ocorrido foi um desvio de conduta isolado e não haveria motivos para a saída do Exército do local. Também, nessa data, foi criada uma comissão externa à Comissão de Segurança Pública do Congresso para acompanhar o envolvimento dos militares na morte dos três jovens. O projeto, que teve grande repercussão midiática, passou a ser visto como suspeito de fazer parte de um esquema político da prefeitura do Rio de Janeiro. E a população, por sua vez, estava revoltada e pedia a expulsão dos militares do Morro.

No dia 18, a Justiça Federal acatou a ação da Defensoria Pública da União, pedido por André Ordacgy, e determinou a saída imediata dos militares do Morro da Providência. A juíza Federal da 18ª Vara Federal do Rio, Regina Coeli Medeiros de Carvalho, determinou a troca do Exército pela Força de Segurança Nacional para realizar o policiamento, já que os trabalhadores estavam autorizados a retomarem as obras. Antes da decisão, o Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva havia afirmado que o Estado deveria indenizar as famílias das vítimas. Ele também defendeu a continuação do projeto, com ou sem soldados no local, e reforçou que o erro foi provocado por quem estava no comando e não por uma falha do Exército.

No dia seguinte, a polícia concluiu o inquérito sobre o crime e indiciou os onze militares por triplo homicídio triplamente qualificado, ou seja, com os agravantes: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa das vítimas. Se condenados, a pena poderia chegar a 30 anos de prisão. No dia 20 de junho, o Tribunal Regional Federal suspendeu por uma semana a decisão da juíza, determinando que o Exército reposicione sua tropa para a rua Barão da Gamboa, na parte baixa da favela, onde está o canteiro de obras do projeto Cimento Social.

No dia 24 de junho, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TER/RJ) embargou as obras do Projeto Cimento Social depois de ter recebido uma denúncia anônima de uso eleitoral da máquina pública, sendo o beneficiado o pré-candidato à prefeitura do Rio Marcelo Crivella. O senador Crivella, antes do período permitido de campanha política, teria produzido um folheto com fotos do Morro da Providência, antes e depois do projeto de sua

autoria. E, para o juiz da fiscalização da propaganda eleitoral, o convênio entre os Ministérios foi adotado em pleno ano eleitoral, o que é proibido pela Lei 9.504 de 1997. A Justiça Eleitoral ordenou que o senador Marcelo Crivella interrompesse a distribuição dos “santinhos” e desse explicações em até 48 horas. Em nota à imprensa, ele divulgou que lamentava a determinação do TRE que interditava as obras do Projeto Cimento Social:

Respeito e acato a decisão da Justiça Eleitoral que determinou a suspensão das obras do projeto Cimento Social, realizadas pelo Exército brasileiro no Morro da Providência. Lamento, no entanto, que obra tão importante para a melhoria das condições de vida de 782 famílias tenha sido paralisada, por causa da contaminação do debate político provocada pela proximidade da disputa eleitoral; as obras foram propostas ao Presidente Lula em maio de 2007 mais de um ano atrás e iniciadas em dezembro de 2007. Lamento ainda que a suspensão da reforma das casas possa deixar sem emprego cerca de 150 trabalhadores contratados para trabalhar na recuperação da estrutura e da fachada das casas, inclusive moradores do próprio Morro da Providência. Por último, nego qualquer conotação eleitoreira do projeto Cimento Social, que pretendo ver transformado em lei, conforme o projeto de número 541/2007, que apresentei no Senado Federal em setembro do ano passado. O projeto estende os benefícios do Cimento Social a todas as áreas de risco das grandes cidades brasileiras. (CRIVELLA, 2008, p. 1)

É preciso salientar que o senador Marcelo Crivella protocolou o Projeto de Lei do Senado 541, que diz respeito ao Projeto Cimento Social, em 13 de setembro de 2007 – mesmo mês em que lançou sua pré-candidatura à prefeitura do Rio pelo PRB. As convenções partidárias, momento de oficialização da candidatura, só ocorreram 6 meses depois, no dia 28 de junho de 2008, exatamente duas semanas posteriores ao assassinato dos três rapazes do Morro da Providência. Apenas, então, foi confirmada a candidatura do senador Marcelo Crivella à prefeitura do Rio de Janeiro.

Durante o seu discurso na convenção partidária, Crivella pediu um minuto de silêncio em memória dos três rapazes assassinados e reforçou a importância do Projeto Cimento Social. No dia anterior, o TRE/RJ havia notificado o senador sobre nova denúncia, referente a um informe publicitário publicado na revista de veiculação estadual “Roteiro do Poder”, da Editora WD, que o apontava como responsável pelas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal, realizadas em favelas do Rio. Crivella teve até o dia 30 de junho para prestar novos esclarecimentos à Justiça Eleitoral. Será que utilizar a propaganda eleitoral antecipada faz parte das estratégias de campanha de Crivella ou tudo foi mera coincidência?

Outro dado relevante é a sua história política no Rio de Janeiro. Crivella foi candidato em 2004 à prefeitura da capital fluminense, ficando em 2º lugar na eleição vencida por César

Maia em 1º turno, e em 2006 foi candidato a Governador ficando em 3º lugar, perdendo para Denise Frossard e o atual prefeito Sérgio Cabral. No ano de 2008, foram 11 os candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro. Em ordem alfabética por apelido eleitoral são: Antonio Carlos (PCO), Chico Alencar (PSOL), Eduardo Paes (PMDB), Filipe Pereira (PSC), Fernando Gabeira (PV), Jandira Feghali (PC do B), Marcelo Crivella (PRB), Alessandro Molon (PT), Paulo Ramos (PDT), Solange Amaral (DEM) e Vinícius Cordeiro (PT do B).

O resultado de 2008 do primeiro turno das urnas eleitorais para a prefeitura do Rio de Janeiro foi: Eduardo Paes (PMDB) com 31,98% dos votos, Fernando Gabeira (PV) com 25,61%, Marcelo Crivella (PRB) com 19,06%, Jandira Feghali (PC do B) com 9,79% e os outros candidatos não chegaram a 5% dos votos. Apesar de seu envolvimento em um escândalo político eleitoral, Marcelo Crivella teve uma considerável votação, ficando em terceiro lugar.

4.2 Coleta de Dados e Metodologia de Análise

Observe que o valor da rede tem muito a ver com o tamanho das malhas. Se você só deseja peixes grandes, mas usa uma rede que traz tudo, sua rede não é adequada. Essa é a razão por que, freqüentemente, os cientistas preferem anzóis em vez de redes. (...) Uma rede vale não só pelo que pega, mas também pelo que deixa passar. (ALVES, 2003, p. 100)

Metodologicamente, será utilizado o modelo sugerido por Lopes (2003) para as pesquisas em comunicação, aliado ao conceito de enquadramento definido por Entman (1991, 1993, 2003) e à revisão metodológica de Soares (2006). Dentre os objetivos desta pesquisa está a observação dos enquadramentos do telejornalismo praticado por emissoras de caráter comercial e público no Brasil, sendo assim, foram escolhidos dois telejornais do horário nobre de duas emissoras: Rede Globo com o Jornal Nacional (JN), líder de audiência; e a TV Cultura com o Jornal da Cultura (JC), reconhecido como praticante do jornalismo público.

A menos que as narrativas sejam comparadas, os enquadramentos serão difíceis de ser completamente detectados e com segurança porque muitos dos elementos dos enquadramentos podem aparecer como ‘naturais’, escolhas de palavras ou imagens não-extraordinárias. A comparação revela que tais escolhas não são inevitáveis ou não-problemáticas, mas são o centro da maneira que os enquadramentos noticiosos ajudam a estabelecer a literatura de ‘senso comum’ na interpretação dos assuntos. (ENTMAN, 1991, p. 6, tradução nossa, grifos no original)⁴⁴.

Portanto, julgamos que os enquadramentos podem ser mais facilmente identificáveis por se tratar de emissoras com finalidades diferentes. Caso duas emissoras comerciais fossem escolhidas para a análise, seus enquadramentos poderiam ser semelhantes na hipótese de que ambos têm a mesma finalidade de conseguir maior público para vender mais publicidade e gerar lucro, ou seja, espera-se que a emissora comercial tenha um estilo jornalístico para “agradar” seu público. Como a perspectiva de uma televisão educativa-pública não se preocupa, prioritariamente, com a audiência, esta pesquisa pretende demonstrar comparativamente os enquadramentos semelhantes e distintos construídos pelas emissoras na cobertura de um fato.

Ambos os telejornais, foram gravados na casa do pesquisador por meio de um gravador de DVD. No período de coleta dos dados, o Jornal Nacional foi ao ar às 20h15 e o

⁴⁴ *Unless narratives are compared, frames are difficult to detect fully and reliably, because many of the framing devices can appear as “natural,” unremarkable choices of words or images. Comparison reveals that such choices are not inevitable or unproblematic but rather are central to the way the news frame helps establish the literally “common sense” (i.e., widespread) interpretation of events.*

Jornal da Cultura começava pontualmente às 22 horas, ambos de segunda a sábado⁴⁵. As gravações começaram em março de 2008 e se estenderam até agosto de 2008. Durante o período, optamos por analisar o caso da morte de três jovens no Morro da Providência da cidade do Rio de Janeiro – um assunto relevante em termos de cidadania, para fins de análise.

Seguindo as fases de pesquisas apresentadas por Lopes (2003, p. 135-155), passamos pela definição do objeto ao delimitar “teoricamente o problema de pesquisa e os alvos de toda a investigação” e chegamos na etapa da observação que “visa coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial”.

A etapa de observação envolve duas operações distintas: a técnicas amostragem e a técnica de coleta de dados. A amostragem, inicialmente, que delimita o universo de investigação, ou seja, determinaremos quais as ocorrências do fenômeno serão observadas. O período escolhido para análise engloba as últimas semanas de Junho de 2008 – desde a primeira aparição sobre o episódio da morte dos três jovens no Morro da Providência, passando pela denúncia de propaganda política eleitoral e a determinação pela Justiça Eleitoral de paralização das obras do Projeto Cimento Social. No total foram 14 edições selecionadas de cada telejornal.

Além da cobertura no telejornal, o fato esteve presente nas manchetes de diversos jornais impressos, por cerca de duas semanas. Assim, julgamos que tal episódio teve a cobertura suficiente para realizarmos as análises. O tema do fato possui várias vertentes e é relevante por lidar tanto com questões de direitos humanos, de cidadania, de abuso de poder, de uso indevido das forças armadas, de violência urbana ligada ao tráfico, de atuação de parlamentares, de campanha eleitoral antecipada e do sofrimento da família das vítimas.

Para mensurar o espaço (ou o tempo) dedicado pelos telejornais ao assunto, foi realizada a minutagem das notícias referentes ao Morro da Providência. Cada matéria foi mensurada em minutos e segundos. No quadro a seguir, observamos que o assunto apareceu por mais de 30 minutos no Jornal Nacional em 12 edições e cerca de 12 minutos no Jornal da Cultura em 9 edições. Ou seja, o JN dedicou um espaço mais de duas vezes maior que o apresentado pelo JC. Aqui revela uma amplitude do caso pela Rede Globo. Apenas no dia 30, é que o JC ultrapassou o espaço dedicado no Jornal Nacional. Nessa minutagem, nós desconsideramos o tempo destinado nas escaladas, passagens de bloco e encerramento do telejornal.

⁴⁵ Atualmente, o Jornal da Cultura vai ao ar às 21 horas.

Tabela 1 – Minutagem das notícias veiculada nos telejornais

Edição		JN (Globo)	JC (Cultura)
sab	14/jun	1'15''	-
seg	16/jun	2'22''	1'05''
ter	17/jun	5'21''	1'56''
qua	18/jun	*6'15''	1'10''
qui	19/jun	5'18''	1'34''
sex	20/jun	2'50''	2'30''
sáb	21/jun	1'23''	45''
seg	23/jun	45''	25''
ter	24/jun	2'52''	1'18''
qua	25/jun	-	-
qui	26/jun	1'10''	-
sex	27/jun	1'11''	-
sáb	28/jun	-	-
seg	30/jun	*25''	1'40''
TOTAL		31'07''	12'23''

* valores aproximados, pois houve um problema técnico no momento da gravação

Após a definição da amostragem, passamos para as técnicas de coleta. Nessa fase, todo o material foi assistido e decupado – transcrição jornalística com marcas de som e vídeo – para que os aspectos para análise fossem destacados (VER APENDICE A e B). Optamos por não utilizar enquadramentos pré-determinados, que impossibilitam a análise do enquadramento em si. Isso porque, cada assunto provoca enquadramentos diferentes. Sendo assim, ao invés de adotarmos itens de observação padronizados ou pré-estabelecidos, preferimos criar os nossos próprios itens, a partir da observação preliminar das matérias.

Assim, após a transcrição do material, estabelecemos os itens de observação, ou seja, os aspectos mais destacados do assunto, fixados para observação, descrição e interpretação. Essa é a primeira tarefa na investigação empírica dos enquadramentos, pois identificar os itens de observação é muito mais simples do que identificar os enquadramentos por eles mesmos (KOENIG, 2004b). Assim, foram definidos grandes itens de observação com a intenção de desvendar como os telejornais enquadraram o caso do Morro da Providência. Dentro de cada item de observação, foram criadas sub-categorias de observação, a que denominamos narrativas.

Em seguida, passamos para uma fase preliminar da etapa descritiva. Antes da análise descritiva, foi necessário fazer uma reconstrução verbal do teor das reportagens que foram

exibidas pelos telejornais, levando em conta os itens de observação e as narrativas identificadas. Obtivemos, portanto, os dados brutos da pesquisa (VER APENDICE C e D)⁴⁶. Após a etapa de descrever o teor das notícias veiculadas e tendo como referencial teórico o conceito de enquadramento (*framing*), a pesquisa passou para a reconstrução das narrativas das reportagens.

A análise descritiva das narrativas telejornalísticas ocorreu com base nos itens de observação e sub-categorias determinadas pelo pesquisador. Nesta fase, as matérias foram separadas de acordo com a presença das narrativas nas edições do telejornal. Buscou-se fazer uma retomada de todas as aparições ou um resumo das narrativas. Acreditamos que esta é a melhor alternativa para as análises de enquadramentos noticiosos televisivos, visto que nas narrativas estão simultaneamente presentes as três matrizes: visual, verbal e sonora.

A partir das narrativas, passamos para uma análise interpretativa dos resultados, “levando a análise a um nível superior de abstração e de generalização”, com base na teoria do enquadramento e na perspectiva do papel do telejornalismo para a cidadania. Assim, foi possível chegar a um balanço dos resultados alcançados, com a “exposição dos objetivos conseguidos e das possíveis contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema que foi objeto da pesquisa” (LOPES, 2003, p. 135-155).

⁴⁶ Inicialmente tínhamos pensado em reconstruir as cenas no modelo de um roteiro de cinema, mas logo observamos que o telejornal possui muitos cortes, o que dividiria demais as cenas e não teríamos a integração das matrizes verbal, visual e sonora sobre um mesmo assunto, mas sim uma fragmentação da reportagem. Defendemos que a reportagem deve ser vista integralmente, como é recebida pela audiência e não separada por partes.

4.3 As Narrativas dos Telejornais

O telejornal é um espetáculo com hora marcada para começar e para terminar e que vai ao ar com notícias fabricadas ou transmitidas ‘ao vivo’, sob o signo da neutralidade, visando a prender a atenção, informar e passar credibilidade para o espectador. (SZPACENKPOF, 2003, p.179-180, grifos no original)

Após a coleta e a transcrição dos dados (VER ANEXOS A e B), foi realizada uma análise prévia das reportagens para estabelecer quais itens de observação fariam parte deste estudo (VER ANEXOS C e D). Após algumas leituras das transcrições e de ter assistido várias vezes as mesmas reportagens, conseguimos identificar os enquadramentos a partir da narrativa jornalística dos atores envolvidos no episódio.

Os *itens de observação* são categorias de análise focalizadas a fim de identificar as possíveis narrativas presentes na notícia e seus enquadramentos. A *narrativa* é a representação jornalística de um acontecimento ou uma ação em uma matéria, ou seja, a narrativa mostra a direção jornalística formada pela edição, seja verbal ou não-verbal, dentro de cada item de observação. Como já visto na discussão teórica, *enquadramentos noticiosos* são estruturas de sentido construído pelas narrativas jornalísticas de modo a reproduzir a representação da realidade.

Com base nesse método, as reportagens foram divididos em seis itens de observação: (a) Família das Vítimas e Amigos; (b) Moradores do Morro; (c) Operários das Obras; (d) Exército (instituição); (f) Militares Envolvidos; e, (g) Marcelo Crivella e o Projeto Cimento Social. Para uma melhor sistematização, cada item de observação foi dividido em narrativas.

Resumidamente, os itens de observação e suas narrativas são:

Quadro 1 – Itens de Observação e Narrativas Identificadas

Itens de Observação	Narrativas Identificadas
(a) Família das Vítimas e Amigos	Falta dos jovens; Desejo de punição; Recebimento de desculpas; Pedido de indenização; Responsabilidade do Governo
(b) Moradores do Morro	Protesto contra militares; Sofrimento de abusos; Medo no Morro;

(c) Operários das Obras	Protesto contra a presença do Exército; Trabalho nas obras;
(d) Exército (Instituição) e Governo	Justificativa da presença do Exército no Morro; Debate sobre a legalidade da utilização do Exército na Segurança Pública; Visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim ao Morro da Providência ⁴⁷ ; Presença do Exército no Morro da Providência após determinação judicial de sua retirada; Ação dos onze militares envolvidos é desvinculada da instituição do Exército;
(e) Militares Envolvidos	Militares envolvidos estão presos; Militares estão presos enquanto traficantes estão em liberdade; Relação dos militares com traficantes; Tenente, líder do grupo, é apontado como o principal culpado; Foram contrários à decisão de superiores e decidiram dar uma punição aos três rapazes;
(f) Marcelo Crivella e Projeto Cimento Social	Possíveis irregularidades no Projeto Cimento Social, principalmente de caráter eleitoral; Senador Marcelo Crivella tem ligações com os traficantes.

Começaremos a apresentar como cada um desses itens foi representado em cada telejornal, a partir do dia 14 de junho até o dia 30 de junho. Em sua grande maioria optamos por começar com o texto verbal, em seguida descrevendo as cenas que foram ao ar simultaneamente com o texto e, quando aplicável, incluímos alguns aspectos sonoros.

A separação em enfoques das reportagens já aponta para algumas considerações das quais iremos desenvolver melhor neste capítulo, ressaltando as narrativas de cada item de observação. Aqui pretendemos agrupar as narrativas contidas em cada um dos telejornais individualmente e, posteriormente, passamos para uma comparação dessas narrativas. Só então, passaremos para a próxima etapa que ressalta os enquadramentos construídos por cada emissora e como elas representaram o assunto no vídeo.

⁴⁷ Esta narrativa foi organizada juntamente com o recebimento de “desculpas” pelas famílias das vítimas para não ficar muito redundante.

4.3.1 As Narrativas do Jornal Nacional

As narrativas abordadas com relação às famílias mostram que a falta dos jovens se baseou no enterro das vítimas e na missa depois de sete dias do ocorrido, os exemplos estão presentes no dia 16 que mostra que “*mais de mil pessoas acompanharam o enterro dos três rapazes no fim da tarde*” e quanto à missa foi afirmado no dia 20 que “*a primeira missa em homenagem aos jovens mortos lotou a quadra de esportes perto da favela onde eles moravam*” e no dia 21 que “*o dia foi de homenagens aos jovens mortos por traficantes*”.

Foram salientados, também, momentos de desesperos das famílias das vítimas como ocorridos no dia 17 de junho com “*chorei porque nunca mais meu filho vai tomar um café comigo*”; no dia 19 que mostra que “*meu filho não tinha envolvimento com nada, olha gente!*”; no dia 20 que mostra que: “*tiraram um pedaço meu, tiraram um pedacinho da minha casa, aquilo ali era uma alegria nossa*”; e, no dia 21: “*eu fui a última a ver quando ele saiu de casa e fica aquela lembrança, né? Da última, quando ele saiu na minha porta*”. É possível verificar a dramacidade nestas falas e cenas.

Temos duas narrativas aqui: uma de que a morte dos jovens simbolizavam uma grande perda para os moradores da favela e a outra de que as famílias estavam em desespero e defendiam a inocência dos jovens. Isso leva à segunda narrativa do item de observação com relação às famílias que é o desejo de punição. Este é o momento mais memorável de todo o período de análise no Jornal Nacional que resume a subida do Ministro da Defesa Nelson Jobim ao Morro da Providência e a conversa informal na casa de uma das tias das vítimas – o som ambiente revela a informalidade, demonstrada pelo espanto do Ministro ao saber que uma das vítimas era sobrinho da mulher cuja casa ele estava tomando um café. Contudo, a legenda reforça apenas o compromisso feito pelo Ministro: “Não vai ficar”; “Não vai ficar impune”; e “Eu vim aí para isso mesmo”.

Com relação ao pedido de desculpas recebido pelas famílias das vítimas é revelado na escalada do dia 17 que houve um “*pedido formal de desculpas*” pelo Ministro da Defesa e, durante a reportagem é dito que “*Nelson Jobim se reuniu com moradores e pediu desculpas oficialmente em nome do Exército*”. Destacamos aqui as palavras “formal” e “oficialmente” que expressa a importância e a natureza da presença do Ministro no Morro da Providência – a visita ao morro aconteceu apenas três dias após o acontecimento do episódio. Vale destacar que no dia anterior, 16, o Jornal Nacional mostrou mulheres entrando em um prédio onde elas “*ouviram um pedido de desculpas do general*”. No dia seguinte à visita do Ministro, dia 18,

mostra que *“Dona Lilian e as outras mães das vítimas receberam mais um pedido de desculpas pela ação do Exército. Desta vez, do Congresso Nacional, representado pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara”*. A expressão “mais um” indica que as famílias receberam outra ilustre visita: o deputado Raul Jungmann que também pediu desculpas, representando o Congresso Nacional – destacamos aqui que Jungmann não deu entrevista durante esta reportagem, mas sim na edição do dia anterior. Houve claramente uma intenção de realçar que as famílias receberam desculpas do alto escalão do Governo Federal e, desta forma, foram enaltecidas. Tal narrativa pode indicar, igualmente, a gravidade deste episódio. Isso fica um pouco mais evidente na edição do dia 17 que revela que *“o Ministro da Defesa embarcou para o Rio para acompanhar as investigações”*. É preciso lembrar de que o Ministro subiu no Morro da Providência, em uma região dominada por traficantes. Apesar de a reportagem indicar que *“o esquema da segurança foi reforçado”*, é mostrado, em um outro momento, as cenas com vários moradores próximos ao Ministro, como se ele fosse uma celebridade.

A **responsabilidade do Governo** com relação às vítimas apareceu, primeiramente, na edição do dia 17 ao mostrar, em nota-pé, uma informação da Secretaria Especial de Direitos Humanos que, juntamente com outras organizações, irá investigar o caso. No dia seguinte, 18, o texto indica que *“O Presidente Lula disse que o Estado tem que indenizar as famílias dos três jovens assassinados”*, mas não foi mostrada uma sonora com o presidente sobre este assunto. No dia 20 diz que o Governo Federal criou uma *“comissão (...) para acompanhar as investigações”* e pretende dar proteção aos familiares, pois duas mães das vítimas estariam sendo ameaçadas. Da mesma forma como no dia 20, outra edição que mostra a gravidade do episódio trazendo a **responsabilidade do Governo** e o **pedido de indenização** que foi ao ar no dia 23 quando é informado que as famílias foram recebidas pelo Presidente Lula e pelo o Governador Sérgio Cabral e que *“durante o encontro, as mães pediram segurança e tratamento psicológico. A Secretaria de Direitos Humanos informou que vai atender aos pedidos”*.

Já com relação aos moradores e operários, é mostrado que eles **protestaram contra os militares**, porém de formas distintas. Os moradores de maneira violenta. Isso fica claro na narrativa presente na edição do dia 14 que informa que *“um grupo de manifestantes jogou pedras nos soldados”* e na do dia 16 ao relatar que *“ao saírem do cemitério, moradores foram protestar em frente ao Comando Militar do Leste, que fica na principal avenida no Centro da cidade. Houve confusão”* e, também nas cenas que são exibidas simultaneamente, como ao mostrar uma fila de militares avançando; em seguida, um objeto sendo arremessado na

barreira militar e, depois, pessoas arrebrandando uma barreira de ferro. Além disso, é mostrado um vândalo pulando e quebrando o vidro de um carro que, ao que tudo indica, estava apenas estacionado e não teria motivos para tal reação contra esse carro. Já os operários fazem protestos mais pacíficos, principalmente com gritos de “justiça, justiça” em frente ao Comando Militar do Leste e dizem “*que só vão retomar o trabalho se as tropas deixarem a favela*”.

Os moradores são contra a presença do Exército, como também observamos na reportagem da edição do dia 14, na qual, “*Testemunhas acusam soldados do Exército de serem os responsáveis pelo desaparecimento dos três jovens*”. Na mesma reportagem é mostrado um grupo de civis que estão com as mãos erguidas, acenando ao fundo e gritando “fora, fora”. Em um outro momento é revelado que “*moradores dizem que os rapazes foram abordados e agredidos pelos militares*” enquanto pessoas são exibidas de modo a proteger o seu sigilo, ou seja, desfocalizadas a ponto de não possibilitar a identificação delas. Tal enfoque também teve destaque na edição do dia 22 com “*um cartaz (que) pedia a retirada dos soldados da favela*”, porém o cartaz era muito pequeno e mal se conseguia ler seus dizeres. Já os operários afirmam que “*os soldados cometem excessos contra os moradores*” e a edição mostra visual e sonoramente algumas pessoas aplaudindo e o som dos aplausos. Esta montagem poderia refletir um posicionamento favorável aos abusos cometidos, mas ao assistir a seqüência, o telespectador fica com uma impressão de que os operários apoiam a reclamação contra abusos, presente na reportagem.

Uma outra possível incoerência na montagem ocorreu no dia 24 no momento que era dito que “*os operários protestaram*” e, visualmente, foi mostrado alguns homens com capacete e braços cruzados e, só depois, é que aparecia a cena de pessoas gritando “Ah-Ah-Ah. Queremos trabalhar!”. Ao assistir a montagem desta seqüência tem-se a impressão de uma sensação duvidosa de que os operários realmente estavam protestando e de que eles realmente desejavam trabalhar nas obras.

Apesar de em alguns casos alguns moradores serem mostrados com certa proximidade, há algumas proteções de identificação dos moradores ao dar depoimentos, por exemplo, o que pode indicar que: o Jornal Nacional conversou com os moradores e, ao mesmo tempo, que alguns moradores têm medo de se identificar. A reportagem do dia 16 mostra que, além do problema da identificação, as pessoas também têm medo de que coisas piores possam acontecer no Morro e se protegem do perigo, tal perspectiva fica mais clara ao informar que lojas estão fechadas, hospitais que não atendem e rotas de ônibus que são desviadas.

A **justificativa da presença do Exército no Morro** é retratada como parte do Projeto Cimento Social, como exposto nas edições do dia 14, 16 e 18. Contudo, **o debate se é legal o uso das Forças Armadas em Segurança Pública** é narrado de maneiras divergentes: em algumas vezes foi mostrada a necessidade da presença do Exército no Morro; em outras, é dito que não compete ao Exército a Segurança Pública ou que eles não são capacitados para atuar em situação urbanas; e, por fim, é mostrado que essa atuação deve ser regulada.

As primeiras reportagens trazem uma impressão implícita, principalmente visual, de que o Exército possui uma grande força bélica, como no texto da edição do dia 16 ao noticiar que *“um grande comboio do Exército cruzou as ruas da cidade. O destino era o Morro da Providência no Centro, que vive um clima tenso desde o fim de semana”*. Para resolver o clima tenso não bastaria apenas a polícia comum, a solução do problema viria apenas com a atuação das Forças Armadas. As cenas mostram vários veículos militares e as armas de grande porte nas mãos de soldados.

Há também a narrativa de que o Exército não está preparado para assumir a Segurança Pública, como aponta a reportagem do dia 16 com a sonora do Ministro que diz que *“a leitura dos próprios depoimentos nos levam à indignação, mostrando a absoluta falta de respeito à pessoa humana, desempenhada por esses personagens e isso deverá ter uma reação não só da sociedade, mas uma reação do Poder Judiciário de forma radical”*. No dia seguinte, 17, é mostrada uma sonora com o Ministro Tarso Genro que diz: *“Isso comprova uma visão que é a visão do Presidente, que é majoritária em toda a sociedade, que as Forças Armadas não são aptas para tratar da Segurança Pública”*.

É mostrado também que a atuação do Exército deve ser regulada, como aparece em uma sonora do dia 16, quando um membro da ONG Viva Rio que declarou: *“Precisa haver uma discussão nacional, séria, sobre a presença do Exército na Segurança Pública Nacional. Não faz sentido as Forças Armadas ficarem à margem disso, mas o ingresso delas precisa ser bem regulado”*. No dia seguinte, 17, o Presidente da Comissão de Segurança da Câmara, Raul Jungmann, declarou: *“A lei tem que dizer: ‘como?’, ‘quando?’, ‘quem?’, ‘por quanto tempo?’ e ‘para que?’ nós vamos empregar as Forças Armadas em funções policiais ou de suporte a ações policiais”*. O apontamento de uma solução de regular a ação do Exército no Morro atingiu algum resultado e esta conquista foi relatada na reportagem do dia 18 que informou que *“na próxima segunda-feira, Nelson Jobim, o Presidente Lula e o Governador Sérgio Cabral se reúnem no Rio de Janeiro, para discutir mudanças na ação Exército”*.

Um outro enfoque foi dado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, declarou no dia 24 que *“não é possível, ideologicamente, a partir de um episódio*

que é de todo lamentável, começar a dizer que o Exército, por isso, não tenha aptidão para, eventualmente, atuar na Segurança Pública". Contudo, antes de iniciar esta sonora, a montagem intencional mostrou um "sobe som" de Mendes dando a seguinte declaração aos jornalistas: "uma questão de direitos humanos".

Dias anteriores, na reportagem do dia 18, o General do Exército Enzo Peri "*negou que os soldados trabalhem como polícia*" e explicou que "*o apoio da Polícia Militar que fez antes ali um trabalho que chamam de limpeza da área. Logo após isso, ela se retirou então nós permanecemos lá. Então, com o pessoal dando a proteção aos canteiros de trabalho, àqueles que estão trabalhando e aos nossos militares envolvidos no serviço*".

Essa discussão de utilização do Exército na Segurança Pública fez com que, no dia 18, a juíza Regina Coeli de Carvalho determinasse a retirada do Exército do Morro. Na sonora com a juíza no dia seguinte, 19, ela comenta sua decisão pela saída do Exército do Morro: "*porque ela foi colocada lá de forma irregular, porque a Constituição Federal veda a locação de recursos militares para fazer segurança urbana*". Por outro lado, é mostrada no dia 24, uma sonora com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a principal pessoa escolhida para representar os assuntos legais no país que revelou: "*Eu tenho absoluta convicção de que a Constituição permite, desde que devidamente regrado*".

Outro posicionamento contrário à Justiça ocorreu no dia 20, "*o Ministro da Defesa disse que o Governo não pretende abrir mão de usar as Forças Armadas também na segurança interna. Sobre a presença de tropas no Morro da Providência, no Rio, Nelson Jobim defendeu que o perfil dos soldados do Exército que atuam lá é que deve ser modificado*", como mostra a reportagem do dia 20. Ele "*defendeu a mudança da lei para permitir a atuação dos militares sem polêmicas na Justiça*" e completou dizendo que: "*precisamos ter uma legislação especial para isso*".

A **determinação da Justiça de retirada do Exército** foi mostrada no dia 18 onde foi "*mantido o pessoal técnico-militar do projeto Cimento Social, que reforma casas na região, mas que o policiamento passe a ser feito pela Força Nacional de Segurança*". A reação à essa determinação foi mostrada em três diferentes maneiras: a Advocacia Geral da União "*vai recorrer da decisão*", o Ministério da Defesa e o Exército "*preferiram aguardar a comunicação oficial da decisão*"; e, por fim, o Presidente da República, "*antes de saber da determinação da Justiça*", disse: "*Se for necessário, sai. Mas isso nós vamos discutir com calma para não tomar nenhuma atitude precipitada*".

Houve uma evidente cobertura de que **o Exército não cumpre a determinação da Justiça** em várias reportagens. No dia 19, posterior a determinação de retirada, mostra que "*as*

obras do projeto Cimento Social, comandadas pelos militares, continuam no Morro da Providência". Em um outro momento da reportagem o Ministro da Defesa explicou: *"A retirada de tropas do Exército representa a paralisação das obras seguramente, porque as obras são realizadas pelo Exército. Se sai o Exército, saem as obras"*. Ou seja, o Exército precisaria permanecer no local para que as obras continuassem – diferente do enfoque dado pelo Jornal da Cultura que mostrou os moradores concluindo as obras por meio de mutirão.

No dia 20 é noticiada a permissão para que o Exército continuasse no Morro por mais alguns dias, contudo em apenas uma rua, no canteiro das obras. *"A Justiça deu esse prazo para que a Advocacia Geral da União apresente argumentos sobre a necessidade de manter os soldados no local"*. Porém, na reportagem do dia 21 mostra que *"O Exército não cumpriu integralmente a decisão da Justiça de limitar a presença de soldados a uma única rua"* e que *"hoje, nós flagramos soldados em outros pontos da favela. Nos principais acessos e até no alto do morro"*. O Comando Militar do Leste afirma que reduziu o número de militares de 250 para 60, *"mas não explicou porque havia soldados fora do local determinado pela Justiça"*.

No dia 23, o Jornal Nacional implica que o Governo é omissos para alguns anseios da população, ao informar que *"o Governo Federal ainda não se pronunciou sobre uma terceira reivindicação: a retirada das tropas do Exército do Morro da Providência"*. Apesar dessa cobrança de resposta do Governo, ela não foi necessária. No dia seguinte, o Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro embargou as obras por irregularidades eleitorais. O telejornal indica que *"com a decisão da Justiça Eleitoral, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou a retirada imediata das tropas"* e mostrou a sonora em que ele declara: *"A questão é saber o que vale a pena: fazer obras para os morros ou paralisá-las por questões políticas? É um problema que o Rio vai ter que enfrentar"*. Esta reação do Ministro da Defesa foi diferente da primeira determinação judicial da Justiça.

Algo que foi tratado juntamente com essa discussão foi que **a ação do Exército não pode ser vinculada às ações dos militares envolvidos**. A narrativa criada indica que a culpa está na conduta dos militares envolvidos e não na instituição. No dia 16, *"O Exército afirmou ainda que não há justificativa para o comportamento dos militares nesse episódio"* e, em seguida é mostrada a sonora do chefe de comunicação social do Exército que declarou: *"A conduta adotada por esses militares é repudiada por nós de maneira veemente"*. O Ministro da Defesa tem a mesma posição ao explicar no dia 17 que *"o que não podemos é confundir o fato que aconteceu com a ação do Exército e com as obras que estão realizadas aqui"*. No dia seguinte, o Presidente da República afirmou que *"o erro que provocou as mortes não foi do Exército, mas de quem estava no comando da operação"*.

Por outro lado, o Jornal Nacional também mostra que este não é um caso isolado e, após investigar alguns fatos, informou no dia 19 que *“outras tropas do Exército em serviço no Morro da Providência já cometeram irregularidades consideradas graves”* e relatou um caso de soldados que foram presos na Baixada Fluminense enquanto eles deveriam estar fazendo a segurança no Morro da Providência.

O Jornal Nacional informa que os onze **militares envolvidos estão presos** em vários momentos durante o período de análise. Isso porque, como mostra no dia 16, *“um tenente do Exército confessou ter entregado três jovens de uma favela do Rio para traficantes de outro Morro”*. Tal assunto foi pautado nos dias 16, 17, 18, 19, 24 e 30. Essas reportagens revelam as atitudes tomadas por esses onze militares, o processo do julgamento deles e o tempo máximo que eles podem ficar detidos. No dia 30 houve um resumo desse envolvimento, mostrando que: *“a Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra 11 militares do Exército acusados de envolvimento na morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os militares foram denunciados por homicídio triplamente qualificado, quando cometido cruelmente, sem chances de defesa para a vítima e por motivo torpe. A pena máxima é de 30 anos de cadeia. Os militares estão presos. Os traficantes que assassinaram os jovens ainda não”*.

Da mesma forma como vimos neste resumo, a narrativa **os militares estão presos enquanto traficantes estão em liberdade** está presente em muitas edições. No dia 18 já aponta que *“serão duas investigações: uma sobre a participação dos militares e a outra sobre a ação dos traficantes da quadrilha do Morro rival da Mineira, que teriam torturado e assassinado os jovens”*. Na sequência é dito que *“Onze militares estão presos, mas, até agora, nenhum bandido da favela foi localizado”*. A cabeça desta reportagem mostra que *“quatro dias depois da morte dos três jovens no Morro da Providência, no Rio, os traficantes que os assassinaram covardemente ainda estão em liberdade”*.

No dia 19 houve uma matéria exclusiva sobre o assunto que tomou um grande espaço na escalada. A cabeça da reportagem indicou que *“os soldados acusados de entregar três jovens a traficantes foram indiciados pela polícia, mas, no Morro onde os rapazes foram assassinados, ninguém foi preso”*. A reportagem reforça a idéia e mostrou cenas de um homem segurando uma arma no alto de um morro, o texto revela: *“um bandido armado é flagrado andando tranqüilamente no Morro da Mineira”*. O desdobramento sobre este item está presente na nota-pé do dia 27 que mostra que *“Passados 13 dias do crime, nenhum dos traficantes suspeitos de torturar e matar os jovens foi preso”*.

Observando as duas últimas narrativas ligadas aos militares envolvidos, percebemos a grande quantidade de ocorrências sobre este dois aspectos: de militares envolvidos presos e traficantes em liberdade. Não resta dúvidas que esse contraste foi enfatizado pelo Jornal Nacional, contudo o enquadramento criado é difícil de identificar. Podemos inferir sobre dois enfoques possíveis: os militares que somente levaram os jovens para um outro Morro estão presos e os assassinos dos jovens estão soltos; ou que há uma falta de vontade, ou incompetência, por parte da polícia que não prendem os bandidos. Este segundo enfoque fica mais evidente na reportagem do dia 18 que mostra a existência de um relatório que *“revela que o tráfico na região conta com 100 homens e lista os nomes e os endereços dos traficantes, a maioria ainda em liberdade”* e visualmente é comprovado tal documento com alguns trechos destacados: “envolvidos com o tráfico. 100 (cem). elementos”.

Isso nos leva para uma segunda narrativa que é a **relação entre militares e traficantes**. No dia 18 é relatado um depoimento de um dos soldados envolvidos na entrega dos jovens aos traficantes. A reportagem revela que *“o tenente Vinícius disse para um dos bandidos: ‘Eu trouxe um presentinho para vocês’. Segundo o soldado, os rapazes imploraram, dizendo: ‘Pelo amor de Deus, eles vão nos matar’. Ainda de acordo com o depoimento, depois de deixar os jovens, o tenente Vinícius estendeu a mão a um dos traficantes e disse: ‘Valeu’”*. Ao destacar trechos do documento, não resta dúvidas de que o Jornal Nacional deu evidências que os militares teriam uma relação amistosa com os bandidos. Isso sugere implicitamente que possa haver corrupção nas Forças Armadas. Se não são todos os militares envolvidos, pelo menos um deles, o tenente Vinícius teria alguma ligação com os traficantes.

A próxima narrativa observada é a do **tenente Vinícius ser apontado como o principal culpado** pelo crime cometido pelos militares. Isso fica claro nas reportagens do dia 16 e 17 que mostram que *“o tenente do Exército que comandava a guarnição”* e que o *“delegado que investiga o caso (...) quer saber como foi a participação de cada um no crime”*. Isso porque, alguns dos envolvidos *“apenas cumpriram ordens de dar a segurança ao caminhão durante o transporte”*. A reportagem do dia 17 mostra o temor do militar frente aos traficantes ao relatar que: *“Achou aquilo estranho, ficou muito assustado, muita arma, poder bélico muito alto na mão dos traficantes e ele pegou, ficou atrás de um poste, ficou lá no pé do morro, enquanto a viatura subiu”*.

A narrativa criada aqui é culpar o tenente Vinícius como sendo a representação personificada da morte dos jovens no Morro. Inclusive, visualmente a única foto que aparece dos militares envolvidos é a do tenente que se encontra sem camisa, na beira de uma piscina e

com o dedo levantado, criando uma ironia entre o momento em que foi tirada a foto com a tragédia ocorrida nesta ação militar.

Outro ponto observado foi a reação contrária à decisão de superiores pelo tenente Vinícius e sua decisão de dar uma punição aos três rapazes. No dia 16, é mostrada uma sonora com o delegado Ricardo Dominguez que declara: *“Tomou essa decisão e foi pensada. E houve uma reunião, inclusive. Ele e o grupo, os comandados dele. E houve tempo suficiente para ele pensar e repensar na atitude dele. Ele não demonstrou nenhum arrependimento, a verdade é essa”*. A reportagem do dia 18 mostra que o tenente não teria ficado satisfeito e *“pensou em aplicar o que chamou de pequeno castigo”*. O delegado volta a dar uma declaração no dia 19 onde afirma que: *“Houve tempo suficiente para que eles tomassem uma atitude, seja avisar ao comando superior e no retorno, quando retornaram do Morro da Mineira, também nenhum deles procurou o comando para contar o que havia acontecido”*.

No dia 18, a narrativa mostrou o advogado de um dos militares envolvidos, que defendeu seu cliente, afirmando que ele *“não tinha intenção na morte dos jovens e não esperava que isso fosse acontecer”*. Uma construção semelhante de cenas ocorreu no dia 20 de junho, mostrando que o advogado do tenente Vinícius *“reafirmou que (o tenente) não sabia que os três seriam mortos”*. Em oposição a tal enfoque, no dia 26 foi exibida a declaração – a mais expressiva sobre este item – feita pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi: *“O tenente do Exército teria sido menos covarde se tivesse matado ele os três jovens, porque num dos tiros ele poderia ter uma intenção de misericórdia. Quando ele entrega para o crime organizado o rival, ele entrega sabendo que o resultado podia ser o que nós vimos. Essa violência que a lei brasileira pune como tortura”*.

No dia 27 foi mostrada na reportagem a acareação realizada entre o tenente Vinícius Guidetti e o capitão Laerte Ferrari: *“o tenente Vinícius disse que não obedeceu a ordem porque não compreendeu bem a determinação, mas o capitão afirmou que foi claro”*. Sobre a desenvoltura do tenente Vinícius, é revelado que: *“a promotora do Ministério Público Militar responsável pelas investigações, disse que o tenente Vinícius Guidetti mentiu nas acareações”*. Em seguida mostra a sonora da promotora confirmando tal enfoque: *“foi um depoimento bastante ruim para ele. É uma versão pautada de fatos inverossímeis, a ponto de subestimar a inteligência de qualquer um”*.

Com relação à narrativa Projeto Cimento Social são mostradas algumas possíveis irregularidades, como “a suspeita de uso político do Exército”, mostrada na reportagem do dia 17. Esta reportagem mostra ainda que *“o líder do PSDB no Senado apresentou um pedido de informações ao Ministério da Defesa. Ele condenou a participação do Exército no projeto,*

principalmente em ano eleitoral". E ele declara: *"Se houver uso eleitoral, é lamentável"*. É exibida uma nota do senador Marcelo Crivella destacando trechos do documento que diz que "os estudos são anteriores ao lançamento de candidaturas para o pleito eleitoral de 2008 e não caracteriza qualquer ligação político-eleitoral". Por fim, o Vice-Presidente da República José Alencar declara sua isenção no caso. Aqui vale ressaltar que o telejornal procurou o Vice-Presidente porque ele é *"do mesmo partido de Crivella"*, indicando que Alencar apenas estava presente na reunião e não apoiou o projeto de Crivella que é seu colega partidário.

A reportagem do dia 19 mostra que *"alguns moradores não concordaram com a área escolhida para as obras, alegando que o local já tinha sido contemplado"* e que *"o local foi escolhido porque teria maior visibilidade para futuros anseios políticos"*. Em seguida é mostrada uma sonora com uma moradora, que não se identificou, que revelou: *"Não houve seleção"*.

A partir do dia 24 mostra que o Exército se retirou do Morro por uma determinação da Justiça Eleitoral e não por conta de outro órgão. A passagem da reportagem explica que *"a decisão de interditar as obras foi do juiz responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral"*, pois *"um folheto (...) estaria sendo distribuído pelo senador Marcelo Crivella, pré-candidato à Prefeitura do Rio"*. A reportagem havia dito anteriormente que *"o projeto Cimento Social de reforma de casas foi apresentado no Congresso pelo senador Marcelo Crivella, do PRB, como Projeto de Lei, mas não chegou ainda a ser votado"* e explicou como foram firmados os acordos governamentais. Depois da passagem, é informado que *"para o juiz, o convênio foi adotado em pleno ano eleitoral, o que é proibido. A Justiça ordenou ainda ao senador Marcelo Crivella que interrompa a distribuição dos cartões, associando o nome dele à obra"*.

Assim, tem-se o enfoque de que o Projeto Cimento Social pode ser ilegal, já que não foi devidamente votado e utilizou as Forças Armadas de modo irregular, e também que o projeto está sendo realizado para fins eleitorais, seja pela visibilidade, seja pela propaganda política antecipada. Ainda, tem-se o enfoque de que a candidatura de Marcelo Crivella estaria sendo favorecida, o momento que dá essa sensação se encontra ao afirmar que *"a única alternativa que a Justiça Eleitoral teve para resguardar esse princípio da igualdade em prol de todos os candidatos foi determinar a suspensão dessa obra"*. A resposta do senador é retratada de forma que Crivella aceita a decisão *"mas lamenta que a obra tenha sido paralisada, segundo ele, por contaminação do debate político provocada pela proximidade das eleições"*. Por fim, Crivella nega que haja conotação eleitoral.

As reportagens do dia 18 e 19 do Jornal Nacional sugerem que **o senador Marcelo Crivella tem ligações com traficantes**. Na edição do dia 18 é apontado um homem de nome Eduardo “*que se apresentou como assessor do senador Marcelo Crivella teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários*”. A nota-pé mostra a resposta de Crivella que “*nega a participação de qualquer assessor em negociações com traficantes do Morro da Providência*”. O assunto foi pautado no dia seguinte, 19, e mostrou outra parte do documento que mostrava “*outro assessor de Crivella, identificado como Gilmar*”.

A resposta de Crivella veio por meio de nota à imprensa na qual ele “*declara ser falsa a informação de que um assessor tenha negociado o acordo (...). Na nota, também defende o projeto Cimento Social e associa a divulgação do assunto à proximidade do início da disputa eleitoral*”. Contudo, em nota-pé é reforçado que: “*o relatório da inteligência a que o Jornal Nacional teve acesso não deixa dúvidas de que houve a participação de supostos assessores do Senador Marcelo Crivella nas negociações para a realização das obras. E o relatório ainda informa que um destes supostos assessores teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários*”. Assim, apesar de o Jornal Nacional ter informado que houve a participação de um assessor e Crivella ter negado, antes de concluir o assunto, no estúdio é lido que “*não deixa dúvidas de que houve a participação*”. Mostra um evidente posicionamento do telejornal que pretende fazer uma ligação entre Crivella e os traficantes.

4.3.2 As Narrativas do Jornal da Cultura

Apesar de apresentar um tempo total de cobertura muito inferior ao Jornal Nacional, o Jornal da Cultura apresentou praticamente todas as narrativas dos itens de observação. A começar pelas famílias das vítimas e amigos, o Jornal da Cultura mostrou a **falta dos jovens** no enterro e na missa de sétimo dia realizada. No dia 16 foi informado que houve um “*enterro dos três jovens encontrados em lixão da baixada fluminense*”. Já no dia 20 mostrou que “*uma missa foi rezada em homenagem aos jovens assassinados*”. A reportagem também mostra que “*Durante a cerimônia, Ísis de Almeida, avó de David Florêncio, uma das vítimas, passou mal e desmaiou*”.

O assunto também foi pautado no dia 21, mostrando que “*foi rezada a missa de sétimo dia em memória dos três rapazes assassinados por traficantes*” e que “*familiares dos rapazes mortos receberam a solidariedade dos amigos durante a missa*”. Podemos observar aqui que

o tratamento foi mais informativo do que dramático, apenas foram noticiados os acontecimentos sem muito alarde por parte da família. O Jornal da Cultura não apresentou a narrativa de desejo de punição por parte da família.

O Jornal da Cultura mostrou que as famílias receberam um pedido de desculpas do Ministro da Defesa Nelson Jobim, que foi ao Morro da Providência. Porém, o telejornal mostra na cabeça da reportagem que o pedido de desculpas não foi apenas para os pais das vítimas, mas também para os moradores. Apesar da preferência por textos curtos, o telejornal gastou tempo e usou o conectivo “e”, ao informar que “o *Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pediu desculpas hoje aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro e aos pais dos três jovens assassinados por traficantes*”. A sonora do Ministro mostrada pelo telejornal revela seu sentimento ao fazer um pedido para que “*vocês que recebam o nosso perdão, que receba a nossa condolência e a nossa indignação*” e é encerrado com um agradecimento pomposo: “*Muito obrigado!*”.

Quanto à responsabilidade do Governo é noticiado na reportagem do dia 18 que “O *Presidente Lula afirmou hoje que o Estado vai trabalhar na reparação às famílias das vítimas*”. E, no dia 20 que os “*familiares dos jovens assassinados denunciam que estão sendo ameaçados pelos traficantes*” e que “*as famílias pediram (...) para ser incluídas no programa de proteção às testemunhas*”. No dia 21 mostra que “*os parentes das vítimas decidiram tentar um encontro com o Presidente Lula, que visita o Rio na segunda-feira*”. Aqui há uma promessa de que o Estado irá reparar as vítimas, mas no desdobramento do caso não é informado se essas famílias tiveram, de fato, algum apoio.

O Jornal da Cultura apresentou a narrativa de pedido de indenização, no dia 20, ao noticiar que elas pediram para entrarem no programa de proteção às testemunhas ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, pois estariam sendo ameaçadas.

A reportagem do dia 16 mostrou que os moradores protestaram contra os militares. Visualmente a mesma seqüência de cenas apresentadas pelo Jornal Nacional foi repetida no Jornal da Cultura, é curioso pensar como que a mesma edição foi ao ar em dois telejornais diferentes. Contudo, no Jornal da Cultura, ouvia-se um grupo de moradores gritando “assassinos, assassinos, assassinos”, este grupo era muito semelhante ao mostrado no Jornal Nacional que gritava, naquela reportagem, “justiça, justiça”. No dia 17 é mostrado que os operários também protestaram contra a presença do Exército, porque “*cruzaram os braços em sinal de protesto*”, após a reportagem ter dito que o Exército impôs um toque de recolher – enfoque presente apenas no Jornal da Cultura.

Os moradores reclamam que sofrem abusos dos militares que estão no Morro. No dia 17, foi mostrado que houve um toque de recolher imposto pelo Exército e, no dia 19, que os moradores acusam os soldados de agir com violência. A reportagem afirmou que “*um boneco com a farda militar foi cortado ao meio*” e, visualmente se viu um boneco pendurado no alto de uma casa. A revolta dos moradores ao cortar um boneco militar e ao reclamar do toque de recolher mostra a indignação contra os exageros cometidos pelo Exército.

A sonora mais marcante de todo o Jornal da Cultura foi a de uma moradora que declarou, no dia 19: “*Nós nos viramos muito bem, entendeu? Se houver respeito. Se a polícia, quando subir aqui no Morro, subir com dignidade, para cumprir o papel de polícia, entendeu? Porque o símbolo do Exército é a mão amiga. Cadê a mão amiga que tirou três jovens da nossa comunidade e entregou com essas mesmas mãos a inimigos para morrer de uma maneira tão monstruosa?*”. Textualmente a reportagem resume tal tratamento que “*para os moradores da Providência, tanto faz a farda, o que importa é o respeito*”.

Apesar de o Jornal da Cultura mostrar a face de um dos moradores, outros dois ao longo da reportagem foram entrevistados de costas, o que pode indicar também que alguns moradores têm medo de serem identificados. Pelas reportagens o medo parece ser maior do Exército do que dos traficantes, porque eles já estão acostumados a conviver com os bandidos do Morro.

Com relação à narrativa dos operários desejarem trabalhar nas obras, o Jornal da Cultura tratou o assunto durante alguns dias. Já no dia 18 o texto afirma que “*Moradores do Morro que trabalham no Projeto Cimento Social retomaram as obras*”. E, após as obras terem sido embargadas pela Justiça Eleitoral, é dito no dia 25 que “*Moradores do Morro da Providência propõem concluir, por sistema de mutirão, as obras do Projeto Cimento Social, de reforma de casas*” e, no dia 26, anuncia o desdobramento, que eles “*retomam obras do Projeto Cimento Social em sistema de mutirão*”. A narrativa aqui construída é de que se há irregularidades eleitorais ou não, os moradores estão dispostos a trabalhar por uma causa comum: a melhoria das casas.

A justificativa da presença do Exército no Morro é retratada como parte do Projeto Cimento Social, como expresso nas edições do dia 16, 18 e 19. Sobre o debate se é legal o uso das Forças Armadas em Segurança Pública é retratado rapidamente em duas reportagens. No dia 18 é dito que “*militares agiram contra a lei quando detiveram três moradores do Morro. Pela Constituição, não compete ao Exército fazer a Segurança Pública*”. Na escalada da edição do dia 20 mostra que: “*A Justiça também decidiu que o Exército não pode se envolver em ações de Segurança Pública*”. A narrativa criada aqui é de

que o Exército não deveria se envolver na Segurança Pública, pois há o risco de que os militares ajam contra lei ao deter moradores, uma função exclusiva da polícia.

A presença do Exército no Morro após a determinação judicial foi um dos assuntos mais abordados pelo Jornal da Cultura. No dia 18, por quatro vezes foram repetidas frases semelhantes a: *“Justiça Federal determina a saída imediata do Exército do Morro da Providência no Rio de Janeiro”*. Tal repetição reforça a ilegalidade do Exército ao atuar na Segurança Pública e a Justiça determina que ele deixe o local, como mostrado na reportagem. Durante a reportagem do dia 18 mostra também que *“o Presidente Lula (...) defendeu a permanência dos militares no local”* e que *“O despacho da juíza Federal Regina Coeli Medeiros determina a troca do Exército pela Força de Segurança Nacional”*.

A cabeça da reportagem do dia 19 informa que a ordem da Justiça *“ainda não foi cumprida”* e a passagem informa que o Exército *“não recebeu oficialmente a determinação da Justiça”*. Contudo, a reportagem mostra que *“o número de militares nas ruas da favela é menor do que em outros dias”* e a sonora de um morador fortalece tal enfoque ao dizer que: *“Mais calmo. Esse pessoal que estão aí já fica mais tranquilo. Não são iguais aos outros que ficava apontando arma no meio do beco. Alá. Pode ver, está normal”*. Além de mostrar que os soldados são agressivos ao fazerem a Segurança Pública, também é implícito nesta sonora que o morador encara como natural um homem estar fortemente armado andando por uma rua – uma realidade certamente não compartilhada com moradores de outras regiões cariocas.

No dia 20 é informado que *“a Justiça do Rio de Janeiro decide que o Exército vai continuar no Morro da Providência, porém só nas áreas que estão em obras recentemente”*. Na passagem de bloco é informado que *“a Justiça autoriza a permanência do Exército”*. A reportagem mostra que *“o presidente do Tribunal Regional Federal decidiu manter o Exército (...) na área onde há obras do Projeto Cimento Social”*. Por essas passagens, fica claro que para o Jornal da Cultura a Justiça é aquela que *“decide”* e *“autoriza”*, ou seja, a Justiça é soberana à presença do Exército no Morro. Ainda no dia 20 é informado que *“a decisão (...) foi suspensa até o dia 26”*.

Contudo, no dia 21 é noticiado que *“o Exército descumpre ordem judicial”* e *“continua a patrulhar todas as áreas da favela”*. A reportagem revela e explica que *“os soldados continuaram no alto do Morro embora o despacho da Justiça Federal autorize a tropa a ficar apenas lá em baixo”*. E, no dia 23, é informado que *“Hoje, a Polícia Militar começou a substituir a tropa do Exército no Morro da Providência”*.

No dia 24 é noticiado que a *“Justiça Eleitoral embarga obras no Morro da Providência no Rio”* e que o *“Exército retira os soldados do Morro da Providência no Rio de*

Janeiro”, isso porque “o *Ministro da Defesa, Nelson Jobim, decidiu pela retirada*”. É mostrado que a retirada do Exército não ocorreu porque a Justiça Eleitoral embargou as obras, mas sim porque o Ministro da Defesa decidiu que saíssem, pois implicitamente está a idéia de que as obras poderiam continuar apenas com os moradores do Morro.

Com relação à *desvinculação das ações dos militares envolvidos com o Exército*, o Jornal da Cultura não se ateve a este enfoque com vigor. Foi dito apenas no dia 17 que o Ministro da Defesa disse que “o crime foi um desvio de conduta e, que por enquanto, não há planos de retirar o Exército da favela”. No dia anterior, 16, “Governador do Rio chama de marginais os militares do Exército envolvidos na morte de três rapazes do Morro da Providência”.

Em muitas edições foi noticiado que esses *militares envolvidos estão presos*. No dia 16 é mostrado que “três dos onze militares acusados (...) confessaram hoje o crime, segundo a polícia”. O assunto este presente nos dias 16, 18, 19, 24, 25 e 30. As reportagens mostram o motivo de que esses militares estão sendo acusados, as penas possíveis de serem julgados e o tempo máximo de detenção. No dia 30 houve um resumo dessa narrativa, declarando que: “Justiça Federal aceita denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Rio de Janeiro. Eles vão responder por homicídio triplamente qualificado e a pena para cada um varia de 12 a 30 anos de prisão”.

Com relação aos *militares estarem presos enquanto traficantes estão em liberdade* fica claro na reportagem do dia 20 informa que: “Onze militares (...) foram indiciados pela polícia por homicídio. Os autores da chacina ainda não foram presos”. Contudo, na reportagem do dia 24 mostra é revelado que: “Segundo a polícia, os traficantes que mataram os três rapazes já foram identificados”. Aqui mostra que há uma incapacidade dos traficantes serem presos.

O Jornal da Cultura trouxe um enfoque completamente diferente que destoa de todo o restante da cobertura sobre este escândalo, presente na escalada do dia 30: “A Justiça Federal aceitou uma denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os réus vão ser ouvidos ainda esta semana. Até agora a polícia não encontrou os traficantes que teriam torturado e assassinado os jovens, o que levanta suspeita que os militares podem ter uma atuação além de entregar os jovens para bandidos”. É o único momento em toda a cobertura que é apontada a possibilidade de os militares ter assassinado os três jovens – e não os traficantes.

Isso porque nas outras matérias é mostrada apenas uma possível *relação entre militares e traficantes, como presente nos dias 17, 18, 19, 20 e 21*. As reportagens que

expressam melhor tal enfoque estão nos dias 19 e 20. No dia 19 é mostrado que *“a polícia concluiu que eles tinham contato com os traficantes que assassinaram os jovens”* e no dia 20 que *“para a polícia não há dúvidas que houve negociação entre oficial do Exército e os traficantes”*.

Na reportagem do dia 20 é mostrado que o **tenente é apontado como o principal culpado do grupo** de militares, contudo isso é tratado de modo sutil. O que indica este enfoque é que a *“quebra do sigilo telefônico do tenente Vinícius”* e, na mesma reportagem, diz que: *“os onze militares comandados pelo tenente Vinícius entraram na favela da Mineira e entregaram os jovens aos traficantes locais”*. De qualquer forma, é mostrado na edição do dia 16 que militares envolvidos **decidiram dar um corretivo aos rapazes**, como indicado na reportagem da edição do dia 16.

O Jornal da Cultura mostrou, também, que há **possíveis irregularidades no Projeto Cimento Social** e o vincula com um esquema eleitoral. Na escalada do dia 17 inclui também o Exército ao informar que: *“Os militares constroem um conjunto de casas suspeito de fazer parte de um esquema político pela disputa da prefeitura do Rio de Janeiro”*.

No dia 18, a reportagem afirma que o senador Marcelo Crivella é autor do projeto e *“candidato à prefeitura do Rio”*. No dia 20, o Jornal da Cultura revela a candidatura do senador Marcelo Crivella ao fazer uma correção em nota-pé, após a narração de um texto em off: *“O nome correto do senador e também virtual candidato à prefeitura do Rio de Janeiro é Marcelo Crivella”*.

No dia 24 é noticiado o embargo do Projeto Cimento Social pela Justiça Eleitoral, pois *“a iniciativa beneficiaria um pré-candidato à prefeitura da cidade”*. A reportagem informa que: *“O embargo foi decidido depois de uma denúncia de uso eleitoral da máquina pública. O senador e pré-candidato à prefeitura Marcelo Crivella que apresentou o projeto, encampado pelo Ministério das Cidades, seria beneficiado”*.

O Jornal da Cultura mostrou, na mesma edição, que *“segundo a Justiça não pode haver obra social nova em ano eleitoral”*. A reportagem também mostrou a resposta do senador Crivella que *“disse que respeita a decisão do TRE, mas lamenta a paralisação das obras. Segundo o senador, não há conotação eleitoreira no projeto que foi embargado por contaminação política”*. Os desdobramentos reforçando a noção de o projeto ser considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça foi repetido nos dias 25 e 26 de Junho.

4.3.3 As Semelhanças e Diferenças nas Narrativas

Ao analisar os itens de observação, percebe-se que foram muitas as semelhanças nas diversas narrativas, contando apenas com algumas importantes diferenças. Decidimos por mostrar as semelhanças e diferenças no tratamento seguindo o mesmo padrão estipulado pelos itens de observação.

A **falta dos jovens** foi, em ambos os telejornais, mostrada uma grande perda a partir do enterro e da missa de sétimo dia. As imagens do enterro foram as mesmas tanto no Jornal Nacional como no Jornal da Cultura. Porém, o Jornal Nacional mostrou por algumas vezes o desespero das famílias das vítimas, trazendo um aspecto dramático para esta narrativa, diferente do Jornal da Cultura que manteve seu caráter informativo.

Apenas o Jornal Nacional apresentou o **desejo de punição** durante o período de análise. Aqui é mostrada uma cena memorável em que o Ministro da Defesa foi ao Morro da Providência e visitou uma casa simples, tomou um copo de café em um copo de requeijão e conversou com uma das tias das vítimas. A legenda confirmava a promessa do Ministro de que o caso não ficará impune, pois ele havia ido até ao Morro justamente para isso.

O Jornal da Cultura mostrou o **pedido de desculpas** dadas pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, às famílias das vítimas e moradores. As imagens presentes na TV Cultura mostram um momento “encenado”, ou seja, o Ministro estava sob um palanque ao lado de um militar do Exército e cumprimenta a mãe de um dos jovens. Já a Rede Globo mostrou uma entrevista concedida pelo Ministro para várias emissoras, saindo um pouco do “oficialismo”. O que é intrigante é o fato de o próprio Jornal Nacional utilizar as palavras “*pedido formal de desculpas*” e “*pediu desculpas oficialmente*”, sendo que quem exibiu as imagens oficiais foi o Jornal da Cultura.

Contudo, apenas o Jornal Nacional mostrou outros pedidos de desculpas por personalidades de renome como: o do General do Exército e do deputado Raul Jungmann que representava o Congresso Nacional. A semelhança de cobertura está em noticiar a subida do Ministro ao Morro indica implicitamente a seriedade do caso, já a diferença ocorre quanto o Jornal da Cultura mostra que o pedido de desculpa do Ministro era para todos os moradores do Morro e não apenas para os familiares dos jovens; e, por sua vez, o Jornal Nacional mostra que as famílias receberam desculpas de outras pessoas do alto escalão, além do Ministro da Defesa.

Ambos os telejornais mostraram o **pedido de indenização** das famílias das vítimas. Contudo, o Jornal da Cultura mostrou o desejo das famílias em receberem a indenização e o Jornal Nacional mostrou a versão do Governo por meio do seu desejo em conceder ou após a certificação de que o pedido seria atendido.

Com relação à responsabilidade do Governo, ambos telejornais mostraram que o Presidente Lula afirmou que o Estado deveria indenizar as famílias. As diferenças estão no pedido dos familiares das vítimas: enquanto que no Jornal da Cultura revela que eles “*estão sendo ameaçados pelos traficantes*” e pediram para serem incluídos “*no programa de proteção às testemunhas*”; no Jornal Nacional é informado que eles “*pediram segurança e tratamento psicológico*” e que a Secretaria de Direitos Humanos atenderia aos pedidos.

Uma outra diferença de narrativa é que no Jornal da Cultura noticiou, no dia 21, que os parentes tentariam um encontro com o Presidente Lula e, o Jornal Nacional informou, no dia 23, de que o Presidente Lula e o Governador Sérgio Cabral receberam as famílias das vítimas. Ou seja, diferentemente do Jornal da Cultura, o Jornal Nacional não mostrou as possibilidades futuras de ações, mas sim os fatos ocorridos no passado. E, apenas o Jornal Nacional informou que algumas organizações estariam acompanhando as investigações do caso.

Uma forte semelhança das tomadas e de enfoque foi os protestos feitos pelos moradores e exibidos no dia 16. Visualmente foram mostradas as mesmas cenas e uma sequência idêntica, apesar de o Jornal da Cultura ter excluído alguns trechos. Vale ressaltar uma drástica diferença: enquanto no Jornal Nacional os operários gritavam “justiça, justiça”, no Jornal da Cultura, um grupo muito semelhante gritavam “assassinos, assassinos, assassinos”. Aqui fica nítida a diferença de cobertura ao retratar parte do coro feito por moradores do Morro. O Jornal da Cultura parece mostrar uma realidade mais desmascarada, onde os manifestantes chamam os militares de “assassinos” e o Jornal Nacional mostra um tom mais pacífico ao mostrar eles reclamando por “justiça” – outra diferença é que ao exibir tal cena, o Jornal Nacional diz que eles são operários e o Jornal da Cultura diz que são moradores.

O Jornal Nacional mostrou também outros momentos de protestos, como no dia 14, quando pedras foram atiradas nos soldados e um grupo de pessoas gritam “fora, fora”. Semelhantemente, no dia 22, o Jornal Nacional noticia que “*um cartaz pedia a retirada dos soldados*”, porém percebe-se que é um cartaz pequeno, ao mostrá-lo visualmente.

Com relação aos operários protestando, o Jornal da Cultura exibiu no dia 17 que eles “*cruzaram os braços*” por conta de um toque de recolher e o Jornal Nacional mostrou, no dia 16, que eles “*só vão retomar o trabalho se as tropas deixarem a favela*”. O Jornal Nacional chegou a exibir uma cena com operários de braços cruzados no dia 24, após as obras terem sido embargadas pela Justiça Eleitoral; nesta sequência também é mostrado visual e sonoramente um grupo de pessoas gritando “Ah-Ah-Ah Queremos trabalhar!”, mas a falta de

coerência texto-imagem-som passou uma impressão duvidosa sobre este desejo de retomar as obras.

Diferentemente, o Jornal da Cultura enfocou bastante os operários. No dia 18 já mostrava que eles retomaram as obras e, após o embargo, no dia 25, foi exibido que os moradores propuseram “*concluir as obras por sistema de mutirão*”. E, no dia 26, o telejornal informou que eles retomaram as obras como noticiado no dia anterior. Aqui mais um exemplo do Jornal da Cultura antecipar alguns fatos, mas dessa vez o telejornal revelou o desdobramento da notícia. A questão surpreendente é que o Jornal Nacional parece não ter demonstrado interesse para a continuidade ou não das obras do Projeto Cimento Social.

Com relação aos **abusos militares contra os moradores**, não houveram semelhanças. Apenas o Jornal Nacional mostrou tal enfoque ao noticiar que os operários protestavam – visual e sonoramente eram exibidas uma tomada de pessoas aplaudindo. Já o Jornal da Cultura mostrou, no dia 17, que houve um toque de recolher imposto pelo Exército e que, no dia 19, os moradores acusaram os soldados de agir com violência. Esta indignação dos moradores foi retratada por um boneco vestindo uma farda militar cortado ao meio.

Isso leva para a próxima narrativa que revela o **medo dos moradores**. É fato que tanto no Jornal Nacional como no Jornal da Cultura os moradores do Morro da Providência procuraram manter suas identidades em segredo, exceto em um caso no Jornal da Cultura que um morador não se intimidou com a câmera. Contudo, o interessante desta narrativa é o tratamento implícito nas reportagens. Apesar de não ser declarado abertamente, enquanto o Jornal Nacional mostrou no dia 16 que a favela estava com medo de retaliação de outros traficantes, fechando portas de lojas, hospitais que não atendem e rotas de ônibus desviadas; o Jornal da Cultura passou a impressão de que os moradores estavam com medo do Exército no Morro, como mostrado no dia 19 que “*tanto faz a farda, o que importa é o respeito*”. Precisamos ressaltar que essas são apenas possíveis impressões e não enquadramentos criados pelos telejornais.

A **justificativa da presença do Exército no Morro** é mostrado pelo Jornal Nacional nas edições de 14, 16 e 18; e pelo Jornal da Cultura nos dias 16, 18 e 19. Fica claro aqui que cada telejornal explicou por três edições o motivo do Exército ter subido ao Morro. Destacamos que essa explicação ocorreu nos primeiros dias de análises o que evidencia que o ponto central foi o envolvimento dos onze militares no caso e, posteriormente o envolvimento de um esquema político do Projeto Cimento Social.

O Jornal da Cultura não procurou criar um clima de **debate sobre a legalidade do emprego das Forças Armadas na Segurança Pública**. Sobre este assunto, o telejornal

noticiou no dia 18 que “pela constituição, não compete ao Exército fazer a Segurança Pública” – ou seja, era inconstitucional – e, no dia 20, que “*a Justiça também decidiu que o Exército não pode se envolver em ações de Segurança Pública*”. Por outro lado, o Jornal Nacional promoveu uma grande discussão sobre esse assunto.

Já no primeiro dia de análise, 14, é mostrado um confronto entre militares e soldados de modo a focalizar as consequências da presença do Exército no Morro, onde os soldados teriam dado tiros para o alto, na sequência foram mostradas marcas de balas nas paredes e nos muros. Nas duas edições seguintes do Jornal Nacional, dia 16 e dia 17, mostram uma sequência de dois enfoques sobre este aspecto: primeiro é mostrado que o Exército não está preparado para tratar da Segurança Pública e, em seguida, é evidenciado que sua atuação deva ser regulada. Por conta da repetição de construção podemos afirmar que este é o posicionamento do telejornal: de que o Exército é incapaz de lidar com civis e de que sua atuação deva ser regulamentada. O Jornal Nacional mostrou também um posicionamento que diverge de toda essa discussão anterior, presente no dia 24 com a sonora do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao expressar que “não é possível (...) dizer que o Exército (...) não tem aptidão para (...) atuar na Segurança Pública”.

Uma outra incoerência mostrada nas reportagens foi a determinação da retirada do Exército no dia 19 pela juíza Regina Coeli de Carvalho, no dia 19. No dia seguinte, 20, o Jornal Nacional mostrou uma sonora do Ministro da Defesa declarando que o Governo pretende também utilizar as Forças Armadas na segurança interna do país. E, no dia 24, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, foi contrário à decisão da Justiça e afirmou: “*eu tenho a absoluta convicção de que a Constituição permite, desde que devidamente regrado*”. Destacamos mais uma vez aqui que, a montagem desta reportagem do dia 24 incluiu antes desta sonora, um “sobe som” do Ministro declarando “uma questão de direitos humanos”. Esta montagem proposital cria uma sensação de estranhamento e de incoerência. De qualquer forma, fica clara a intenção do Jornal Nacional de levantar e trazer esta discussão para os telespectadores e o posicionamento do telejornal quanto a este assunto foi apontado no dia 16 e 17.

Um assunto que foi bastante abordado por ambos os telejornais foi o desdobramento após a **determinação judicial de retirada do Exército**. Na edição do dia 18, tanto o Jornal Nacional como o Jornal da Cultura informaram que o policiamento deveria, a partir de então, ser feita pela Força de Segurança Nacional e não mais pelo Exército, que deveria se retirar do Morro. O Jornal Nacional mostrou as reações: da Advocacia Geral da União que “*vai recorrer da decisão*”, o não pronunciamento do Exército e do Ministério da Defesa até que sejam

comunicados oficialmente; e “os panos quentes” presente na sonora do Presidente Lula. Já o Jornal da Cultura informou apenas que Lula “defendeu a permanência dos militares no local”.

Um outro enfoque semelhante em ambos os telejornais é de que o Exército descumpra a ordem judicial de sair do Morro. O Jornal Nacional mostra que os militares “continuam” no Morro, já o Jornal da Cultura mostra que o Exército “não recebeu oficialmente a determinação” e que ela “não foi cumprida”, apesar de a reportagem mostrar uma redução do contingente e de que os soldados remanescentes são mais cordiais do que os que atuavam no local anteriormente.

No dia 20, ambos informam que a Justiça permitiu que o Exército continuasse no Morro, porém apenas na região das obras. Na edição seguinte, 21, ambos os telejornais mostraram que o Exército não cumpriu a determinação, porém com algumas diferenças. O Jornal Nacional noticiou que: *“hoje, nós flagramos soldados em outros pontos da favela, nos principais acessos e até no alto do morro”*. E, o Jornal da Cultura informou que: *“soldados continuam no alto do morro embora o despacho da Justiça Federal autorize a tropa a ficar apenas lá em baixo”*.

Enquanto o Jornal da Cultura é mais informativo, o Jornal Nacional parece ser mais investigativo, pois eles “flagraram” os soldados, como se o Exército estivesse fazendo algo às escondidas. De qualquer forma, ambos os telejornais mostram que o Exército não cumpre as determinações judiciais, implicando que ele possa estar “acima da lei”. Apenas o Jornal da Cultura mostrou no dia 23 que *“a Polícia Militar começou a substituir a tropa do Exército”* – aqui mais uma evidência de antecipação da notícia, verificada na palavra *“começou a substituir”* e não que “substituiu”.

Ambos os telejornais mostraram no dia 24, o ponto de virada: o embargo das obras pela Justiça Eleitoral. O curioso é salientar que apesar do embargo das obras, quem determinou a retirada do Exército foi o Ministro da Defesa, ou seja, o Exército saiu do Morro não por uma determinação judicial, mas sim porque o Ministro decidiu pela retirada. Pensando por esta perspectiva, permanece a idéia que o Exército é soberano à decisão da Justiça e às leis.

Apenas o Jornal Nacional mostrou o enfoque criado possivelmente pelo Governo e pelo Exército de **desvincular a ação dos militares envolvidos com a da instituição**. No dia 16, foi mostrado a visão do Exército que *“não há justificativa para o comportamento dos militares neste episódio”* e que *“a conduta adotada por esses militares é repudiada”* pela instituição. O Ministro da Defesa afirmou, no dia 17, que *“não podemos confundir”* o fato ocorrido com as obras e o Presidente Lula, no dia 18, disse que o erro *“não foi do Exército,*

mas de quem estava no comando”. Contudo, no dia 19 o Jornal Nacional mostrou outras irregularidades graves de militares, dando a entender implicitamente que este não foi um caso isolado.

O Jornal da Cultura mostrou na edição do dia 16 que: *“Os militares envolvidos foram chamados hoje de marginais pelo Governador Sérgio Cabral”*. E, na edição do dia seguinte, encerrou a reportagem com: *“Na saída, o Ministro disse que o crime foi um desvio de conduta e, que por enquanto, não há planos de retirar o Exército da favela”*. Em ambos os telejornais têm-se uma impressão de desvinculação. Porém, esta narrativa é mais explícita no Jornal Nacional.

Os militares estão presos foi uma narrativa abordada com mais vigor. Em várias edições esta narrativa foi apontada: o Jornal Nacional apresentou reportagens com este enfoque nos dias 16, 17, 18, 19, 24 e 30 e o Jornal da Cultura nos dias 16, 18, 19, 24, 25 e 30. E, no último dia de análise, ambos realizaram um resumo do episódio que é muito semelhante a construção da notícia, porém o Jornal da Cultura apontou que *“os militares podem ter uma atuação além de entregar os jovens para bandidos”*. Foi a única vez em todo o período de análise que se levantou a suspeita de os militares possam ter assassinado os rapazes, mesmo que implicitamente.

A suspeita foi feita pelo Jornal da Cultura porque **os traficantes estão em liberdade enquanto os militares estavam presos**. Dez dias antes do dia 30 ocorreu a única observação no Jornal da Cultura sobre esse assunto ao informar que *“os traficantes que mataram os três rapazes já foram identificados”*. Já o Jornal Nacional mostrou tal enfoque em várias edições, como na edição do dia 18 que mostrou um relatório com nomes e endereços de bandidos da favela, mas informou que *“nenhum bandido da favela foi localizado”* e que *“os traficantes que assassinaram covardemente ainda estão em liberdade”*. Ou no dia 19 que informou que *“um bandido armado é flagrado andando tranquilamente no Morro da Mineira”*. Semelhantemente ocorreu uma cobrança no dia 27 de Junho.

Ambos os telejornais implicaram que houve uma **relação entre os militares e os traficantes**. O Jornal Nacional optou por trazer um trecho de um depoimento que mostra a informalidade e a amistosa relação entre militares e traficantes ao mostrar que o tenente falou *“eu trouxe um presentinho para vocês”* e, depois agradeceu com a expressão: *“valeu!”*. Já o Jornal da Cultura se baseou, principalmente, nas declarações oficiais, informando que *“para a polícia não há dúvidas que houve negociação entre oficial do Exército e traficantes”* e que *“a polícia concluiu”* isso.

O Jornal da Cultura não deu muita ênfase em distinguir o tenente Vinícius como o principal culpado, já que apenas na edição do dia 20 é que foi mostrado algo sutil sobre este assunto. Já o Jornal Nacional nas edições: do dia 16, ao apontar “*o tenente do Exército que comandava a guarnição*” e dizer que alguns dos envolvidos “*apenas cumpriram ordens*”; e no dia 17, ao mostrar que alguns militares envolvidos tiveram medo dos traficantes, como mostrado na sonora do advogado de defesa. O Jornal Nacional buscou uma personificação da morte dos jovens do Morro na figura do tenente Vinícius, a ponto de apenas a foto dele ser exibida no telejornal. Ressaltamos que a foto mostrada denigre ainda mais o oficial do Exército que está sem camisa e ao lado de uma piscina, enquanto a situação descrita pela reportagem era de indignação pelo fato ocorrido.

A principal indignação foi que o tenente foi contrário à decisão e decidiu dar um corretivo aos jovens. O Jornal da Cultura apenas indicou tal enfoque no dia 16, mas o Jornal Nacional tratou essa decisão pessoal em várias edições. Nos dias 16 e 19 são exibidas duas sonoras do delegado Ricardo Dominguez que afirmou e reafirmou que “*tomou essa decisão e foi pensada*”, “*houve tempo suficiente para que ele pensar e repensar na atitude dele*”. No dia 18 é mostrado pelo telejornal da Globo que o tenente “*pensou em aplicar o que ele chamou de pequeno castigo*” e, na mesma edição, o advogado de defesa disse que um dos acusados “*não esperava que isso fosse acontecer*”. A mesma defesa foi repetida no dia 20 de junho.

A resposta mais marcante para essa situação em que os militares decidiram dar um corretivo, mas não sabiam que os jovens seriam mortos veio, no dia 26, com a sonora de Paulo Vanucchi, Secretário Nacional de Direitos Humanos: “*O tenente do Exército teria sido menos covarde se tivesse matado ele os três jovens*”. Na edição do dia seguinte, 27, o Jornal Nacional mostrou a acareação entre o tenente e o capitão do Exército e informou que o tenente tomou esta atitude “*porque não compreendeu bem a determinação, mas o capitão afirmou que foi claro*”. Na sequência mostra que, na visão da promotora do Ministério Público, “*o tenente Vinicius Guidetti mentiu nas acareações*”, “*a ponto de subestimar a inteligência de qualquer um*”.

Partindo para o último item observado, o Projeto Cimento Social e o senador Marcelo Crivella, fica claro que ambos os telejornais mostraram a possibilidade de esquema político e as irregularidades do projeto. Contudo, cada telejornal abordou as irregularidades de modo diferentes, a saber.

O Jornal da Cultura, na edição do dia 17, vinculou o Projeto Cimento Social a um “*esquema político pela disputa da prefeitura do Rio de Janeiro*”. No dia 18 e 20, o Jornal da Cultura lembrou ao telespectador de que o senador Marcelo Crivella, autor do projeto, é

“candidato à prefeitura do Rio”. Ao noticiar o embargo feito pela Justiça Eleitoral no dia 24, foi mostrado que *“a iniciativa beneficiaria um pré-candidato à prefeitura da cidade”* e o embargo só foi realizado após *“uma denúncia de uso eleitoral da máquina pública”*.

Já o Jornal Nacional exibiu na reportagem do dia 17 que *“o líder do PSDB (...) condenou a participação do Exército no projeto, principalmente em ano eleitoral”* e também a resposta, por meio de nota à imprensa, do senador Marcelo Crivella dizendo que *“não caracteriza qualquer ligação político-eleitoral”*. Ainda no dia 17, é mostrada uma declaração de isenção no caso feita pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, *“do mesmo partido de Crivella”*. Outra irregularidade apontada pelo Jornal Nacional no dia 19 foi que *“alguns moradores não concordaram com a área escolhida para as obras”* e que *“o local foi escolhido porque teria maior visibilidade para futuros anseios políticos”*.

Passando para o embargo das obras pela Justiça Federal. O Jornal da Cultura mostrou, no dia 24, que *“não pode haver obra social nova em ano eleitoral”*. O senador Crivella é disse que *“lamenta a paralisação das obras”* e que *“não há conotação eleitoreira no projeto”*. Os desdobramentos reforçando a noção de o projeto ser considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça foi repetido nos dias 25 e 26 de Junho.

Por outro lado, o Jornal Nacional explorou mais este assunto e explicou que *“a decisão de interditar as obras foi do juiz responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral”*, pois *“um folheto (...) estaria sendo distribuído pelo senador Marcelo Crivella, pré-candidato à Prefeitura do Rio”*. A reportagem também lembrou que o projeto *foi apresentado no Congresso (...), mas não chegou ainda a ser votado* e informou que *“o convênio foi adotado em pleno ano eleitoral, o que é proibido”*. Aqui mostra claramente que a candidatura de Crivella estaria sendo favorecida e de que o projeto de sua autoria é ilegal, pois foi adotado irregularmente em pleno ano eleitoral.

Em seguida foi noticiado que *“a única alternativa que a Justiça Eleitoral teve para resguardar esse princípio da igualdade em prol de todos os candidatos foi determinar a suspensão dessa obra”*. E também a resposta dada por Crivella é mais uma evidência de que o Jornal Nacional usa a seguinte estrutura: mostrar um ponto negativo e propor uma solução ou um ataque. A resposta do senador é retratada de forma que Crivella aceita a decisão, *“mas lamenta que a obra tenha sido paralisada”* e *“negou que haja qualquer conotação eleitoreira”*.

A narrativa de que **senador Marcelo Crivella tem ligações com traficantes** só foi apresentada apenas pelo Jornal Nacional nas edições 18 e 19. No dia 18, foi mostrado um homem de nome Eduardo *“que se apresentou como assessor do senador Marcelo Crivella*

teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários". A nota-pé mostra a resposta de Crivella que *"nega a participação de qualquer assessor em negociações com traficantes do Morro da Providência"*. O assunto foi pautado no dia seguinte, 19, e mostrou *"outro assessor de Crivella, identificado como Gilmar"*. A resposta de Crivella veio por meio de nota à imprensa na qual ele *"declara ser falsa a informação de que um assessor tenha negociado o acordo"*. Esse impasse de documentos que o Jornal Nacional mostrou e as respostas do senador Crivella foi encerrada na nota-pé da reportagem do dia 19, informando que *"o relatório da inteligência a que o Jornal Nacional teve acesso não deixa dúvidas de que houve a participação de supostos assessores do Senador Marcelo Crivella nas negociações para a realização das obras"*. Esta última afirmação feita pelo telejornal da Globo evidencia seu posicionamento de vincular Crivella com os traficantes do Morro.

4.4 Interpretação dos Resultados

A antiga metáfora da televisão como janela para o mundo mantém sua pertinência: a janela mostra e esconde, incorpora o dentro e fora. Ela entra e transforma nossa intimidade doméstica (nossa casa, lugar da nossa vivência); ela abre para fora e nos dá acesso ao mundo exterior. Mas não é exatamente “o mundo” que passa em frente de uma janela – é a rua, a hibridização confusa e perigosamente instável das ruas (FRANÇA, 2006, p.43)

Seguindo os critérios de noticiabilidade no jornalismo, a cada dia que passa casos cruéis de morte dão lugar para episódios ainda mais horripilantes. Já não é novidade a morte de jovens em favelas do Rio de Janeiro. Desta forma, o Caso do Morro da Providência poderia ter sido tratado como mais um caso de rapazes que foram mortos por traficantes no Rio de Janeiro. Contudo, a mídia – principalmente a Rede Globo – deu visibilidade nacional a este episódio e a cobertura deste fato durante um período de 15 dias, evitando que o caso caísse no esquecimento ou ficasse restrito à comunidade local. Após a nota divulgada no Jornal Nacional na sexta-feira, 14, outros veículos de comunicação deram destaque ao caso e aos desdobramentos nos dias posteriores.

A mídia foi a responsável por magnificar esse acontecimento que estava, a princípio, restrito à comunidade carioca e possibilitou um debate nacional sobre o evento. O papel da mídia foi fundamental para o agendamento deste escândalo na opinião pública e para os desdobramentos que o fato teve, pois sem a cobertura midiática ele poderia ter se tornado mais uma das muitas ocorrências de violação de direitos humanos de cidadãos pobres por agentes do estado brasileiro. Assim, podemos dizer que o jornalismo desempenhou o papel social de acompanhar os desdobramentos deste fato, cobrando um posicionamento das autoridades.

É nesses e em outros casos que o jornalismo exerce um papel essencial de denúncias contra abusos sofridos pela população pobre e, também, na fiscalização do uso de coisas públicas (*accountability*). A denúncia pela mídia do caso acelerou os processos judiciais e os pronunciamentos governamentais. Em poucos dias, a Justiça Federal determinou a retirada das tropas do Morro da Providência – onde elas estavam fazendo ronda desde dezembro de 2007, ou seja, seis meses antes ao episódio.

A publicidade midiática de um caso pode ser, e geralmente é, acelerado e certas atitudes são tomadas ao passo que em situações semelhantes que ficaram em segredo não teriam o mesmo destino. É curioso pensar que o Exército estava fazendo a Segurança Pública por mais de seis meses e o Judiciário não havia tomado nenhuma providência a respeito. Mas,

assim que o caso ganhou as manchetes dos noticiários, a Justiça determinou a retirada das tropas.

A mídia fez também com que as autoridades governamentais tomassem partido, como a visita ao Morro do Ministro da Defesa Nelson Jobim, na segunda-feira, dia 16, dois dias após a veiculação da morte dos jovens. Ou ainda, a criação de uma comissão parlamentar, liderada pelo deputado Raul Jungmann – que esteve no local no dia 17 –, para acompanhar as investigações do caso. Até mesmo um pronunciamento do Presidente da República, Luis Inácio “Lula” da Silva, foi feito sobre o caso.

As conseqüências e desdobramentos da notícia são reflexos da visibilidade dos enquadramentos mediáticos. A partir do momento que o assunto se torna público, enquadramentos tanto provenientes da mídia como do público passam a interagir com o fato noticiado. Esses enquadramentos compartilhados ditam os rumos e as direções de tomada de decisão, da opinião pública e da cobertura midiática. Ou seja, a cobertura jornalística passa a fazer parte integrante dos desdobramentos.

Enquadramentos são constituídos de narrativas jornalísticas. Cada enquadramento é realizado por uma organização do discurso, seja verbal ou visual (GITLIN, 1980). Neste caso, ao observar os enquadramentos televisivos, vamos além dos elementos narrativos que constituem os enquadramentos tradicionais presentes na mídia impressa. Isso porque, apesar da mídia impressa apresentar tanto uma organização verbal como uma visual, o telejornalismo utiliza também uma linguagem sonora. Além disso, há ainda o fator da montagem e da edição das seqüências audiovisuais.

Isso porque, por um lado, os meios impressos apresentam apenas um *frame* de cada vez, ou seja, um quadro estático – seja verbal ou visual. Por outro lado, o enquadramento televisivo é feito de seqüência e, assim, podemos verificar a dinamicidade de várias realidades construídas simultaneamente. Tal construção discursiva só é possível por meio da montagem das três matrizes: verbal, visual e sonora.

O enquadramento no telejornalismo é produzido de modo a unificar as três matrizes, verbal, visual e sonora. Por exemplo, as cenas e os sons ambientes transmitem uma veracidade daquelas informações que estão sendo lidas verbalmente. O enquadramento noticioso televisivo está diretamente ligado à montagem do telejornal, isso porque no telejornalismo o conjunto das tomadas, do ritmo, dos sons se vincula ao texto verbal.

Semelhantemente, os telespectadores não percebem as matrizes em separado, mas sim o todo – lembramos aqui os estudos de *Gestalt* e o fenômeno de estruturalização e formas. Da mesma forma, ao realizarmos a análise de enquadramento, não poderíamos separar as

matrizes para localizar as narrativas e os enquadramentos, pois o sentido de construção criado é a combinação das matrizes verbal, visual e sonora. Portanto, os enquadramentos televisivos se dão pelo todo da reportagem e não pelas partes que o constituem.

Pensando nas três matrizes, na linguagem do telejornal e nos enquadramentos noticiosos, podemos afirmar que os enquadramentos no telejornalismo são construídos: no verbal narrado (texto *off* ou leitura de TP), no verbal escrito (créditos), no visual cenográfico (tomadas e cenas), no visual gráfico (videografismo), na entonação (da fala), no som ambiente (microfone aberto) e em qualquer outro tipo de hibridização com as três matrizes.

Como verbal narrado apontamos os textos lidos pelo apresentador no estúdio, o texto em *off* e as sonoras dos entrevistados, guiando o restante da reportagem; o verbal escrito é produzido pelos geradores de caracteres, criando créditos e legendas; como visual cenográfico temos os ângulos e composições das tomadas e algumas cenas emblemáticas, criando uma sensação de presencialidade; o visual gráfico é chamado também de videografismo, inclui desde trechos de documentos que são destacados até uma explicação sobre algum assunto para o qual não há imagem disponível, como ocorre em simulações do fato ou dados estatísticos; a entonação é o ritmo e a ênfase dada tanto pelo repórter como pelo entrevistado ao declarar uma informação, percebendo a intensidade e a dramaticidade neste aspecto; por fim, o som ambiente é uma técnica audiovisual de mostrar os sons das tomadas que foram realizadas a fim de dar uma sensação “extra” de presencialidade ou para mostrar um som captado em um dado momento que se torna tão importante quanto o verbal narrado.

Como resultado da composição das narrativas do telejornalismo, no caso do Morro da Providência identificamos seis enquadramentos enfatizados pelos dois telejornais que analisamos: enquadramento de violação (de direito de cidadania e da Justiça), enquadramento de humanização (ou humanitário), enquadramento de particularização (ou individualização) da culpa, enquadramento de negligência, enquadramento oficial (baseado em documentos ou em instituições do Estado) e enquadramento de irregularidade (do projeto de Crivella).

Enquadramento de violação (de direito de cidadania e da Justiça):

Apesar de não tratar sobre assuntos de violação de direitos de cidadania e justiça abertamente, a mídia brasileira busca trazer alguns enquadramentos implícitos sobre esses assuntos. Foi mostrada nas reportagens a frieza com a qual a vida dos jovens foi tratada pelos

militares, ou seja, com um total desrespeito aos direitos civis de cidadania desses jovens favelados. Fica evidente, também, que a situação da vida no Morro fere os direitos sociais de cidadania da população. Assim, as reportagens trazem narrativas sobre o emprego das Forças Armadas para lidar com civis e traficantes, levando em conta o despreparo da instituição e a legalidade dessa utilização.

Por exemplo, o Jornal Nacional deu muita ênfase à ação de levar os jovens para os traficantes de um Morro rival. Segundo as narrativas, o telejornal mostrou que foi uma decisão pensada, os militares quiseram aplicar uma punição e houve tempo para tomar outra atitude. No dia 26, o Jornal Nacional mostrou que eles teriam sido menos covardes se eles mesmo tivessem matado os jovens. Com relação à resposta às acusações, o telejornal mostrou, inicialmente, que os militares não sabiam que os rapazes seriam mortos e, após o dia 27, é informado que os acusados não compreenderam a ordem de seus superiores – logo em seguida, nesta reportagem, é mostrada uma promotora dizendo que o tenente mentiu nas acareações. Temos, assim, um enquadramento de violação de um dos direitos de cidadania que é o direito à vida. O Jornal Nacional mostrou a frieza dos militares em entregar os jovens aos traficantes e ironizam a resposta dadas por eles.

Com relação à entrega dos três jovens aos traficantes pelos militares, o Jornal da Cultura criou-se uma impressão de que esta ação é um “corretivo” apoiado pelo Exército, e não apenas pelos militares envolvidos. Isso porque, apesar de os acusados aplicarem um “corretivo” nos rapazes, não foi noticiado que esta atitude era uma desobediência à ordem de superiores. Contudo, não exclui o enquadramento de violação ao direito à vida.

O Jornal Nacional mostrou nos dias 16 e 17 uma narrativa jornalística semelhante: primeiro foi reforçado que o Exército não teria condições de assumir a Segurança Pública; e, logo em seguida, veio a narrativa de que, portanto, a atuação do Exército deveria ser regulada. Aqui é um caso exemplar de enquadramento a partir de uma construção tácita discursiva, onde primeiro se mostra que há um problema, ou seja, a inabilidade do Exército no trato com civis; e, em seguida é apontado uma solução, neste caso, regular as ações do Exército. Além disso, por conta da repetição da estrutura afirmamos que este é o posicionamento do telejornal da Globo.

Nos dias seguintes, o Jornal Nacional mostrou um general negando que os militares estivessem fazendo o papel da polícia e a determinação da retirada do Exército pela juíza Federal que declara ser inconstitucional. No dia 19, vem o Ministro da Defesa e defende o uso das Forças Armadas na Segurança interna, mesmo que a lei deva ser mudada para isso. O momento de grande controvérsia de toda a cobertura ocorreu no dia 24, com o depoimento do

Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Jornal Nacional fez a construção de uma incoerência e de uma ironia propositais, de modo a reduzir a credibilidade da fala de Gilmar Mendes, ao mostrar um “sobe som” dele dizendo a frase: “uma questão de direitos humanos” e, depois do texto *off*, ele declara seu posicionamento que o Exército tem aptidão para atuar na Segurança Pública e que isso é absolutamente legal, desde que devidamente regrado.

As matérias do Jornal Nacional mostram explicitamente que o Exército descumpriu a determinação da Justiça Federal de saída do Morro, enfatizadas por palavras como “militares continuam no Morro”, “Exército não cumpriu integralmente”, “hoje flagramos soldados” na favela, “havia soldados fora do local determinado”.

Quanto à inabilidade ou a ilegalidade do Exército na Segurança Pública, o Jornal da Cultura enfatizou que os militares agiram contra a lei ao deter os jovens, já que não compete ao Exército fazer a Segurança Pública. No dia 18, o Jornal da Cultura reforçou por várias vezes que a Justiça Federal determinou a saída imediata do Exército. E, no dia 19, o Jornal da Cultura mostrou que o Exército, apesar de não ter recebido oficialmente a determinação da Justiça, se antecipou, reduzindo o contingente e selecionando soldados mais pacíficos para atuar no local das obras. Apenas no dia 21 é que o Jornal da Cultura indica que “o Exército descumpra ordem judicial”. Neste ponto temos o Jornal da Cultura com um caráter mais informativo e o Jornal Nacional parece ter adotado uma postura de ser mais investigativo.

Ambos os telejornais – Jornal Nacional e Jornal da Cultura – noticiaram que o Exército se retirou do Morro após o embargo pela Justiça Eleitoral no dia 24. Contudo, ambos os telejornais noticiaram que a o Ministro da Defesa foi quem decidiu pela saída do Exército e não que eles estavam se retirando por conta de uma determinação judicial. Podemos também inferir dois aspectos desse enquadramento com essas coberturas: algumas vezes, o Exército é superior à decisão da Justiça, pois ele descumpra o que lhe foi determinado e nada é feito para contê-lo; e, a grande força que tem a Justiça Eleitoral por conta de problemas eleitorais, em detrimento à Justiça Federal que foi contestada e ainda cabiam recursos.

Resumidamente, temos aqui o enquadramento de violação em que o Exército tem atitudes que ameaçam os direitos à cidadania, principalmente por que eles não tem a habilidade do trato de civis e, portanto, suas atitudes devem ser reguladas. Segundo Neves (2008, p. 324) “a atividade policial é pouco passível de coordenação por regras preestabelecidas”. Semelhantemente pode-se afirmar que há também o enfoque de que os militares não são propensos a seguir as leis e as determinações judiciais e que suas ações são decididas internamente e não por influências da Justiça, por exemplo.

Enquadramento de humanização ou humanitário

Em questões de conflitos envolvendo a morte de pessoas, percebemos que os dois telejornais tendem a defender os interesses dos parentes das vítimas, mostrando seu sofrimento, sua indignação e pedidos de justiça, juntamente com a cobrança por uma solução ao caso (*accountability*). O Governo parece que aproveitou-se do caso para criar um ar “humanitário”.

Como exemplo do enquadramento de humanização, o Jornal Nacional mostrou no dia 16, além do verbal, cenas de muitas pessoas acompanhando o enterro com pessoas que alisavam um caixão e, nos dias 20 e 21, a missa de sétimo dia dos jovens. É revelado pelo telejornal que o caso provocou uma grande comoção à comunidade local, informando que “mais de mil pessoas acompanharam o enterro” e que prestaram uma “homenagem” aos jovens.

Um outro aspecto de enquadramento de humanização, mostrado pelo Jornal Nacional, está presente nas sonoras dos parentes das vítimas que indicavam o desespero dos familiares por causa da falta que sentiam dos jovens, alegando a sua inocência. Além da entonação de choro e desespero dessas pessoas, o telejornal ainda mostrou momentos cênicos, como: a saída encenada de mulheres com os braços dados da base militar ou ainda a mãe que jogava fotos do filho no chão uma a uma e gritava clamando a inocência dele.

O Jornal da Cultura adotou uma abordagem muito semelhante ao mostrar que o caso provocou uma grande comoção à comunidade local e exibiu cenas parecidas nos dias 16, 20 e 21, com palavras como “homenagem”, “em memória”, “familiares receberam a solidariedade de amigos”. O Jornal da Cultura não mostrou momentos de desespero da família, apenas um caso onde a avó de um dos rapazes passou mal e desmaiou. Ou seja, neste aspecto o Jornal da Cultura foi mais informativo e o Jornal Nacional mais dramático.

Com a defesa das famílias das vítimas pelo telejornalismo, o Governo se posicionou favorável a indenizá-las e a ajudá-las. Um forte exemplo disso foi a subida do Ministro da Defesa no Morro da Providência. Está implícito que, com esta atitude, o Governo quis salientar a sua preocupação humanitária, ou seja, um enquadramento de humanização criado pela própria instituição governamental e transportado em enquadramento noticioso telejornalístico. Da mesma forma, o Exército tinha a consciência que a subida do Ministro da Defesa em plena favela dominada por traficantes atenderia aos critérios de noticiabilidade, minimizaria a posição desvantajosa da imagem do Exército e, ao mesmo tempo, seria visto

como uma ação positiva pelo Governo ao mostrar sua preocupação com a população favelada. Assim, o telejornalismo aceitou o enquadramento de humanização produzido pelo Governo (e pelo Exército). E, ao reproduzir a subida de um Ministro no Morro, confirmou a gravidade e importância ao caso.

O Jornal Nacional enfatizou a oficialidade do caso ao noticiar as desculpas do Governo com palavras como: “desculpas oficialmente” e “pedido formal de desculpas”; e, ao mesmo tempo, apresentar o desejo de que o caso não fique impune pela tia de um dos jovens assassinados. Já o Jornal da Cultura apresentou o pronunciamento do Ministro em um pequeno palco montado ao lado de um militar e da mãe de um dos jovens. Na realidade, a Globo apesar de se declarar “oficial” mostrou uma sonora com o Ministro e cobrou uma punição dos envolvidos. Por outro lado, a Cultura exibiu o momento “oficial” e encenado do Ministro pedindo desculpas em um palanque, cumprimentando a mãe, seguido de aplausos dos moradores.

Após a reportagem sobre a ida ao Morro da Providência pelo Ministro, ambos os telejornais mostraram que o Presidente Lula se pronunciou sobre o caso de modo a defender a indenização das famílias – reforçando o enquadramento de humanização. O Jornal Nacional mostrou que o Governo está acompanhando o caso e pretende atender aos pedidos de tratamento psicológico e de segurança. Já o Jornal da Cultura focalizou apenas os pedidos dos familiares por apoio governamental e não noticia o lado governamental, ou seja, não informou se os pedidos foram concedidos ou não. Ou seja, podemos dizer que o Jornal Nacional se baseou nas ações governamentais e o Jornal da Cultura nos anseios dos parentes das vítimas, mas ambos explicitaram o caráter humanizador.

Um outro aspecto do enquadramento humanitário é a cobertura das manifestações sociais e os protestos feitos pelos moradores e operários, deixando claro seu descontentamento contra a presença do Exército. O Jornal Nacional e o Jornal da Cultura exibiram uma montagem idêntica. Fica claro que utilizaram as mesmas imagens e a mesma sequência. É curioso pensar que, com a venda-e-compra de imagens, a montagem foi muito semelhante, embora sejam telejornais diferentes, com perfis editoriais diferentes. A emissora que comprou as imagens – provavelmente a TV Cultura – poderia, por exemplo, ter editado a reportagem para se aproximar com interesses editoriais e não apenas re-exibir a sequência de imagens na mesma ordem, com apenas alguns cortes.

Além de atos violentos mostrados pelo Jornal Nacional, moradores gritavam “fora” e clamavam por “justiça”. Já o Jornal da Cultura, com o mesmo grupo de pessoas gritavam “assassinos”. Aqui há uma nítida evidência de diferença de cobertura jornalística,

provavelmente porque a Globo deve ter um cuidado maior ao declarar os militares como “assassinos” e a Cultura, como mostrado na escalada do dia 30, chega a deixar isso implícito.

Os telejornais também colocaram sonoras de moradores do Morro para realçar a idéia de que eles também se preocupam com a cidadania de pessoas pobres. No Jornal Nacional todas as sonoras foram feitas de modo a preservar a identidade dos entrevistados, desfocalizando ou filmando apenas a silhueta da pessoa. Tal postura de enquadramento pode ser um reflexo da realidade vivida por esses moradores que convivem com o tráfico e, portanto, preferem permanecer no anonimato. O Jornal da Cultura teve uma postura semelhante, exceto em um caso, no dia 19, que mostrou a sonora de um morador sem os recursos de proteção de sigilo da fonte.

Resumidamente, ambos os telejornais enquadraram os fatos de modo humanitário mostrando que: o caso promoveu uma grande comoção da comunidade local; humanizou os familiares das vítimas, deu voz a eles, destacando seu sofrimento e a injustiça ocorrida – sendo o JN mais dramático, relatando sobre as ações governamentais e o JC mais informativo, focalizando os pedidos das famílias; as mobilizações sociais e os protestos ocorreram por conta da indignação popular com relação à presença do Exército – JN pessoas gritavam “fora” e JC “assassinos”; por fim, os moradores do Morro foram ouvidos por ambos os telejornais para expressar suas opiniões e não apenas por meio de protestos e manifestações.

Enquadramento de particularização ou individualização da culpa

Um enquadramento muito comum presente no telejornalismo brasileiro é a “busca por um culpado”. As reportagens parecem ter seguido tais enquadramentos, ao criar situações de particularização ou individualização das responsabilidades. Houve duas grandes particularizações: a dos militares acusados – e não a instituição do Exército; e a do tenente Vinicius Guidetti – e não dos onze militares envolvidos. Ou seja, a primeira narrativa foi de garantir o distanciamento do Exército com relação aos militares envolvidos e, em seguida, de separar os militares envolvidos do comandante da operação. Assim, a culpabilidade recaiu em grande parte no tenente e, por outro lado, a responsabilidade do Exército praticamente foi atenuada.

O Jornal Nacional, nos primeiros dias de cobertura, mostrou um enquadramento construído de modo a separar o comportamento dos militares envolvidos com o do Exército. No dia 16, é noticiado que, segundo o Exército, a conduta dos militares não tem justificativa e

é repudiada pela instituição. No dias seguintes, o Ministro da Defesa e o Presidente da República deram declarações a fim de promover um enquadramento de individualização da culpa para os militares acusados, de modo a salvaguardar a instituição do Exército e o Projeto Cimento Social.

Por outro lado, o telejornal também mostrou no dia 19 um outro caso que soldados do Exército cometeram irregularidades, indicando que este não é um acontecimento isolado. Não podemos dizer se esta construção é contrária ao enquadramento de particularização das responsabilidades, atribuindo uma culpa ao Exército ou se é mais uma narrativa que corrobora o enquadramento de violação, como se o Exército estivesse acima da lei.

O Jornal da Cultura não deu muita ênfase neste enquadramento, mas mostrou duas visões distintas que causam a particularização das responsabilidades: a do Ministro da Defesa dizendo que “foi um desvio de conduta” e a do Governador Sérgio Cabral que chamou de “marginais os militares do Exército envolvidos”. Apesar da opinião distinta, em ambos os casos, a instituição Exército não é acusada, pois a culpabilidade é atribuída aos militares envolvidos.

Não apenas as atitudes dos militares foram separadas da instituição do Exército, como também a responsabilidade depositada no tenente Vinicius Guidetti, que comandava a tropa. O Jornal Nacional construiu tal enquadramento de diversas maneiras: indicando que o tenente era quem comandava a guarnição, o delegado queria saber qual a participação de cada um, um soldado dizendo que ficou assustado com os traficantes e, a mais emblemática, o tenente é o único dos militares envolvidos que teve sua foto divulgada pelo telejornal. Inclusive, a foto mostrada algumas vezes durante a cobertura pela Globo carrega certa ironia entre o momento em que foi tirada a foto com a tragédia ocorrida nesta ação militar, pois o tenente está sem camisa, na beira de uma piscina e com o polegar levantado. Por outro lado, o Jornal da Cultura apenas noticiou que: o tenente comandava os militares e que havia sido pedido a quebra do sigilo telefônico do tenente. Ou seja, o Jornal da Cultura foi mais sutil ao culpar o tenente Guidetti, enquanto que o Jornal Nacional parece tê-lo tido como o principal culpado.

Aqui há um enquadramento de individualização das responsabilidades que protege a imagem da instituição do Exército ao fazer a distinção da conduta de alguns militares. Além disso, há uma particularização da culpabilidade atribuída ao tenente Vinicius, exclusivamente, o enquadramento focaliza a condenação de apenas um indivíduo. Durante a cobertura é prometida uma punição exemplar aos militares de modo a representar uma resposta à população que se encontra indignada.

De modo geral, a Rede Globo pareceu um pouco contida ao lidar com questões militares, pois se limitou ao factual, usou palavras mais brandas e pretendeu reforçar o enquadramento de particularização da culpabilidade em apenas um tenente do Exército e não em toda a instituição. Por outro lado, o jornalismo da TV Cultura, na cobertura deste enquadramento envolvendo militares, foi um pouco mais enérgico e chegou a suspeitar, no dia 30, que os próprios militares pudessem ter matado os jovens.

Enquadramento de negligência

À mídia se atribui o papel de fiscalizar o poder público e seus órgãos (*accountability*). Algumas vezes ela faz denúncias do mau funcionamento dos dispositivos do Estado, por exemplo da polícia e do Exército. Aqui há um declarado enquadramento de negligência dessas instituições. Tanto o Jornal Nacional como o Jornal da Cultura enfatizaram que os militares estão presos, mas os bandidos que assassinaram os jovens continuam em liberdade.

Ao mesmo tempo em que o Jornal Nacional informou, em vários momentos durante o período de análise, que onze militares envolvidos estão presos (na edição dos dias 16, 17, 18, 19, 24 e 30), o telejornal ressaltou a “liberdade” dos bandidos que assassinaram os jovens nas edições 18, 19, 27 e 30. Algumas das expressões presentes no Jornal Nacional sobre a não-prisão dos traficantes foram: “*nenhum bandido da favela foi localizado*”, “*traficantes que assassinaram covardemente ainda estão em liberdade*”, “*os soldados acusados de entregar três jovens a traficantes foram indiciados pela polícia, mas, no Morro onde os rapazes foram assassinados, ninguém foi preso*”, “*Passados 13 dias do crime, nenhum dos traficantes suspeitos de torturar e matar os jovens foi preso*” e “*Os militares estão presos. Os traficantes que assassinaram os jovens ainda não*”.

Fica clara a intenção de cobrança por parte da mídia para que os traficantes sejam punidos, ou melhor, ela indica que há um enquadramento de negligência. No dia 18, o Jornal Nacional mostrou a existência de um relatório que “*revela que o tráfico na região conta com 100 homens e lista os nomes e os endereços dos traficantes, a maioria ainda em liberdade*” e visualmente foi reforçada a existência de tal documento com alguns trechos destacados: “*envolvidos com o tráfico. 100 (cem). elementos*”. E tal enquadramento de negligência se acentua ao relatar uma relação amistosa entre militares e traficantes na mesma edição do dia 18 ao revelar que “*o tenente Vinícius disse para um dos bandidos: ‘Eu trouxe um presentinho*

para vocês’. Segundo o soldado, os rapazes imploraram, dizendo: ‘Pelo amor de Deus, eles vão nos matar’. Ainda de acordo com o depoimento, depois de deixar os jovens, o tenente Vinícius estendeu a mão a um dos traficantes e disse: ‘Valeu’”.

É preciso ressaltar que as imagens mostradas pelo Jornal Nacional, durante o período de análise, salienta visualmente que o Exército possui uma grande força bélica, com militares com armas de fogo nas mãos e que tem muitos veículos militares. Tal idéia está presente verbalmente na edição do dia 16 ao indicar que *“um grande comboio do Exército cruzou as ruas da cidade. O destino era o Morro da Providência no Centro, que vive um clima tenso desde o fim de semana”*.

O Jornal da Cultura, por sua vez, também noticiou a prisão dos soldados acusados nos dias 16, 18, 19, 24, 25 e 30. E, com menor ênfase, que os traficantes estão em liberdade, como mostra a reportagem do dia 20: *“Os autores da chacina ainda não foram presos”*. Nas reportagens dos dias 17, 18, 19, 20 e 21, o telejornal mostrou que havia uma relação próxima entre militares envolvidos e os traficantes.

No dia 24, o Jornal da Cultura informou que, *“segundo a polícia, os traficantes que mataram os três rapazes já foram identificados”*. Aqui fica claro o enquadramento de negligência da não prisão dos traficantes, já que eles não haviam sido presos até então. O que levou ao telejornal da Cultura, no dia 30, suspeitar da própria atuação militar ao dizer: *“Até agora a polícia não encontrou os traficantes que teriam torturado e assassinado os jovens, o que levanta suspeita que os militares podem ter uma atuação além de entregar os jovens para bandidos”*. É o único momento em toda a cobertura que se cogita a possibilidade de os militares serem os assassinos.

Enquadramento oficial (baseado em documentos ou em instituições do Estado)

O Jornal Nacional manteve uma posição da versão oficial do caso, baseando-se em documentos e depoimentos. Os videografismos provenientes dos trechos destacados pelo telejornal demonstram mais claramente tal enquadramento oficial. Ao mostrar os documentos, o Jornal Nacional faz do telespectador uma testemunha. Compartilha as provas com ele para que ele possa verificar que essas coisas aconteceram. Este é um recurso usado como uma suposta imparcialidade do telejornal, para reforçar a idéia de que ele está falando “baseado em documentos”.

O telejornal faz, também, uma série de auto-promoção por conta de ter esses documentos, como: “*O Jornal Nacional obteve os depoimentos deles*”; “*O Jornal Nacional teve acesso aos depoimentos de três militares presos*”; “*O Jornal Nacional teve acesso aos laudos dos exames dos corpos dos três rapazes assassinados*”; “*Ontem, o Jornal Nacional mostrou relatório confidencial do Exército em que o assessor do senador Marcelo Crivella*”; “*Um documento oficial da Justiça Militar obtido pelo Jornal Nacional mostra que*” e “*o relatório da inteligência a que o Jornal Nacional teve acesso não deixa dúvidas de que houve a participação*”.

O que não é divulgado é a forma como o Jornal Nacional teve acesso aos documentos, alguns deles sigilosos e de circulação interna. O telejornal sugere que são documentos públicos ou de livre acesso à imprensa. Não é dito que o Jornal Nacional pode ter conseguido uma cópia de documentos e relatórios por meios não oficiais.

Enquadramento de irregularidade (do projeto de Crivella)

A imprensa não economizou ao declarar as irregularidades do projeto Cimento Social de Marcelo Crivella e associá-lo, principalmente, a um uso eleitoral da máquina pública em favor de sua pré-candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro. Aqui, ambos os telejornais analisados, diz explicitamente que se tratava de um esquema político que beneficiaria Crivella. O Jornal Nacional, além disso, incluiu outros envolvimento, como sua relação com os traficantes.

O Jornal Nacional mostrou várias narrativas ligadas às ilegalidades de Crivella. Primeiramente no dia 17, fazendo uma ligação dele ao projeto Cimento Social ao uso eleitoral indevido, um parlamentar de oposição pedindo mais explicações sobre o projeto e o Vice-Presidente da República, do mesmo partido de Crivella, declarando sua isenção neste caso. No dia 19, foi noticiada a discordância de alguns moradores na área escolhida para as obras, que afirmam ter sido escolhida aquelas casas porque elas dão mais visibilidade eleitoral ao Projeto Cimento Social.

No dia 24, o Jornal Nacional noticiou a decisão de paralisação das obras pela Justiça Eleitoral por conta: da distribuição de folhetos que ligavam o Projeto Cimento Social e o senador Marcelo Crivella, pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro; e de que o convênio foi assinado ilegalmente com o Exército, em pleno ano eleitoral. Nesta edição, teve também a

narrativa de que o projeto não chegou a ser votado no Congresso, o que traz uma carga ainda maior de ilegitimidade.

Nos dias 18 e 19, o Jornal Nacional fez também uma ligação entre Crivella e os traficantes do Morro da Providência. O telejornal afirma que assessores de Crivella teriam feito um acordo com os traficantes para garantir que as obras fossem realizadas no Morro. Aqui o Jornal Nacional não faz uma abordagem politico-eleitoral, mas sim de que assessores de Crivella pediram “licença” ou “autorização” para os traficantes do Morro, possivelmente uma tentativa de vincular a imagem de Crivella com traficantes. O Jornal Nacional mostrou no *enquadramento de irregularidade* a total ausência do Estado na favela, que é dominada por traficantes, onde até um senador teve que pedir permissão aos bandidos para fazer um projeto social.

Por sua vez, o Jornal da Cultura não economizou palavras e adjetivos ao dizer, no dia 17, que o Projeto Cimento Social é suspeito de fazer parte de um esquema político pela disputa eleitoral da prefeitura do Rio de Janeiro. No dia 24 foi noticiado que as obras foram embargadas pela Justiça Eleitoral, que recebeu uma denúncia de uso eleitoral da máquina pública, afirmando que não pode haver obra social nova em ano eleitoral. Isso porque, a iniciativa beneficiaria Marcelo Crivella, autor do projeto e pré-candidato à prefeitura da cidade. Os desdobramentos reforçando a noção de que o projeto é considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça foi repetido nos dias 25 e 26 de Junho.

Resumindo, os dois telejornais enquadraram o Projeto Cimento Social de Crivella como sendo irregular, já que não foi votado e utilizou as Forças Armadas de modo ilegal, e também que o projeto está sendo realizado com fins eleitorais, seja pela visibilidade de sua ação ou pela propaganda política antecipada intencional. Ou seja, ambos os telejornais defendem que a pré-candidatura de Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio estaria sendo favorecida.

Aqui houve uma clara diferença de sentido da cobertura, apesar de ambos os telejornais apresentarem o mesmo enquadramento. Enquanto o Jornal da Cultura foi mais factual ao revelar as irregularidades políticas, o Jornal Nacional foi também investigativo e fez acusações que atingem diretamente a imagem do pré-candidato que é ligado à outra emissora comercial-privada, a Rede Record de Televisão. Acreditamos que o Jornal Nacional parte para um ataque mais pessoal, principalmente por conta da disputa da rivalidade histórica com a TV Record.

Alguns pontos, que extrapolam os dados coletados, precisam ser destacados antes de terminarmos essa análise: (1) a natureza dessas emissoras: pública e privada; (2) a sede dessas emissoras: uma em São Paulo e a outra no Rio; (3) a rivalidade entre a Globo e a Record.

A grande diferença entre as emissoras analisadas é a sua natureza: enquanto uma é comercial, a outra é público-educativa. Durante as reportagens percebemos uma preocupação maior da Rede Globo em representar e, assim, criar uma identificação da audiência com os moradores da favela, seja por ressaltar o sofrimento das famílias das vítimas, seja por defender os interesses da população pobre. Sabemos que grande faixa de audiência, atualmente, se encontra em classes trabalhadoras.

Já a TV Cultura, que prega sua autonomia editorial, passou a ser mais factual e se limitou na cobertura do caso. A TV Cultura, embora se auto-intitule “pública”, não levantou questões básicas de cidadania e nem provocou uma reflexão ouvindo especialistas sobre a situação da violência e do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro ou do autoritarismo e abuso de poder que ocorre no Brasil. A Rede Globo – por ser uma emissora de sinal aberto, ou seja, “pública” e “regulada” – também deveria ter lançado luz sobre estas questões, contudo a TV Cultura – que diz não tem o enfoque mercadológico – deveria ser a primeira a dar o exemplo⁴⁸.

O padrão de qualidade da televisão comercial está muito presente na televisão pública. Por gozar de uma “liberdade” editorial, o jornalismo público poderia ter criado momentos de ironia ou de contrastes, como: corte brusco durante alguma sonora, usar imagem de preenchimento de uma pessoa fazendo alguma expressão facial (careta) ou ainda uma alteração na composição ou estética, dependendo do cenário ou locação. O curioso é que quem mais se utilizou desses recursos audiovisuais foi o Jornal Nacional, principalmente na questão sonora. Durante a cobertura, observamos pausas na locução que permitia ao ouvinte perceber o som ao fundo⁴⁹: sons de tiros, de uma canção católica ou ainda de pássaros cantando – cena do dia 19 em que mostrava um traficante armado andando tranquilamente pelo morro.

⁴⁸ Um bom exemplo da diferença de cobertura foi a manifestação dos moradores em frente ao Palácio Duque de Caixias. Enquanto o Jornal Nacional mostrou cenas fechadas de manifestantes, o Jornal da Cultura mostrou uma câmera aberta. A sensação é completamente diferente: de ampliação e de redução do protesto. O Jornal Nacional ampliou o caso ao utilizar de cenas fechadas e, por outro lado, o Jornal da Cultura reduziu o caso ao mostrar que eram poucas pessoas que estavam se manifestando.

⁴⁹ Devemos ressaltar que os sons foram intencionalmente colocados no momento da edição. No momento de organização do *off* da reportagem, eles poderiam ter sido omitidos. Diferentemente se eles tivessem ocorrido durante uma sonora – por exemplo, percebemos sons de buzinas durante algumas falas.

Sabemos, porém, que as emissoras públicas no Brasil não possuem verbas suficientes para um bom funcionamento e seus recursos são muito menores se comparados aos das emissoras comerciais. E, como este caso ocorreu no Rio de Janeiro e a TV Cultura tem sede em São Paulo, podemos imaginar que a cobertura jornalística teria sido um pouco diferente se o caso tivesse ocorrido em São Paulo. Um exemplo disso é a utilização de uma reportagem produzida pela TV Brasil, que foi incorporada no Jornal da Cultura no dia 19 – algumas imagens foram reaproveitadas na edição do dia 20. Por um lado tal postura é positiva, pois mostra uma troca de informações entre as emissoras público-educativas; por outro é negativa, pois limita o enquadramento que a TV Cultura poderia dar, ao invés de apenas reproduz o enquadramento da TV Brasil – considerada como uma porta-voz do Governo.

Destacamos também o uso de “câmera lenta” de imagens durante as reportagens do Jornal da Cultura. O uso deste recurso audiovisual é um nítido indicativo de que a TV Cultura carecia de imagens de preenchimento, sendo o uso de “câmera lenta” uma alternativa para o problema. A “câmera lenta” é uma prática rara no telejornalismo comercial. Os videografismos são mais utilizados para a falta de imagens. O Jornal Nacional utilizou em vários momentos e em diversas maneiras o recurso gráfico para cobrir os “buracos” na reportagem. Contudo, de um modo geral, não há um limite claro e definido entre o telejornalismo público e o telejornalismo comercial no Brasil.

Se por um lado, a TV Cultura tem sede em São Paulo e com grandes dificuldades de cobertura de um caso na cidade do Rio de Janeiro. Por outro, a sede da Rede Globo fica no Rio de Janeiro e é a emissora que mais recebe verbas do mercado publicitário brasileiro. Isso é um indicador do motivo de, às vezes, a emissora ter tido condições melhores de dar ao caso uma amplitude maior. Podemos inferir também que a Rede Globo tratou este caso com um interesse duplo: por ser um caso ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e pelo fato de um dos envolvidos – o senador e bispo Marcelo Crivella – ser associado com a TV Record, emissora rival⁵⁰. Assim, acreditamos que a Rede Globo está em posição vantajosa neste caso, pois tem uma proximidade com o contexto do acontecimento e conta com grande parte do seus recursos jornalísticos no Rio de Janeiro. Além disso, a Rede Globo ganha maior audiência ao dar visibilidade para as comunidades pobres, mostrando assim uma proximidade das comunidades locais.

⁵⁰ Apesar de muitos pesquisadores revelarem que a perda de audiência da televisão está ligada ao uso da Internet e da TV por assinatura, a audiência da TV Record cresceu durante os meses das reportagens. Isso indica que esta emissora tem conquistado a audiência – ao que tudo indica, daquela que pertencia à Rede Globo.

Ao dar publicidade para questões comunitárias, a Rede Globo contempla os moradores daquela região e de outros moradores que se sentem representados ao ver os interesses de uma comunidade serem defendidos. Neste caso do Morro da Providência, provavelmente o Jornal Nacional teve um grande prestígio com os moradores das favelas, não apenas do Morro da Providência. Um pensamento de um favelado pode ser de que a Rede Globo defendeu um de seus iguais ao veicular tal episódio, mostrando os protestos e cobrando soluções do Governo. E, assim, este morador de classe pobre se identifica com o caso e reforça sua afinidade com o Jornal Nacional, pois se sente representado. Com a migração das classes de maior renda de cidades de grande porte para a televisão por assinatura, as camadas pobres são as mais visadas, mercadologicamente, pelas emissoras comerciais. E é justamente esta população pobre que tem migrado para a emissora rival da Rede Globo, a Rede Record.

Além de tentar reconquistar a audiência, a Rede Globo pode ter um interesse específico neste caso do Morro da Providência, pois há uma ligação direta com a disputa eleitoral da prefeitura do Rio de Janeiro, já que o projeto Cimento Social era de autoria do senador carioca Marcelo Crivella. Este poderia ser o principal motivo para a Rede Globo cobrir este episódio de modo mais extenso, mostrando as injustiças, os abusos e violações, em reportagens extensas no Jornal Nacional, pois tentava um enfraquecimento da pré-candidatura de Crivella e, ao mesmo tempo, conquistar audiência.

Caso não houvesse um grande interesse da mídia – principalmente da Rede Globo – em reportar este caso da morte dos três jovens, o episódio poderia ter permanecido restrito à comunidade da favela e receber cobertura limitada – como em muitos casos de morte na favela que não chegam a ser noticiados. Assim, as contradições entre dois grupos poderosos – Rede Globo e Rede Record – criam as condições para o surgimento de denúncias e evidências de atos ilícitos. Os interesses corporativos em confronto favorecem o trabalho jornalístico. Embora as questões de cidadania, direitos e justiça acabem sendo um álibi, são beneficiados pela rivalidade das grandes corporações de mídia.

Em casos semelhantes a esse fica nítida a contribuição do jornalismo – principalmente o telejornal que é gratuito – para fiscalizar, dar transparência e exigir uma prestação de contas (*accountability*) daquilo que é de responsabilidade do Estado e promover o cumprimento da cidadania por meio das reportagens. Destacamos aqui um trabalho similar de Neves e Maia (2008), que teoriza:

A construção da denúncia pelos meios de comunicação corresponde, em linhas gerais, ao que Habermas chama de “transporte da situação problema” para a esfera pública: parte de uma experiência de caráter inicialmente não-público, local e indistinto, adquire visibilidade ampla e interesse geral,

demandando interpretação pública. Com uma peculiaridade: esse transporte forçou os atores políticos e sociais a deliberarem sobre o problema da sistemática ineficácia dos mecanismos rotineiros, legais e administrativos para apurar os abusos do poder. Os agentes da mídia procuram, através da enunciação pública, fazer com que governantes e autoridades públicas acionem mecanismos de prestação de contas que, por sua vez, desencadeiam processos de busca generalizada de explicações por parte de servidores públicos (NEVES e MAIA, 2008, p. 323).

Ressaltamos que ainda falta muito para a realização de um telejornalismo cidadão, de fato, que eduque e se comprometa com o bem-estar de seus telespectadores. O telejornal brasileiro parece dar atenção a questões de cidadania apenas quando há escândalos mediáticos ou alguns eventos esporádicos ligados ao tema. Caso contrário, não se observa questões de cidadania no telejornalismo brasileiro.

Se não há espaços para a cidadania na telinha, as emissoras público-educativas deveriam ser as primeiras a levantar a bandeira para tratar sobre assuntos como esses. Pelo que constatamos, nem mesmo quando há escândalos, as emissoras público-educativas aproveitam para veicularem notícias tangenciais ao caso, a fim de promover uma educação cidadã. Podemos praticamente dizer que o telejornalismo público no Brasil se assemelha muito ao telejornalismo comercial. Não há grandes diferenças na cobertura dos eventos mediáticos entre emissoras de caráter distinto. Há, no entanto, uma homogeneização da cobertura jornalística.

5 Considerações Finais

Não há dúvida de que, no noticiário televisivo, muitos elementos do contexto sócio-histórico dos eventos ficam em segundo plano, e as forças que colocaram em pauta questões-chave da agenda política não são dadas a ver. Diversos desdobramentos dos fatos no ambiente político, após o “calor da hora”, deixam de fazer parte da agenda da mídia. As informações apresentadas podem ser insuficientes para que os telespectadores possam desenvolver uma compreensão mais ampla sobre os problemas e, conseqüentemente, aprender a criticar com as notícias veiculadas pela televisão (MAIA, 2004, p. 553-554, grifo no original)

O caso da morte de três jovens no Morro da Providência é um dos assuntos que marcaram a cobertura jornalística no ano de 2008. A mídia exerceu uma grande influência na manutenção deste assunto em pauta e a visibilidade do episódio representou uma pressão sobre o Estado para que houvesse uma resposta urgente. É interessante pensar que o Exército atuou no Morro da Providência entre dezembro de 2007 e junho de 2008, fazendo o papel de polícia e nada foi divulgado. Foi necessária a morte de três jovens para que o caso viesse à tona para que a questão fosse debatida. Além disso, o caso também serviu para a discussão do emprego e das competências das Forças Armadas na segurança interna do país. O documento oficial (VER ANEXO A) mostra que os moradores acusavam o Exército de ter comportamentos irregulares como:

ameaça e intimidação de moradores, agressão com gás de pimenta, revistas em pessoas e casas sem nenhum pretexto ou motivo aparente, decretação de toque de recolher a que estavam submetidos os moradores, alterações com moradores, ações realizadas sob influência de álcool, assédio a moças (RELATÓRIO MORRO DA PROVIDÊNCIA, 2008).

A participação dos militares na morte dos jovens é apenas uma parte da história. Na verdade, o estopim foi a presença do Exército no Morro. A mídia raramente noticia os abusos cometidos pelos soldados. Quando há uma ocorrência desta natureza é feita de maneira indireta. Por exemplo, o Jornal da Cultura mostrou algumas sonoras com moradores, informando que o Exército impôs um toque de recolher – na edição do dia 17 – e que os novos soldados eram mais tranquilos e não ficavam apontando armas no meio do beco – na edição do dia 19. O único momento em que Jornal Nacional deu voz para uma moradora ocorreu na edição do dia 19 e ela apenas denunciava a área escolhida para o Projeto Cimento Social, ou seja, os moradores reclamavam que deveriam privilegiar a Pedra Lisa e não a “Laje” – enfoque eleitoral não abordado pela TV Cultura. Todas as outras sonoras de moradores locais, em ambos telejornais, eram das famílias das vítimas.

De posse de um relatório oficial, observamos que nenhum dos telejornais mostrou como ocorreu a reconstituição do caso: desde a abordagem na saída do táxi, da suspeita de uma arma em poder de uma das vítimas – que era apenas um celular –, dos abusos ao render os jovens, da busca por uma “vingança”, etc (VER ANEXO B).

Os três jovens retornavam de um baile funk, de táxi, quando foram abordados no desembarque pelos militares sob suspeita de portarem armas. Foi verificado o equívoco da suspeita. Contudo, foram conduzidos violentamente, com coronhadas na costela e socos. Havia entre eles um quarto jovem, adolescente, também detido, que foi arrastado pela camisa por uma moradora do Morro da Providência até sua casa, ali perto, salvando-o da morte. Ela contou na audiência que gritava aos prantos que nada fizessem com os jovens. Detidos por crime de desacato, foram levados ao Quartel do Exército na Praça Santo Cristo (próximo ao Comando Militar do Leste), lá recebendo a ordem de soltura. As mães dos jovens disseram que ficaram na entrada da base do quartel e viram seus filhos, machucados, sentados na calçada. Uma das mães relatou que um militar lhe disse que os rapazes seriam soltos. Contudo, o que aconteceu é que ficaram detidos e depois foram encontrados mortos no lixão, tendo chegado a informação que tinham sido mortos por traficantes do Morro da Mineira, vinculados a uma facção inimiga (ADA – Amigo dos Amigos) da que atua no Morro da Providência (CV – Comando Vermelho). (RELATÓRIO DO CDDPH, 2008)

Essas informações não estiveram presentes nos telejornais analisados⁵¹. Da mesma forma, a ocorrência desses acontecimentos em outros meios de comunicação também parece não ter ocorrido. A inclusão desses eventos poderia trazer à cobertura jornalística um enquadramento de violação e de humanização ainda mais evidente. Apesar de a televisão ser tachada como sensacionalista, é curioso notar que esses fatos não foram divulgados, pois revelariam os abusos cometidos pelo Exército contra uma população que é desfavorecida.

O acesso a esses documentos e relatórios só foi possível nesta pesquisa por meio da Internet⁵². Atualmente, este é o meio pelo qual uma grande parcela da sociedade busca se informar e obter informações. No caso do Morro da Providência, não mensuramos qual foi o impacto dado pela cobertura jornalística: impressa, on-line ou televisiva. Contudo, sabemos que 79% da população não acessam com frequência a Internet no Brasil (IBGE, 2005)⁵³, que o jornalismo impresso atinge uma parcela da população e não é gratuito, enquanto que o telejornalismo está disponível para qualquer televisor presente em mais de 92% dos lares

⁵¹ Apesar de os relatórios terem sido entregues em agosto de 2008, consideramos que os jornalistas têm um relacionamento amigável entre os governantes que estiveram no local. Assim, julgamos que os jornalistas provavelmente sabiam sobre as informações contidas nestes documentos.

⁵² Apesar de os relatórios estarem disponíveis na Internet, a obtenção desses relatórios – que são públicos – foi muito difícil e praticamente impossível de localizá-los na Web. Eles só foram encontrados, pois sabíamos sobre a existência desses relatórios e os nomes das comissões.

⁵³ Dados de pesquisa feita com pessoas acima de 10 anos, considerando o uso da Internet no período de referência dos últimos três meses, mostra que apenas 21% dos brasileiros usam a internet.

brasileiros. Assim, podemos afirmar que a insistência do telejornalismo na cobertura desse fato, principalmente os desdobramentos no Jornal Nacional, foi extremamente importante para o seu desenrolar.

Pensando no alcance do meio de comunicação, é possível também supor que os enquadramentos noticiosos televisivos têm um impacto e uma força maior do que os enquadramentos presentes na mídia impressa ou no meio eletrônico. Ao comparar com os enquadramentos tradicionais, destacamos a presença da edição e montagem da imagem. Enquanto no jornalismo impresso os enquadramentos noticiosos se dão por um texto verbal e algumas imagens que resumem ou que trazem uma nova informação ao que está sendo veiculado, na televisão a seqüência das imagens dá uma impressão de veracidade e de confiabilidade muito maior do que apenas uma foto fixa.

A característica peculiar do enquadramento noticioso televisivo é a possibilidade de construir uma narrativa. Um fato pode ser contado a partir do olhar da autoridade, da vítima, da testemunha ou de qualquer outro personagem que está na narrativa. O telejornalismo também pode ampliar as possibilidades de enquadramento ao criar uma seqüência para um determinado fato. Isso porque, as narrativas televisivas são ampliadas pelos recursos verbal, visual e sonoro que se complementam. Por exemplo, é possível ter um texto neutro e uma imagem e som altamente tendenciosos; ou, ao contrário, um texto tendencioso com uma imagem e um som neutros. São possibilidades exclusivas dos meios eletrônicos, mas possuem o mesmo fundamento: a codificação não é desgarrada da decodificação. Ou seja, toda a estrutura da reportagem – verbal, visual e sonora – é pensada e organizada intencionalmente para um público que irá interpretá-la.

Assim, a seqüência audiovisual da narrativa pode aumentar as possibilidades de enquadramento. Por exemplo, uma mesma imagem pode ser utilizada mais de uma vez no noticiário. A reutilização de uma mesma imagem pode indicar uma persistência ou ênfase de um determinado enquadramento. Portanto, além de palavras-chaves, haveria “imagens-chaves” que seriam imagens selecionadas a fim de enquadrar visualmente um acontecimento de uma determinada maneira. O telejornalismo pode utilizar este recurso com eficácia – como observado na foto exibida várias vezes pelo Jornal Nacional do tenente Vinicius Guidetti. Considerando a existência de palavras-chaves e imagens-chaves, haveria também “sons-chaves”, onde o som ambiente ou a intensidade e o timbre de voz na locução teriam a potencialidade de construir enquadramentos sonoros. Portanto, podemos dizer que o enquadramento televisivo é formado por enquadres verbais, visuais e sonoros – apesar de ser

classificados em separados, atuam simultaneamente. Assim, o enquadramento televisivo é o resultado das palavras-chaves, de imagens-chaves e sons-chaves que compõe a narrativa.

Com relação ao Morro da Providência, os telejornais analisados revelaram apenas os fatos do episódio, limitando assim uma cobertura mais densa e crítica. Houve também uma avalanche de informações promovidas por diferentes narrativas que envolviam um mesmo fato. Contudo, a ausência do Estado – o principal problema das favelas no Rio – não foi sequer noticiada ou trazida tal perspectiva para a tela. Por conta da grande gama de enfoques presentes nas reportagens, a mídia parece não ter ajudado a população a compreender a realidade das favelas no Rio, mas sim colaborou para a garantia de um desfecho favorável às famílias das vítimas de um caso isolado. De acordo com a cobertura midiática com várias declarações e diferentes narrativas, as questões de direitos humanos infringidos e da cidadania que deveriam ser garantidos aos moradores ficaram em segundo plano. Muitos dos cidadãos podem ter ficado com a impressão de que houve um eventual abuso e que isto é inadmissível, mas não o associam isso aos direitos pertencentes a todos os brasileiros.

Nesse caso das favelas do Rio, a situação crítica vivenciada pelos moradores de forma alguma foi discutida, mas sim foi levado em conta que o Exército estava fazendo um papel de polícia ou que o Cimento Social era um projeto eleitoreiro. Apesar de ter cumprido seu papel social de denunciar e mostrar os desdobramentos, a mídia parece focalizar os assuntos como casos isolados. Talvez a vida precária e a falta de direitos desses cidadãos não atendem os famosos critérios de noticiabilidade, ou seja, não dêem audiência. Pensando nisso, será que a publicização da vida dessas pessoas não seria igual ou até mais importante que um escândalo? Porque a mídia não cobre esses assuntos? Acreditamos que o jornalismo – principalmente o jornalismo público – pode colaborar para uma mudança de perspectiva e educar os cidadãos de forma a transformar a realidade local para melhor.

Momentos de caos e escândalos são oportunidades para o debate da cidadania. Neste caso, houve um debate sobre o emprego das Forças Armadas na Segurança Pública – bandeira levantada principalmente pelos governantes e juízes –, porém não se discutiram os direitos e os interesses humanos. O jornalismo parece ter ficado apenas nas declarações oficiais e baseados em documentos. Os onze militares envolvidos ou o senador Crivella não foram ouvidos⁵⁴ e as famílias das vítimas só tiveram voz para falar sobre a falta e a indenização.

Assim, o jornalismo reproduziu, em grande escala, enquadramentos provenientes de outras fontes – por exemplo, aqueles vindo do Governo e do Exército –, ao invés de criar um

⁵⁴ Os militares tiveram voz por meio de depoimentos na Polícia ou por seus advogados. Crivella aparece nas matérias por meio de Notas à Imprensa.

novo enquadramento para uma situação. Agindo desta maneira, o jornalismo apenas aceita os enquadramentos que chegam a ele, evitando a criticidade e outros direcionamentos. Estaria o jornalismo apenas se apropriando de enquadramentos disponíveis na sociedade e em órgãos oficiais? Teria o jornalismo condições atuais de moldar novos pensamentos e enquadramentos? Ou o jornalismo ficaria à mercê de fontes e de outros atores, não construindo um discurso próprio? Onde está a pluralidade, a análise, a interpretação, a reflexão, a profundidade de cobertura dos fatos? Será que teremos apenas um jornalismo de polêmica, controvérsias e escândalos? Será que a redação do Jornal Nacional estava realmente pensando no aspecto da cidadania e do bem-estar das comunidades ou estaria atendendo aos interesses da Globo ao divulgar esse escândalo?

Por outro lado, será que a TV Cultura – ou qualquer emissora público-educativa – estaria interessada mais na audiência do que no conteúdo? Como as emissoras comerciais poderiam colaborar com a cidadania, levando em conta os seus compromissos assinados ao receber a concessão e a sua transmissão que é pública? O Estado não deveria regular de forma mais rígida os conteúdos transmitidos pelo espectro, sejam por emissoras comerciais ou públicas? Essas são perguntas que futuras pesquisas poderão responder.

Certamente a cobertura midiática poderia ter sido melhor. As contextualizações feitas começam no caso, não houve uma preocupação de lembrar os porquês e a história da comunidade local. É um jornalismo baseado no factual. Podemos afirmar que o telejornalismo brasileiro tem a característica de reportar os fatos em si, sem dar atenção para os assuntos correlacionados – como a pobreza no Morro, os direitos do cidadão, etc. E, também, defendemos que o telejornalismo de uma emissora educativa deveria ser o primeiro a levantar uma bandeira pela cidadania e defender essas questões que tangenciam os acontecimentos, diferindo-se do telejornalismo das emissoras comerciais – com diferenças na cobertura jornalísticas e maior liberdade no formato de apresentação. Mas, o Jornal da Cultura não o fez. Em uma visão geral, ambas coberturas foram bastante semelhantes no enfoque.

Por outro lado, acreditamos que a presença desse assunto por mais de 30 minutos no Jornal Nacional, o principal telejornal brasileiro do horário nobre, tenha sido fundamental para os desdobramentos desse caso. Isso porque, a resposta governamental e a ação da Justiça não teriam sido aceleradas se o caso não tivesse uma ampla cobertura jornalística, pressionando um *accountability*. Ou seja, apesar de a cobertura jornalística poder ter um conteúdo mais próximo à educação cidadã, a exposição do episódio na mídia desencadeou uma preocupação em identificar os culpados e uma tentativa de amenizar os danos causados pelo próprio Estado.

Referências

ABEPEC. Diagnóstico Setorial. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** – Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

AGÊNCIA BRASIL. **Exército expulsa tráfico de morro do Rio, mas ocupação é por tempo limitado**. 19 fev. 2008.

_____. **Exército sobe Morro carioca para recuperar casas sob desconfiança de moradores**. 13 dez. 2007.

_____. **Ministro das Cidades ouve reivindicações de moradores de favela no Rio**. 28 mar. 2008.

_____. **Projeto prevê revitalização de casas em favela do Rio**. 12 dez. 2007.

ALMEIDA, A. M. Legislação de TV. In: ALMEIDA, C. J. M.; ARAUJO, M. E. (org). **As Perspectivas da Televisão Brasileira Ao Vivo**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei Complementar, n 97**. 09 jun. 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. ; GRAU, N. C. . Entre o Estado e o Mercado: o Público Não Estatal. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nurial Cunill. (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, v. , p. 15-48

BUCCI, E. A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** - Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

_____. **Brasil em tempo de TV**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUORO, A; (et al.) **Violência Urbana**. Dilemas e desafios. São Paulo: Atual, 1999. (Coleção Espaço&Debate).

CARMONA, B. A marca da TV Pública. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas**: Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

CARRAGEE, K.; ROEFS, W. The Neglect of Power in Recent Framing Research. **Journal of Communication**, v. 54, n.2, p. 214-233, jun. 2004.

CARRATO, Â. **A TV Pública e seus Inimigos**. Texto apresentado no V ENLEPICC (Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura) em 9-11 de novembro de 2005.

_____. **Possibilidades para a TV Pública no Brasil**: Uma reflexão a partir da experiência da Public Broadcast System (PBS). Texto apresentado no II Colóquio Brasil – Estados Unidos de Ciência da Comunicação em 5-6 de setembro de 2005.

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. A Missão da TV Pública. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** – Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

COSTA, T. A. C. **O espelho e o bisturi**: O jornalismo audiovisual nas reportagens especiais televisivas. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

COLLING, L. Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. vol. 1, n. 17, 2002.

CRIVELLA, M. **Discurso no Senado**: Crivella contesta O Globo sobre origem de favela. 05 dez. 2007.

_____. **Nota à Imprensa**. 24 jun. 2008.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 541**. 13 set. 2007.

CUNHA, E. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

D'ANGELO, P.; CALDERONE, M.; TERRITOLA, A. Strategy and Issue Framing: An Exploratory Analysis of Topics and Frames in Campaign 2004 Print News. **Atlantic Journal of Communication**, v. 13, n.4, p. 199–219, 2005.

DIMENSTEIN, G. **Cidadão de Papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos. São Paulo: Editora Ática, 2002.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. (orgs). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ENTMAN, R. M. Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11. **Political Communication**, v. 20, n 4, p. 415-432, 2003.

_____. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

_____. Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, 1991.

FECHINE, Y. Tendências, usos e efeitos da transmissão direta no telejornal. In: DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. (orgs). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FISHER, K. Locating Frames in the Discursive Universe. **Sociological Research Online**, v. 2, n. 3, 1997.

FRANÇA, V. A TV, a janela e a rua. In: FRANÇA, V. (Org.). **Narrativas televisivas: Programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-46.

FREIRE-MEDEIROS, B. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GARCIA, E. **As Forças Armadas e a Garantia da Lei e da Ordem**. Revista Jurídica, Brasília, v. 10, n. 92, out/2008.

GIL, G. Uma Agenda Estratégica para o Brasil. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas - Diagnóstico do campo público de televisão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

GITLIN, T. **The Whole World is Watching**: mass media and the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: An essay on the organization of experience. New York: Harper & Row, 1974.

GOMES, I. M. M. Das utilidades do conceito de modo de endereçamento para análise do telejornalismo. In: DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. (orgs). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERTZ, D. **A História Secreta da Rede Globo**: 'sim, eu uso o poder' Roberto Marinho. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

HYNGST, B. Uma Visão Histórica da Televisão no Brasil. **Líbero**, São Paulo, ano 7, n. 13/14. 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Brasil 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IVC (Instituto Verificador de Circulação). **Ranking de Circulação de Jan a Jun de 2008 por Média de Publicação**. Rio de Janeiro: IVC, 2008.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KOENIG . T. **On Frame and Framing**: Anti-Semitism as Free Speech: A Case Study. In: ENCONTRO ANUAL DO IAMCR, jul. 2004, Porto Alegre, RS.

_____. **Reframing Frame Analysis**: Systematizing the empirical identification of frames using qualitative data analysis software. In: ASA Annual Meeting, aug. 2004, San Francisco, CA.

LAGE, N. **Controle da Opinião Pública**: um ensaio sobre a verdade conveniente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular-EdUfsc, 2001.

LEAL, L. **Atrás das Câmeras**: Relações entre cultura, estado e televisão. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, V. A. **Mídia**: Teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, I. S. **TV Educativa e Regulamentação**: Peculiaridades das emissoras catarinenses. Texto apresentado no IX Congresso Latinoamericano de Investigación de la Comunicación em México, D.F. em 9-11 de outubro de 2008.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 2003.

NEVES, B. B.; MAIA, R. C. M. Imagens que chamam ao debate: a construção da denúncia e da controvérsia no evento da Favela Naval. In: MAIA, R. C. M. (org.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIA, R. C. M. Videopolítica e Similares. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 543-571.

MARINHO, R. I. Rede Globo: três décadas no ar. In: ALMEIDA, C. J. M.; ARAÚJO, M. E. (org). **As Perspectivas da Televisão Brasileira Ao Vivo**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1995.

MATTOS, R. C. Aldeias do Mal. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. ano 3. v. 25, p. 28-33, 2007.

MATTOS, S. **História da Televisão Brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. O Resgate da Memória e a Construção da História da Televisão no Brasil. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

MCLEOD, D. M.; DETENBER, B. H. Framing effects of television news coverage of social protest. **Journal of Communication**, v. 49, n. 3, p. 3-23, 1999.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** – Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MUYLAERT, R. Como Vão as TVs Educativas. In: ALMEIDA, C. J. M.; ARAÚJO, M. E. (org). **As Perspectivas da Televisão Brasileira Ao Vivo**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1995.

OLIVEIRA, L. Eles mataram o Vlado. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 29, n. 2, jul./dez. 2006.

OTONDO, Teresa Montero. Experiência - TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 267 - 200.

PARK, J. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. **International Journal for Communication Studies**, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

_____. **Interpretando o Mundo da Política: Perspectivas Teóricas no Estudo da Relação entre Psicologia, Poder e Televisão**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., 1999, Caxambu, MG.

_____. **A TV e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: A influência do Horário Eleitoral e do Jornal Nacional na decisão de voto**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP. 3., 2002, Rio de Janeiro.

PRETECEILLE, E; VALLADARES, L. Desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2000, p. 459-485.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

SANTAELLA, L. **Matrizes da Linguagem e Pensamento – Sonora, Visual, Verbal: Aplicações na hipermídia**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2001.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SOARES, M. C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SODRÉ, M. **O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1984.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

SZPACENKOPF, M. I. O. **O Olhar do Poder: A montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VALADARES, L. A Gênese da Favela Carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, out. 2000. p. 5-34.

VEIGA, Z. **Telejornalismo e Violência Social**: A construção de uma imagem. Curitiba: Pós-Escrito, 2002.

Outras Referências Consultadas

- ALBUQUERQUE, A. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Orgs.) **Produção e Recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ALDE, A. **“A construção da política”**: Cidadão comum, mídia e atitude política. Tese de Doutorado (em Ciências Humanas). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAITELLO JUNIOR, N. **O Animal que Parou os Relógios**: ensaios sobre a comunicação, cultura e mídia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (orgs). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.
- BYSTRINA, I. **Tópicos de Semiótica da Cultura** (mimeo). São Paulo: CISC/PUC-SP, 1995.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. **O que é ideologia?**. 42ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CONTRERA, M. S. **Mídia e Pânico**: Saturação da informação, violência e crise cultural na mídia. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2002.
- COMPARATO, D. **Da Criação ao Roteiro**. Ed. Rocco, 5a. edição, 2000.
- ENTMAN, R. Class Acts How New York City Newspapers Covered the Budget Crisis after 9-11. **Drum Major Institute for Public Policy**, 2004. Disponível em: <<http://drummajorinstitute.org/pdfs/class%20acts.pdf>>. Acesso em: set. 2006.
- FIELD, S. **Manual do Roteiro**: Os fundamentos do texto cinematográfico. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- FOSS, S. K. **Rhetorical Criticism**: exploration and practice. 3. ed. Long Grove, Illinois: Waveland Press, 2004.
- FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta**: ensaios para uma future filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GAMSON, W. A. Goffman's legacy to political sociology. **Journal Theory and Society Publisher Springer Netherlands**. v. 14, n. 5, p. 605-622, set. 1985.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GITLIN, T. **Media Unlimited**: How the torrent of images and sounds overwhelms our lives. New York: Holt Paperbacks, 2007.

IVÁNOV, V. V.; LOTMAN, I. M.; PIATIGÓRSKI, M. A.; TOPÓROV, V.N.; USPIÊNSKI, B. A. Teses para uma Análise Semiótica da Cultura: uma aplicação aos textos eslavos. In: MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica**. São Paulo: Ateliê, 2003.

KAMPER, Dietmar (s/d). **Estrutura Temporal das Imagens** (mimeo). Tradução: Juan A. Bonaccini. Disponível em: www.cisc.org.br/ghrebh/artigos/01kamper30092002.html. Acesso em 24 de maio de 2007.

KARLSSON, K. **‘Worthy’ or ‘Unworthy’ member states**: Analysis of British news coverage when Sweden & Slovakia joined the EU. Dissertação de Mestrado (em Politics and the Mass Media). University of Liverpool, Liverpool, 2004.

KOENIG, T. **Frame Analysis**: Theoretical Preliminaries. (mimeo). Disponível em: <http://www.ccsr.ac.uk/methods/publications/frameanalysis/>. Acesso em: set. 2006.

KOSICKI, G. M. Problems and opportunities in agenda-setting research. **Journal of Communication**, v. 43, n. 2, p. 100-127, 1993.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEAL, L. **A melhor TV do mundo**: O modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.

_____. A missão da Rede Pública nacional de TV. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** – Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

LOTMAN, I. **A Estrutura do Texto Artístico**. Trad. Maria do Carmo Vieira Raposo & Alberto Raposo. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

_____. **La Semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Cátedra, 1996.

MACHADO, I. **Escola de Semiótica**. São Paulo: Ateliê, 2003.

MAIA, R. C. M. (org.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** – Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

REY, M. **O roteirista profissional**: TV e cinema. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

RUBIM, A. A. C (org). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 543-571.

_____. **Espetáculo, Política e Mídia**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, [200?]. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acesso em: set. 2006

SENNA, O. TV Pública: Uma janela para o futuro do audiovisual brasileiro. In: Ministério da Cultura. (Org.). **I Fórum Nacional de Tv's Públicas** - Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

SILVEIRA, A. C. M.; SEIBT, M. JN e a estrela errante da produção local. O papel do jornalismo na contrução das redes de televisão. **Contratempo**, Niterói, v. 14. 2003.

SOARES, M. C. A crise na esfera pública mediatizada. In: CARDOSO, C. M. (org). **Humanidades em comunicação**: um diálogo multidisciplinar. Bauru: Unesp/FAAC; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p. 215-225.

SOUSA, P. J. **As notícias e os seus efeitos**: as “teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos MEDIA jornalísticos. Universidade Fernando Pessoa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html

SQUIRRA, S. **Aprender Telejornalismo**: Produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VRANESKI, A.; RICHTER, R. **Frames, framing and reframes in, and through, the mass media**: Reflection of four protracted environmental disputes in the Israeli press. Maio 2002. (mimeo). Disponível em: <http://icar.gmu.edu/Work_Paper21.pdf>. Acesso em: set. 2006

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

Apêndices

Apêndice A - Transcrições do Jornal Nacional

14/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: Chico Pinheiro e Renata Vasconcellos

Início da matéria: 20'02''

Duração: 1'15''

Chico: Soldados do Exército deram tiros para o alto durante um confronto com moradores de uma favela no Centro do Rio. O motivo do tumulto seria o desaparecimento de três rapazes da favela.

NOTA COBERTA: Um grupo de manifestantes jogou pedras nos soldados, que reagiram. (sons de tiros) Alguns moradores e um militar ficaram feridos. Nas paredes e nos muros, as marcas de balas. Testemunhas acusam soldados do Exército de serem os responsáveis pelo desaparecimento dos três jovens. Eles foram vistos pela última vez na madrugada deste sábado, quando voltavam de uma festa. Moradores dizem que os rapazes foram abordados e agredidos pelos militares. O Exército está no Morro desde dezembro, fazendo a segurança de um projeto do Governo Federal para reforma de casas. No fim da tarde, nove ônibus foram depredados e uma pessoa foi presa.

Chico: O Comando Militar do Leste informou que os três suspeitos foram detidos por desacato e levados ao comandante da tropa. Segundo o Exército, eles foram liberados depois de ouvidos e, a partir dali, os soldados não teriam tido mais contato com os três. A polícia está investigando o caso.

16/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

Escalada (BONNER): A morte de três jovens no Rio leva militares do Exército à cadeia

Início da matéria: 6'10''

Duração: 2'22''

Fátima: A polícia do Rio revelou que um tenente do Exército confessou ter entregado três jovens de uma favela do Rio para traficantes de outro Morro. Depois disso, os rapazes foram encontrados mortos. Hoje os protestos se repetiram.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo – Rio de Janeiro): Um grande comboio do Exército cruzou as ruas da cidade. O destino era o Morro da Providência no Centro, que vive um clima tenso desde o fim de semana. A polícia também ocupou os acessos à favela, mas o reforço da segurança não impediu que muitos comerciantes fechassem as portas. Empresas de ônibus desviaram a rota de cinco linhas, um hospital público suspendeu as consultas e um restaurante popular encerrou o expediente mais cedo. O medo tomou conta da região depois que três jovens da favela foram encontrados mortos num lixão da baixada fluminense. No sábado, eles foram detidos por homens do Exército acusados de desacato e desapareceram. Teriam sido levados para uma outra favela.

(PASSAGEM) Segundo o delegado da Polícia Civil, responsável pela investigação, o tenente do Exército que comandava a guarnição já admitiu no depoimento, que levou mesmo os três jovens do Morro da Providência e entregou os rapazes para traficantes de uma favela de uma quadrilha rival.

(SONORA Ricardo Dominguez – delegado) “Tomou essa decisão e foi pensada. E houve uma reunião, inclusive. Ele e o grupo, os comandados dele. E houve tempo suficiente para ele pensar e repensar na atitude dele. Ele não demonstrou nenhum arrependimento, a verdade é essa”.

Onze militares tiveram a prisão decretada pela Justiça do estado. Além do tenente, estão presos três sargentos e sete soldados. Todos foram indiciados pela polícia por triplo homicídio e devem ser julgados pela Justiça Comum, a não ser que o inquérito militar conclua que não se trata de assassinato, mas de seqüestro. Nesse caso, eles serão julgados pela Justiça Militar. Mais de mil pessoas acompanharam o enterro dos três rapazes no fim da tarde. (sons de gritos, “Justiça!”)

(SONORA – mulher sem crédito) “Eles não vão trazer meu filho de volta, mas eu quero justiça”.

Ao saírem do cemitério, moradores foram protestar em frente ao Comando Militar do Leste, que fica na principal avenida no Centro da cidade. Houve confusão. (grande pausa). A manifestação terminou agora a pouco.

NA SEQUÊNCIA...

Início da matéria: 8’33’’

Duração: 2’03’’

Bonner: A ocupação do Morro da Providência pelos militares começou em dezembro do ano passado. O Exército é responsável por obras na favela.

REPORTAGEM (Tatiana Nascimento – Rio de Janeiro): Mais de 200 homens dão apoio a reformas em 780 casas. O Cimento Social é um Projeto de Lei do senador Marcelo Crivella, do PRB, e já prevê a participação do Exército. O Ministério das Cidades encampou o projeto e firmou parceria com o Ministério da Defesa. Hoje, operários que participam da obra protestaram em frente ao Comando Militar do Leste. Disseram que os soldados cometem excessos contra os moradores e que só vão retomar o trabalho se as tropas deixarem a favela. O Exército declarou que nunca recebeu denúncias desse tipo.

(PASSAGEM) O Comando Militar do Leste informou que o episódio no Morro da Providência não deve mudar em nada o esquema do Exército em relação às obras e que os militares vão permanecer no local até o fim dos trabalhos, previsto para dezembro.

O Exército afirmou ainda que não há justificativa para o comportamento dos militares nesse episódio.

(SONORA Cel. Carlos Alberto Barcellos, chefe de Comunicação Social do Exército) “A conduta adotada por esses militares é repudiada por nós de maneira veemente. E o procedimento que está sendo adotado na esfera judicial militar é para que os responsáveis efetivos sejam identificados e exemplarmente punidos”

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “A leitura dos próprios depoimentos nos levam à indignação, mostrando a absoluta falta de respeito à pessoa humana, desempenhada por esses personagens e isso deverá ter uma reação não só da sociedade, mas uma reação do Poder Judiciário de forma radical”

Para a ONG Viva Rio, a participação do Exército precisa ser debatida pela sociedade.

(SONORA Rubem César Fernandes – Ong Viva Rio) “Essa questão da Providência deveria virar uma questão de discussão a sério. Precisa haver uma discussão nacional, séria, sobre a presença do Exército na Segurança Pública Nacional. Não faz sentido as Forças Armadas ficarem à margem disso, mas o ingresso delas precisa ser bem regulado”.

17/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

ESCALADA (BONNER): Um pedido formal de desculpas

ESCALADA (FÁTIMA): O Ministro da Defesa vai ao Morro da Providência e promete punir os militares envolvidos na morte de três jovens.

ESCALADA (BONNER): E a oposição quer saber porque o Exército assumiu uma obra no Rio com o dinheiro do Ministério das Cidades.

Início da matéria: 38’’

Duração: 3’15’’

Bonner: Boa noite. O Ministro da Defesa pediu hoje desculpas aos parentes dos três jovens assassinados no fim de semana, no Rio. Onze militares estão presos, acusados de entregar os rapazes a traficantes.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo – Rio de Janeiro): De mãos dadas, parentes e amigos das vítimas foram para um quartel do Exército. Ouviram um pedido de desculpas do general que comanda a ocupação da favela onde os jovens moravam.

(SONORA – mãe de um dos jovens não identificada por créditos) “Eu acordei, tomei um cafézinho e chorei porque nunca mais meu filho vai tomar um café comigo”.

Foi nesta mesma base militar que os rapazes foram ouvidos, no sábado, depois de serem detidos por desacato. Deveriam ser liberados, como ordenou um oficial, mas foram levados para uma favela por 11 militares e entregues a traficantes. Alguns militares foram ouvidos hoje pelo delegado, que investiga o caso. Ele quer saber como foi a participação de cada um no crime. O advogado, que defende dois sargentos e um soldado, disse que eles apenas cumpriram ordens de dar segurança ao caminhão durante o transporte e explicou como foi a atitude de um deles diante dos bandidos.

(SONORA Márcio Brazão - advogado de três militares) “Achou aquilo estranho, ficou muito assustado, muita arma, poder bélico muito alto na mão dos traficantes e ele pegou, ficou atrás de um poste, ficou lá no pé do morro, enquanto a viatura subiu”.

Foi um dia de muitas reuniões no Comando Militar do Leste. O presidente da Comissão de Segurança da Câmara disse que o Congresso precisa discutir uma legislação sobre a participação dos militares em ações de segurança.

(SONORA Dep. Raul Jungmann, PPS – Pres. Com. de Seg. da Câmara) “A lei tem que dizer: ‘como?’, ‘quando?’, ‘quem?’, ‘por quanto tempo?’ e ‘para que?’ nós vamos empregar as Forças Armadas em funções policiais ou de suporte a ações policiais”

O Presidente Lula manifestou indignação com o episódio.

(SONORA Tarso Genro – Ministro da Justiça) “Isso comprova uma visão que é a visão do Presidente, que é majoritária em toda a sociedade, que as Forças Armadas não são aptas para tratar da Segurança Pública”.

O Ministro da Defesa embarcou para o Rio para acompanhar as investigações.

(PASSAGEM) Depois da reunião com generais do estado maior do Exército, no Rio, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi para o Morro da Providência, onde os três jovens assassinados moravam.

O esquema de segurança foi reforçado. Soldados se espalharam pelo Morro enquanto o Ministro percorria as ruas da favela. Ele viu as obras que estão sendo feitas sob o comando dos militares e conversou com a tia de um dos rapazes mortos.

(Microfone aberto - tia) Senhor Ministro, tomara que o caso dos garotos não fique impune.

(Microfone aberto - Jobim) Não vai ficar.

(Microfone aberto - tia) Um era meu sobrinho.

(Microfone aberto - Jobim) Era?

(Microfone aberto - tia) Era!

(Microfone aberto - Jobim) Não vai ficar impune.

(Microfone aberto - tia) Um era meu sobrinho.

(Microfone aberto - Jobim) Eu vim aí para isso mesmo.

Nelson Jobim se reuniu com moradores e pediu desculpas oficialmente em nome do Exército.

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “Estamos observando a desculpa que nós precisamos estar manifestando, o nosso pesar pelo acontecimento e mostrando claramente de que isso não vai se repetir. Vamos deixar bem claro a indignação do Governo, a indignação de todos nós, da comunidade, em relação ao fato que aconteceu. Agora, o que não podemos é confundir o fato que aconteceu com a ação do Exército e com as obras que estão realizadas aqui”.

Bonner: Em nota, a Secretaria Especial de Direitos Humanos se solidarizou com os parentes das vítimas e anunciou que as investigações serão acompanhadas por integrantes da Secretaria, da OAB, da Sub-procuradoria Geral da República e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

NA SEQUÊNCIA...

Início da matéria: 3’ 53’’

Duração: 2’16’’

Fátima: A oposição pediu hoje explicações ao Ministro da Defesa sobre a suspeita de uso político do Exército, encarregado de obras no Morro da Providência com recursos do Ministério das Cidades.

REPORTAGEM (Júlio Mósquera - Brasília): A página do senador Marcelo Crivella no site do Senado diz que o projeto Cimento Social é uma conquista política. A proposta para reformar fachadas e telhados das casas do Morro da Providência foi apresentada em maio do ano passado ao Presidente Lula e recebeu apoio integral do Governo. Em outubro, como mostra este ofício do diretor de obras militares, general José Ricardo Kümmel, o Exército já tinha um plano de trabalho dividido em duas fases. Três meses depois, foi assinado um documento para a liberação de dinheiro.

(PASSAGEM) O Ministério das Cidades assumiu o programa e fez um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Defesa. O Exército ficou encarregado de contratar mão-de-obra, fiscalizar as obras e garantir a segurança dos trabalhadores no Morro da Providência.

Pelo acordo, o Exército receberá do Ministério das Cidades 16 milhões de reais. A primeira parcela, de 3 milhões e 700 mil reais, já foi repassada. A previsão é de que o serviço seja concluído até janeiro do ano que vem.

Hoje, o líder do PSDB no Senado apresentou um pedido de informações ao Ministério da Defesa. Ele condenou a participação do Exército no projeto, principalmente em ano eleitoral.

(SONORA Sen. Arthur Virgílio, PSDB-AM – líder do partido) "Se houver uso eleitoral, é lamentável. Isso desvia a principal Força Armada brasileira da sua nobre função de proteger o país".

Em nota, o Exército afirma que os estudos são anteriores ao lançamento de candidaturas para as eleições deste ano, que sua participação no projeto não caracteriza ligação político-eleitoral. O Vice-Presidente da República, José Alencar, do mesmo partido de Crivella, negou que tenha pedido a Lula para aprovar o projeto Cimento Social.

(SONORA José Alencar – Vice-Presidente)“Quando o senador Crivella, que é engenheiro, levantou idéia de se fazer uma recuperação dos barracos no Rio de Janeiro e levou para o Presidente Lula, e eu estava presente por ocasião dessa reunião. Então, o que eu me lembro é que isso foi passado para o Ministério das Cidades”.

18/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

ESCALADA: (?)

Início da matéria: <40’>

Duração: <2’25’’>

Fátima: Boa noite. A juíza da 18ª Vara Federal do Rio, Regina Coeli Medeiros de Carvalho, determinou a retirada imediata das tropas do Exército que ocupam, desde dezembro, o Morro da Providência, no Centro do Rio. Ela acolheu uma ação da Defensoria Pública da União. A

juíza determina que seja mantido o pessoal técnico-militar do projeto Cimento Social, que reforma casas na região, mas que o policiamento passe a ser feito pela Força Nacional de Segurança. A Advocacia Geral da União informou que, apesar de ainda não ter sido notificada, a Procuradoria Regional da União no Rio de Janeiro vai recorrer da decisão da Justiça amanhã.

Bonner: A ordem da juíza do Rio de Janeiro, Regina Coeli Medeiros de Carvalho, não foi nem comentada pelo Ministério da Defesa, nem pelo comando do Exército. As duas instituições preferiram aguardar a comunicação oficial da decisão. Mais cedo, o Presidente Lula tinha condenado a ação dos militares pela primeira vez publicamente.

REPORTAGEM (Guilherme Portanova – Brasília): O Presidente Lula disse que o Estado tem que indenizar as famílias dos três jovens assassinados e afirmou que o erro que provocou as mortes não foi do Exército, mas de quem estava no comando da operação.

(SONORA SEM CRÉDITO) “O que aconteceu foi uma coisa abominável, que não tem explicação e que, ou seja, não está na cabeça de uma pessoa normal o que aconteceu”

Antes de saber da determinação da Justiça de retirar o Exército, o Presidente disse que as obras no Morro da Providência deveriam continuar, com ou sem o Exército no local.

(SONORA SEM CRÉDITO) “Se for necessário, sai. Mas isso nós vamos discutir com calma para não tomar nenhuma atitude precipitada”.

Hoje, o Ministro da Defesa fez um relato ao Presidente sobre a visita ao Morro da Providência. Na próxima segunda-feira, Nelson Jobim, o Presidente Lula e o Governador Sérgio Cabral se reúnem no Rio de Janeiro, para discutir mudanças na ação Exército.

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “Eu terei um estudo técnico do Ministério da Defesa, depois terei conversas com o Comando do Leste e depois nós vamos examinar que tipo de forma nós teremos e se isto é viável ou não”.

O comandante-geral do Exército disse hoje que os militares atuam em várias obras em locais de risco. Ele defendeu a punição dos culpados e negou que os soldados trabalhem como polícia.

(SONORA General Enzo Peri – comandante-geral do Exército) “Nós solicitamos o apoio da Polícia Militar que fez antes ali um trabalho que chamam de limpeza da área. Logo após isso, ela se retirou então nós permanecemos lá. Então, com o pessoal dando a proteção aos canteiros de trabalho, àqueles que estão trabalhando e aos nossos militares envolvidos no serviço”.

PASSAGEM DE BLOCO (Fátima): Daqui a pouco. Depoimento de militares que entregaram jovens a traficantes no Rio.

Início da matéria: <3’05’’>

Duração: 3’50’’

Fátima: Quatro dias depois da morte dos três jovens no Morro da Providência, no Rio, os traficantes que os assassinaram covardemente ainda estão em liberdade. Os 11 militares que

entregaram as vítimas jovens aos bandidos estão presos. O Jornal Nacional obteve os depoimentos deles.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo – Rio de Janeiro): Na frente das autoridades, o desabafo da mãe.

(Microfone aberto – Dona Lílian) Olha só como meu filho era, gente. Meu filho era assim. Tem tudo aqui. Meu filho não tinha envolvimento com nada. Olha, gente.

Dona Lilian e as outras mães das vítimas receberam mais um pedido de desculpas pela ação do Exército. Desta vez, do Congresso Nacional, representado pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara.

O filho de dona Lilian tinha 19 anos e foi detido com outros dois rapazes na manhã de sábado, no Morro da Providência. Dali, foram levados para um quartel próximo, onde foram ouvidos e deveriam ser liberados, mas, segundo as investigações, foram entregues por militares para traficantes do Morro da Mineira e foram assassinados.

As tropas estão na favela desde dezembro. Um relatório do setor de inteligência do Exército mostra que os militares fizeram um mapeamento da área. O documento revela que o tráfico na região conta com 100 homens e lista os nomes e os endereços dos traficantes, a maioria ainda em liberdade.

Ainda segundo o relatório do Exército, numa reunião em que estavam presentes militares, uma pessoa identificada como Eduardo e que se apresentou como assessor do senador Marcelo Crivella teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários.

O documento diz ainda que os bandidos teriam se comprometido a desmobilizar as ‘bocas de fumo’, próximas às obras.

(PASSAGEM – André Luiz Azevedo) A polícia do Rio decidiu dividir o inquérito sobre as mortes dos três rapazes do Morro da Providência. Agora serão duas investigações: uma sobre a participação dos militares e a outra sobre a ação dos traficantes da quadrilha do Morro rival da Mineira, que teriam torturado e assassinado os jovens.

Onze militares estão presos, mas, até agora, nenhum bandido da favela foi localizado.

(SONORA José Mariano Beltrame – sec. de Segurança - RJ) “Tenho certeza de que iremos chegar aos autores desse crime e apresentar à comunidade. Agora, nós não podemos agir, como eu venho dizendo, com gosto de sangue na boca. Nós temos que agir com cautela, nos temos que agir com critério”.

O Jornal Nacional teve acesso aos depoimentos de três militares presos. Entre eles, o comandante do grupo, tenente Vinícius, que aparece nesta foto num site de relacionamentos.

Aos policiais, o tenente que não ficou satisfeito com a decisão do seu superior, capitão Ferrari, de soltar os jovens, e ficou preocupado com a repercussão junto à tropa. Por isso, pensou em aplicar o que chamou de pequeno castigo.

(SONORA João Carlos de Figueiredo - advogado do tenente) “O que ele afirma o tempo todo é: não tinha intenção na morte dos jovens e não esperava que isso fosse acontecer”.

O sargento Leandro Maia deu outros detalhes da ação. Contou que houve o desembarque da tropa no Morro da Mineira e que ele mesmo chamou um dos traficantes armados. Os três

rapazes foram entregues aos bandidos. Mas o depoimento do soldado José Ricardo Rodrigues revela como foi a negociação com os traficantes. Ele conta que o tenente Vinícius disse para um dos bandidos: “Eu trouxe um presentinho para vocês”.

Segundo o soldado, os rapazes imploraram, dizendo: “Pelo amor de Deus, eles vão nos matar”. Ainda de acordo com o depoimento, depois de deixar os jovens, o tenente Vinícius estendeu a mão a um dos traficantes e disse: “Valeu”.

Fátima: O documento do Exército sobre o mapeamento do Morro da Providência foi feito em outubro de 2007, antes de as tropas ocuparem a favela. A assessoria do senador Marcelo Crivella afirmou que ele nega a participação de qualquer assessor em negociações com traficantes do Morro da Providência para permitir a realização das obras do projeto Cimento Social.

19/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

ESCALADA (BONNER): Rio de Janeiro.

ESCALADA (FÁTIMA): 19 de Junho.

ESCALADA (BONNER): Traficantes se movimentam tranqüilamente no Morro da Mineira.

ESCALADA (FÁTIMA): No mesmo local onde três jovens foram executados há 5 dias, os principais suspeitos continuam soltos.

ESCALADA (BONNER): Os militares que entregaram os rapazes aos bandidos são indiciados por homicídio.

ESCALADA (FÁTIMA): E o Exército permanece na Providência, contrariando ordem da Justiça

Início da matéria: 6’20’’

Duração: 5’18’’

Bonner: O Governo Federal recorreu da decisão da Justiça do Rio que determinou a retirada do Exército do Morro da Providência. Os soldados acusados de entregar três jovens a traficantes foram indiciados pela polícia, mas, no Morro onde os rapazes foram assassinados, ninguém foi preso.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo – Rio de Janeiro): Um bandido armado é flagrado andando tranqüilamente no Morro da Mineira, hoje de manhã. (sons de pássaros cantando). Traficantes dessa favela são acusados de matar os três jovens do Morro vizinho, da Providência. Cinco dias depois do crime, nenhum traficante foi preso. Segundo a polícia, há dois suspeitos identificados, que comandam a venda de drogas na região. O Jornal Nacional teve acesso aos laudos dos exames dos corpos dos três rapazes assassinados.

David Wilson Florenço, de 24 anos, levou 26 tiros e estava com as mãos amarradas.

Wellington Gonzaga, 19 anos, foi atingido por 19 tiros e sofreu mutilações.

Marcos Paulo Rodrigues Campos, de 17 anos, foi executado com um tiro no peito. Ele teve as pernas amarradas e sofreu tortura.

A polícia concluiu o inquérito sobre o crime. Os 11 militares foram indiciados pelos três homicídios. Se condenados, a pena pode chegar 90 anos de prisão.

(SONORA - Ricardo Dominguez – delegado) “Houve tempo suficiente para que eles tomassem uma atitude, seja avisar ao comando superior e no retorno, quando retornaram do Morro da Mineira, também nenhum deles procurou o comando para contar o que havia acontecido”.

O delegado encerrou as investigações depois de ouvir o depoimento do capitão do Exército que ordenou a liberação dos jovens. O capitão conta que não considerou nenhum fato ofensivo que justificasse a prisão e mandou que os três fossem entregues às famílias. O militar disse que foi procurado por parentes logo depois. Eles disseram que os jovens foram deixados no Morro da Mineira e que receberam um telefonema avisando: eles ‘já eram’, ou seja, já estavam mortos.

As obras do projeto Cimento Social, comandadas pelos militares, continuam no Morro da Providência. (som da batida da pá no balde)

Um relatório do setor de inteligência do Exército revela que alguns moradores não concordaram com a área escolhida para as obras, alegando que o local já tinha sido contemplado para um programa de urbanização da prefeitura e que deveria ser dada a oportunidade para regiões do Morro mais carentes. A insatisfação de alguns moradores vai além: eles dizem que o local foi escolhido porque teria maior visibilidade para futuros anseios políticos.

Hoje, uma moradora reclamou:

(SONORA DENÚNCIA com a voz distorcida) “Não houve seleção, se tivesse seleção pelas partes mais pobres seria da Pedra Lisa. Tem tanta gente pobre, tem barraco de pau no Morro e esses estão aí ainda. Ninguém fez nada”.

Ontem, o Jornal Nacional mostrou relatório confidencial do Exército em que o assessor do senador Marcelo Crivella, identificado como Eduardo, teria feito um acordo com traficantes para garantir a segurança dos operários. O documento cita ainda outro assessor de Crivella, identificado como Gilmar.

O senador Marcelo Crivella divulgou nota, hoje, em que declara ser falsa a informação de que um assessor tenha negociado o acordo.

O senador diz que Gilmar nunca foi assessor do gabinete dele. Ainda segundo a nota de Crivella, o comando do Exército instaurou inquérito administrativo para apurar vazamentos de informações sobre fatos não comprovados. Na nota, também defende o projeto Cimento Social e associa a divulgação do assunto à proximidade do início da disputa eleitoral. A juíza que, ontem, determinou a retirada dos militares, explicou a decisão.

(SONORA Regina Coeli de Carvalho – juíza) “Eu mandei retirar, porque ela foi colocada lá de forma irregular, porque a Constituição Federal veda a locação de recursos militares para fazer segurança urbana”.

A juíza considera que a proteção das obras deveria ser feita pela Força Nacional de Segurança.

(PASSAGEM) Um documento oficial da Justiça Militar obtido pelo Jornal Nacional mostra que outras tropas do Exército em serviço no Morro da Providência já cometeram irregularidades consideradas graves. Um grupo de soldados armados e com carro do Exército chegou a ser preso na Baixada Fluminense no mesmo horário em que deveriam estar aqui, na favela.

A Advocacia Geral da União informou que já pediu a suspensão da liminar para que o Exército permaneça na favela.

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “A retirada de tropas do Exército representa a paralisação das obras seguramente, porque as obras são realizadas pelo Exército. Se sai o Exército, saem as obras”.

Bonner: Em nota, o Comando Militar do Leste declarou que não fornece informações sobre documentos operacionais relativos à participação das tropas no Morro da Providência e negou ter realizado reuniões com políticos ou assessores sobre o projeto Cimento Social. Mas o relatório da inteligência a que o Jornal Nacional teve acesso não deixa dúvidas de que houve a participação de supostos assessores do Senador Marcelo Crivella nas negociações para a realização das obras. E o relatório ainda informa que um destes supostos assessores teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários.

20/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação:

ESCALADA:

Início da matéria:

Duração: 2'50

Bonner: A Justiça Federal decidiu manter pelo menos até quinta-feira da semana que vem a presença do Exército no Morro da Providência, ou da Providência, no Rio de Janeiro. Mas em apenas uma rua.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo – Rio de Janeiro): A primeira missa em homenagem aos jovens mortos lotou a quadra de esportes perto da favela onde eles moravam. Parentes dos rapazes receberam o carinho de amigos.

(SONORA) “Tiraram um pedaço meu, tiraram um pedaço da minha casa, aquilo ali era uma alegria nossa”

Parece faltar forças para suportar a perda. (PAUSA NA LOCUÇÃO - áudio com a música “segura na mão de Deus...”)

A avó de um dos rapazes desmaiou. O tenente que comandava a tropa acusada de entregar os jovens aos traficantes prestou um novo depoimento hoje. Segundo o advogado, ele reafirmou que não sabia que os três seriam mortos.

Hoje chegou ao Rio a comissão criada pelo Governo Federal para acompanhar as investigações. O grupo, presidido pelo Ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos fez reuniões com militares, com os investigadores da polícia e depois foi conversar com moradores do Morro da Providência.

A comissão vai pedir proteção para duas mães que estariam sofrendo ameaças e ouviu denúncias de agressões anteriores feitas pelos militares.

(SONORA – Paulo Vannuchi – Séc. Direitos Humanos) “O nosso dever é apurar de uma maneira rigorosa, profunda, e apresentar isso à autoridade. Propor, inclusive, novas tomadas de depoimento”.

À tarde, o Tribunal Regional Federal decidiu manter as tropas do Exército no Morro pelo menos até quinta-feira da semana que vem. A Justiça deu esse prazo para que a Advocacia Geral da União apresente argumentos sobre a necessidade de manter os soldados no local.

Até lá, os militares terão que restringir a atuação a uma única rua onde fica o canteiro de obras.

(PASSAGEM) Numa entrevista depois de uma cerimônia na Marinha, o Ministro da Defesa disse que o Governo não pretende abrir mão de usar as Forças Armadas também na segurança interna. Sobre a presença de tropas no Morro da Providência, no Rio, Nelson Jobim defendeu que o perfil dos soldados do Exército que atuam lá é que deve ser modificado.

O Ministro não quis dar detalhes sobre o tipo de tropa que deve atuar em casos como o do Morro da Providência, mas defendeu a mudança da lei para permitir a atuação dos militares sem polêmicas na Justiça.

(SONORA – Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “O que se passa é que precisamos ter uma legislação especial para isso. E essa legislação é que nós queremos abrir uma discussão a partir de julho e eventualmente termos um projeto definido até o final do ano”.

Seis dias depois do crime, nenhum traficante suspeito de assassinar os três jovens foi preso. A polícia diz que só vai fazer operações no Morro da mineira quando as investigações avançarem.

(SONORA – Sérgio Caldas – Dir. de Policiamento da Capital – RJ) “As delegacias especializadas também estão procurando agregar todo o tipo de informação que seja útil. E assim que nós tivermos o mínimo de informações necessárias, nós vamos empreender diligências no local”.

21/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Waack e Sandra Annenberg

ESCALADA (SANDRA): A Justiça não anuncia uma decisão definitiva e o Exército se mantém nas ruas do Morro da Providência no Rio.

Início da matéria: 3’20’’

Duração: 1’23’’

Waack: O Exército não cumpriu integralmente a decisão da Justiça de limitar a presença de soldados a uma única rua, no Morro da Providência, Rio de Janeiro. Hoje, o dia foi de homenagens aos jovens mortos por traficantes.

REPORTAGEM (Flávia Jannuzzi – Rio de Janeiro): Parentes e amigos dos três jovens assassinados há uma semana assistiram a uma missa na quadra de esportes do Morro. Foi aqui que os rapazes foram presos por militares, levados para uma favela vizinha e entregues a traficantes. No domingo passado, os corpos apareceram no lixão.

(SONORA Ísis Guimarães - avó de um dos jovens) “A minha dor é porque eu fui a última a ver quando ele saiu de casa e fica aquela lembrança, né? Da última, quando ele saiu na minha porta”.

Em outra missa celebrada de manhã, um cartaz pedia a retirada dos soldados da favela. Nessa sexta-feira a Justiça Federal do Rio limitou a área de atuação do Exército à rua onde fica o canteiro de obras de reforma das casas. Mas, hoje, nós flagramos soldados em outros pontos da favela. Nos principais acessos e até no alto do morro.

(PASSAGEM) O Comando Militar do Leste informou que reduziu de 250 para 60 o número de militares na Providência, mas não explicou porque havia soldados fora do local determinado pela Justiça. A Advocacia Geral da União tem até a quinta-feira para apresentar novos argumentos que justifiquem a necessidade de permanência do Exército no Morro.

Sandra: Tropas na favela, tropas no campo. Mas essas são particulares. Seguranças contratadas por agricultores. A violência (...)

23/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

Início da matéria: 10'30''

Duração: 45''

Bonner: A Justiça Federal julgará o caso dos três jovens assassinados no Rio depois de serem entregues a traficantes por militares.

(NOTA COBERTA) O Tribunal de Justiça do Estado do Rio se considerou incompetente para o julgamento, alegando que o crime é de interesse da União. Parentes dos rapazes mortos foram recebidos hoje pelo Presidente Lula e pelo Governador Sérgio Cabral.

Bonner: Segundo o advogado dos parentes, durante o encontro, as mães pediram segurança e tratamento psicológico. A Secretaria de Direitos Humanos informou que vai atender aos pedidos, mas o Governo Federal ainda não se pronunciou sobre uma terceira reivindicação: a retirada das tropas do Exército do Morro da Providência.

24/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

Início da matéria: 7'10''

Duração: 2' 52''

Bonner: As tropas do Exército se retiraram, hoje, do Morro da Providência, no Rio. O Tribunal Regional Eleitoral embargou as obras de reforma de casas na favela, que eram realizadas com o apoio do Exército. Onze militares que atuavam na área foram indiciados pela morte de três jovens.

REPORTAGEM (André Luiz Azevedo - Rio de Janeiro): O funcionário do Tribunal Regional Eleitoral subiu o Morro da Providência com a ordem da Justiça: parar tudo. Portas e janelas da empresa responsável pelas obras foram lacradas. Os operários protestaram. (sons de gritos, “Ah-Ah-Ah. Queremos trabalhar!”)

O projeto Cimento Social de reforma de casas foi apresentado no Congresso pelo senador Marcelo Crivella, do PRB, como Projeto de Lei, mas não chegou ainda a ser votado. O Governo Federal encampou a idéia e os Ministérios da Defesa e das Cidades assinaram um convênio em 31 de janeiro deste ano para a realização das obras. Cerca de 80 casas começaram a ser reformadas, mas 30 ainda estão inacabadas, segundo os moradores. (sons de serra serrando)

(PASSAGEM) A decisão de interditar as obras foi do juiz responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral. No processo, ele diz que recebeu esta denúncia anônima que veio acompanhada de um folheto que estaria sendo distribuído pelo senador Marcelo Crivella, pré-candidato à Prefeitura do Rio. Aqui, fotos do Morro da Providência, antes e depois do projeto Cimento Social.

Para o juiz, o convênio foi adotado em pleno ano eleitoral, o que é proibido. A Justiça ordenou ainda ao senador Marcelo Crivella que interrompa a distribuição dos cartões, associando o nome dele à obra.

(SONORA Fábio Uchoa - juiz eleitoral do TRE/RJ) “A única alternativa que a Justiça Eleitoral teve para resguardar esse princípio da igualdade em prol de todos os candidatos foi determinar a suspensão dessa obra”.

O senador Marcelo Crivella não quis gravar entrevista e divulgou nota em que diz que respeita a decisão da Justiça, mas lamenta que a obra tenha sido paralisada, segundo ele, por contaminação do debate político provocada pela proximidade das eleições. Marcelo Crivella diz que a obra foi iniciada em dezembro do ano passado e negou que haja qualquer conotação eleitoral.

Hoje, o presidente do Supremo Tribunal Federal defendeu a participação do Exército em missões de Segurança Pública.

(som de parte de outra sonora, “Questão de Direitos Humanos”)

(SONORA Gilmar Mendes - presidente do STF) “Eu tenho absoluta convicção de que a Constituição permite, desde que devidamente regrado. Agora, não é possível, ideologicamente, a partir de um episódio que é de todo lamentável, começar a dizer que o Exército, por isso, não tenha aptidão para, eventualmente, atuar na Segurança Pública”.

Com a decisão da Justiça Eleitoral, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou a retirada imediata das tropas.

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “A questão é saber o que vale a pena: fazer obras para os morros ou paralisá-las por questões políticas? É um problema que o Rio vai ter que enfrentar”.

25/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes
NÃO HOUE MATÉRIA!!!

26/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

Início da matéria: 7'20''

Duração: 1'10''

Fátima: O Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, falou hoje sobre o assassinato de três jovens do Morro da Providência, no Rio. E criticou o tenente do Exército, Vinícius Guidetti, acusado de comandar os militares que entregaram os rapazes a traficantes.

(SONORA Paulo Vanucchi – Sec. Nac. de Direitos Humanos) “O tenente do Exército teria sido menos covarde se tivesse matado ele os três jovens, porque num dos tiros ele poderia ter uma intenção de misericórdia. Quando ele entrega para o crime organizado o rival, ele entrega sabendo que o resultado podia ser o que nós vimos. Essa violência que a lei brasileira pune como tortura”.

Fátima: O Exército estava no Morro da Providência até o começo desta semana, quando foi obrigado pela Justiça Eleitoral do Rio a interromper obras que fazia no local. O TRE considerou eleitoreiras as reformas feitas em casas da favela e notificou o idealizador do projeto, o senador e pré-candidato à prefeitura do Rio, Marcelo Crivella, para dar explicações. Hoje, Crivella entregou defesa à Justiça Eleitoral e disse esperar que o juiz reveja a decisão de suspender as obras. O senador não revelou os argumentos usados no recurso.

27/06/2008

JORNAL NACIONAL

Apresentação: William Bonner e Fátima Bernardes

ESCALADA (FÁTIMA): Militares que entregaram jovens do Rio a traficantes são submetidos à acareação.

Início da matéria: 6'

Duração: 1'11''

Fátima: O tenente do Exército acusado de entregar três jovens a traficantes de uma favela do Rio de Janeiro ficou hoje frente a frente com um soldado e com o capitão que comandava a tropa. Os jovens foram assassinados.

REPORTAGEM (Eduardo Tchao - Rio de Janeiro): Os depoimentos foram no Batalhão de Polícia do Exército, onde 11 militares estão presos. O tenente Vinícius Guidetti, que é acusado de comandar a entrega dos rapazes aos bandidos, foi ouvido duas vezes.

(PASSAGEM) No primeiro depoimento, ele foi confrontado com o capitão Laerte Ferrari, que teria mandado liberar os rapazes depois da prisão por desacato. O tenente Vinícius disse

que não obedeceu a ordem porque não compreendeu bem a determinação, mas o capitão afirmou que foi claro.

Os três jovens foram assassinados pelos traficantes. Depois, o tenente ficou frente a frente com o soldado que teria evitado a fuga de uma das vítimas, já no Morro da Mineira. A promotora do Ministério Público Militar responsável pelas investigações, disse que o tenente Vinícius Guidetti mentiu nas acareações.

(SONORA Evelize Jourdan – promotora - Justiça Militar) "Foi um depoimento bastante ruim para ele. É uma versão pautada de fatos inverossímeis, a ponto de subestimar a inteligência de qualquer um, né?".

Fátima: Passados 13 dias do crime, nenhum dos traficantes suspeitos de torturar e matar os jovens foi preso.

28/06/2008
JORNAL NACIONAL
Apresentação: Chico Pinheiro e Carla Vilhena
NÃO HOUE MATÉRIA!!!

30/06/2008
JORNAL NACIONAL
Apresentação:
Início da matéria:
Duração: <25’>

A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra 11 militares do Exército acusados de envolvimento na morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os militares foram denunciados por homicídio triplamente qualificado, quando cometido cruelmente, sem chances de defesa para a vítima e por motivo torpe. A pena máxima é de 30 anos de cadeia. Os militares estão presos. Os traficantes que assassinaram os jovens ainda não.

Apêndice B - Transcrições do Jornal da Cultura

14/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Vladir Lemos e Silvia Correa

NÃO HOUVE MATÉRIA!!!

16/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (MICHELLE): Governador do Rio chama de marginais os militares do Exército envolvidos na morte de três rapazes do Morro da Providência.

Início da matéria: 6'22''

Duração: 1' 05''

Heródoto: E três dos onze militares acusados de envolvimento na morte de três jovens do Rio de Janeiro confessaram hoje o crime, segundo a polícia. Depois de detidos pelo Exército, os três jovens foram deixados pelos militares no Morro da Mineira, comandado pela facção criminosa rival a do Morro da Providência, onde moravam as vítimas.

Michelle: E os militares disseram à polícia que queriam dar um corretivo nos jovens. Os militares envolvidos foram chamados hoje de marginais pelo Governador Sérgio Cabral

NOTA COBERTA (NARRAÇÃO por um terceiro): O Exército ocupa o Morro da Providência desde o fim do ano passado para a implantação de um projeto de recuperação de casas. Hoje de manhã, moradores do Morro protestaram em frente ao Comando Militar do Leste, onde os militares estão presos.

(sons de gritos, "Assassinos, assassinos, assassinos")

Depois do enterro dos três jovens encontrados em lixão da baixada fluminense, houve confronto entre manifestantes e soldados no Centro do Rio de Janeiro.

17/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (HERÓDOTO): Olá, Boa noite. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, vai ao Morro da Providência no Rio de Janeiro e pede desculpas aos parentes dos três rapazes mortos pelos traficantes. Eles foram entregues pelos militares do Exército que patrulhavam o Morro aos assassinos. Os militares constroem um conjunto de casas suspeito de fazer parte de um esquema político pela disputa da prefeitura do Rio de Janeiro. Daqui a pouco você vai saber mais detalhes.

Início da matéria: 7'30''

Duração: 1'56''

Michelle: E o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pediu desculpas hoje aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro e aos pais dos três jovens assassinados por traficantes. O Ministro esteve no local onde os três rapazes foram abordados por militares antes de ser entregues aos bandidos.

REPORTAGEM (Glauce Tomolei – Rio de Janeiro): De manhã, moradores da Providência participaram de uma reunião com a cúpula do Exército. A mãe de Welington Gonzaga, um dos rapazes assassinados, esteve presente. No Morro, os moradores que trabalham no projeto Cimento Social cruzaram os braços em sinal de protesto. Isso porque, na noite de ontem, os soldados teriam imposto toque de recolher em represália à manifestação em frente à Central do Brasil.

(SONORA – NÃO IDENTIFICADO) “A partir das 7 e meia, 8 horas, não tinha mais nada na rua. Luzes tudo apagada. Viatura do Exército aqui, ó, na rua aqui, de contra-mão”.

Hoje à tarde o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, saiu da sede do Comando Militar do Leste no Centro do Rio e seguiu num comboio em direção ao Morro da Providência a menos de 1 quilômetro dali. Na favela, o Ministro visitou as obras do projeto Cimento Social, acompanhado do comandante do Exército, General Enzo Péri. Depois, o Ministro foi recebido na casa da família de uma das vítimas.

(SONORA Nelson Jobim – Ministro da Defesa) “Peço a vocês que recebam o nosso perdão. Que receba a nossa condolência e a nossa indignação. Muito obrigado!”

Na saída, o Ministro disse que o crime foi um desvio de conduta e, que por enquanto, não há planos de retirar o Exército da favela.

18/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (Michelle): Olha, Heródoto. A Justiça Federal determinou a saída imediata dos militares do Morro da Providência no Rio de Janeiro onde soldados do Exército prenderam e entregaram aos traficantes três rapazes que foram assassinados. Você vai ver também.

PASSAGEM DE BLOCO (Michelle): Justiça Federal determina a saída imediata do Exército do Morro da Providência no Rio de Janeiro. Jornal da Cultura. Daqui a pouco.

Início da matéria: 13’16’’

Duração: 1’10’’

Michelle: E a Justiça Federal acata a ação da Defensoria Pública da União e determina a saída imediata de tropas do Exército do Morro da Providência no Rio de Janeiro. Para a defensoria, militares agiram contra a lei quando detiveram três moradores do Morro. Pela Constituição, não compete ao Exército fazer a Segurança Pública.

Heródoto: E a Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados vai convidar o Ministro Nelson Jobim para dar explicações sobre a morte dos três jovens deixados pelos militares com traficantes de uma comunidade rival.

NARRAÇÃO (Madeleine Alves): Moradores do Morro que trabalham no Projeto Cimento Social retomaram as obras. Os soldados dão segurança ao projeto do senador Marcelo Crivella, candidato à prefeitura do Rio. O Presidente Lula afirmou hoje que o Estado vai trabalhar na reparação às famílias das vítimas, e defendeu a permanência dos militares no local. O despacho da juíza Federal Regina Coeli Medeiros determina a troca do Exército pela Força de Segurança Nacional. Onze militares acusados de envolvimento na morte dos três rapazes estão presos.

ENCERRAMENTO DO TJ (Michelle): Você viu na edição de hoje do Jornal da Cultura (...) Justiça Federal determina que o Exército deixe o Morro da Providência no Rio.

19/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (Heródoto): Olá, Boa Noite.

ESCALADA (Michelle): Boa Noite!

ESCALADA (Heródoto): O Ministério público pede a prisão preventiva de onze militares do Exército suspeitos de participação na morte dos três moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro. A polícia concluiu que eles tinham contato com os traficantes que assassinaram os jovens. Pelo menos quatro acusados vão responder por homicídio triplamente qualificado, ou seja, motivo torpe, meio cruel e sem chance de defesa para as vítimas. Você vai ver mais detalhes aqui no Jornal da Cultura.

Início da matéria: 3'20'' (**TV BRASIL**)

Duração: 1'34''

Heródoto: E a polícia civil indiciou hoje os onze militares acusados de participar da morte dos três moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro. Eles estão presos desde segunda-feira e vão responder por crime de homicídio com três agravantes que aumentam a pena.

Michelle: O Exército ocupa o Morro da Providência há seis meses para dar segurança ao Projeto Cimento Social. Ontem, a Justiça determinou a saída da tropa acusada pelos moradores de agir com violência. O Governo Federal já pediu a suspensão da liminar que ainda não foi cumprida.

(REPORTAGEM Felipe Barreto – Rio de Janeiro): Na manhã de hoje, moradores do Morro da Providência afirmaram que o número de militares nas ruas da favela é menor do que em outros dias.

(SONORA – Homem sem crédito) “Mais calmo. Esse pessoal que estão aí já fica mais tranquilo. Não são iguais aos outros que ficava apontando arma no meio do beco. Alá. Pode ver, está normal.”

Os militares se concentram no alto da comunidade, próximo ao local onde está ateadada a bandeira do Brasil. Em outro ponto, um boneco com a farda militar foi cortado ao meio.

(PASSAGEM) O Comando Militar do Leste ainda não recebeu oficialmente a determinação da Justiça que ordena a retirada imediata das tropas do Morro da Providência e a substituição por homens da Força Nacional de Segurança.

Para os moradores da Providência, tanto faz a farda. O que importa é o respeito.

(SONORA SEM IDENTIFICAÇÃO) Nós nos viramos muito bem, entendeu? Se houver respeito. Se a polícia, quando subir aqui no Morro, subir com dignidade, para cumprir o papel de polícia, entendeu? Porque o símbolo do Exército é a mão amiga. Cadê a mão amiga que tirou três jovens da nossa comunidade e entregou com essas mesmas mãos a inimigos para morrer de uma maneira tão monstruosa?

20/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (Heródoto): Olá, Boa Noite.

ESCALADA (Michelle): Boa Noite!

ESCALADA (Heródoto): A Justiça do Rio de Janeiro decide que o Exército vai continuar no Morro da Providência, porém só nas áreas que estão em obras recentemente. Familiares dos jovens assassinados denunciam que estão sendo ameaçados pelos traficantes que dominam o Morro. A Justiça também decidiu que o Exército não pode se envolver em ações de Segurança Pública. Esse é um dos assuntos do Jornal da Cultura de hoje.

PASSAGEM DE BLOCO (Michelle): E a Justiça autoriza a permanência do Exército por mais uma semana no Morro da Providência no Rio de Janeiro. Jornal da Cultura. Daqui a pouco.

Início da matéria: 14'12''

Duração: 2'30''

Michelle: E o presidente do Tribunal Regional Federal, o desembargador Castro de Aguiar decidiu manter o Exército no Morro da Providência no Rio de Janeiro. De acordo com a decisão, as tropas militares só podem circular na área onde há obras do Projeto Cimento Social.

Heródoto: E familiares e amigos dos três jovens mortos por traficantes fizeram uma missa. As famílias pediram ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, para ser incluídas no programa de proteção às testemunhas. Elas dizem que estão sofrendo ameaças de morte.

REPORTAGEM: A decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro que pedia a retirada do Exército no Morro da Providência foi suspensa até o dia 26, na próxima quinta-feira. O desembargador do Tribunal restringiu o acesso dos militares do Morro nas áreas do Cimento Social, o projeto do senador Marcos Crivella encampado pelo Governo Federal e que recupera fachadas e telhados. Hoje o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, esteve no Rio. Ele se reuniu com a cúpula do Exército e com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e disse que vai acompanhar o caso. Onze militares, acusados

de entregar os três rapazes a traficantes, foram indiciados pela polícia por homicídio. Os autores da chacina ainda não foram presos.

(SONORA Sérgio Caldas – Dir. de Policiamento da Capital) “O que nós não podemos fazer é sair fazendo incursões em comunidades sem ter um objetivo, sem ter informações mais pontuais. É isso que nós estamos levantando”

A primeira etapa da investigação civil será o pedido de quebra do sigilo telefônico do tenente Vinícius de Moraes. Para a polícia não há dúvidas que houve negociação entre oficial do Exército e os traficantes.

(SONORA Ricardo Domingues – Delegado) Os onze militares comandados pelo tenente Vinícius entraram na favela da Mineira e entregaram os jovens aos traficantes locais. Está comprovado. Eles foram indiciados no triplo homicídio e triplamente qualificados.

Uma missa foi rezada em homenagem aos jovens assassinados. Durante a cerimônia, Ísis de Almeida, avó de David Florêncio, uma das vítimas, passou mal e desmaiou.

Heródoto: Uma correção. O nome correto do senador e também virtual candidato à prefeitura do Rio de Janeiro é Marcelo Crivella.

21/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Aldo Quiroga e Michelle Dufour

ESCALADA (Michelle): E o Exército descumpre ordem judicial e continua patrulhando o alto do Morro da Providência do Rio de Janeiro. Veja também esses assuntos:

Início da matéria: 4’

Duração: 45’’

Aldo: O Exército reduz o contingente no Morro da Providência no Rio de Janeiro, mas descumpre ordem judicial e continua a patrulhar todas as áreas da favela.

Michelle: E hoje foi rezada a missa de sétimo dia em memória dos três rapazes assassinados por traficantes depois de serem detidos e entregues aos bandidos por militares.

NOTA COBERTA: Familiares dos rapazes mortos receberam a solidariedade dos amigos durante a missa no Centro do Rio. Os parentes das vítimas decidiram tentar um encontro com o Presidente Lula, que visita o Rio na segunda-feira. Na Providência, os soldados continuaram no alto do Morro embora o despacho da Justiça Federal autorize a tropa a ficar apenas lá em baixo, dando proteção ao Projeto Cimento Social de reforma de casas.

23/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

Início da matéria: 4'45''

Duração: 25''

Heródoto: E a Justiça Federal vai julgar os onze militares acusados de entregar os três rapazes do Morro da Providência no Rio de Janeiro aos traficantes. A decisão foi anunciada hoje. Os onze soldados foram indiciados por triplo-homicídio com três agravantes: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa das vítimas. Hoje, a Polícia Militar começou a substituir a tropa do Exército no Morro da Providência.

24/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (Michelle): Você vai ver também. O Exército retira os soldados do Morro da Providência no Rio de Janeiro e a Justiça Eleitoral suspende as obras do Projeto Cimento Social considerado eleitoreiro. E veja também:

PASSAGEM DE BLOCO (Michelle): Obrigada, Alexandre. E não perca a seguir. Justiça Eleitoral embarga obras no Morro da Providência no Rio, que recebiam proteção de soldados do Exército envolvidos na morte de três rapazes.

Início da matéria: 14'16''

Duração: 1'18''

Michelle: E o Tribunal Regional Eleitoral embargou obras do Projeto Cimento Social que recupera casas no Morro da Providência no Rio de Janeiro. A iniciativa beneficiaria um pré-candidato à prefeitura da cidade.

REPORTAGEM: O embargo foi decidido depois de uma denúncia de uso eleitoral da máquina pública. O senador e pré-candidato à prefeitura Marcelo Crivella que apresentou o projeto, encampado pelo Ministério das Cidades, seria beneficiado. Segundo a Justiça não pode haver obra social nova em ano eleitoral. Ainda cabe recurso à decisão. A Justiça Eleitoral deu 48 horas para o senador Crivella justificar o Projeto. A obra ganhou as manchetes de jornal há 10 dias, quando militares que fazem a segurança do projeto entregaram três jovens para traficantes de um Morro rival. Os rapazes foram mortos. Onze militares estão presos. Segundo a polícia, os traficantes que mataram os três rapazes já foram identificados. Hoje, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, decidiu pela retirada do Exército do Morro da Providência.

Michelle: E o senador Marcelo Crivella do PRDB do Rio de Janeiro, divulgou nota e disse que respeita a decisão do TRE, mas lamenta a paralisação das obras. Segundo o senador, não há conotação eleitoreira no projeto que foi embargado por contaminação política.

25/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

Michelle: Veja agora outras notícias do dia:

LAPADA (Madeleine Alves):

- Justiça decreta a prisão preventiva dos onze militares envolvidos na morte de três jovens no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Sete militares seriam soltos hoje.
 - Moradores do Morro da Providência propõem concluir, por sistema de mutirão, as obras do Projeto Cimento Social, de reforma de casas. O Projeto contava com a segurança do Exército, mas foi considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça.
-

26/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

Michelle: Veja agora outras notícias do dia.

LAPADA (Madeleine Alves): Moradores do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, retomam obras do Projeto Cimento Social em sistema de mutirão. O projeto de reforma de casas foi considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça na terça-feira.

27/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

NÃO HOUVE MATÉRIA!!!

28/06/2008

JORNAL DA CULTURA

Apresentação: Aldo Quiroga e Adriana Couto

NÃO HOUVE MATÉRIA!!!

30/06/2008

JORNAL DA CULTURA (1h40)

Apresentação: Heródoto Barbeiro e Michelle Dufour

ESCALADA (Heródoto): Olá, Boa noite.

ESCALADA (Michelle): Boa noite!

ESCALADA (Heródoto): A Justiça Federal aceitou uma denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os réus vão ser ouvidos ainda esta semana. Até agora a polícia não encontrou os traficantes que teriam torturado e assassinado os jovens, o que levanta suspeita que os militares podem ter uma atuação além de entregar os jovens para bandidos.

LAPADA (Madeleine Alves): Justiça Federal aceita denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Rio de Janeiro. Eles vão responder por homicídio triplamente qualificado e a pena para cada um varia de 12 a 30 anos de prisão.

Apêndice C – O Teor das Reportagens do Jornal Nacional

(a) Família das Vítimas e Amigos:

...

A narrativa encontrada neste item de observação foi a falta dos jovens sentida pela família e amigos. Na reportagem do dia 16, o texto indica que “*mais de mil pessoas acompanharam o enterro dos três rapazes no fim da tarde*” e as imagens mostram muitas pessoas andando entre os túmulos de um cemitério, carregando um caixão e flores; corte, algumas mãos alisam o caixão com cuidado.

O melhor exemplo deste enfoque é encontrado na sequência da edição do dia 17 de junho que diz o texto verbal: “*De mãos dadas, parentes e amigos das vítimas foram para um quartel do Exército. (pausa) Ouviram um pedido de desculpas do general que comanda a ocupação da favela onde os jovens moravam*”. Simultaneamente é mostrada uma cena de mulheres que andam de mãos dadas de modo a entrarem em um prédio enquanto militares saem do prédio; após o corte, algumas mulheres, sendo que a maioria com camisetas brancas contendo uma foto estampadas nelas, andam de mãos dadas em direção à câmera, saindo do prédio; em seguida é mostrado uma mãe – como indicado na sonora – usando uma camiseta branca com os dizeres “descanse em paz” que dá uma entrevista aos jornalistas com um tom de desespero ao dizer: “*Eu acordei, tomei um cafézinho e chorei porque nunca mais meu filho vai tomar um café comigo*”.

Este mesmo enfoque está presente na edição do dia 19, quando mostra “*o desabado da mãe*” “*na frente das autoridades*”, ela está sentada em uma cadeira e joga fotos ao chão, uma a uma, com uma fala desesperada e o microfone aberto: “*Olha só como meu filho era, gente. Meu filho era assim. Tem tudo aqui. Meu filho não tinha envolvimento com nada. Olha, gente*”.

Semelhantemente, a edição do dia 20 mostra que “*a primeira missa em homenagem aos jovens mortos lotou a quadra de esportes perto da favela onde eles moravam*” e mostrou uma mulher dizendo “*tiraram um pedaço meu, tiraram um pedaço da minha casa, aquilo ali era uma alegria nossa*”, seguindo-se o som de uma canção que diz “segura na mão de Deus” e o texto narrado pelo jornalista em off dizia “*parece faltar forças para suportar a perda*”.

Na edição seguinte, do dia 21, a cabeça da matéria continuou falando sobre a missa em “*homenagem aos jovens mortos por traficantes*” e mostra uma sonora da avó de um dos

jovens que diz: “A minha dor é porque eu fui a última a ver quando ele saiu de casa e fica aquela lembrança, né? Da última, quando ele saiu na minha porta”.

...

A segunda narrativa de desejo de punição está presente, principalmente, em dois momentos: um na edição do dia 16 e outro na do dia 17. No dia 16, há uma cena de uma mulher com aspecto desesperado que leva a mão no rosto algumas vezes, enquanto diz: “Eles não vão trazer meu filho de volta, mas eu quero justiça”.

Na edição do dia seguinte, foi ao ar a cena mais memorável do episódio quando o Jornal Nacional mostrou que o Ministro da Defesa, Nelson Jobim “*conversou com a tia de um dos rapazes mortos*”. É mostrada a cena do Ministro da Defesa entrando em uma casa na qual a porta estava aberta; após o corte vemos uma mulher de óculos em uma cozinha; na sequência é mostrada uma visão lateral do Ministro que bebe um copo com café e, na legenda, aparecem os dizeres de apenas parte da conversa: “Não vai ficar”; “Não vai ficar impune”; e, “Eu vim aí para isso mesmo”; é possível ouvir a conversa completa entre os dois, por meio da técnica sonora de “som ambiente”: “Senhor Ministro, tomara que o caso dos garotos não fique impune” – “Não vai ficar” – “Um era meu sobrinho” – “Era?” – “Era!” – “Não vai ficar impune” – “Um era meu sobrinho” – “Eu vim aí para isso mesmo”.

...

A primeira reportagem da edição do dia 17 salienta que as famílias das vítimas receberam um pedido de desculpas pelo ocorrido. A escalada do dia 17 já anunciava tal enfoque: “Um pedido formal de desculpas. O Ministro da Defesa vai ao Morro da Providência e promete punir os militares envolvidos na morte de três jovens” que é reforçada na cabeça da reportagem que diz: “Boa noite. O Ministro da Defesa pediu hoje desculpas aos parentes dos três jovens assassinados no fim de semana, no Rio”. Durante a reportagem, vem o texto off indicando que “O Ministro da Defesa embarcou para o Rio para acompanhar as investigações”, com cenas de militares descendo de um veículo militar e, após o corte, são mostrados alguns soldados enfileirados em frente ao Comando Militar do Leste. Logo em seguida, vem a passagem que diz: “Depois da reunião com generais do estado maior do Exército, no Rio, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi para o Morro da Providência, onde os três jovens assassinados moravam”.

Na sequência, entra o texto em *off* que diz: “*O esquema de segurança foi reforçado. Soldados se espalharam pelo Morro enquanto o Ministro percorria as ruas da favela. Ele viu as obras que estão sendo feitas sob o comando dos militares*”. É mostrada uma vista lateral de veículo militar sendo dirigido por militares e um deles com uma arma que sai do veículo; após o corte, há um soldado que caminha enquanto outro faz a guarda na frente de uma residência cujo morador se encontra à porta; em seguida, aparece o Ministro Nelson Jobim acompanhado por dois homens fardados e por uma multidão; a sequência continua com a cena do Ministro da Defesa, e outras pessoas que o acompanhavam, passando por um beco apertado; por fim, é mostrado a partir de uma câmera localizada no interior de casa que mostra o Ministro Nelson Jobim passando pela janela ainda em construção, enquanto um homem de capacete se movimenta dentro da casa.

Em seguida, é mostrada a sequência com a conversa entre o Ministro e a tia de um dos rapazes; depois vem o texto em *off*: “*Nelson Jobim se reuniu com moradores e pediu desculpas oficialmente em nome do Exército*”. É mostrada a cena do Ministro da Defesa mexendo no óculos no meio de uma multidão de pessoas; após o corte ele caminha em direção de uma mulher com uma criança no colo; e, por fim, Nelson Jobim caminha com outros dois militares, um de cada lado e uma moça negra atrás. Então, é mostrada a sonora do Ministro que encerra a reportagem dizendo: “*Estamos observando a desculpa que nós precisamos estar manifestando, o nosso pesar pelo acontecimento e mostrando claramente de que isso não vai se repetir. Vamos deixar bem claro a indignação do Governo, a indignação de todos nós, da comunidade, em relação ao fato que aconteceu*”.

A segunda reportagem da edição do dia 18 também mostrou este tratamento de pedido de desculpas e de preocupação com as vítimas, ao dizer que: “*Dona Lilian e as outras mães das vítimas receberam mais um pedido de desculpas pela ação do Exército. Desta vez, do Congresso Nacional, representado pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara*”.

...

Com relação à **responsabilidade do Governo** às famílias das vítimas, a nota-pé da primeira reportagem do dia 17 diz: “*Em nota, a Secretaria Especial de Direitos Humanos se solidarizou com os parentes das vítimas e anunciou que as investigações serão acompanhadas por integrantes da secretaria, da OAB, da Sub-procuradoria Geral da República e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*”.

Na edição do dia 18, a primeira reportagem começou com a seguinte frase: “O Presidente Lula disse que o Estado tem que indenizar as famílias dos três jovens assassinados”, enquanto é exibida uma cena do Presidente em meio aos jornalistas.

A edição do dia 20 afirma que “a comissão criada pelo Governo Federal para acompanhar as investigações” “vai pedir proteção para duas mães que estariam sofrendo ameaças e ouviu denúncias de agressões anteriores feitas pelos militares”. Em seguida é mostrada a sonora de Paulo Vannuchi, Secretário de Direitos Humanos que diz: “O nosso dever é apurar de uma maneira rigorosa, profunda, e apresentar isso à autoridade. Propor, inclusive, novas tomadas de depoimento”.

No dia 23, o Jornal Nacional indicou que “parentes dos rapazes mortos foram recebidos hoje pelo Presidente Lula e pelo Governador Sérgio Cabral” e, em seguida, concluindo a nota coberta lida no estúdio, informou que “segundo o advogado dos parentes, durante o encontro, as mães pediram segurança e tratamento psicológico. A Secretaria de Direitos Humanos informou que vai atender aos pedidos, mas o Governo Federal ainda não se pronunciou sobre uma terceira reivindicação: a retirada das tropas do Exército do Morro da Providência”.

(b) Moradores do Morro:

...

A narrativa que mostra que os moradores protestaram contra os militares foi a mais enfatizada neste item de observação, presente na cabeça da edição do dia 14: “Soldados do Exército deram tiros para o alto durante um confronto com moradores de uma favela no Centro do Rio. O motivo do tumulto seria o desaparecimento de três rapazes da favela”. Ao iniciar a reportagem, percebe-se que o protesto foi violento. A nota coberta lida pelo apresentador diz que “um grupo de manifestantes jogou pedras nos soldados, que reagiram. (pausa) Alguns moradores e um militar ficaram feridos. Nas paredes, e nos muros, as marcas de balas”. Vê-se uma cena em uma rua com homens vestindo fardas que se localizam na calçada e no meio da rua; então, a câmera começa a tremer e a fazer uma aproximação, mostrando um objeto – provavelmente uma pedra – sendo arremessado em direção dos militares; em seguida, os militares se movimentam e a câmera recua; após o corte, há um detalhe de uma orelha com sangue e, então, o braço de um militar fardado com um pouco de sangue. A sequência continua mostrando uma janela que possui grades, porém há uma marca de bala que atravessou as grades e atingiu parte da parede; por fim, há uma imagem tremida

de uma parede deformada, provavelmente por ter sido atingida por um projétil; sonoramente, há barulhos e gritos de pessoas durante a reportagem.

A reportagem afirma, na seqüência, que: *“Testemunhas acusam soldados do Exército de serem os responsáveis pelo desaparecimento dos três jovens”*, visualmente é mostrada uma rua em aclave com militares de costas, em primeiro plano, e com um grupo de civis que estão com as mãos erguidas, acenando ao fundo e gritando “fora, fora”; após o corte, há um afastamento de câmera com militares em primeiro plano voltados para os civis. Em seguida, o texto diz: *“Eles foram vistos pela ultima vez na madrugada deste sábado, quando voltavam de uma festa”* e as cenas mostram alguns homens fardados subindo uma escada feita de concreto íngreme e outros militares andando pelas ruas da favela. O texto segue com *“moradores dizem que os rapazes foram abordados e agredidos pelos militares”* e mostra uma pessoa de costas, desfocalizada, vestindo rosa e, depois do corte, outra vestindo branco.

Na reportagem do dia 16 a cabeça anuncia que *“hoje os protestos se repetiram”* e a primeira reportagem é encerrada informando que *“ao saírem do cemitério, moradores foram protestar em frente ao Comando Militar do Leste, que fica na principal avenida no Centro da cidade. Houve confusão (pausa). A manifestação terminou agora a pouco”*. Mostram-se imagens de pessoas pulando e gritando e, após o corte mostrar uma fila de militares avançando com sons de marcha; em seguida, um objeto é arremessado na barreira militar, seguido de o barulho de uma explosão por conta de um objeto arremessado que soltava um gás e, em uma nova cena, imagens de pessoas arrebentando uma barreira de ferro, um outro rapaz pulando e quebrando o vidro de um carro; por fim, imagens tremidas mostrando uma rua movimentada e, após o corte, uma cena com a câmera parada mostrando um carro de polícia vindo da esquerda para a direita com sons de sirene.

A reportagem da edição do dia 22 diz que: *“em outra missa celebrada de manhã, um cartaz pedia a retirada dos soldados da favela”* e os dizeres que estavam escritos em uma pequena cartolina eram “Fora Exército e Força Nacional, a Providência quer paz”.

...

Na edição do dia 16, o enfoque da reportagem foi **o medo dos moradores** frente à situação em que se encontram. O texto diz que: *“o reforço da segurança não impediu que muitos comerciantes fechassem as portas. Empresas de ônibus desviaram a rota de cinco linhas, um hospital público suspendeu as consultas e um restaurante popular encerrou o expediente mais cedo”*. O medo também é indicado visualmente, ao mostrar um veículo

militar descendo um viaduto e passando embaixo de um “marco” amarelo (ao que tudo indica a entrada da favela); depois, uma panorâmica horizontal de várias lojas com portas fechadas e ninguém transitando; em seguida, uma cena a partir do interior de um veículo em movimento mostrando uma rua “deserta”; posteriormente, uma panorâmica saindo de um prédio (provavelmente um hospital) para um portão; por fim, é mostrada uma viatura de polícia estacionada em frente a um local que diz “Restaurante Popular”. Na sequência, a reportagem explicou o porquê que “*o medo tomou conta da região*”, mostrando casas simples em uma favela.

(c) Operários das Obras:

...

Assim como os moradores, os operários das obras também fizeram **protestos contra a presença do Exército**. O texto em *off* da segunda reportagem exibida no dia 16 explica: “*Hoje, operários que participam da obra protestaram em frente ao Comando Militar do Leste. Disseram que os soldados cometem excessos contra os moradores e que só vão retomar o trabalho se as tropas deixarem a favela. O Exército declarou que nunca recebeu denúncias desse tipo*”, simultaneamente aparecem cenas de algumas pessoas fazendo gestos em conjunto com as mãos erguidas e gritando “justiça, justiça”; após o corte, mostra outras pessoas aplaudindo; depois dos aplausos, vemos ao alto uma escada de concreto com militares descendo e, ao abrir da câmera, é mostrado outros militares em contato com civis que caminham em direção à câmera, criando uma sensação de que eles estão deixando o Morro.

...

Após a decisão da Justiça os operários são enfocados como aqueles que **desejam trabalhar nas obras**. A reportagem do dia 24 mostra, em texto *off*, que “*os operários protestaram*” e, simultaneamente, mostrava a cena de homens com capacetes de construção na cabeça e seus braços estavam cruzados; logo em seguida, são mostrados muitos operários de azul, fazendo protesto ao levantarem seus capacetes e gritarem em coro: “Ah-Ah-Ah. Queremos trabalhar!”, captação de áudio possível pela técnica de som ambiente. E, seguindo o texto em *off*, da mesma reportagem, é explicado sobre o projeto e, na tela, aparece homens trabalhando em uma construção.

(d) Exército (instituição)

...

Começando com a justificativa da presença do Exército no Morro, é possível identificar essa explicação em várias reportagens, como na matéria do dia 14 de Junho – dia seguinte a morte dos jovens – que diz “*O Exército está no Morro desde dezembro, fazendo a segurança de um projeto do Governo Federal para reforma de casas*”. As imagens mostram soldados andando em um pátio, após o corte há um militar de costas no contra-luz e, ao fundo, é possível identificar a ponte Rio-Niterói; em seguida, um militar de costas olhando para o alto com um binóculo e encostando o binóculo ao peito. Na tela vê-se o logo da Globo em destaque com o selo indicando “arquivo”, ou seja, uma imagem que eles já tinham utilizado em outras reportagens anteriormente.

Tal enfoque ocorreu também na segunda reportagem do dia 16 de Junho. Já na cabeça é dito que: “*A ocupação do Morro da Providência pelos militares começou em dezembro do ano passado. O Exército é responsável por obras na favela*”. A reportagem se inicia com uma imagem de militares de costas, olhando para a Central do Brasil e, após o corte, a cena de um militar no contra-luz olhando em direção à ponte Rio-Niterói. O texto diz: “*Mais de 200 homens dão apoio a reformas em 780 casas. O Cimento Social é um Projeto de Lei do senador Marcelo Crivella, do PRB, e já prevê a participação do Exército. O Ministério das Cidades encampou o projeto e firmou parceria com o Ministério da Defesa*”. As imagens mostram rapidamente uma imagem do senador Marcelo Crivella; corta para uma panorâmica horizontal de uma paisagem com muitas casas que é encerrada em um corredor por onde alguns militares estão circulando; e, após a panorâmica, são mostrados dois militares em uma esquina fazendo guarda enquanto algumas mulheres estão caminhando por eles com sacolas.

Outro exemplo é encontrado na segunda reportagem do dia 18 de Junho ao dizer que “*as tropas estão na favela desde dezembro*”; visualmente a câmera acompanha lateralmente a subida de alguns militares subindo uma escada de concreto.

...

O debate sobre a legalidade da utilização do Exército na Segurança Pública está presente na primeira reportagem da edição do dia 16 de Junho que começa evidenciando o papel do Exército como aquele que soluciona a tensão do Morro ao dizer que: “*Um grande comboio do Exército cruzou as ruas da cidade. O destino era o Morro da Providência no*

Centro, que vive um clima tenso desde o fim de semana”, visualmente há na tela uma fila de veículos militares passando por uma rua; corte para um detalhe em um dos veículos onde estão sentados vários soldados; corte para veículos do Exército enfileirados passando na lateral de uma ponte; a sequência segue mostrando uma imagem de militares descendo de um desses veículos em frente a um marco amarelo (provavelmente a entrada da favela) e é finalizada com uma fileira de militares armados na lateral de uma calçada marchando.

O final da segunda reportagem, desta mesma edição do dia 16, traz duas sonoras. A primeira do Ministro da Defesa, Nelson Jobim que declara: *“A leitura dos próprios depoimentos nos levam à indignação, mostrando a absoluta falta de respeito à pessoa humana, desempenhada por esses personagens e isso deverá ter uma reação não só da sociedade, mas uma reação do Poder Judiciário de forma radical”*. Na sequência, foi ao ar o texto em *off*, apresentando a segunda sonora com um membro de uma organização não-governamental, que dizia: *“Para a ONG Viva Rio, a participação do Exército precisa ser debatida pela sociedade”*. Em seguida, Rubem César Fernandes dá o seguinte depoimento: *“Essa questão da Providência deveria virar uma questão de discussão a sério. Precisa haver uma discussão nacional, séria, sobre a presença do Exército na Segurança Pública Nacional. Não faz sentido as Forças Armadas ficarem à margem disso, mas o ingresso delas precisa ser bem regulado”*.

No dia seguinte, 17, foi enfocada a visão governamental sobre a utilização do Exército na Segurança Pública. A sequência começou mostrando imagem do deputado Raul Jungmann, PPS, Presidente da Comissão de Segurança da Câmara com o texto em *off*: *“O presidente da Comissão de Segurança da Câmara disse que o Congresso precisa discutir uma legislação sobre a participação dos militares em ações de segurança”*. Em seguida, há a sonora com Jungmann, que declarou: *“A lei tem que dizer: ‘como?’, ‘quando?’, ‘quem?’, ‘por quanto tempo?’ e ‘para que?’ nós vamos empregar as Forças Armadas em funções policiais ou de suporte a ações policiais”*. Após o corte, mostra um *tilt* (panorâmica verticalizada de baixo para cima) do prédio “Palácio Duque de Caixias” e, verbalmente, é dito que: *“O Presidente Lula manifestou indignação com o episódio”*. Na sequência, há uma sonora com o Ministro da Justiça Tarso Genro que declara: *“Isso comprova uma visão que é a visão do Presidente, que é majoritária em toda a sociedade, que as Forças Armadas não são aptas para tratar da Segurança Pública”*. É necessário destacar que o Jornal Nacional creditou a fala do Ministro como sendo o posicionamento do Presidente da República.

Na edição seguinte, do dia 18, a primeira reportagem traz a visão do Ministro da Defesa e do Exército com relação ao emprego das Forças Armadas na Segurança Pública. A

passagem da reportagem informa que: *“Hoje, o Ministro da Defesa fez um relato ao Presidente sobre a visita ao Morro da Providência. Na próxima segunda-feira, Nelson Jobim, o Presidente Lula e o Governador Sérgio Cabral se reúnem no Rio de Janeiro, para discutir mudanças na ação Exército”*. Após o corte, vem a sonora com Nelson Jobim, Ministro da Defesa, que declara: *“Eu terei um estudo técnico do Ministério da Defesa, depois terei conversas com o Comando do Leste e depois nós vamos examinar que tipo de forma nós teremos e se isto é viável ou não”*. Após o corte, mostra o General Enzo Peri sentado próximo a uma bandeira e o texto em off informando que *“O comandante-geral do Exército disse hoje que os militares atuam em várias obras em locais de risco. Ele defendeu a punição dos culpados e negou que os soldados trabalhem como polícia”*. Por fim, há a sonora com o general que declara: *“Nós solicitamos o apoio da Polícia Militar que fez antes ali um trabalho que chamam de limpeza da área. Logo após isso, ela se retirou então nós permanecemos lá. Então, com o pessoal dando a proteção aos canteiros de trabalho, àqueles que estão trabalhando e aos nossos militares envolvidos no serviço”*.

O assunto continuou a ser pautado na reportagem do dia 19. O texto em off dizia: *“A juíza que, ontem, determinou a retirada dos militares, explicou a decisão”*, enquanto era mostrada a imagem de Regina Coeli de Carvalho movimentando alguns autos (papéis). Em seguida, vem a sonora com a juíza: *“Eu mandei retirar, porque ela foi colocada lá de forma irregular, porque a Constituição Federal veda a locação de recursos militares para fazer segurança urbana”*.

Na edição do dia seguinte, 20, a passagem diz: *“Numa entrevista depois de uma cerimônia na Marinha, o Ministro da Defesa disse que o Governo não pretende abrir mão de usar as Forças Armadas também na segurança interna. Sobre a presença de tropas no Morro da Providência, no Rio, Nelson Jobim defendeu que o perfil dos soldados do Exército que atuam lá é que deve ser modificado”*. Em seguida, vem o texto em off que diz que *“O Ministro não quis dar detalhes sobre o tipo de tropa que deve atuar em casos como o do Morro da Providência, mas defendeu a mudança da lei para permitir a atuação dos militares sem polêmicas na Justiça”*. Na sequência, ele explicou sua posição: *“O que se passa é que precisamos ter uma legislação especial para isso. E essa legislação é que nós queremos abrir uma discussão a partir de julho e eventualmente termos um projeto definido até o final do ano”*.

A última declaração sobre este assunto veio do Supremo Tribunal Federal na reportagem do dia 24. A sequência mostra propositalmente o Presidente do STF, Gilmar Mendes dizendo *“questão de direitos humanos”*, possível com o recurso de som ambiente. Em

seguida entra o texto em *off*: “Hoje, o presidente do Supremo Tribunal Federal defendeu a participação do Exército em missões de Segurança Pública”. E, por fim, o depoimento: “Eu tenho absoluta convicção de que a Constituição permite, desde que devidamente regrado. Agora, não é possível, ideologicamente, a partir de um episódio que é de todo lamentável, começar a dizer que o Exército, por isso, não tenha aptidão para, eventualmente, atuar na Segurança Pública”.

...

Um outro enfoque dado à instituição foi quanto à **presença do Exército após determinação judicial**. Apesar da entrevista com a juíza Regina Coeli ser mostrada apenas no dia 19, a cabeça da primeira reportagem do dia 18 de Junho já indicava a determinação da Justiça, ao dizer que: “A juíza da 18ª Vara Federal do Rio, Regina Coeli Medeiros de Carvalho, determinou a retirada imediata das tropas do Exército que ocupam, desde dezembro, o Morro da Providência, no Centro do Rio. Ela acolheu uma ação da Defensoria Pública da União. A juíza determina que seja mantido o pessoal técnico-militar do projeto Cimento Social, que reforma casas na região, mas que o policiamento passe a ser feito pela Força Nacional de Segurança. A Advocacia Geral da União informou que, apesar de ainda não ter sido notificada, a Procuradoria Regional da União no Rio de Janeiro vai recorrer da decisão da Justiça amanhã. A ordem da juíza do Rio de Janeiro, Regina Coeli Medeiros de Carvalho, não foi nem comentada pelo Ministério da Defesa, nem pelo comando do Exército. As duas instituições preferiram aguardar a comunicação oficial da decisão”.

A primeira reportagem do dia 18 trouxe a visão do Presidente Lula sobre o assunto ao dizer que: “Antes de saber da determinação da Justiça de retirar o Exército, o Presidente disse que as obras no Morro da Providência deveriam continuar, com ou sem o Exército no local”. Visualmente, aparece o Presidente em meio a jornalistas. Na seqüência, é mostrada a declaração dele que diz: “Se for necessário, sai. Mas isso nós vamos discutir com calma para não tomar nenhuma atitude precipitada”.

A cabeça da edição do dia 19 dá a seguinte informação: “O Governo Federal recorreu da decisão da Justiça do Rio que determinou a retirada do Exército do Morro da Providência”. Ao mostrar uma cena com homens trabalhando, o texto diz: “As obras do projeto Cimento Social, comandadas pelos militares, continuam no Morro da Providência”. Em um outro momento, antes de encerrar a reportagem, o texto em *off* afirma que: “A Advocacia Geral da União informou que já pediu a suspensão da liminar para que o Exército

permaneça na favela”, enquanto a reportagem mostra soldados caminhando em direção à câmera e vários homens do Exército fazendo guarda em frente a um marco amarelo (provavelmente a entrada da favela). Em seguida é exibida uma sonora com o Ministro da Defesa Nelson Jobim que declara: *“A retirada de tropas do Exército representa a paralisação das obras seguramente, porque as obras são realizadas pelo Exército. Se sai o Exército, saem as obras”*.

Na edição do dia seguinte, 20, a cabeça da reportagem informa que: *“A Justiça Federal decidiu manter pelo menos até quinta-feira da semana que vem a presença do Exército no Morro da Providência, ou da Providência, no Rio de Janeiro. Mas em apenas uma rua”*. O texto em off da reportagem revela que *“À tarde, o Tribunal Regional Federal decidiu manter as tropas do Exército no Morro pelo menos até quinta-feira da semana que vem. A Justiça deu esse prazo para que a Advocacia Geral da União apresente argumentos sobre a necessidade de manter os soldados no local. Até lá, os militares terão que restringir a atuação a uma única rua onde fica o canteiro de obras”*.

No outro dia, na edição do dia 21, a escalada mostra que *“A Justiça não anuncia uma decisão definitiva e o Exército se mantém nas ruas do Morro da Providência no Rio”* e a cabeça da reportagem diz que *“O Exército não cumpriu integralmente a decisão da Justiça de limitar a presença de soldados a uma única rua, no Morro da Providência, Rio de Janeiro”*. O final da reportagem afirma que *“a Justiça Federal do Rio limitou a área de atuação do Exército à rua onde fica o canteiro de obras de reforma das casas”*, enquanto é mostrada uma cena a partir do interior de um veículo andando pelas ruas em um bairro; em seguida, é mostrada uma panorâmica horizontal de uma rua em obras. A sequência exibe imagens de soldados no parapeito ao alto de um morro e verbalmente revela que há uma inversão ao dizer que: *“Mas, hoje, nós flagramos soldados em outros pontos da favela. Nos principais acessos e até no alto do morro”*. Por fim, é feita a passagem de encerramento noticiando que *“O Comando Militar do Leste informou que reduziu de 250 para 60 o número de militares na Providência, mas não explicou porque havia soldados fora do local determinado pela Justiça. A Advocacia Geral da União tem até a quinta-feira para apresentar novos argumentos que justifiquem a necessidade de permanência do Exército no Morro”*.

Em uma nota-pé da edição do dia 23, o Jornal Nacional como que cobra uma posição do Governo sobre o assunto ao dizer que *“A Secretaria de Direitos Humanos informou que vai atender aos pedidos, mas o Governo Federal ainda não se pronunciou sobre uma terceira reivindicação: a retirada das tropas do Exército do Morro da Providência”*.

A cobrança não precisou ter efeito, porque no dia seguinte “o *Tribunal Regional Eleitoral embargou as obras de reforma de casas na favela, que eram realizadas com o apoio do Exército*”, como informou a cabeça da reportagem do dia 24. O encerramento da desta edição declara que “*Com a decisão da Justiça Eleitoral, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou a retirada imediata das tropas*”. Em seguida, vem a sonora do Ministro da Defesa Nelson Jobim: “*A questão é saber o que vale a pena: fazer obras para os morros ou paralisá-las por questões políticas? É um problema que o Rio vai ter que enfrentar*”. Na edição do dia 26, foi reafirmada esse desfecho da retirada do Exército em uma nota-pé que dizia: “*O Exército estava no Morro da Providência até o começo desta semana, quando foi obrigado pela Justiça Eleitoral do Rio a interromper obras que fazia no local*”.

...

Ação dos militares envolvidos é desvinculada da instituição do Exército. A passagem da segunda reportagem da edição do dia 16 revela que: “*O Comando Militar do Leste informou que o episódio no Morro da Providência não deve mudar em nada o esquema do Exército em relação às obras e que os militares vão permanecer no local até o fim dos trabalhos, previsto para dezembro*”. Na sequência é dito que: “*O Exército afirmou ainda que não há justificativa para o comportamento dos militares nesse episódio*”; visualmente aparece na tela algo semelhante a uma coletiva de imprensa na qual o Coronel Carlos Alberto Barcellos, chefe de Comunicação Social do Exército fala aos jornalistas a partir de um púlpito. Logo em seguida é exibida a sonora na qual ele afirma: “*A conduta adotada por esses militares é repudiada por nós de maneira veemente. E o procedimento que está sendo adotado na esfera judicial militar é para que os responsáveis efetivos sejam identificados e exemplarmente punidos*”.

Na edição do dia seguinte, 17, a sonora com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim corrobora a fala do Coronel do Exército ao explicar que: “*Agora, o que não podemos é confundir o fato que aconteceu com a ação do Exército e com as obras que estão realizadas aqui*”.

Um tratamento semelhante é visto na edição do dia seguinte, 18, que afirma, na cabeça, que “*mais cedo, o Presidente Lula tinha condenado a ação dos militares pela primeira vez publicamente*”. A matéria começa dizendo que “*O Presidente Lula (...) afirmou que o erro que provocou as mortes não foi do Exército, mas de quem estava no comando da operação*”, visualmente é exibido uma cena do Presidente em meio aos jornalistas. Durante a

sonora, o Presidente declarou: *“O que aconteceu foi uma coisa abominável, que não tem explicação e que, ou seja, não está na cabeça de uma pessoa normal o que aconteceu”*.

O que mostra um tratamento diferenciado está na reportagem da edição do dia 19 de Junho, durante a passagem, ao revelar que: *“Um documento oficial da Justiça Militar obtido pelo Jornal Nacional mostra que outras tropas do Exército em serviço no Morro da Providência já cometeram irregularidades consideradas graves. Um grupo de soldados armados e com carro do Exército chegou a ser preso na Baixada Fluminense no mesmo horário em que deveriam estar aqui, na favela”*.

(f) Militares Envolvidos

...

A primeira narrativa deste item de observação se encontra ao mostrar que os **soldados foram presos**. Na cabeça da primeira reportagem da edição do dia 16, por exemplo, indica que: *“A polícia do Rio revelou que um tenente do Exército confessou ter entregado três jovens de uma favela do Rio para traficantes de outro Morro. Depois disso, os rapazes foram encontrados mortos”*. A reportagem conta que *“No sábado, eles foram detidos por homens do Exército acusados de desacato e desapareceram. Teriam sido levados para uma outra favela”*, as imagens mostram uma rua em aclave com militares reunidos ao fundo próximo a um carro amarelo; vem o corte e mostra dois soldados correndo ladeira abaixo.

Na mesma reportagem, após a passagem e uma sonora do delegado, o texto diz que *“Onze militares tiveram a prisão decretada pela Justiça do estado. Além do tenente, estão presos três sargentos e sete soldados. Todos foram indiciados pela polícia por triplo homicídio e devem ser julgados pela Justiça Comum, a não ser que o inquérito militar conclua que não se trata de assassinato, mas de seqüestro. Nesse caso, eles serão julgados pela Justiça Militar”*. Vemos militares reunidos em uma rua estreita com um militar acenando para direita e para a esquerda com o dedo apontado para cima, indicando “não”; após o corte entra um videografismo que mostra uma representação de um homem fardado que é sobreposto posteriormente com outras três representações de homens fardados; e, por fim; outras sete sobrepõe todas as outras, formando uma espécie de triângulo – como se fossem pinos de boliche invertidos no qual o pino solitário ficaria ao fundo –; o texto indica que esses homens representam, respectivamente: 1 tenente; 3 sargentos; 7 soldados. Na seqüência do videografismo, essa formação triangular de militares é recuada ao fundo da tela e, ao mesmo tempo, aparece uma pasta com os dizeres “triplo homicídio” na capa e, em cima dela, a

palavra “polícia”; em seguida, esta pasta desaparece e é escrito na tela as palavras “inquérito militar” e outra pasta aparece com a capa escrita “seqüestro”; depois, abaixo, aparecem os dizeres: “julgados pela Justiça Militar”.

Na edição do dia seguinte, 17, a cabeça da reportagem relembra a acusação: *“Onze militares estão presos, acusados de entregar os rapazes a traficantes”*. Após mostrar o desespero das famílias que foram a uma base militar ouvir um pedido de desculpas, a primeira reportagem do 17 informa em texto *off* que: *“Foi nesta mesma base militar que os rapazes foram ouvidos, no sábado, depois de serem detidos por desacato. Deveriam ser liberados, como ordenou um oficial, mas foram levados para uma favela por 11 militares e entregues a traficantes”*, as imagens mostram os familiares andando de mãos dadas em filas no meio de muitos jornalistas; vemos a cena em ângulo inferior de militares subindo algumas escadas de concreto.

Na cabeça da reportagem do dia 18 mostra que *“Os 11 militares que entregaram as vítimas jovens aos bandidos estão presos”*. Próximo ao início da reportagem é feito um resumo do episódio envolvendo as vítimas e os militares: *“O filho de dona Lilian tinha 19 anos e foi detido com outros dois rapazes na manhã de sábado, no Morro da Providência. Dali, foram levados para um quartel próximo, onde foram ouvidos e deveriam ser liberados, mas, segundo as investigações, foram entregues por militares para traficantes do Morro da Mineira e foram assassinados”*, visualmente entra um videografismo com a foto 3x4 de um rapaz que é aproximada; em seguida, outras duas fotos tipo 3x4 surgem na tela; após o corte, é mostrado um mapa superior da cidade do Rio de Janeiro onde mostra a localidade do “Morro da Providência” e, ao girar, aparece o “Quartel” militar, então, o mapa sofre um afastamento e é revelada a localização do “Morro da Mineira”.

No dia 19, o Jornal Nacional apresentou o desfecho sobre a prisão dos militares ao informar que: *“A polícia concluiu o inquérito sobre o crime. Os 11 militares foram indiciados pelos três homicídios. Se condenados, a pena pode chegar 90 anos de prisão”*. Vemos uma viatura policial que segue em direção a uma rua; em seguida, a fachada de uma base militar com os dizeres no portão “Polícia do Exército”.

A cabeça da reportagem do dia 24 diz: *“Onze militares que atuavam na área foram indiciados pela morte de três jovens”*. Um enfoque semelhante ocorreu na nota lida no dia 30 de junho, último dia de análise, ao informar que: *“A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra 11 militares do Exército acusados de envolvimento na morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os militares foram denunciados por homicídio triplamente qualificado, quando cometido cruelmente, sem chances de defesa para*

a vítima e por motivo torpe. A pena máxima é de 30 anos de cadeia. Os militares estão presos. Os traficantes que assassinaram os jovens ainda não”.

...

Militares estão presos enquanto traficantes estão em liberdade. A cabeça da segunda reportagem da edição do dia 18, mostra que: “Quatro dias depois da morte dos três jovens no Morro da Providência, no Rio, os traficantes que os assassinaram covardemente ainda estão em liberdade”. A passagem desta matéria informa que: “A polícia do Rio decidiu dividir o inquérito sobre as mortes dos três rapazes do Morro da Providência. Agora serão duas investigações: uma sobre a participação dos militares e a outra sobre a ação dos traficantes da quadrilha do Morro rival da Mineira, que teriam torturado e assassinado os jovens”. Na sequência é dito que “Onze militares estão presos, mas, até agora, nenhum bandido da favela foi localizado”, mostrando cenas do Batalhão de Polícia do Exército. Então, é mostrada a sonora de José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, que diz: “Tenho certeza de que iremos chegar aos autores desse crime e apresentar à comunidade. Agora, nós não podemos agir, como eu venho dizendo, com gosto de sangue na boca. Nós temos que agir com cautela, nos temos que agir com critério”.

Tal narrativa também está presente na matéria do dia 19. A escalada da edição mostra um jogral entre os apresentadores que informa: “Traficantes se movimentam tranquilamente no Morro da Mineira. No mesmo local onde três jovens foram executados há 5 dias, os principais suspeitos continuam soltos. Os militares que entregaram os rapazes aos bandidos são indiciados por homicídio”. A cabeça da matéria reforça este enfoque dizendo: “Os soldados acusados de entregar três jovens a traficantes foram indiciados pela polícia, mas, no Morro onde os rapazes foram assassinados, ninguém foi preso”. Na sequência, a matéria é iniciada com o texto: “Um bandido armado é flagrado andando tranquilamente no Morro da Mineira, hoje de manhã. Traficantes dessa favela são acusados de matar os três jovens do Morro vizinho, da Providência. Cinco dias depois do crime, nenhum traficante foi preso. Segundo a polícia, há dois suspeitos identificados, que comandam a venda de drogas na região”. Visualmente há uma cena com um videografismo oval destacando civil que está segurando uma arma; em seguida, são mostradas várias cenas de casas da favela, em algumas é possível ver ao fundo moradores, que estão varrendo ou caminhando.

A nota-pé da reportagem do dia 27, após ter informado a situação dos militares envolvidos no caso, traz a informação que *“passados 13 dias do crime, nenhum dos traficantes suspeitos de torturar e matar os jovens foi preso”*.

...

A relação entre militares e traficantes está presente na segunda reportagem do dia 18, que afirma: *“Um relatório do setor de inteligência do Exército mostra que os militares fizeram um mapeamento da área. O documento revela que o tráfico na região conta com 100 homens e lista os nomes e os endereços dos traficantes, a maioria ainda em liberdade”*. Vemos uma cena lateralizada de militares subindo uma escada de concreto; em seguida, vem um videografismo com trechos de um documento em destaque, onde se lê: *“envolvidos com o tráfico. 100 (cem). Elementos”*; a sequência mostra outro documento que fica rodando em segundo plano e, à frente, os dizeres: *“2. O texto é assinado pela COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DA REDE. 1. No dia 12 DEZ 07, segundo dia de ocupação do MORRO DA PROVIDÊNCIA (CV) pela PMERJ com a intenção de executar uma ‘limpeza’ preliminar para a posterior”*.

Em um outro momento da reportagem é dito, em texto em *off*, que: *“O sargento Leandro Maia deu outros detalhes da ação. Contou que houve o desembarque da tropa no Morro da Mineira e que ele mesmo chamou um dos traficantes armados. Os três rapazes foram entregues aos bandidos. Mas o depoimento do soldado José Ricardo Rodrigues revela como foi a negociação com os traficantes. Ele conta que o tenente Vinícius disse para um dos bandidos: ‘Eu trouxe um presentinho para vocês’. Segundo o soldado, os rapazes imploraram, dizendo: ‘Pelo amor de Deus, eles vão nos matar’. Ainda de acordo com o depoimento, depois de deixar os jovens, o tenente Vinícius estendeu a mão a um dos traficantes e disse: ‘Valeu’”*. É mostrado um documento com os seguintes trechos destacados: *“Houve o desembarque da tropa. Chamar um dos elementos que estavam armados. Os três conduzidos que foram deixados”*. Na sequência é mostrado outro documento e os trechos destacados foram: *“Eu trouxe um presentinho pra vocês. Pelo amor de Deus, eles vão nos matar. Estendendo a mão a este, dizendo ‘valeu’”*.

...

O enfoque indicando que **tenente é apontado como o principal culpado do grupo** é observado na primeira reportagem do dia 16 revela que: “Segundo o delegado da Polícia Civil, responsável pela investigação, o tenente do Exército que comandava a guarnição já admitiu no depoimento, que levou mesmo os três jovens do Morro da Providência e entregou os rapazes para traficantes de uma favela de uma quadrilha rival”.

A primeira reportagem da edição do dia seguinte, 17, mostra que: “Alguns militares foram ouvidos hoje pelo delegado, que investiga o caso. Ele quer saber como foi a participação de cada um no crime. O advogado, que defende dois sargentos e um soldado, disse que eles apenas cumpriram ordens de dar segurança ao caminhão durante o transporte e explicou como foi a atitude de um deles diante dos bandidos”. É mostrada uma viatura que entra no Batalhão de Polícia do Exército e, após o corte, vemos dois homens negros de terno. Na sequência, temos a fala de um desses dois homens que é o advogado de três militares, Márcio Brazão que diz: “Acho aquilo estranho, ficou muito assustado, muita arma, poder bélico muito alto na mão dos traficantes e ele pegou, ficou atrás de um poste, ficou lá no pé do Morro, enquanto a viatura subiu”.

...

O tenente Vinícius **contrariou a decisão de superiores e decidiu dar uma punição aos rapazes**, como indica a segunda reportagem da edição do dia 18 de junho: “Aos policiais, o tenente disse que não ficou satisfeito com a decisão do seu superior, capitão Ferrari, de soltar os jovens, e ficou preocupado com a repercussão junto à tropa. Por isso, pensou em aplicar o que chamou de pequeno castigo”. Visualmente, é mostrada uma foto, que aparece no lado direito superior, do tenente Vinicius que está sem camisa, próximo a uma piscina e com o polegar levantado, e um trecho de um documento que diz: “não satisfeito com a decisão do Capitão Ferrari, preocupado com a repercussão, junto à tropa, pensou em aplicar um pequeno castigo”.

Na sequência vem a sonora do advogado do tenente Vinícius, João Carlos de Figueiredo que declara: “O que ele afirma o tempo todo é: não tinha intenção na morte dos jovens e não esperava que isso fosse acontecer”. Ainda sobre a defesa dos envolvidos, o Jornal Nacional noticiou na edição do dia 20 de Junho que “O tenente que comandava a tropa acusada de entregar os jovens aos traficantes prestou um novo depoimento hoje. Segundo o advogado, ele reafirmou que não sabia que os três seriam mortos”.

Na mesma semana em que essas informações eram noticiadas, o Jornal Nacional mostrou ainda duas reportagens contendo a sonora do delegado Ricardo Dominguez. Já na

segunda-feira, 16, ele revelou que o tenente: *“Tomou essa decisão e foi pensada. E houve uma reunião, inclusive. Ele e o grupo, os comandados dele. E houve tempo suficiente para ele pensar e repensar na atitude dele. Ele não demonstrou nenhum arrependimento, a verdade é essa”*. E manteve-se com o mesmo posicionamento no dia 19, ao declarar que: *“Houve tempo suficiente para que eles tomassem uma atitude, seja avisar ao comando superior e no retorno, quando retornaram do Morro da Mineira, também nenhum deles procurou o comando para contar o que havia acontecido”*. Em seguida, a reportagem continua informando que: *“O delegado encerrou as investigações depois de ouvir o depoimento do capitão do Exército que ordenou a liberação dos jovens. O capitão conta que não considerou nenhum fato ofensivo que justificasse a prisão e mandou que os três fossem entregues às famílias. O militar disse que foi procurado por parentes logo depois. Eles disseram que os jovens foram deixados no Morro da Mineira e que receberam um telefonema avisando: eles ‘já eram’, ou seja, já estavam mortos”*, visualmente mostra um videografismo com três trechos de documentos que são destacados a partir da aproximação em tiras, onde se lê: *“Laerte Ferrari Alves”*; *“Não vislumbrou nenhum fato ofensivo. Soltar os três elementos e entregá-los à familiares”*; *“Familiares. Telefonema. Morro da Mineira. Dizendo que já eram”*.

Na cabeça da matéria da edição do dia 26 mostra que: *“O Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, falou hoje sobre o assassinato de três jovens do Morro da Providência, no Rio. E criticou o tenente do Exército, Vinícius Guidetti, acusado de comandar os militares que entregaram os rapazes a traficantes”*. Na sequência vem a sonora de Paulo Vanucchi, que declara: *“O tenente do Exército teria sido menos covarde se tivesse matado ele os três jovens, porque num dos tiros ele poderia ter uma intenção de misericórdia. Quando ele entrega para o crime organizado o rival, ele entrega sabendo que o resultado podia ser o que nós vimos. Essa violência que a lei brasileira pune como tortura”*.

A cabeça da reportagem da edição do dia 27 mostra que o tenente participou de uma acareação: *“O tenente do Exército acusado de entregar três jovens a traficantes de uma favela do Rio de Janeiro ficou hoje frente a frente com um soldado e com o capitão que comandava a tropa”*. A reportagem começa dizendo que *“Os depoimentos foram no Batalhão de Polícia do Exército, onde 11 militares estão presos. O tenente Vinícius Guidetti, que é acusado de comandar a entrega dos rapazes aos bandidos, foi ouvido duas vezes”*. Visualmente, é feita uma aproximação de uma foto do tenente Vinicius que está sem camisa, próximo a uma piscina e com o polegar levantado.

Na sequência da mesma reportagem vem a passagem que diz: *“No primeiro depoimento, ele foi confrontado com o capitão Laerte Ferrari, que teria mandado liberar os*

rapazes depois da prisão por desacato. O tenente Vinícius disse que não obedeceu a ordem porque não compreendeu bem a determinação, mas o capitão afirmou que foi claro”. Em seguida, o texto informa que “o tenente ficou frente a frente com o soldado que teria evitado a fuga de uma das vítimas, já no Morro da Mineira. A promotora do Ministério Público Militar responsável pelas investigações, disse que o tenente Vinícius Guidetti mentiu nas acareações”. Visualmente, é repetida a foto do tenente Vinícius sem camisa; vem o corte e é mostrado um caminhão militar que está entrando no Batalhão da Polícia do Exército; após o corte, vemos um carro saindo desse prédio com a janela traseira aberta da qual a câmera se aproxima e revela uma mulher de óculos escuros, usando uma bata preta na região do pescoço. Por fim, foi ao ar a sonora de Evelize Jourdan que declara: “Foi um depoimento bastante ruim para ele. É uma versão pautada de fatos inverossímeis, a ponto de subestimar a inteligência de qualquer um, né?”.

(g) Marcelo Crivella e o Projeto Cimento Social

...

Durante o período de análise, foram apontadas algumas **possíveis irregularidades no Projeto Cimento Social, principalmente de caráter eleitoral**. A cabeça da segunda reportagem do dia 17 informa que: “A oposição pediu hoje explicações ao Ministro da Defesa sobre a suspeita de uso político do Exército, encarregado de obras no Morro da Providência com recursos do Ministério das Cidades”. O texto da reportagem inicia afirmando: “A página do senador Marcelo Crivella no site do Senado diz que o projeto Cimento Social é uma conquista política. A proposta para reformar fachadas e telhados das casas do Morro da Providência foi apresentada em maio do ano passado ao Presidente Lula e recebeu apoio integral do Governo. Em outubro, como mostra este ofício do diretor de obras militares, general José Ricardo Kümmel, o Exército já tinha um plano de trabalho dividido em duas fases. Três meses depois, foi assinado um documento para a liberação de dinheiro”. Simultaneamente, é mostrada uma imagem do site do senador; um documento com os seguintes trechos em destaque: “O Projeto Cimento Social tem por objetivo ajudar as famílias da comunidade do Morro da Providência a concluir suas casas com estabilidade estrutural e condições sanitárias visando uma melhor habitabilidade”; após o videografismo, duas cenas do Palácio do Planalto; vem o corte e é mostrado um outro documento com destaque para a data “Brasília, 25 de outubro de 2007” e, em seguida, é mostrada abaixo a assinatura da carta com “Cordialmente, Gen. Bda. José Ricardo Kümmel – Diretor de Obras Militares”; depois,

ao centro vêm os dizeres “informo a VSa que a execução está planejada em 2 (duas) fases”; um outro documento com assinaturas aparece na tela e, depois há o destaque da data que indica “Brasília/DF, 31 de janeiro de 2008”.

Nesta mesma reportagem, após a breve explicação sobre o Projeto Cimento Social, a passagem esclarece como se deu o acordo entre as instituições por meio do texto: “*O Ministério das Cidades assumiu o programa e fez um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Defesa. O Exército ficou encarregado de contratar mão-de-obra, fiscalizar as obras e garantir a segurança dos trabalhadores no Morro da Providência*”. E, na seqüência, texto em *off* continua a explicação: “*Pelo acordo, o Exército receberá do Ministério das Cidades 16 milhões de reais. A primeira parcela, de 3 milhões e 700 mil reais, já foi repassada. A previsão é de que o serviço seja concluído até janeiro do ano que vem*”. As cenas são resumidas em um videografismo, criado a partir da imagem dos Ministérios e algumas notas de cem reais amontoadas com os dizeres: “Projeto Cimento Social – Exército receberá do Ministério das Cidades – R\$ 16 milhões – Primeira Parcela – R\$ 3,7 milhões já repassada”, primeiramente; e, depois, toma lugar o texto: “Projeto Cimento Social – Previsão de Serviço Concluído – até o fim de janeiro de 2009”.

Na seqüência, vemos o Senador Arthur Virgílio líder do PSDB, enquanto o texto em *off* diz que “*Hoje, o líder do PSDB no Senado apresentou um pedido de informações ao Ministério da Defesa. Ele condenou a participação do Exército no projeto, principalmente em ano eleitoral*”. Em seguida, entra a sonora do senador tucano dizendo: “*Se houver uso eleitoral, é lamentável. Isso desvia a principal Força Armada brasileira da sua nobre função de proteger o país*”.

A reportagem do dia 17 segue com a resposta do Exército mostrando um documento com o título “Nota para a Imprensa”, destacando o trecho: “os estudos são anteriores ao lançamento de candidaturas para o pleito eleitoral de 2008 e não caracteriza qualquer ligação político-eleitoral”, enquanto que o texto em *off* dizia: “*Em nota, o Exército afirma que os estudos são anteriores ao lançamento de candidaturas para as eleições deste ano, que sua participação no projeto não caracteriza ligação político-eleitoral*”. Por fim, é dito que: “*O Vice-Presidente da República, José Alencar, do mesmo partido de Crivella, negou que tenha pedido a Lula para aprovar o projeto Cimento Social*”, visualmente são mostradas partes da entrevista com Alencar e, em seguida, entra a sonora dele contando que: “*Quando o senador Crivella, que é engenheiro, levantou idéia de se fazer uma recuperação dos barracos no Rio de Janeiro e levou para o Presidente Lula, e eu estava presente por ocasião dessa reunião. Então, o que eu me lembro é que isso foi passado para o Ministério das Cidades*”.

Na reportagem da edição do dia 19, o texto *off* informa que: *“Um relatório do setor de inteligência do Exército revela que alguns moradores não concordaram com a área escolhida para as obras, alegando que o local já tinha sido contemplado para um programa de urbanização da prefeitura e que deveria ser dada a oportunidade para regiões do Morro mais carentes. A insatisfação de alguns moradores vai além: eles dizem que o local foi escolhido porque teria maior visibilidade para futuros anseios políticos”*. Visualmente é exibido um documento com o trecho em destaque: *“Alguns moradores não concordam com a região escolhida”*; em seguida, os dizeres *“já foi contemplado pelo Programa do Governo Municipal”* tomou o lugar do primeiro e, então, dá lugar para os destaques: *“deveria ser dada a oportunidade a localidades mais carentes”*. Após alguns segundos apenas com uma imagem no background do documento, é salientada outra parte que diz: *“a verdadeira escolha do local – ‘maior visibilidade’ – para futuros anseios políticos”*. Na sequência, há casas de um morro e o texto em *off* diz: *“Hoje, uma moradora reclamou”*. É, em seguida, mostrada uma sonora que exibe uma parede com sombras de uma pessoa que não quer ser identificada e legendas para a fala: *“Não houve seleção, se tivesse seleção pelas partes mais pobres seria da Pedra Lisa. Tem tanta gente pobre, tem barraco de pau no Morro e esses aí ‘tá’ aí ainda. Ninguém fez nada”*.

A edição do dia 24 revelou que houve uma irregularidade por conta das eleições. A cabeça da reportagem dizia que: *“As tropas do Exército se retiraram, hoje, do Morro da Providência, no Rio. O Tribunal Regional Eleitoral embargou as obras de reforma de casas na favela, que eram realizadas com o apoio do Exército”*. A reportagem começa contando que: *“O funcionário do Tribunal Regional Eleitoral subiu o Morro da Providência com a ordem da Justiça: parar tudo. Portas e janelas da empresa responsável pelas obras foram lacradas”*. Vemos um homem fixando uma folha com o brasão nacional em uma porta; após o corte o mesmo homem lacra uma janela com uma fita com as palavras *“Justiça Eleitoral”* ao longo da tira. Após ser mostrada a reinvidicação dos trabalhadores, o texto em *off* faz um resumo dizendo que: *“O projeto Cimento Social de reforma de casas foi apresentado no Congresso pelo senador Marcelo Crivella, do PRB, como Projeto de Lei, mas não chegou ainda a ser votado”*. Visualmente, mostra uma cena em ângulo superior que exibe uma obra no qual há trabalhadores se movimentando; após o corte é selecionado um detalhe desta obra com os trabalhadores lavando suas ferramentas; em seguida é mostrada uma imagem do senador Marcelo Crivella, com o logotipo da Globo em cores na lateral indicando *“arquivo”*.

Na sequência desta mesma reportagem, o texto em *off* continua: *“O Governo Federal encampou a idéia e os Ministérios da Defesa e das Cidades assinaram um convênio em 31 de*

janeiro deste ano para a realização das obras. Cerca de 80 casas começaram a ser reformadas, mas 30 ainda estão inacabadas, segundo os moradores". Na tela, é mostrada uma câmera a partir do interior de um veículo, que treme ao percorrer uma rua íngreme; após o corte, alguns trabalhadores se movimentam em um corredor; depois, é mostrada uma panorâmica de cima para baixo (*tilt*) em uma angulação superior, o movimento de câmera se encerra em uma casa com destroços, indicando que foi demolida; na sequência, há uma tomada inferior que mostra algumas casas no alto do morro e a câmera faz um afastamento; depois, há alguns alambrados no chão, mostrando que estão desmontados; por fim, é mostrado um parapeito com muitas pessoas e carros passando pela rua.

Continuando a reportagem, a passagem que explica textualmente que: *"A decisão de interditar as obras foi do juiz responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral. No processo, ele diz que recebeu esta denúncia anônima que veio acompanhada de um folheto que estaria sendo distribuído pelo senador Marcelo Crivella, pré-candidato à Prefeitura do Rio. Aqui, fotos do Morro da Providência, antes e depois do projeto Cimento Social"*. E, então, a reportagem segue dizendo que: *"Para o juiz, o convênio foi adotado em pleno ano eleitoral, o que é proibido. A Justiça ordenou ainda ao senador Marcelo Crivella que interrompa a distribuição dos cartões, associando o nome dele à obra"*. Visualmente aparece um documento sobrepondo outro e, depois, é destacado o trecho: *"firmado em 31/01/2008 em pleno exercício de ano eleitoral"*; um outro documento sobrepõe os outros dois e é destacada a frase: *"abster-se de distribuir ou contribuir para a divulgação do cartão"*. A sonora de Fábio Uchoa, juiz eleitoral do TRE/RJ diz que: *"A única alternativa que a Justiça Eleitoral teve para resguardar esse princípio da igualdade em prol de todos os candidatos foi determinar a suspensão dessa obra"*.

Depois, a reportagem informa que: *"O senador Marcelo Crivella não quis gravar entrevista e divulgou nota em que diz que respeita a decisão da Justiça, mas lamenta que a obra tenha sido paralisada, segundo ele, por contaminação do debate político provocada pela proximidade das eleições. Marcelo Crivella diz que a obra foi iniciada em dezembro do ano passado e negou que haja qualquer conotação eleitoreira"*. Visualmente é mostrada uma cena de Marcelo Crivella em um corredor, e o logotipo da Globo em cores indicando *"arquivo"*; em seguida vem um documento com as palavras destacadas: *"Respeito – decisão da Justiça – Lamento – obra – tenha sido paralisada"*, primeiramente e, depois, a frase: *"contaminação do debate político provocada pela proximidade da disputa eleitoral"*; em seguida, o trecho: *"iniciadas em dezembro de 2007"*; e, por fim, *"nego qualquer conotação eleitoreira do projeto Cimento Social"*.

O desdobramento deste assunto foi apresentado na nota-pé da reportagem da edição do dia 26 ao dizer que: *“O TRE considerou eleitoreiras as reformas feitas em casas da favela e notificou o idealizador do projeto, o senador e pré-candidato à prefeitura do Rio, Marcelo Crivella, para dar explicações. Hoje, Crivella entregou defesa à Justiça Eleitoral e disse esperar que o juiz reveja a decisão de suspender as obras. O senador não revelou os argumentos usados no recurso”*.

...

Na segunda reportagem do dia 18, é indiretamente apontado que **o senador Marcelo Crivella tem ligações com os traficantes** do Rio de Janeiro. Isso porque, além dos nomes e endereços dos traficantes, há outras informações no relatório do Exército, como informa o texto em off: *“Ainda segundo o relatório do Exército, numa reunião em que estavam presentes militares, uma pessoa identificada como Eduardo e que se apresentou como assessor do senador Marcelo Crivella teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários. O documento diz ainda que os bandidos teriam se comprometido a desmobilizar as ‘bocas de fumo’, próximas às obras”*. Visualmente é mostrado a continuação do relatório do Exército com os dizeres: *“2. O texto é assinado pela Comissão de Comunicação da Rede. 1. No dia 12 Dez 07, segundo dia de ocupação do Morro da Providência (CV) pela PMERJ com a intenção de executar uma ‘limpeza’ preliminar para a posterior”*; é mostrado outro documento com os trechos destacados: primeiramente, *“Eduardo de tal – Assessor do Sen. Marcelo Crivella”*; em seguida: *“Com relação à segurança dos trabalhadores conversou com a ‘cúpula’ dos traficantes”*. A nota-pé da reportagem informa que *“A assessoria do senador Marcelo Crivella afirmou que ele nega a participação de qualquer assessor em negociações com traficantes do Morro da Providência para permitir a realização das obras do projeto Cimento Social”*.

Na reportagem do dia 19, este assunto volta à pauta e a reportagem afirma que: *“Ontem, o Jornal Nacional mostrou relatório confidencial do Exército em que o assessor do senador Marcelo Crivella, identificado como Eduardo, teria feito um acordo com traficantes para garantir a segurança dos operários. O documento cita ainda outro assessor de Crivella, identificado como Gilmar. O senador Marcelo Crivella divulgou nota, hoje, em que declara ser falsa a informação de que um assessor tenha negociado o acordo. O senador diz que Gilmar nunca foi assessor do gabinete dele. Ainda segundo a nota de Crivella, o comando do Exército instaurou inquérito administrativo para apurar vazamentos de informações sobre*

fatos não comprovados. Na nota, também defende o projeto Cimento Social e associa a divulgação do assunto à proximidade do início da disputa eleitoral”. Simultaneamente é exibido na tela um documento com alguns trechos destacados: “EDUARDO – conversou com a ‘cúpula’ dos traficantes – garantiram que não haveria qualquer tipo de retaliação”; depois de alguns segundos, abaixo, vem o destaque: “GILMAR de tal – Assessor do Sen. MARCELO CRIVELLA”. Na seqüência, é mostrada uma imagem do senador Crivella falando em um microfone com balões verdes e amarelos atrás, o logotipo da globo aparece colorido e indica que é “arquivo”. Em seguida, é mostrado outro documento onde são salientadas partes dele: “É falsa a informação de que um assessor do meu gabinete tenha negociado qualquer acordo com o”; após o corte, há outra parte que indica: “É falsa também a afirmação de que o senhor Gilmar de tal seja assessor de meu gabinete”; depois vêm salientados os dizeres “o Projeto Cimento Social é, na essência, o exercício da atividade parlamentar”; e, por fim, “lamento, e acho estranho, que essa matéria veiculada às vésperas do início da disputa eleitoral”. A notapé desta reportagem indica que: “Em nota, o Comando Militar do Leste declarou que não fornece informações sobre documentos operacionais relativos à participação das tropas no Morro da Providência e negou ter realizado reuniões com políticos ou assessores sobre o projeto Cimento Social. Mas o relatório da inteligência a que o Jornal Nacional teve acesso não deixa dúvidas de que houve a participação de supostos assessores do Senador Marcelo Crivella nas negociações para a realização das obras. E o relatório ainda informa que um destes supostos assessores teria feito um acordo com os traficantes do Morro para garantir a segurança dos operários”.

Apêndice D – O Teor das Reportagens do Jornal da Cultura

(a) Família das Vítimas e Amigos:

...

O enfoque que mostra a falta dos jovens sentida pela família e amigos está presente na reportagem do dia 16 ao noticiar que houve um “*enterro dos três jovens encontrados em lixão da baixada fluminense*”, visualmente é mostrado cenas de pessoas carregando um caixão; após o corte tem uma visão superior do cemitério; em seguida, algumas pessoas alisam o caixão;

A cabeça da reportagem da edição do dia 20 mostra que: “*familiares e amigos dos três jovens mortos por traficantes fizeram uma missa*”. A reportagem mostra que: “*Uma missa foi rezada em homenagem aos jovens assassinados. Durante a cerimônia, Ísis de Almeida, avó de David Florêncio, uma das vítimas, passou mal e desmaiou*”. Visualmente é mostrado umas pessoas carregando um caixão em um cemitério; em seguida uma cena superior de uma multidão acompanhando um enterro; e, depois, algumas pessoas alisam um caixão; cenas de um altar; corte para uma mulher que está sentada e um copo plástico é oferecido à ela; por fim, uma pessoa caída no chão e outras tentando acudi-la.

A cabeça da reportagem do dia 21 afirma que: “*E hoje foi rezada a missa de sétimo dia em memória dos três rapazes assassinados por traficantes*”. O texto da reportagem diz que: “*Familiares dos rapazes mortos receberam a solidariedade dos amigos durante a missa no Centro do Rio*”, enquanto é mostrado o interior de uma igreja com os bancos preenchidos por pessoas; em seguida, um homem abraça uma mulher; após o corte é mostrado um padre em um altar.

...

A escalada da edição do dia 17 evidencia que as famílias das vítimas receberam um pedido de desculpas: “*O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, vai ao Morro da Providência no Rio de Janeiro e pede desculpas aos parentes dos três rapazes mortos pelos traficantes*”. A cabeça da reportagem mostra que: “*o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pediu desculpas hoje aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro e aos pais dos três jovens assassinados por traficantes*”. Durante a reportagem o texto em off afirma: “*Hoje à tarde o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, saiu da sede do Comando Militar do Leste no Centro do*

Rio e seguiu num comboio em direção ao Morro da Providência a menos de 1 quilômetro dali. Na favela, o Ministro visitou as obras do projeto Cimento Social, acompanhado do comandante do Exército, General Enzo Péri. Depois, o Ministro foi recebido na casa da família de uma das vítimas”. Visualmente é mostrado uma cena de soldados dirigindo veículo militar; em seguida é mostrado um carro civil de luxo com os vidros insulfilmados; após o corte, um veículo militar entra em um túnel; depois, é mostrado o Ministro e um homem fardado no meio de uma multidão subindo uma rampa; e, então, é exibido o Ministro olhando e caminhando por uma porta, ainda não instalada, de uma casa; por fim; é mostrado o Ministro em meio a um local apertado com muitas pessoas em volta que faziam muito barulho. Em seguida, vem a sonora do Ministro que diz: “Peço a vocês que recebam o nosso perdão. Que receba a nossa condolência e a nossa indignação. Muito obrigado!”.

...

O Jornal da Cultura também traz o tratamento que mostra a **responsabilidade do Governo** às famílias das vítimas. A reportagem do dia 18 mostra que: “O Presidente Lula afirmou hoje que o Estado vai trabalhar na reparação às famílias das vítimas”, enquanto vemos “em câmera lenta” alguns soldados descendo de um veículo militar.

A escalada da edição do dia 20 afirma que: “Famíliares dos jovens assassinados denunciam que estão sendo ameaçados pelos traficantes que dominam o Morro”. A cabeça da reportagem do dia 20 revela que: “As famílias pediram ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, para ser incluídas no programa de proteção às testemunhas. Elas dizem que estão sofrendo ameaças de morte”.

Depois de falar sobre a decisão da Justiça Federal, a reportagem do dia 20 segue declarando que “Hoje o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, esteve no Rio. Ele se reuniu com a cúpula do Exército e com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e disse que vai acompanhar o caso”. Visualmente, é mostrada uma aglomeração de homens de terno; um corredor escuro com dois militares próximos ao local; corte para uma panorâmica que se inicia na fachada do Palácio Duque de Caixias e vai para a direita e mostra uma parte da calçada.

A reportagem do dia 21 traz em texto *off* que diz: “Os parentes das vítimas decidiram tentar um encontro com o Presidente Lula, que visita o Rio na segunda-feira”. Visualmente, é mostrada uma camiseta com uma foto estampada de um jovem fazendo um coração com as

mãos; depois, são mostradas as mãos de algumas mulheres na cabeça de uma outra que está sentada; por fim é mostrado o choro de uma mulher que leva ao rosto um lenço.

(b) Moradores do Morro:

...

Os moradores protestaram contra os militares é uma das narrativas presente na reportagem da edição do dia 16, que afirma que: “*Hoje de manhã, moradores do Morro protestaram em frente ao Comando Militar do Leste, onde os militares estão presos*”. Visualmente, é mostrado um conjunto de casas em um morro; uma cena aberta em frente ao “Palácio Duque de Caixias”; uma panorâmica no nome do edifício que segue para uma aglomeração de pessoas; vêem-se algumas pessoas com as mãos erguidas e algumas batendo palmas e ouve-se o coro: “assassinos, assassinos, assassinos”.

Na seqüência, vem o texto em *off*: “*Depois (...) houve confronto entre manifestantes e soldados no Centro do Rio de Janeiro*”. Visualmente, há cenas de pessoas pulando e correndo; algumas pessoas de costas caminhando à frente delas; uma fila de pessoas à direita e uma fila de militares à esquerda, enquanto é arremessado um objeto contra essa barreira militar; por fim, há uma câmera tremida que não é possível descrever a cena. Após o texto em *off*, as imagens continuam – sem uma narração – e mostram uma barreira de civis à esquerda e uma de militares à direita, ao mesmo tempo em que uma barreira de metal cai ao chão; um rapaz que pula e quebra o vidro de um carro; por fim, é mostrado uma cena de uma câmera que está no meio de uma rua e mostra sua movimentação.

...

O Jornal da Cultura mostra que os moradores reclamam que sofrem abusos dos militares que estão no Morro. A reportagem do dia 17 mostra que “*na noite de ontem, os soldados teriam imposto toque de recolher em represália à manifestação em frente à Central do Brasil*”, visualmente é mostrado um corredor com algumas pessoas se movimentando nele; em seguida, há alguns soldados fazendo guarda, próximo a um veículo militar; uma esquina com um carro passando. Na seqüência, aparece a sonora de um rapaz negro de costas: “*A partir das 7 e meia, 8 horas, não tinha mais nada na rua. Luzes tudo apagada. Viatura do Exército aqui, ó, na rua aqui, de contra-mão*”.

A escalada do dia 19 revela que a “*tropa (é) acusada pelos moradores de agir com violência*”. Na reportagem o texto *off* diz que: “*Em outro ponto, um boneco com a farda*

militar foi cortado ao meio". Visualmente, é exibido um boneco pendurado no alto de uma casa; após o corte, um homem leva as partes inferiores do boneco até um tronco de madeira.

Ainda na reportagem do dia 19 é dito que: *"Para os moradores da Providência, tanto faz a farda. O que importa é o respeito"*, enquanto é mostrada a cena de soldados fazendo guarda próximo a um veículo militar. Na sequência, entra uma sonora de uma mulher de costas, implicando o medo de ser identificada, que declara: *"Nós nos viramos muito bem, entendeu? Se houver respeito. Se a polícia, quando subir aqui no Morro, subir com dignidade, para cumprir o papel de polícia, entendeu? Porque o símbolo do Exército é a mão amiga. Cadê a mão amiga que tirou três jovens da nossa comunidade e entregou com essas mesmas mãos a inimigos para morrer de uma maneira tão monstruosa?"*.

(c) Operários das Obras:

...

A reportagem do dia 17 mostra os operários fizeram protestos contra a presença do Exército: *"No Morro, os moradores que trabalham no projeto Cimento Social cruzaram os braços em sinal de protesto"* porque o Exército havia imposto um toque de recolher. Vemos militares subindo uma escada de concreto; em seguida, alguns soldados fazendo a guarda nos dois lados da calçada (provavelmente do viaduto que dá acesso à favela); por fim, é mostrado um parapeito com muitas pessoas enfileiradas lateralmente com os braços cruzados;

...

Quanto aos operários, um enfoque muito salientado pelo Jornal da Cultura foi que eles desejam trabalhar nas obras. A reportagem do dia 18 começa com o texto em *off*: *"Moradores do Morro que trabalham no Projeto Cimento Social retomaram as obras"*, enquanto é mostrado um corredor pelo qual um homem carrega uma carriola de construção; em seguida, mostra uma mulher e uma criança passando em meio a um canteiro de obras, enquanto outros homens trabalham.

As notas cobertas da edição do dia 25 mostram que: *"Moradores do Morro da Providência propõem concluir, por sistema de mutirão, as obras do Projeto Cimento Social, de reforma de casas"*. Há uma panorâmica de uma casa semi-demolidada; depois, outra panorâmica mostrando o interior de uma casa com pertences dentro; e uma outra panorâmica em uma rua, onde é possível ver um canteiro de obras e um homem com uma carriola.

As notas cobertas da edição do dia 26 mostram que: “*Moradores do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, retomam obras do Projeto Cimento Social em sistema de mutirão*”. Visualmente há uma cena com dois homens de capacete trabalhando; em seguida é mostrada uma ladeira com um homem fardado de um lado e, do outro, um pintor com um rolo na mão; e depois, um homem pintando uma parede com o rolo.

(d) Exército:

...

A justificativa da presença do Exército no Morro foi apresentada na reportagem do dia 16 revela que: “*O Exército ocupa o Morro da Providência desde o fim do ano passado para a implantação de um projeto de recuperação de casas*”. É possível ver um soldado saindo de um veículo militar; na sequência é mostrado uma fila de militares subindo por uma calçada; policiais em uma esquina fazendo a guarda; por fim, um veículo vem por um viaduto e passa embaixo de um marco amarelo (possivelmente a entrada da favela).

A reportagem do dia 18 informa que: “*Os soldados dão segurança ao projeto do senador Marcelo Crivella, candidato à prefeitura do Rio*”, visualmente há operários com capacete e, com a aproximação da câmera, é possível ver que militares armados estavam ao fundo; após o corte, é mostrado um homem próximo a uma argamassa e outros dois operários em segundo plano.

A cabeça da reportagem da edição do dia 19 diz que: “*O Exército ocupa o Morro da Providência há seis meses para dar segurança ao Projeto Cimento Social*”.

...

O debate sobre a legalidade da utilização do Exército na Segurança Pública é abordado rapidamente em duas edições: no dia 18 e no dia 20. A cabeça da reportagem do dia 18 informa que: “*Para a defensoria, militares agiram contra a lei quando detiveram três moradores do Morro. Pela Constituição, não compete ao Exército fazer a Segurança Pública*”. A escalada da edição do dia 20 afirma que: “*A Justiça também decidiu que o Exército não pode se envolver em ações de Segurança Pública*”.

...

A narrativa que mostra a situação da presença do Exército após determinação judicial é encontrada na escalada da edição do dia 18: “A Justiça Federal determinou a saída imediata dos militares do Morro da Providência no Rio de Janeiro”. Tal enfoque foi repetido na passagem de bloco ao dizer que: “Justiça Federal determina a saída imediata do Exército do Morro da Providência no Rio de Janeiro”. A cabeça da reportagem também reforça tal tratamento: “E a Justiça Federal acata a ação da Defensoria Pública da União e determina a saída imediata de tropas do Exército do Morro da Providência no Rio de Janeiro”. A reportagem noticia que “o Presidente Lula (...) defendeu a permanência dos militares no local”, enquanto visualmente eram mostrados “em câmera lenta” militares enfileirados que subiam por uma calçada. Na sequência, o texto informa que: “O despacho da juíza Federal Regina Coeli Medeiros determina a troca do Exército pela Força de Segurança Nacional”. Visualmente, são mostrados homens fardados fazendo guarda em uma esquina; após o corte, é mostrado um veículo militar vindo de um viaduto e parando em frente a um marco amarelo. O telejornal do dia 18 é encerrado com as principais notícias do dia, dentre elas: “Justiça Federal determina que o Exército deixe o Morro da Providência no Rio”.

A cabeça da reportagem da edição do dia 19, que conta com imagens da TV Brasil, faz o desdobramento do caso e informa que: “Ontem, a Justiça determinou a saída da tropa (...) O Governo Federal já pediu a suspensão da liminar que ainda não foi cumprida”. A reportagem começa informando que: “Na manhã de hoje, moradores do Morro da Providência afirmaram que o número de militares nas ruas da favela é menor do que em outros dias”, enquanto mostra três mulheres subindo uma rua; alguns militares fazendo guarda próximo a um alambrado; uma cena com moradores e militares e, ao afastar da câmera, é revelado que eles estão transitando juntos em um mesmo espaço. Em seguida vem a sonora de um homem de boné e sem camisa dizendo: “Mais calmo. Esse pessoal que estão aí já fica mais tranquilo. Não são iguais aos outros que ficava apontando arma no meio do beco. Alá. Pode ver, está normal”.

Na sequência é dito em texto *off* que: “Os militares se concentram no alto da comunidade, próximo ao local onde está hasteada a bandeira do Brasil”. Vemos três militares no alto de um prédio; uma visão inferior próxima de um militar armado ao lado de uma bandeira nacional hasteada. A passagem da reportagem do dia 19 segue este mesmo tratamento ao dizer que: “O Comando Militar do Leste ainda não recebeu oficialmente a determinação da Justiça que ordena a retirada imediata das tropas do Morro da Providência e a substituição por homens da Força Nacional de Segurança”.

A escalada da edição do dia 20 afirma que *“A Justiça do Rio de Janeiro decide que o Exército vai continuar no Morro da Providência, porém só nas áreas que estão em obras recentemente”*. A passagem de bloco reafirma tal enfoque dizendo que: *“E a Justiça autoriza a permanência do Exército por mais uma semana no Morro da Providência no Rio de Janeiro”*. Visualmente é mostrado um afastamento de câmera de soldados fazendo guarda e moradores passando. A cabeça da reportagem continua no mesmo tratamento: *“E o presidente do Tribunal Regional Federal, o desembargador Castro de Aguiar decidiu manter o Exército no Morro da Providência no Rio de Janeiro. De acordo com a decisão, as tropas militares só podem circular na área onde há obras do Projeto Cimento Social”*.

A reportagem revela em texto *off* que *“A decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro que pedia a retirada do Exército no Morro da Providência foi suspensa até o dia 26, na próxima quinta-feira. O desembargador do Tribunal restringiu o acesso dos militares do Morro nas áreas do Cimento Social, o projeto do senador Marcos Crivella encampado pelo Governo Federal e que recupera fachadas e telhados”*. Visualmente, é mostrado um afastamento de câmera de soldados fazendo guarda e moradores passando; depois, alguns soldados fazem a guarda em frente a andaimes; três soldados no alto de uma construção; vem o corte e mostra em ângulo inferior um soldado próximo à uma bandeira; e, alguns trabalhadores e, depois da aproximação da câmera, são revelados, ao fundo, alguns soldados armados; imagens de um homem próximo à argamassa e outros dois operários ao fundo; um homem carregando uma carriola em um corredor e outros passeando por ali; uma mulher e uma criança passa em meio a um canteiro de obras; por fim, vemos militares fazendo guarda em um corredor e pessoas passando.

A escalada da edição do dia 21 revela que: *“E o Exército descumpra ordem judicial e continua patrulhando o alto do Morro da Providência do Rio de Janeiro”*. A cabeça da reportagem informa que: *“O Exército reduz o contingente no Morro da Providência no Rio de Janeiro, mas descumpra ordem judicial e continua a patrulhar todas as áreas da favela”*. Na reportagem mostra que: *“Na Providência, os soldados continuaram no alto do Morro embora o despacho da Justiça Federal autorize a tropa a ficar apenas lá em baixo, dando proteção ao Projeto Cimento Social de reforma de casas”*. Há a imagem de soldados armados em um parapeito; dois militares no alto de um prédio; alguns militares próximos a uma escada; uma panorâmica superior, mostrando cenas de uma favela; por fim, são mostradas algumas casas simples.

A edição do dia 23 traz uma nota lida pelo apresentador no estúdio, informando que: *“Hoje, a Polícia Militar começou a substituir a tropa do Exército no Morro da Providência”*.

A escalada da edição do dia 24 anuncia que: *“O Exército retira os soldados do Morro da Providência no Rio de Janeiro”*. A passagem de bloco informa que: *“Justiça Eleitoral embarga obras no Morro da Providência no Rio, que recebiam proteção de soldados do Exército envolvidos na morte de três rapazes”*. Durante a reportagem o texto *off* diz: *“Hoje, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, decidiu pela retirada do Exército do Morro da Providência”*. É mostrado o Ministro subindo uma rampa ao lado de um homem fardado, sendo seguido por uma multidão de pessoas; militares armados na parte inferior de uma escada de concreto.

...

Durante a escalada da edição do dia 16 traz o enfoque de que a ***ação dos militares envolvidos é desvinculada da instituição do Exército***. Em nota coberta, o texto afirma que: *“Governador do Rio chama de marginais os militares do Exército envolvidos na morte de três rapazes do Morro da Providência”*. Visualmente é mostrado um militar fazendo guarda na calçada; alguns militares subindo uma escada de concreto; alguns soldados caminham (no marco amarelo); por fim, são mostradas casas simples em cima de um morro. Na cabeça da reportagem é lido que: *“Os militares envolvidos foram chamados hoje de marginais pelo Governador Sérgio Cabral”*.

A reportagem da edição do dia 17 encerra com o texto em *off*: *“Na saída, o Ministro disse que o crime foi um desvio de conduta e, que por enquanto, não há planos de retirar o Exército da favela”*, enquanto é mostrado o Ministro descendo uma escada com outras pessoas atrás dele; ele caminha entre as pessoas; por fim, é mostrado em “câmera lenta” a caminhada do Ministro seguido por dois outros militares.

(f) Militares Envolvidos

...

A narrativa de que ***soldados foram presos*** é apontada em várias reportagens no Jornal da Cultura. A cabeça da reportagem do dia 16 diz: *“E três dos onze militares acusados de envolvimento na morte de três jovens do Rio de Janeiro confessaram hoje o crime, segundo a*

polícia. Depois de detidos pelo Exército, os três jovens foram deixados pelos militares no Morro da Mineira, comandado pela facção criminoso rival a do Morro da Providência, onde moravam as vítimas”.

A reportagem do dia 18 revela que: *“Onze militares acusados de envolvimento na morte dos três rapazes estão presos”*, enquanto são mostradas algumas pessoas carregando um caixão em um cemitério; vem o corte e mostra a frente do Palácio Duque de Caixias.

A escalada do dia 19 informa que: *“O Ministério Público pede a prisão preventiva de onze militares do Exército suspeitos de participação na morte dos três moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro (...) Pelo menos quatro acusados vão responder por homicídio triplamente qualificado, ou seja, motivo torpe, meio cruel e sem chance de defesa para as vítimas”*. A cabeça da reportagem também reforça tal tratamento: *“E a polícia civil indiciou hoje os onze militares acusados de participar da morte dos três moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro. Eles estão presos desde segunda-feira e vão responder por crime de homicídio com três agravantes que aumentam a pena”*.

A nota lida pelo apresentador no estúdio, presente na edição do dia 23, afirma que: *“a Justiça Federal vai julgar os onze militares acusados de entregar os três rapazes do Morro da Providência no Rio de Janeiro aos traficantes. A decisão foi anunciada hoje. Os onze soldados foram indiciados por triplo-homicídio com três agravantes: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa das vítimas”*.

A reportagem do dia 24 conta que: *“A obra ganhou as manchetes de jornal há 10 dias, quando militares que fazem a segurança do projeto entregaram três jovens para traficantes de um Morro rival. Os rapazes foram mortos. Onze militares estão presos”*. Visualmente, há imagens de um trabalhador carregando uma carriola por um corredor; após o corte é mostrada a cena de uma mulher e uma criança passando por um canteiro de obras; um veículo militar passando por um marco amarelo; militares enfileirados subindo uma calçada; pessoas carregando um caixão em um cemitério; e, por fim, é mostrada a cena de três militares fazendo guarda em cima de um prédio.

As notas cobertas da edição do dia 25 mostram que: *“Justiça decreta a prisão preventiva dos onze militares envolvidos na morte de três jovens no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Sete militares seriam soltos hoje”*. Visualmente, é exibida uma cena de um militar fazendo a guarda enquanto moradores caminham; homens fardados fazendo guarda próximo a um andaime; pessoas carregando um caixão em um cemitério; uma cena em ângulo superior do cemitério; após o corte, há militares fazendo guarda no topo de um prédio; por

fim, uma cena em ângulo inferior, mostrando um soldado ao lado de uma bandeira – os créditos indicam: “Imagens Arquivo”.

As notas cobertas da edição do dia 30 anunciam que: “*Justiça Federal aceita denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Rio de Janeiro. Eles vão responder por homicídio triplamente qualificado e a pena para cada um varia de 12 a 30 anos de prisão*”. Vemos militares ao lado de um andaime; militares fazendo guarda enquanto pessoas caminham e há um afastamento de câmera revelando um corredor; após o corte é mostrado uma cena de três militares em cima de um prédio fazendo a guarda; depois, mostra militares subindo uma escada de concreto; em seguida, mostra um afastamento de câmera a partir de três militares que estão no parapeito de um morro.

...

O enfoque de que **militares estão presos enquanto traficantes estão em liberdade** está presente no texto da reportagem do dia 20, que diz: “*Onze militares, acusados de entregar os três rapazes a traficantes, foram indiciados pela polícia por homicídio. Os autores da chacina ainda não foram presos*”. Visualmente é feito um afastamento de câmera a partir de três soldados que se localizam no parapeito de um morro e, ao abrir de câmera, há uma vista de uma rua com muitos carros; por fim, uma panorâmica da fachada da 4ª Delegacia de Polícia. Em seguida vem a sonora do Diretor de Policiamento da Capital, Sérgio Caldas que declara: “*O que nós não podemos fazer é sair fazendo incursões em comunidades sem ter um objetivo, sem ter informações mais pontuais. É isso que nós estamos levantando*”.

A reportagem da edição do dia 24 mostra que: “*Segundo a polícia, os traficantes que mataram os três rapazes já foram identificados*”, visualmente há soldados fazendo guarda próximo a um andaime; um militar fazendo guarda, enquanto moradores caminham.

A escalada da edição do dia 30, a última da análise, traz um novo enfoque: “*A Justiça Federal aceitou uma denúncia contra os onze militares envolvidos na morte de três jovens no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os réus vão ser ouvidos ainda esta semana. Até agora a polícia não encontrou os traficantes que teriam torturado e assassinado os jovens, o que levanta suspeita que os militares podem ter uma atuação além de entregar os jovens para bandidos*”.

...

O Jornal da Cultura mostra que há uma relação entre militares e traficantes. Na escalada do dia 17 mostra que os jovens “*foram entregues pelos militares do Exército, que patrulhavam o Morro, aos assassinos*”. Na cabeça da matéria diz que: “*O Ministro esteve no local onde os três rapazes foram abordados por militares antes de ser entregues aos bandidos*”.

Essa idéia é reforçada na escalada do dia 18 mostra que: “*soldados do Exército prenderam e entregaram aos traficantes três rapazes que foram assassinado*”. A cabeça da reportagem do dia 18 informa que: “*a Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados vai convidar o Ministro Nelson Jobim para dar explicações sobre a morte dos três jovens deixados pelos militares com traficantes de uma comunidade rival*”.

Na escalada do dia 19 é informado que: “*A polícia concluiu que eles tinham contato com os traficantes que assassinaram os jovens*”.

A cabeça da reportagem da edição do dia 21 informa que os jovens foram “*assassinados por traficantes depois de serem detidos e entregues aos bandidos por militares*”

...

O enfoque indicando que tenente é apontado como o principal culpado do grupo é observado no texto da reportagem do dia 20, que diz: “*A primeira etapa da investigação civil será o pedido de quebra do sigilo telefônico do tenente Vinícius de Moraes. Para a polícia não há dúvidas que houve negociação entre oficial do Exército e os traficantes*”. Visualmente, é mostrado um veículo militar com vários soldados dentro; militares subindo uma escada de concreto; soldados fazendo guarda em calçadas de um viaduto; homens fardados descendo de um veículo militar; militares enfileirados subindo pela lateral de uma calçada; um veículo passando pelo marco amarelo; por fim cenas de umas casas simples em cima de um morro. Na seqüência, é exibida a sonora do delegado Ricardo Domingues que declara: “*Os onze militares comandados pelo tenente Vinícius entraram na favela da Mineira e entregaram os jovens aos traficantes locais. Está comprovado. Eles foram indiciados no triplo homicídio e triplamente qualificados*”.

...

O tenente Vinícius contrariou a decisão de superiores e decidiu dar um corretivo aos rapazes, informa a reportagem da edição do dia 16, que diz que “os militares disseram à polícia que queriam dar um corretivo nos jovens”.

(g) Marcelo Crivella e Projeto Cimento Social

...

As possíveis irregularidades no Projeto Cimento Social, principalmente de caráter eleitoral estiveram presente nas reportagens do Jornal da Cultura. Na escalada do dia 17 informa que: “*Os militares constroem um conjunto de casas suspeito de fazer parte de um esquema político pela disputa da prefeitura do Rio de Janeiro*”.

Na nota-pé da reportagem do dia 20 há uma correção e uma narrativa: “*Uma correção. O nome correto do senador e também virtual candidato à prefeitura do Rio de Janeiro é Marcelo Crivella*”.

A escalada da edição do dia 24 revela que: “*a Justiça Eleitoral suspende as obras do Projeto Cimento Social considerado eleitoreiro*”. A cabeça da reportagem diz que: “*o Tribunal Regional Eleitoral embargou obras do Projeto Cimento Social que recupera casas no Morro da Providência no Rio de Janeiro. A iniciativa beneficiaria um pré-candidato à prefeitura da cidade*”. A reportagem começa dizendo que: “*O embargo foi decidido depois de uma denúncia de uso eleitoral da máquina pública. O senador e pré-candidato à prefeitura Marcelo Crivella que apresentou o projeto, encampado pelo Ministério das Cidades, seria beneficiado*”. Visualmente, é mostrado um papel com alguns dizeres; em seguida, alguns operários em um corredor; após o corte é exibida apenas a imagem do senador Marcelo Crivella; depois, é feito um afastamento de câmera a partir de uma betoneira que gira e, ao abrir de câmera, mostra uma parte de um canteiro de uma obra; em seguida, vem uma panorâmica da direita para a esquerda mostrando uma região de casas simples; por fim, são mostradas muitas casas construídas em um morro, em um ângulo inferior.

Na seqüência, a reportagem do dia 24 continua dizendo que: “*Segundo a Justiça não pode haver obra social nova em ano eleitoral. Ainda cabe recurso à decisão. A Justiça Eleitoral deu 48 horas para o senador Crivella justificar o Projeto*”. Vemos pessoas olhando a partir de um parapeito; um corredor com pessoas e operários; operários protestando com as mãos erguidas e, alguns deles, segurando os capacetes; por fim, é mostrada uma cena com o senador Marcelo Crivella dando entrevistas. Após o término da reportagem, a nota-pé informa que: “*E o senador Marcelo Crivella do PRDB do Rio de Janeiro, divulgou nota e disse que*

respeita a decisão do TRE, mas lamenta a paralisação das obras. Segundo o senador, não há conotação eleitoreira no projeto que foi embargado por contaminação política”.

As notas cobertas da edição do dia 25 informam que: *“O Projeto contava com a segurança do Exército, mas foi considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça”*. Visualmente há uma panorâmica a partir de um andaime desmontado que segue até uma área com pessoas em pé; um corredor com pessoas debaixo de um teto; um documento com o brasão nacional afixado junto à faixas e adesivos com os escritos: “Justiça Eleitoral”.

As notas cobertas da edição do dia 26 declaram que: *“O projeto de reforma de casas foi considerado eleitoreiro e suspenso pela Justiça na terça-feira”*, enquanto é mostrado um corredor com um homem carregando uma carriola e pessoas ao fundo, a câmera é aberta e revela o corredor; após o corte é mostrado um homem subindo com uma carriola por uma rampa íngreme; depois é feita uma panorâmica a partir de um corredor com uma pessoa caminhando que segue até a imagem ficar composta por várias casas sobre o morro.

Anexos

Anexo A – Missão e a Finalidade das TVs Públicas

No nível ético: enfatizar seu caráter público

- a) Caracterizar-se por uma programação eminentemente cultural, educativa, informativa, artística e inovadora.
- b) Não ser comercial e não ter fins lucrativos. Enfatizar o compromisso com a sociedade e não com o mercado.
- c) Não ser utilizada para promoção pessoal, de causas religiosas, comerciais e partidárias.
- d) Dar visibilidade e voz às minorias, buscando apoiar processos de inclusão social.
- e) Ter compromisso com a veracidade.
- f) Trabalhar para universalizar o direito à informação e à comunicação.

No nível estético: ser um espaço de experimentação permanente

- a) Buscar a excelência em conteúdos, linguagens e formatos criativos e inovadores, constituindo-se num centro de invenções e formação de talentos.
- b) Estabelecer um distanciamento crítico em relação à indústria do entretenimento.

No nível educativo: preparar o cidadão para a solidariedade, a democracia e a paz

- a) Contribuir para a formação crítica do cidadão.
- b) Estimular e abrir espaço para a crítica dos meios de comunicação em geral e da televisão em particular.
- c) Divulgar os valores de tolerância, de diálogo e de entendimento.
- d) Dar expressão às diversidades brasileiras.
- e) Socializar a produção do conhecimento.
- f) Engajar o telespectador na causa da televisão pública.
- g) Desenvolver programas educativos e cooperar com processos educacionais.
- h) Produzir e veicular jornalismo de interesse público, privilegiando a compreensão dos fatos e não a espetacularização da notícia.

Disponível em: Ministério da Cultura. (Org.). I Fórum Nacional de Tv's Públicas – Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007, p. 17.

Anexo B – Lei Complementar 97 de 09 de Junho de 1999

Anexo C – Lei Complementar 117 de 02 de Setembro de 2004

Anexo D – Projeto de Lei do Senado 541

**Anexo E – Relatório da Visita ao Estado do Rio de Janeiro para
Acompanhamento do Envolvimento de Militares do Exército Brasileiro na Morte
de Três Jovens no Morro da Providência-RJ (Comissão de Segurança Pública e
Combate ao Crime Organizado)**

Anexo F – Relatório Final (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana)

Anexo G – Relatório AEEF127504

Anexo H – Plano de Governo de Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio de Janeiro

Anexo I – Requerimento 112-2008

Anexo J – Requerimento 113-2008

Anexo L – Requerimento 114-2008

**Anexo M – Resultado da Reunião em 11/07/2008 (Comissão de Segurança
Pública e Combate ao Crime Organizado)**

Anexo B – Lei Complementar 97 de 09 de Junho de 1999

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO de 1999

Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Da Destinação e Atribuições

Art. 1º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar.

Seção II

Do Assessoramento ao Comandante Supremo

Art. 2º O Presidente da República, na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, é assessorado:

I - no que concerne ao emprego de meios militares, pelo Conselho Militar de Defesa; e

II - no que concerne aos demais assuntos pertinentes à área militar, pelo Ministro de Estado da Defesa.

§ 1º O Conselho Militar de Defesa é composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior de Defesa.

§ 2º Na situação prevista no inciso I deste artigo, o Ministro de Estado da Defesa integrará o Conselho Militar de Defesa na condição de seu Presidente.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Das Forças Armadas

Art. 3º As Forças Armadas são subordinadas ao Ministro de Estado da Defesa, dispondo de estruturas próprias.

Art. 4º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem, singularmente, de um Comandante, nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Ministro de Estado da Defesa, o qual, no âmbito de suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da respectiva força.

Art. 5º Os cargos de Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são privativos de oficiais-generais do último posto da respectiva Força.

§ 1º É assegurada aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica precedência hierárquica sobre os demais oficiais-generais das três Forças Armadas.

§ 2º Se o oficial-general indicado para o cargo de Comandante da sua respectiva Força estiver na ativa, será transferido para a reserva remunerada, quando empossado no cargo.

§ 3º São asseguradas aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica todas as prerrogativas, direitos e deveres do Serviço Ativo, inclusive com a contagem de tempo de serviço, enquanto estiverem em exercício.

Art. 6º O Poder Executivo definirá a competência dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a criação, a denominação, a localização e a definição das atribuições das organizações integrantes das estruturas das Forças Armadas.

Art. 7º Compete aos Comandantes das Forças apresentar ao Ministro de Estado da Defesa a Lista de Escolha, elaborada na forma da lei, para a promoção aos postos de oficiais-generais e indicar os oficiais-generais para a nomeação aos cargos que lhes são privativos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Defesa, acompanhado do Comandante de cada Força, apresentará os nomes ao Presidente da República, a quem compete promover os oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

Art. 8º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e dos meios orgânicos necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias.

Parágrafo único. Constituem reserva das Forças Armadas o pessoal sujeito a incorporação, mediante mobilização ou convocação, pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as organizações assim definidas em lei.

SEÇÃO II

Da Direção Superior das Forças Armadas

Art. 9º O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior de Defesa, pelas Secretarias e demais órgãos, conforme definido em lei.

Art. 10. O Estado-Maior de Defesa, órgão de assessoramento do Ministro de Estado da Defesa, terá como Chefe um oficial-general do último posto, da ativa, em sistema de rodízio entre as três Forças, nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Ministro de Estado da Defesa.

Art. 11. Compete ao Estado-Maior de Defesa elaborar o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios combinados e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO

Art. 12. O orçamento do Ministério da Defesa contemplará as prioridades da política de defesa nacional, explicitadas

na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O orçamento do Ministério da Defesa identificará as dotações próprias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 2º A consolidação das propostas orçamentárias das Forças será feita pelo Ministério da Defesa, obedecendo-se as prioridades estabelecidas na política de defesa nacional, explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica farão a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO IV

DO PREPARO

Art. 13. Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa.

Art. 14. O preparo das Forças Armadas é orientado pelos seguintes parâmetros básicos:

I - permanente eficiência operacional singular e nas diferentes modalidades de emprego interdependentes;

II - procura da autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios, nela incluídas pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional;

III - correta utilização do potencial nacional, mediante mobilização criteriosamente planejada.

CAPÍTULO V

DO EMPREGO

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I - diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II - diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;

III - diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força.

§ 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Art. 17. Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II - prover a segurança da navegação aquaviária;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim.

Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

II - prover a segurança da navegação aérea;

III - contribuir para a formulação e condução de Política Aeroespacial Nacional;

IV - estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

V - operar o Correio Aéreo Nacional.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Aeronáutica o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Aeronáutica", para esse fim.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19. Até que se proceda à revisão dos atos normativos pertinentes, as referências legais a Ministérios ou a Ministro de Estado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica passam a ser entendidas como a Comando ou a Comandante dessas Forças, respectivamente, desde que não colidam com atribuições do Ministério ou Ministro de Estado da Defesa.

Art. 20. Os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica serão transformados em Comandos, por ocasião da criação do Ministério da Defesa.

Art. 21. Lei criará a Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Defesa, órgão regulador e fiscalizador da Aviação Civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, estabelecendo, entre outras matérias institucionais, quais, dentre as atividades e procedimentos referidos nos incisos I e IV do art. 18, serão de sua responsabilidade.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revoga-se a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991.

Brasília, 9 de junho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Élcio Álvares

Anexo C – Lei Complementar 117 de 02 de Setembro de 2004



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 2 DE SETEMBRO DE 2004

Mensagem de veto

Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 13, 15, 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

§ 1º O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização.

§ 2º No preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional, poderão ser planejados e executados exercícios operacionais em áreas públicas, adequadas à natureza das operações, ou em áreas privadas cedidas para esse fim.

§ 3º O planejamento e a execução dos exercícios operacionais poderão ser realizados com a cooperação dos órgãos de segurança pública e de órgãos públicos com interesses afins."
(NR)

"Art. 15.

.....

§ 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

§ 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.

§ 6º Considera-se controle operacional, para fins de aplicação desta Lei Complementar, o poder conferido à autoridade encarregada das operações, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública, obedecidas as suas competências constitucionais ou legais.

§ 7º O emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem são considerados atividade militar para fins de aplicação do art. 9º, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar." (NR)

"Art. 16.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social." (NR)

"Art. 17

.....

V – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução." (NR)

"Art. 18

.....

VI – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

VII – atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito.

....." (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 17A e 18A:

"[Art. 17A](#). Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

[I](#) – contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;

[II](#) – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;

[III](#) – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

[IV](#) – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

a) patrulhamento;

b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

c) prisões em flagrante delito."

"Art. 18A. [\(VETADO\)](#)"

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

José Viegas Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 3.9.2004

Anexo D – Projeto de Lei do Senado 541



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 541, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco sob a coordenação do Comando do Exército.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se área urbana de risco as favelas localizadas nas áreas urbanas com índices de criminalidade superiores à média local.

Art. 2º O Programa terá por objetivo a execução de obras de recuperação, adequação, conclusão, reforço estrutural e melhoria de habitações individuais e coletivas.

Art. 3º O programa incluirá ações de qualificação e utilização de mão-de-obra local.

Art. 4º Os recursos do Programa correrão à conta do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e de outras destinações definidas no orçamento geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As cidades brasileiras estão repletas de poderosos circuitos de acumulação populacional marcados pelas desigualdades de condições de vida. A grande maioria das metrópoles e cidades de médio porte do País, caracteriza-se por possuir áreas supervalorizadas, sitiadas por favelas, mocambos e áreas onde, de modo geral, o *habitat* é precário em termos de condições construtivas, localização e acessibilidade aos serviços urbanos essenciais à reprodução social na cidade.

Nas periferias “enfaveladas”, predominam altos índices de criminalidade, numa brutal realidade de violência e mortes. É certo que a maioria dos crimes, no País, acontece em vilas e favelas dos grandes centros urbanos. Ademais, pesquisas indicam que, no Brasil, grande parte dessas mortes podem ser atribuídas à sangrenta realidade do tráfico de drogas.

Assim, o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam comunidades carentes, reveste-se, também, de importante estratégia para o assenhoreamento territorial. Por seu intermédio, o Estado, de forma pacífica e companheira, acomodará seu poder nas áreas dominadas por facções criminosas.

É, portanto, com esse propósito que a gestão do programa é confiada ao Comando do Exército, que além de atender à questão estratégica, tem larga experiência em obras de engenharia. Por essas razões, o programa difere positivamente dos demais programas habitacionais tradicionais.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2007.



Senador MARCELO CRIVELLA

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 14/9/2007.

**Anexo E – Relatório da Visita ao Estado do Rio de Janeiro para
Acompanhamento do Envolvimento de Militares do Exército Brasileiro na Morte
de Três Jovens no Morro da Providência-RJ (Comissão de Segurança Pública e
Combate ao Crime Organizado)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**RELATÓRIO DA VISITA AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PARA ACOMPANHAMENTO DO ENVOLVIMENTO DE
MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MORTE DE TRÊS
JOVENS NO MORRO DA PROVIDÊNCIA-RJ.**

RELATÓRIO

**Deputado Antonio Carlos Biscaia
Relator**

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados enviou ao Rio de Janeiro Comitiva de Parlamentares para acompanhar os diversos desdobramentos do envolvimento de militares do Exército Brasileiro nas mortes de três jovens, moradores do Morro da Providência. Compuseram esta Comitiva os Deputados Raul Jungmann, Jair Bolsonaro e Antonio Carlos Biscaia.

Segue o relato dos trabalhos realizados, bem como a análise do caso sob a óptica da atividade legislativa e fiscalizatória desta Casa, bem como conclusões dos Parlamentares, que ora apresentamos à Comissão.

I – DOS FATOS: A Denúncia do Ministério Público

O Exército Brasileiro estava presente no Morro da Providência, para execução das reformas em residências daquela área, no projeto denominado “Cimento Social” realizado com recursos da União.

Segundo noticia a Denúncia do Ministério Público Federal, objeto de análise desta Comitiva, no dia 14 de junho de 2008, por volta das 9 h, o **Tenente Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade**, lotado no 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada, abordou os tripulantes de um táxi que chegava na praça Américo Blum, Morro da Providência, centro do Rio de Janeiro. Um dos rapazes despertou a atenção do **Soldado Julio Almeida Ré**, por portar algum tipo de volume sob a camisa, que se constatou depois ser apenas um celular, tendo sido liberado.

A forma da abordagem, porém, foi questionada por dois dos outros rapazes que estavam no táxi, tendo chegado à discussão um terceiro jovem. Houve altercações e conflito entre os militares e os jovens. Os três foram, então, imobilizados pelo Tenente Vinícius, Soldado Julio e pelo Sargento Leandro Maia Bueno.

Iniciou-se uma revolta da população que assistia à cena, com grande aglomeração de pessoas. Nessa hora o Tenente Vinícius sacou sua pistola e disparou para o alto, a fim de debelar aquele início de rebelião .

Os jovens detidos pelos militares em suposta revista, sem ter havido ordem legal e nem apreensão de qualquer armamento, foram **Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, 19 anos; David Wilson Florenço**

da Silva, 24 anos e Marcos Paulo Rodrigues de Campos, 17 anos. Sua prisão foi testemunhada por diversos outros civis e militares que estavam no local.

Após condução ao centro de Operações do Exército no local, o Tenente Vinícius ordenou que o Soldado Sidney mantivesse os presos sentados na calçada externa, olhando para a parede.

A mãe de um dos jovens, Wellington, dirigiu-se até o quartel do exército no Largo de São Francisco, e presenciou que ele e os outros dois detidos eram escarnecidos por militares que passavam na calçada onde estavam, que os obrigavam a sentar e levantar repetidas vezes, com ironias.

A seguir, o Tenente Vinícius procurou o Capitão Laerte Ferrari Alves, Comandante da companhia do Comando Militar do Leste, que determinou a liberação dos jovens aos familiares, uma vez que não vislumbrava prática de qualquer ato ofensivo pelos conduzidos.

Não satisfeito com a ordem recebida, o Tenente Vinícius, receoso de que sua moral fosse abalada e a tropa desprestigiada perante a população, resolveu agrupar seus comandados para **vingar-se** dos jovens. Declarou que iria marcá-los na testa com a inscrição C.V., em referência à facção criminosa Comando Vermelho, e colocá-los em uma área de risco. Então, perguntou à tropa qual seria a facção rival. Não obtendo resposta, começou a questionar outras pessoas ao redor.

O **Soldado José Ricardo Rodrigues de Araújo** indicou a Vinícius que havia uma facção rival no morro da Mineira, concordando em acompanhar o Tenente até lá. O soldado cresceu no morro do Turano, também na região central da cidade do Rio de Janeiro, por isso conhecia bem as áreas de risco.

Formou-se um grupo para levar os jovens ao morro da Mineira. Embarcaram na viatura: Tenente Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade, Soldado José Ricardo Rodrigues de Araújo, Soldado Eduardo Pereira de Oliveira, Sargento Leandro Maia Bueno, Sargento Renato de Oliveira Alves, Cabo Samuel de Souza Oliveira, Sargento Bruno Eduardo de Fátima, Soldado Sidney de Oliveira de Barros, Soldado Fabiano Eloi dos Santos, Soldado Julio Almeida Ré e Soldado Rafael da Costa Sá, além dos três civis.

O Capitão Ferrari abordou o veículo antes da saída e questionou porque Vinícius não liberava os rapazes ali mesmo, determinando que os jovens fossem soltos imediatamente. Quando o Capitão deixou o local, o Tenente Vinícius **ignorou as ordens recebidas** e o veículo dirigiu-se ao Morro da Mineira.

Ao chegarem próximos ao Morro, o Tenente fez parar o veículo e desceu, dirigindo-se aos rapazes, perguntando se estavam arrependidos . Os jovens responderam que não, possivelmente fazendo comentários que aumentaram a animosidade. O Tenente determinou que a viatura prosseguisse. Ao chegarem próximos, depararam com indivíduos armados, ocasião em que o Sargento Maia desceu do carro, acenando e demonstrando disposição amistosa. Um dos traficantes se aproximou e o Sargento Maia declarou que haviam trazido 3 rapazes do Morro da Providência para eles.

Vinícius entregou os jovens ao traficante declarando; **“Toma aí um presentinho para vocês”**. O traficante chamou seus comparsas para pegarem os jovens.

As vítimas foram retiradas a força do veículo. Nessa altura o desespero as dominava e imploraram para não serem deixadas ali para morrer, o que gerou ameaças com armas e violência física.

Após tudo isso, o Tenente Vinícius demonstrou inusitada relação com os traficantes do local, apertando a mão de um deles e dizendo **“Valeu!”**. Nesse momento, os traficantes já espancavam as três vítimas. Todos saíram então, com a consciência de que tinham deixado lá os rapazes para serem mortos.

Ao final, o Tenente Vinícius instruiu todos a dizerem que haviam deixado os rapazes no Rio Comprido ou no Sambódromo, o que foi obedecido.

Os corpos dos rapazes foram encontrados no aterro sanitário de Jardim Gramacho, graças a informação prestada no Disque Denúncia. O estado dos corpos revelava uma história de violência insana: múltiplas fraturas, mais de 46 perfurações de balas, destruição quase total do crânio a pancadas com espalhamento da massa encefálica.

O dolo foi considerado inegável na denúncia. Houve intenção consciente e voluntária dos agentes em matar os jovens, por motivos torpes: mera vingança pessoal contra um inexistente “desacato”. Também houve o emprego de meio cruel nos homicídios, pela tortura havida, e as vítimas tiveram reduzida sua capacidade de reação, por terem sido conduzidas por militares armados, dominadas e manietadas.

A Denúncia foi ofertada pelo Ministério Público contra os onze nomeados, incursos nas penas dos artigos 121, §2º, incisos I, III e IV, na forma dos art. 26 e 69, todos do Código Penal e na forma da Lei 8072/90. O processo corre perante a 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

II – DOS TRABALHOS DA COMITIVA

Os Deputados dirigiram-se, em 10 de julho de 2008, à sede do Comando Militar do Leste, onde ouviram o General de Exército Luiz Cesário da Silveira, acompanhado de outros Oficiais Superiores.

Segundo informações por ele prestadas, as operações do Exército no Morro da Providência iniciaram-se em 14 de dezembro de 2007, conforme ata lavrada e de acordo com convênio celebrado entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Cidades.

Antes do início das ações, reuniram-se no Comando Militar do Leste com o Senador Marcelo Crivella para conhecer o projeto. Nessa oportunidade o Senador ofereceu-se para intermediar negociações com os moradores da Providência, a fim de facilitar o início das obras. O General Cesário rejeitou a proposta por considerá-la incompatível com o papel do Exército Nacional, pois, segundo declarou, o Exército não precisa de intermediários, tendo plena condição de ocupar qualquer área dentro do território nacional.

Antes da entrada do Exército na Providência, oficiais do Comando tiveram contato com autoridades estaduais de segurança pública e 48 h antes a PM realizou operações no local.

As casas selecionadas para reforma foram cadastradas pelo setor de Engenharia e, após o processo de licitação, foi escolhida a empresa encarregada da realização das obras.

A companhia de Comando foi responsável pela base de operações com 250 homens, divididos em dois pelotões, com rodízio semanal. Apenas soldados profissionalizados (não recrutas), cabos, sargentos e oficiais participaram da ocupação do Morro.

Foi instalada no local uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar.

Respondendo indagações dos Parlamentares, o General Luiz Cesário da Silveira afirmou que :

1) jamais houve entendimento prévio com moradores do local e muito menos com pessoas dos narcotráfico;

2) que a tropa utilizada não tinha presença de recrutas, somente de soldados profissionais;

3) que a primeira fase das obras seria realizada pela empresa contratada, com gerenciamento do CRO, e a segunda fase, com a seleção e contratação de moradores da comunidade, pelo próprio batalhão de Engenharia;

4) que os soldados receberam instruções específicas para atuar nesse tipo de ação, semelhante à utilizada pelas tropas brasileiras que foram enviadas ao Haiti;

5) que foram requisitados militares de outros estados – Minas Gerais e Espírito Santo:

6) que o Comando teria realizado estudo da situação, inexistindo qualquer laudo contrário à ocupação do Morro;

7) que o Exército realiza ações de **Segurança Orgânica** das atividades sociais e de obras, o que diferiria das ações de **Segurança Pública**;

8) que a **falta de Poder de Polícia** dificultaria muito as operações do Exército em áreas urbanas e em comunidades faveladas.

No dia 11 de julho de 2008, a Comitativa composta pelos Deputados Raul Jungmann, Antonio Carlos Biscaia e Jair Bolsonaro, reuniu-se na sede do Ministério Público Estadual com o Procurador Geral de Justiça Marfan Martins Vieira e os Promotores de Justiça Homero das Neves de Freitas Filho e Márcio Nobre.

Nessa ocasião receberam informações a respeito do Inquérito Policial instaurado na 48 Delegacia Policial, acompanhado pela Promotora Márcia Velasco (2ª PIP) . Houve distribuição para o III Tribunal do Júri, sendo a denúncia oferecida pelo Promotor de Justiça Marcos Kac. O Juiz Presidente Sidney Rosa declinou de sua competência para a Justiça Federal.

A Comitativa também examinou o Inquérito para investigar as quadrilhas do Morro da Previdência e do Morro da Mineira na 6ª Delegacia Policial. Segundo noticiado, o Morro da Mineira era do Comando Vermelho até abril de 2008, quando foi tomado pela ADA – Amigos dos Amigos, outra facção criminosa.

Foi oferecida denúncia com pedido de prisão temporária ajuizada na 40ª Vara Criminal.

A comitativa recebeu dos Promotores algumas propostas de alteração legislativa, como a possibilidade de inclusão de réus colaboradores no programa de proteção às testemunhas.

Foi realizada pela Comitativa reunião na Procuradoria da Justiça Militar com a Procuradora Geral Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora Hermínia Célia Raymundo e a Promotora de Justiça Hevelize.

Houve IPM instaurado na 2ª Auditoria da 1ª CJM Justiça Militar, com a Promotora Dra. Hevelize designada a acompanhar.

Nessa ocasião a Comitativa pode examinar documento em que a Procuradora Geral da Justiça Militar pediu explicações ao Gal. Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, sobre instrução relativa à atuação do Exército no Projeto Cimento Social(documentos anexos).

O que ressalta do documento é que contém Procedimentos Operacionais Padrão e regras de Engajamento a operação Cimento Social. Dele se lê no início a seguinte expressão: “Finalidade – regular

a conduta da tropa nas situações de confronto em Op. GLO (manutenção da ordem e segurança pública no Estado do Rio de Janeiro). Cabe então a pergunta: se o Exército apenas garantia a realização das obras e não estava engajado em operações de GLO, por que haveria um texto com orientações de procedimentos para esse tipo de ação?

Respondendo à indagação da Procuradora Geral, o General de Divisão Joaquim Silva e Luna afirmou que o texto não se referia a operações de manutenção de lei e ordem atuais, mas sim se referiria com a expressão Op GLO a uma possível “evolução” da situação que pedisse medidas de garantia da lei e da ordem, em face do recrudescimento da atuação dos grupos criminosos. Acrescentou a explicação de que a presença da tropa somente servia à finalidade de proporcionar segurança ao canteiro de obras e imediações.

Durante o IPM o Comando do Exército afirmou que a operação Cimento Social não era GLO – operação de Garantia da Lei e da Ordem. Foram entregues à Comitiva documentos e cópia do IPM .

A Comitiva realizou a seguir reunião com Dr. Marcelo Granado, Juiz da 7ª Vara Federal. Nessa reunião tratou-se de discutir o emprego das Forças Armadas nesse tipo de atividade.

Também se procedeu análise da competência de que trata o art. 125 § 3º, da Constituição Federal. O homicídio praticado por militar da ativa em serviço contra civil será da competência da Justiça Militar ou da Justiça Comum Federal (Júri). Quanto aos Policiais Militares há disposição expressa em lei, excluindo da competência da Justiça Militar.

A pedido do Ministério Público Federal houve o reconhecimento expresso da competência da Justiça Federal, com expedição de ofício ao III Tribunal do Júri da Justiça Estadual. O Juiz Presidente do III Tribunal do Júri declinou da sua competência.

Na 7ª Vara Federal a prisão preventiva foi ratificada e foi oferecida nova denúncia, posteriormente recebida, cujo extrato compõe o item I supra relatado.

Os interrogatórios dos réus denunciados foram realizados em 3 e 4 de julho e, após, três foram colocados em liberdade. Segundo o juiz

Marcelo Granado, em relação aos fatos, para apuração da conduta de cada réu, devem ser considerados três momentos:

- a) alguns militares detiveram os três jovens;
- b) os jovens foram conduzidos à base de operações do Exército, quando o Capitão Ferrari determinou a liberação;
- c) o deslocamento até o Morro da Mineira e a entrega dos jovens aos traficantes do local.

Houve também reunião com os Procuradores da República José Augusto Simões Vagos, Patrícia Maria Nunes Weber, Neide Maria Cavalcanti Cardoso de Oliveira e Vinícius Panetto do Nascimento

Os Membros do Ministério Público mencionaram as dúvidas a respeito da competência da Justiça Militar e da Justiça Comum e referiram-se à animosidade existente entre os militares e a comunidade. Segundo informações, no treinamento os militares foram orientados a fazer vista grossa a certas condutas.

Na opinião dos Procuradores da República, a disciplina e a hierarquia militares podem gerar problemas quando se trata de atividades de segurança pública.

A Comitiva também examinou, novamente, o inquérito havido para investigar a quadrilha do Morro da Providência e o Morro da Mineira, na 6ª DP. IPM – Inquérito Policial Militar relativo ao caso sob exame. Neste foram indiciados pelo crime de Organização de Grupo para Prática de Violência, Art. 150 do CPM, o Sargento Leandro, Sargento Bruno Eduardo, Sargento Renato Alves, Cabo Samuel, Soldado Fabiano, Soldado Júlio, Soldado Sidney, Soldado Costa Sá, Soldado Eduardo Soldado Rodrigues. O Tenente Vinícius foi indiciado, além do Art. 150, pelos crimes dos Arts. 154 (Aliciação para motim ou revolta), Art. 163 (Recusa de Obediência), Art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal Militar.

Em audiência na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, esta Comitiva acompanhada do Deputado Estadual Marcelo Freixo, ouviu os depoimentos de parentes das vítimas e a Presidente da associação de Moradores do Morro da Providência. Dessa oitiva resultou a descrição de comportamentos irregulares de alguns membros do Exército: ameaça e

intimidação de moradores, agressão com gás de pimenta, revistas em pessoas e casas sem nenhum pretexto ou motivo aparente, decretação de toque de recolher a que estavam submetidos os moradores, alterações com moradores, ações realizadas sob influência de álcool, assédio a moças.

Toda a descrição dessa situação contrasta muito com as reais finalidades com que o Exército foi chamado ao Morro da Providência. Essa circunstância foi mencionada pelos depoentes: se o Exército apenas deveria possibilitar de garantir a realização das obras do Cimento Social, por que ocupava o Morro 24h por dia, controlava a vida de moradores, determinava comportamentos e intimidava pessoas? Não deveria ater-se apenas à garantir a realização da obra em segurança? Por que o Exército passou a realizar ações típicas de polícia?

Uma das depoentes, que nasceu no Morro, relatou a diferença de atuação do Exército quando houve obra em meados da década de 50. Nessa ocasião, muito diferente da situação atual, o Exército limitou-se a garantir a segurança de obras e materiais, não interferindo na vida dos moradores, nem causando qualquer problema.

Noticiaram alguns dos depoentes que moveram ação, representados pelo advogado Dr. João Tancredo, para obtenção de indenizações pelo Estado, tais indenizações foram consideradas, em discurso feito pelo Ministro Nelson Jobim logo após o evento, como obrigação da União, porém não foram tomadas quaisquer providências nesse sentido. Os parentes estão demandando por pagamento de tratamento psicológico e nada impede que a União conceda o benefício por Decreto e , a *posteriori*, desconte o numerário correspondente da indenização obtida na ação própria.

Na audiência foi entregue um documento examinado por esta Comitiva: ofício encaminhado pela Associação para o melhoramento da Favela da Providência, que reúne os moradores. Tal ofício foi originariamente encaminhado a diversas autoridades, inclusive ao Presidente da República e revela que os moradores estavam, absolutamente indignados com a condução das reformas do Projeto Cimento Social. Tal indignação ocorreu porque os moradores perceberam claramente que todas as verbas estavam sendo destinadas exclusivamente à reforma das residências do local conhecido como Lage, que faz frente para a rua Barão de Gamboa.

O que resta óbvio aos moradores do local é que os critérios para destinar as verbas para aquela região, e não para a mais carente - que era a localidade conhecida como Pedra Lisa, que, por consenso de toda a comunidade, era a que deveria ser a beneficiada - **deveu-se a critérios eminentemente eleitoreiros**. Como a Lage é visível da rua, e a Pedra Lisa não, para quem olha de fora do Morro, os critérios se tornaram óbvios. A reforma na Lage e a aplicação das verbas em uma localidade não tão carente acabaria por criar um excelente **cartão postal** a ser exibido por autoridades e políticos.

O documento detalha que a Lage já fora bem atendida pelas verbas e obras do projeto do Estado do Rio de Janeiro denominado **Favela - Bairro**, tendo a melhor urbanização de todo o Morro: calçadas, esgotos, acesso cimentado e manilhado, contendo residências que nem necessitavam de reformas.

Por outro lado, a comunidade Pedra Lisa tem esgoto a céu aberto, altos índices de tuberculose, hepatite e hanseníase, dengue e HIV, tudo piorado pelas péssimas condições das moradias, havendo até mesmo ataque de ratos às crianças durante a noite.

O que o documento revela é que a comunidade toda estava revoltada com o direcionamento dos recursos públicos para a região da Lage. E sabiam que isso somente ocorria porque a área é voltada para o Sambódromo, e se tornaria uma obra de propaganda dos padrinhos políticos da região.

O documento da Associação revelou-se profético. **Eis que chegou às mãos desta Comitiva justamente um CARTÃO POSTAL, objeto de propaganda política do Senador Marcelo Crivela, aquele mesmo que indignara o General oferecendo “ajuda” ao Exército para agir no Morro.**

O material está anexado aos autos deste Relatório, e nele se vê uma foto da Lage como é hoje e uma composição fotográfica que mostra a reforma que será feita, com a inscrição “Cimento Social” e “Como vai Ficar” e embaixo a foto e o nome Senador Marcelo Crivella.

Tal cartão postal tem sido distribuído à população com uma outra propaganda grampeada: um pedido de contribuição em dinheiro para a ONG Azeviche.

No verso do cartão postal, além de um texto sobre as favelas no Brasil, destacando que a Providência foi a primeira a existir, desde 1865, o Senador declara o seguinte:

“Desde que assumi o mandato de Senador em 2003 luto para tornar as comunidades um local mais agradável de se viver e resgatar nossa história. Em 2004, candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, apresentei em meu programa eleitoral o projeto Cimento Social, cujo objetivo era ajudar as famílias a terminarem suas casas. Como exemplo fizemos um na Rocinha e um na Providência. Agora esse projeto vai se tornar realidade. Por determinação direta do Presidente Lula, o Ministério do Exército, por razões históricas, vai realizar a obra no Morro da Providência. Será uma alvorada redentora de fé e de esperança a todos os corações que pulsam nas comunidades carentes. É uma chance excepcional para que jovens e desempregados em geral obtenham uma profissão, aprendendo e praticando no local em que moram. As fotos mostram o antes e o depois”.

No dia 5 de agosto corrente o jornal **O Globo** noticiou que Crivella, candidato do PRB à Prefeitura do Rio de Janeiro, vai falar de Lula e do Projeto Cimento social no horário eleitoral gratuito. Toda propaganda é feita com o candidato recolhendo dividendos da utilização das verbas públicas para sua campanha. Ela fala da obra da União como se fosse um projeto pessoal seu, buscando evidentemente lucrar com a situação.

III – DO DIREITO: O PODER DE POLÍCIA E AS FORÇAS ARMADAS

O único diploma legal brasileiro que define Poder de Polícia é o Código Tributário Nacional, que em seu Art. 78 dispõe:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O parágrafo único desse artigo observa que somente regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei e com observância do devido processo legal. Há, portanto, a necessidade de que a lei defina as condutas que deverão ser fiscalizadas pelo poder de polícia do Estado, conforme o princípio constitucional da legalidade, previsto no inciso II, do Art. 5º, da Constituição Federal.

Ensinam, em artigo sobre o tema, Guilherme Langaro Bernardes e Marco Aurélio de Lima Choy:

“A doutrina consagra a divisão entre poder de polícia em: administrativo e judiciário. O “poder de polícia administrativo” é aquele que tem caráter preventivo, e assim busca evitar que o comportamento individual dos cidadãos cause prejuízo a terceiros ou ao Estado. Pode ser executado por diversos órgãos da administração pública, quando executada pelas polícias, visa à manutenção da ordem pública. Luiz Otávio O Amaral, autor do artigo: Polícia, Poder de Polícia, Forças Armadas X Bandidos, assim se manifesta sobre o poder de polícia administrativo.

Assim há polícia sanitária, de posturas urbanas, aérea, rodoviária, marítima, ambiental, de diversões públicas, de segurança e etc. Todas estas atividades (policiais) administrativas atuam no difícil e exíguo espaço existente entre os direitos e interesses individuais ou grupais e o interesse público/ social, ou seja, o interesse senão de todos, pelo menos da 7 maioria que jamais pode ser confundido com o dos governantes ou poderosos, eis aqui a noção concreta de Estado democrático de direito (BRASIL, 2002, art. 1º).

Já o “poder de polícia judiciário” atua no campo da repressão, quando já ocorreu e a prática do ilícito, agindo segundo as regras do direito processual penal. Geralmente o exercício deste poder cabe aos órgãos especializados que são as polícias (civil e federal). Nesse sentido, Luiz Otávio O Amaral entende que: “a polícia judiciária investiga os delitos que a polícia administrativa não pôde evitar que fossem cometidos, colige as provas e entrega os autores aos tribunais incumbidos de puni-los”.

Os autores prosseguem:

“A competência das Forças Armadas não tem sofrido significativas alterações ao longo do tempo. Para

demonstrar essa assertiva vamos retroagir até a primeira constituição republicana (1891), a qual identificava as Forças Armadas como “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”, conforme vemos no art 14, da CF/ 1891.

Art. 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais (BRASIL, 1891).

Dos tempos de Deodoro da Fonseca até os dias atuais, esta atribuição não sofreu grandes modificações. Como podemos observar, na atual Carta Magna, abaixo transcrita:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 2002).

Portanto, conforme podemos observar acima, a destinação das Forças Armadas comportam três desmembramentos que estão interligados: defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por último, garantir a lei e a ordem. “ (Revista do Congresso Nacional do Compendi, n. 15, 2006 – Manaus).

No ensinamento de Hely Lopes Meirelles em artigo intitulado “Poder de Polícia e Segurança Nacional”:

“A defesa da Pátria, a preservação das instituições, a proteção do cidadão e da coletividade é direito e dever do Estado. Nenhuma Nação pode sobreviver com independência, se não lhe for reconhecida a prerrogativa de defender, com o Poder e pela força, se necessária, o seu território, o seu povo, o seu regime político e o seu sistema constitucional, contra a violência das minorias

inconformadas e o ataque das ideologias contrárias à ordem jurídica vigente.”

Legalmente a matéria é regida pelo Art. 15 da lei Complementar 97/99, que determina:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I - diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II - diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;

III - diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força.

§ 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

§ 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou

insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004\)](#)

§ 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004\)](#)

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004\)](#)

§ 6º Considera-se controle operacional, para fins de aplicação desta Lei Complementar, o poder conferido à autoridade encarregada das operações, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública, obedecidas as suas competências constitucionais ou legais. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004\)](#)

§ 7º O emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem são considerados atividade militar para fins de aplicação do art. 9º, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004\)](#)

Pela precisão da lição, continuamos reproduzindo os ensinamentos de Choy e Bernardes:

“A tarefa de garantir os poderes constitucionais, atividade de competência exclusiva das Forças Armadas, pode ser confundida com a própria defesa do Estado democrático de direito, que se manifesta pelo livre exercício dos três poderes, pelo funcionamento das Instituições democráticas e pela preservação da autoridade institucional, representativa de um dos

poderes constitucionais. Trata-se, portanto, de atividades militares exercidas na segurança dos palácios e nos domicílios do presidente e do vice-presidente da República. Outro exemplo desta missão constitucional é a segurança de área nos eventos e viagens do presidente da república.

A segurança pública é dever do Estado, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sua competência originária pertence às polícias: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2002, art. 144).

Para buscar o verdadeiro significado do termo ordem pública, utilizaremos os ensinamentos do Exmo Sr Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Gilmar Mendes, na época Advogado Geral da União, ao tratar do tema no parecer nº 025, da 10 de agosto 2001, publicado no DOU nº 154, de 13 ago 01: 9

Ordem pública: conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo Poder de Polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

Logo, podemos observar que a competência para a manutenção da ordem pública é das polícias, que utilizam ações predominantemente ostensivas, com objetivo de prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir condutas que violem a ordem pública. Portanto, esta atribuição, só temporariamente e em situações especiais, caberá às Forças Armadas, que assumirá as atribuições da polícia militar. Vamos nos valer novamente do entendimento do Dr. Gilmar Mendes, em parecer de nº GM 025, para apresentar o assunto:

O emprego, emergencial e temporário, das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem – viu-se – ocorre “após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal” (cf. Lei Complementar nº 97, de 1 999, art. 15, § 2º). Em outras palavras: o aludido emprego das Forças Armadas tem por finalidade a preservação (ou o restabelecimento) da ordem pública, inclusive pelo asseguramento da incolumidade das pessoas e do patrimônio (público e privado). E a realçada preservação

(ou restabelecimento) é da competência das Polícias Militares, nos termos da Lei Maior. Em tais situações, portanto, as Forças Armadas, porque incumbidas (emergencial e temporariamente) da preservação, ou do restabelecimento, da ordem pública, devem desempenhar o papel de Polícia Militar, têm o dever de exercitar — a cada passo, como se fizer necessário — a competência da Polícia Militar. Decerto, nos termos e limites que a Constituição e as leis impõem à própria Polícia Militar (v., por exemplo, do art. 5º da Carta, os incisos: II; III, parte final; XI e XVI).

O Sr Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, em exposição no simpósio de tema: “As Forças Armadas e a Segurança Pública”, assim se manifesta sobre o decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001), que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem:

[...] De acordo com o texto legal, as forças militares que assumem a função de garantes da ordem interna passam a se responsabilizar sempre que necessário pelas ações de policiamento ostensivo, preventivo e repressivo, de responsabilidade originária das polícias militares. Vale frisar que, uma vez assumida tal responsabilidade, devem se ater sempre aos termos e limites impostos às polícias pelo ordenamento jurídico. A avocação da prerrogativa de garante da segurança interna deve também responder a uma solicitação emergencial e, por isso, ser sempre temporalmente limitada e territorialmente especificada. O Decreto Nº 3.897 determina que só podemos considerar esgotados os meios previstos no art. 144 – a garantia da ordem pública interna pelas polícias estaduais e pela Polícia Federal – quando, em determinado momento, os efetivos das instituições de segurança estiverem indisponíveis, inexistentes ou forem insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional [...]

A força policial está indisponível quando deixa de atuar em alguma unidade da federação em virtude de movimentos grevistas. O vocábulo inexistente é aplicado as regiões onde os órgãos de segurança pública não se fazem presentes, particularmente nas áreas de fronteira da região amazônica. Em última análise as unidades militares de fronteira são a única presença do Estado nessas regiões, portanto, conforme está estipulado na LC nº 117/ 04 devem atuar na faixa de fronteira na repressão de delitos transfronteiriços. A expressão insuficiente está ligada a capacidade operacional de atuação dos

organismos policiais diante do agravamento da situação cotidiana. A falta de capacidade operacional se dá pela restrições de pessoal, material ou adestramento para lidar com o antagonismo.

A atribuição policial judiciário-militar, em tempo de paz, se assemelha à atividade desempenhada pela Polícia Civil, porém é sujeita a rito próprio instituído no Código de Processo Penal Militar (CPPM). E sua competência, em tempo de paz, se dá em razão da matéria, da pessoa ou do lugar que foi praticado a conduta criminosa.”

Cabe ressaltar, ainda, que o poder de polícia das Forças Armadas não é absoluto, tanto em tempo de paz como em guerra. Na atuação das forças militares em tempo de paz, em uma situação de normalidade, não podem estar ausentes as garantias individuais, previstas no Art. 5º, da Carta Magna.

IV – CONCLUSÕES

Após a análise de todo o material e depoimentos colhidos, esta Relatoria apresenta à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado as seguintes conclusões e encaminhamentos:

1) ILEGITIMIDADE DOS CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - No episódio examinado houve **claríssima destinação ilegítima de recursos orçamentários com fins eleitorais**, para beneficiar a campanha do Senador Marcelo Crivella. Tal conclusão salta aos olhos de qualquer pessoa que examine a situação da comunidade do Morro da Providência e implica gravíssimas irregularidades na realização de obras com recursos do tesouro da União.

É preciso fazer cessar este tipo de ilicitude, não podendo as autoridades constituídas fazer vistas grossas por questões políticas ou de conveniências.

Quantas favelas tem o Rio de Janeiro? Que critérios foram utilizados para a escolha da Providência? Foram critérios que obedeceram os princípios de moralidade e impessoalidade que precisam nortear o emprego de serviços e recursos públicos ou foram critérios que

atenderam a interesses pessoais? A resposta é óbvia e a utilização eleitoreira é evidente e abominável.

De todo o analisado, resulta que a morte dos 3 jovens, e toda situação de risco a que se expôs o próprio Exército Brasileiro poderia ter sido evitada se não houvesse alguém simplesmente interessado em exhibir belos cartões postais...

2) MELHOR DEFINIÇÃO DE PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS - É preciso urgentemente que as Casas do Congresso debatam e aperfeiçoem a lei Complementar 97/99 e a 117/2004.

Há que se PROIBIR terminantemente o emprego das Forças Armadas em atividades de GLO de forma que se confundam com o poder de polícia ordinário do Estado.

Tal atuação é prejudicial quer à sociedade, quer às próprias forças Armadas, que se vêem coagidas a exercerem papel para o qual não são talhadas. O emprego da tropa nessa atividade é definido pela ordem jurídica como EXCEPCIONAL, e como tal deve permanecer.

Não é possível fazer , à força das conveniências, com que jovens oficiais, sargentos, cabos e soldados que tem um treinamento específico para atuar nas Forças Armadas se vejam coagidos a atuar em atividades típicas de policiamento para as quais não foram especificamente treinados, e não são vocacionados.

Também é necessário que os Comandantes Militares não lamentem a falta de possibilidades de exercer o poder de polícia, mas realizem profunda reflexão antes de recomendar sua utilização, pelo bem da própria tropa e dos demais cidadãos.

A proposição adequada a este aperfeiçoamento legislativo será elaborada pelo Grupo de Trabalho criado nesta Comissão, pelo requerimento nº 112/2008, de autoria do Deputado Raul Jungmann.

3) EMENDAS PARLAMENTARES - Há que se zelar pelo emprego correto das emendas parlamentares. Uma vez que essa atuação diz respeito à própria essência do mandato parlamentar, devem todas elas ser cumpridas, mas é preciso que se criem mecanismos para impedir que haja desvio de sua finalidade estrita. É preciso que não mais haja verdadeiro balcão

de negócios que envolvem interesses econômicos de particulares e interesses de propaganda eleitoral na definição dessas emendas. Cremos ser importante que se eliminem as chamadas emendas de bancada, que tem sido o instrumento mais utilizado nesses desvios de finalidade. Outra forma de evitar que haja essa interferência indevida do poder econômico seria determinar na própria Constituição que as emendas parlamentares individuais sejam de execução obrigatória, vedado o contingenciamento.

4) DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL – Embora neste caso a competência da Justiça Federal tenha sido garantida, é preciso explicitar em diploma legal que em caso de crime comum dos membros das Forças Armadas sejam julgados pela Justiça Federal. Deve ser realizada a correspondente modificação legislativa.

5) GARANTIA DE IMEDIATA INDENIZAÇÃO DA UNIÃO ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS – A União precisa honrar o compromisso assumido pelo Ministro Jobim de adiantar a indenização às famílias atingidas pelos atos ilícitos de seus agentes, não havendo nenhum obstáculo legal a que o façam desde já, mesmo estando em curso ações de indenização.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento de instruções sobre operação Garantia da Lei e da Ordem questionado pela Procuradora Geral Militar revela bem que **desde o início o Exército planejou sim fazer as vezes de polícia no Morro da Providência**. Não se tratavam, como alegado pelo General Joaquim Silva e Luna, de instruções futuras, mas instruções que começaram a valer desde o momento em que o Projeto começou.

Comprova cabalmente esse fato não só o teor do documento, que anexamos a este relatório, como TODOS os depoimentos colhidos de moradores do Morro. Revistas sem motivo, invasão de domicílios, assédio a moradores, toque de recolher, atividades de intimidação, tudo a revelar o total despreparo dos militares envolvidos com o lidar com o cidadão comum.

Forças Armadas, como patrimônio da nação brasileira, têm seu papel constitucionalmente definido e não podem tratar o público como trata o inimigo em situações de guerra. Não obstante tal orientação conste

expressamente do documento que examinamos, a análise final do caso impõe-se: o Tenente Vinícius representou indubitavelmente o papel de algoz – polícia, juiz e júri – dos 3 jovens, e os que com ele colaboraram também participaram igualmente do crime, bem como os que, podendo, não o impediram.

Embora tais atitudes devam ser consideradas como o desvio de conduta de apenas alguns indivíduos dentro do Exército, e só a eles imputáveis, é preciso que façamos profunda reflexão: tais atos teriam acontecido se não se estivesse empregando irregularmente as Forças Armadas em função estranha a sua natureza constitucional? A resposta é óbvia – se o Exército lá não estivesse agindo como a polícia, tais fatos lamentáveis não teriam ocorrido.

Não procedem as definições do que seria a Segurança Orgânica e Segurança Pública, apresentadas pelo Ministro da Defesa, se os atos da tropa se confundiram e emularam as atividades policiais regulamentares, o que, sem dúvida, é ilegal.

Jovem oficial treinado para colocar a moral da tropa e a aparência de força acima de muitos outros valores humanos, o Tenente Vinícius e seus companheiros encararam os três moradores do Morro como o inimigo em uma guerra. E nesse pensar decretaram, na prática, a pena de morte no Brasil, ironicamente imposta e executada pelos mesmos criminosos que, em tese, as instituições policiais deveriam “combater” no Rio de Janeiro.

Era o que cumpria relatar.

Sala de reuniões, em 13 de agosto de 2008.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA
Relator

Anexo F – Relatório Final (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

RELATÓRIO FINAL

I. Introdução: grave caso de violação de direitos humanos no Morro da Providência

1. Em 20 de junho, a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), criada com o objetivo de acompanhar as investigações referentes às circunstâncias que resultaram na morte dos três jovens do morro da Providência, realizou visita ao Rio de Janeiro e reuniu-se com autoridades militares do Comando Militar do Leste, com o delegado da 4ª Delegacia de Polícia, responsável pela condução do inquérito, com familiares das vítimas e lideranças comunitárias.

2. De acordo com o art. 1º da Resolução nº 07 de 18 de junho de 2008, expedida pelo Senhor Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Comissão Especial tem por objetivo apurar e acompanhar as investigações e eventuais ações penais referentes ao envolvimento de membros do Exército em ação que resultou na morte de três jovens residentes do Morro da Providência, Estado do Rio de Janeiro.

3. O episódio do “Morro da Providência” alcança acentuada gravidade e complexidade. No total, 46 disparos foram efetuados, culminando na execução de Wellington Gonzaga Ferreira, 19 anos, morto com 26 projéteis; David Wilson da Silva, 24 anos, morto com 18 projéteis; e Marcos Paulo Campos, 17 anos, morto com dois projéteis, tendo sido o primeiro a morrer, em tentativa de fuga. Os corpos foram encontrados no “lixão” de Gramacho, na Baixada Fluminense. Além das marcas de tiros, os corpos evidenciavam sinais de tortura.

II. Relato dos familiares das vítimas e lideranças comunitárias

4. A partir dos relatos dos parentes das vítimas, lideranças comunitárias e testemunhas chegou-se à seguinte descrição dos eventos que culminaram na morte dos jovens. Os três jovens retornavam de um baile funk, de táxi, quando foram abordados no desembarque pelos militares sob suspeita de portarem armas. Foi verificado o equívoco da suspeita. Contudo, foram conduzidos violentamente, com coronhadas na costela e socos. Havia entre eles um quarto jovem, adolescente, também detido, que foi arrastado pela camisa por uma moradora do Morro da Providência até sua casa, ali perto, salvando-o da morte. Ela contou na audiência que gritava aos prantos que nada fizessem com os jovens. Detidos por crime de desacato, foram levados ao Quartel do Exército na Praça Santo Cristo (próximo ao Comando Militar do Leste), lá recebendo a ordem de soltura. As mães dos jovens disseram que ficaram na entrada da base do quartel e viram seus filhos, machucados, sentados na calçada. Uma das mães relatou que um militar lhe disse que os rapazes seriam soltos. Contudo, o que aconteceu é que ficaram detidos e depois foram encontrados mortos no lixão, tendo chegado a informação que tinham sido mortos por traficantes do Morro da Mineira, vinculados a uma facção inimiga (ADA – Amigo dos Amigos) da que atua no morro da Providência (CV – Comando Vermelho).

5. Além de fatos diretamente relacionados à morte dos jovens, falou-se também da presença do Exército na área. Uma jovem contou que, quando chegava de um baile, na parte de baixo do Morro da Providência, foi detida pelo tenente Vinícius e levada para o quartel, onde permaneceu o dia todo. Disse que queriam o seu CD de funk, pois seria apologia ao sexo. Segundo outro relato, a irmã de David (um dos jovens executados), de sete anos, ficou seriamente abalada com a tragédia e perguntava repetidas vezes: “quando o Exército vai matar?” Moradores também relataram que, depois da ocupação da área pelo Exército, as mães passaram a buscar as filhas na parte de baixo do morro para evitar que os militares as constrangessem; que a casa de uma das moradoras foi invadida e surraram seu filho que descansava no sofá, depois do trabalho; que a abordagem dos moradores se fazia com o fuzil dentro do carro; que os militares disparavam muitos projéteis para cima; que usavam luvas e capuz ninja; que militares usavam também gás de pimenta nas abordagens a bêbados e jovens; que urinavam perto das casas; que havia toque de recolher depois das 22 horas e houve quem deixasse de freqüentar a escola porque os militares não deixavam entrar no morro após esse horário. Moradores denunciaram abusos de autoridade e disseram desconhecer seus direitos de cidadão.

III. Relato do Delegado do 4º DP

6. O delegado fez circunstanciado relatório a partir das declarações dos familiares que foram à 4ª Delegacia de Polícia prestar queixa do desaparecimento dos três jovens presos por militares do Exército que faziam a vigilância das obras do projeto “Cimento Social”, de autoria do senador Crivella em parceria com o Ministério das Cidades. Acrescentou que um oficial do Exército veio à delegacia e disse que estava à disposição para colaborar. A apuração dos fatos foi feita conjuntamente com os militares, tendo sido

ouvidos os 11 militares que, de caminhão, levaram os três jovens para o Morro da Mineira. Afirmou que houve confissão do delito de entrega dos três rapazes aos traficantes e que depois se retiraram para o Quartel. Também acentuou que houve certa contradição entre os depoimentos dos militares. Disse que a Juíza decretou a prisão por 10 dias. Acrescentou que houve exame cadavérico e disponibilizou no computador as fotos dos jovens. Ficou registrado que o tenente reuniu a tropa no momento de descanso, no sábado, para levar os jovens ao Morro da Mineira. Foi visto que o militar Rodrigues não pertencia ao comando do tenente Vinícius e foi na cabine do caminhão junto com ele e o motorista para ensinar o caminho do Morro da Mineira. Não houve troca de tiros na Mineira, segundo a população. Não houve exame de balística das armas do Exército, não foram apreendidos os celulares e o caminhão não foi vistoriado. Tampouco foram recolhidos os projéteis dos corpos das vítimas.

IV. Relato dos militares no Comando Militar do Leste

7. No Comando do Leste, inicialmente as autoridades militares apresentaram em *power point* o programa “Cimento Social” e explicaram a missão do Exército no Morro da Providência. Na apresentação, fotos de casas velhas com telhados caídos contrastavam com projeções sobre como ficariam depois da execução das obras, financiadas pelo governo federal e com a participação de engenheiros e arquitetos do Exército, além do policiamento Militar da área.

8. Foi apresentada, ainda, estatística de crimes de desacato ocorridos no Morro da Providência, em número de 11 ocorrências.

9. Indagado sobre a reiterada ocorrência de tais crimes, o comandante disse apenas tratar-se de uma previsão legal. Sugeriu-se, então, a instalação de uma comissão para discutir a matéria considerando que há uma tendência de descriminalização de tais

condutas. Perguntado ao Comandante sobre a existência de Ouvidoria civil, foi dito que inexistia, mas que seria pensado o assunto.

Perguntado sobre a tramitação do Inquérito Policial Militar, sobre os fatos ocorridos no Morro da Providência que resultou na morte dos três jovens, foi dito que o IPM estava em andamento.

V. Investigações e ações penais referentes ao caso do “Morro da Providência”

10. O Ministério Público Federal denunciou os 11 militares por crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV (três vezes) (homicídio qualificado), na forma dos artigos 29 e 69 nos termos da Lei 8072/90 (crimes hediondos). Há cota da denúncia na qual são requeridas várias diligências, dentre elas, cópia integral do IPM.

11. Foi oferecida denúncia pelo Ministério Público Militar, oriunda do IPM nº 95/08, perante o Juiz Auditor da 2ª Auditoria da 1ª CJM (Circunscrição da Justiça Militar) pela prática dos crimes descritos no art. 150 (organização de grupo para a prática de violência – pena reclusão de 4 a 8 anos), 154 (aliciação para motim ou revolta – reclusão de 2 a 4 anos), 163 (recusa de obediência – detenção de 1 a 2 anos) e art. 319 (prevaricação – detenção de 6 meses a 2 anos) c/c art. 79 (concurso de crimes), todos do Código Penal Militar.

12. Foi instaurado Inquérito Civil pela Portaria nº 102/2008 na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de apurar a conduta dos militares do Exército pelos fatos ocorridos no Morro da Providência e ainda procedimento administrativo nº 1.30.012.000.539/2008-09 com o objetivo de apurar a legalidade e a constitucionalidade da presença das Forças Armadas no Morro da Providência.

13. Foi ajuizada Ação Civil Pública nº 2008.5101009581-8, com tramitação na 18ª

Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela Defensoria Pública da União em face da União Federal pleiteando a imediata retirada das tropas do Exército do Morro da Providência sob a alegação de que o Exército teria assumido indevidamente a atribuição de prestar a segurança pública no local.

VI – Medidas adotadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos

14. No dia 23 de junho deste ano, realizou-se uma reunião, no Palácio do Guanabara, para verificar as ações a serem desenvolvidas junto aos familiares. Participaram do encontro, a Secretaria de Ação Social do Rio de Janeiro, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras instituições.

15. A Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitou à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro envio de relatório sobre a prestação de atendimento psicológico e de assistência social aos familiares dos três jovens assassinados. A Assistente Social do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência (CEAV-RJ) informou ter providenciado encontro com os familiares em questão, sem, contudo, conseguir êxito devido as dificuldades de contato com os mesmos. A referida Subsecretaria ficou de analisar a necessidade de termo de parceria com a CEAV-RJ para a prestação deste serviço.

16. Relatório do Ouvidor da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro informa que já foram formatados três programas sociais para a região: “Mulheres da Paz”, para capacitar mulheres e mães visando à construção de redes sociais de prevenção à violência; o “Protejo”, que capacitará jovens de 15 a 29 anos na convivência pacífica e prevenção ao uso de drogas; e o “Espaços Urbanos Seguros”, que tem como público-alvo líderes comunitárias para a promoção de gestão comunitária como

boa prática na prevenção da criminalidade. Os projetos atingirão um público direto de 800 famílias e terão prazo de execução de cerca de dois anos, segundo o referido relatório.

VII. Recomendações

17. A Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), criada com o objetivo de acompanhar as investigações sobre as mortes dos três jovens do Morro da Providência, considerando a gravidade do caso e a complexidade das violações aos direitos humanos, formula as seguintes recomendações:

a) ao Poder Executivo¹ ou ao Poder Legislativo iniciativa visando assegurar o pagamento administrativo de reparação aos familiares das vítimas, pelos danos morais e materiais sofridos, com o reconhecimento explícito da responsabilidade do Estado, observados os parâmetros indenizatórios internacionais²; e, ainda, para que seja elaborada lei regulamentando a indenização para vítimas e familiares de violência do Estado, com a criação de um fundo específico para esse fim.

b) à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para que promova a prestação de apoio psicológico aos familiares das vítimas e a proteção da vida de familiares e testemunhas ameaçadas; mantenha uma base de dados para monitorar as violações aos direitos humanos por policiais; amplie e promova a capacitação de cidadãos e cidadãs sobre seus direitos fundamentais e direitos

¹ A liberação de recursos públicos dependerá da previsão em Lei orçamentária ou da abertura de crédito suplementar específico, também promovido por meio de Lei Ordinária.

Não localizei na Lei Orçamentária de 2008 (Lei nº 11.647/2008) a previsão de dotação específica para o pagamento de indenização, logo, não vejo como implementar o pagamento de indenização mediante edição de mero Decreto.

Ressalto que, segundo previsão do art. 62, §1º, "d" c/c art. 167, §trêsº da CRFB/88, será proibida a edição de Medida Provisória para a criação de créditos adicionais e suplementares, salvo em casos imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de Guerra, comoção interna ou calamidade pública - o que não me parece ser a situação.

Por fim, trago a consideração que este ano já houve a edição da Lei nº 11.75três/2008 - com o fim específico de conceder indenização decorrente de responsabilidade civil da União à mãe de Roberto Vicente da Silva.

² A respeito, cite-se como precedentes Decretos expedidos pelo Poder Executivo que autorizaram o pagamento administrativo em graves casos de violação de direitos humanos, destacando-se o caso do 42º Distrito Policial de São Paulo (caso Parque São Lucas); caso da Favela Naval; caso da Escola Base; caso Maria da Penha; caso José Pereira, caso Simone Diniz, dentre outros.

constitucionais por meio de campanhas públicas e projetos educativos.

c) aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e ao Ministério Público Militar para que promovam medidas visando a punição dos agentes estatais e dos civis envolvidos no caso;

d) ao Ministério da Defesa para que evite o desvirtuamento do papel das Forças Armadas, reafirmando sua vocação constitucional³;

e) à Comissão dos Direitos Humanos da Câmara e do Senado para que elabore projeto de lei visando a eliminar a figura típica do “crime de desacato”, por violar parâmetros protetivos internacionais; e, ainda, elabore proposta para tipificar “crime organizado” e não se limitar ao crime de “formação de quadrilha”.

f) ao Conselho Nacional Antidrogas, criado pela Lei 11.343 de 23.08.2006, órgão normativo e deliberativo do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad para que proceda a revisão crítica da política nacional de combate às drogas, considerando sua ineficácia; e à Secretaria Nacional Antidrogas – Senad para que propicie investigações e pesquisas sobre o crime organizado e suas relações com o aparato repressivo do Estado⁴.

g) à União que execute o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, criado pela Lei nº 11.530, de 24/10/2007 por meio de articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação dos estados, Distrito Federal e municípios e com a participação das famílias e da comunidade, visando a implementação prioritária do mandamento constitucional (art. 227) de integral proteção à criança e ao adolescente.

h) à União, aos Estados e ao Distrito Federal para que firmem convênios, articulando ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, de acordo com a Lei nº 11.473, de 10/05/2007, com a utilização da Força

³ Há visões antagônicas a respeito da presença do Exército no Morro da Providência – para o Exército, 75% da comunidade seria favorável, ao passo que a primeira demanda de líderes comunitários a esta Comissão foi a imediata retirada das tropas, em face da violência sistemática do Exército, marcada por hostilidades, abusos, intimidações diárias, em um estado de exceção permanente.

⁴ A título ilustrativo, segundo o relatório da CPI do tráfico de armas, no Rio de Janeiro, 22% das armas apreendidas com criminosos pertencem às Forças Armadas.

Nacional de Segurança Pública a ser comandada nos estados e no Distrito Federal pelo governador.

i) aos entes federativos – União, Estados e Municípios – para que se articulem e garantam às comunidades das favelas ações de segurança pública, saneamento básico, saúde, educação e lazer com a finalidade de promoção dos Direitos Humanos e da cultura da paz; também que mantenham ações permanentes, visando a proteção da comunidade, da criança e do adolescente.

j) ao Ministério da Justiça para que cuide da formação dos policiais da Força Nacional de Segurança Pública quanto ao respeito aos direitos e dignidade da pessoa humana, enfatizando a noção de que policiais lidam com criminosos e não com inimigos.

k) ao Estado do Rio de Janeiro:

- para que se abstenha de ocupar prontamente as comunidades controladas pelo crime organizado, pelas milícias ou grupos de extermínio, mas se prepare para restabelecer a presença policial sustentada com ações de cidadania;
- monitoramento, juntamente com a polícia civil, dos veículos blindados com equipamento de áudio e vídeo e reformulação da política de segurança para uma estratégia pautada na inteligência policial;
- criação de uma ouvidoria civil para a polícia militar, a fim de combater a corrupção policial;
- formação de uma base de dados sobre as violações de direitos humanos cometidas por policiais no estado;
- ampliação da capacitação dos moradores sobre seus direitos fundamentais e garantias constitucionais por meio de campanhas públicas e projetos educativos, inclusive com veiculação em mídias eletrônicas, especialmente na televisão.

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Conselheira Suplente

FLÁVIA PIOVESAN

Professora de Direito Constitucional

Conselheira Suplente

PERCÍLIO DE SOUSA LIMA NETO

Vice-Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH

Conselheiro Suplente

Anexo G – Relatório AEEF127504

Como integrante da Comitiva, composta ainda pelos Deputados Raul Jungmann e Antonio Carlos Biscaia, enviada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, para acompanhar a forma de atuação do Exército Brasileiro no Morro da Providência, situado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que culminou com a morte de três jovens, moradores daquela localidade, apresento relatório dos trabalhos realizados e conclusão para apreciação dos parlamentares desta Casa, em especial desta Comissão, em virtude da competência legislativa e fiscalizatória desta Casa.

1. ANÁLISE DOS FATOS, RESPONSABILIDADES E NORMAS LEGAIS:

Restou transparente para os parlamentares membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que, no dia 14 de junho de 2008, a patrulha comandada pelo Tenente Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade suspeitou de um grupo de rapazes que estava em um táxi, no morro da Providência. Mais especificamente, um dos rapazes que chamou a atenção dos militares por portar um volume sob a camisa.

Revistado e sendo constatado que era apenas um aparelho celular, o rapaz foi liberado.

Considerando o local e as circunstâncias do momento, a revista pessoal se mostrou lícita e necessária, diante da suspeita de que um dos jovens estava armado.

No entanto, três outros rapazes protestaram pela da ação da patrulha sendo necessária a imobilização dos mesmos por parte dos militares.

Foi, porém, o bastante para dar início a uma revolta da população que assistia à cena.

A grande aglomeração de pessoas obrigou o Tenente Vinicius a sacar sua pistola e fazer um disparo para o alto, a fim de retomar o controle da situação e garantir a segurança da tropa sob seu comando.

Os jovens detidos pelos militares foram Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, 19 anos; David Wilson Florenço da Silva, 24 anos e Marcos Paulo Rodrigues de Campos, 17 anos.

O Tenente Vinícius os conduziu para a Base, para que fossem autuados em flagrante por desacato, em obediência às instruções que lhe foram mandadas observar em situações como aquela.

AEEF127504

AEEF127504

Consta literalmente do Anexo “E” (**PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E REGRAS DE ENGAJAMENTO**) À O P CIMENTO SOCIAL:

“3. NORMAS DE CARÁTER GERAL

(...) d. Todas as apreensões executadas, sejam de pessoas, de objetos ou de ambos deverão ser encaminhadas à 1ª DPJM, exceto as de menores que deverão ser encaminhados à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

(...)

4. NORMAS DE CARÁTER PARTICULAR

a. Intenção hostil

1) Uma intenção hostil será caracterizada pelas seguintes ações:

(...)

- pessoas ou viaturas executando atos prejudiciais à integridade do pessoal, do material e das instalações.

2) Quando a tropa que estiver atuando for atacada por arma de fogo ou sofra ação que indique intenção hostil, deverá observar as regras abaixo:

(...)

- sempre que possível, iniciar o emprego do armamento com tiro de advertência;”

Para a hipótese da tropa ser agredida verbalmente, o documento esclarece que terá ocorrido o crime militar previsto no Art. 299 do Código Penal Militar e recomenda:

“- Não intimidar-se e não ceder terreno e realizar revistas e deter os autores do desacato (alínea a) do Art 182 do CPPM).”

Assim foi determinado e assim foi cumprido pelo Oficial.

A seguir, o Tenente Vinícius procurou o Capitão Laerte Ferrari Alves, Comandante da Companhia do Comando Militar do Leste, que determinou a liberação dos jovens aos familiares, uma vez que não vislumbrava prática de qualquer ato ofensivo pelos conduzidos.

A essa altura, não saía da cabeça do Tenente Vinícius as recomendações expressas que recebera, as quais não lhe cabia discutir.

AEFF127504

AEFF127504

E recordava o que constava no item **2. PRESSUPOSTOS BÁSICOS**, das Regras de Engajamento que lhe foram transmitidas para fiel cumprimento.

“a. Nenhuma fração da Força Terrestre poderá ser derrotada e o EXÉRCITO BRASILEIRO não pode ser desmoralizado.”

Para o Tenente Vinícius a decisão do Capitão Laerte levaria à desmoralização da tropa sob seu comando e que, momentos antes, havia sido forte e perigosamente hostilizada pelos moradores do Morro da Providência.

Entre ver a desmoralização da tropa, perdendo a autoridade perante seus comandados e descumprir a ordem do capitão, optou pela segunda hipótese.

Afinal, tinha conhecimento que desde o início da Operação, em muitas oportunidades outros Oficiais haviam conduzido para a lavratura de flagrante inúmeros moradores que não se conformaram com a revista pessoal.

Apenas alguns exemplos:

APF nº 11/08, 15.01.2008, 1ª Auditoria/1ª CJM;

APF nº 19/08, 25.01.2008, 1ª Auditoria/1ª CJM;

APF nº 20/08, 25.01.2008, 1ª Auditoria/1ª CJM;

APF nº 22/08, 30.01.2008, 1ª Auditoria/1ª CJM;

APF nº 22/08, 14.02.2008, 2ª Auditoria/1ª CJM;

Decidiu que os rapazes mereciam um corretivo, já que não seriam autuados por desacato, e ninguém melhor que moradores de uma comunidade dominada por facção rival.

A partir daí, errou.

Justiça seja feita. É o que todos esperam. Mas sem perder de vista que a verdadeira JUSTIÇA consiste em dar a cada um o que é seu, de acordo com seus méritos ou deméritos.

Entretanto, o que se viu, a partir do encontro dos corpos dos jovens foi um verdadeiro linchamento dos militares. Todos querendo aparecer para aproveitar os holofotes, diante da comoção que tomou conta da população, com a participação de autoridades ávidas em tirar proveito político do trágico desfecho.

E mais, por esquecimento, omissão ou qualquer outro motivo esqueceram dos verdadeiros criminosos que executaram os jovens. Nenhuma, ou quase nenhuma, providência foi adotada no sentido de mostrar a eficiência do Estado e prender os criminosos. Afinal, era mais fácil execrar simplesmente o jovem Tenente e, assim, dar uma satisfação à sociedade.

AEFF127504

AEFF127504

A verdade é que, por incrível que pareça, existem territórios em que, com todas as impropriedades, o Estado somente consegue se fazer presente por intermédio do Exército.

Era preciso urgentemente dar carne aos leões e assim foi feito.

A Polícia Civil do Estado não perdeu tempo e imediatamente instaurou inquérito, apesar de flagrantemente incompetente para apurar o comportamento dos militares.

Entre a Procuradoria da República e o Ministério Público Militar não houve discordância. Dividiram os despojos sem contestação.

Para o leão de maior apetite, homicídio triplamente qualificado. O outro se contentou com a conhecida técnica de imputar um monte de artigos, para encher os olhos da opinião pública.

Os leões se regalarão com carne de segunda. Um tenente e dez praças.

O escárnio foi além e atingiu até mesmo a família do tenente. Veio a público as condições precárias em que mora o oficial e sua esposa. Com o registro que sua casa, ainda em construção, fica em uma favela, em área sob domínio de facção criminosa.

Até mesmo o Governador do Estado do Rio de Janeiro, como se não tivesse qualquer responsabilidade pela segurança pública em seu Estado, rotulou os 11 militares como bandidos. Para o Governador, a tortura e a execução praticadas pelos traficantes contra os três jovens estaria dentro da normalidade diária da insegurança carioca, pois não externou qualquer comentário contrário aos atos dos criminosos do Morro da Mineira.

Os relatos que se repetiram na imprensa convocam a uma discussão a respeito da atual situação das Forças Armadas.

De positivo, sem dúvida, a constatação que o corpo de Oficiais do Exército é um cadinho onde se misturam jovens das mais diversas camadas sociais. Inclusive egressos da favela, como o Tenente Vinícius. O critério para admissão nas Escolas Militares é meritocrático.

Resta procurar entender o que ocorre com o jovem que graças ao seu esforço consegue ascender socialmente, como o Tenente Vinícius.

Passa quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras, com todas as pompas devidas aos cadetes, é declarado aspirante-a-oficial e seis meses depois é promovido a 2º tenente, voltando, como o Tenente Vinícius, a morar na favela de onde saiu.

AEEF127504

AEEF127504

É preciso decifrar o que se passa na cabeça dos jovens nessa situação e certamente são muitos.

Beira o absurdo afirmar – como consta na denúncia recebida na Justiça Federal - que os militares tiveram intenção consciente e voluntária de matar os jovens.

Basta atentar para pequenos detalhes e concluir que a vontade não era matar os rapazes aprisionados.

Ao chegarem próximos ao Morro da Mineira o Tenente fez parar o veículo e desceu, dirigindo-se aos rapazes, perguntando se estavam arrependidos. Os jovens responderam que não.

Ou poderiam fazer o que é cediço na prática e fictício em filmes: simular fuga ou reação e executar os jovens, ou ainda, levá-los a local ermo para assassiná-los.

Ora, se a intenção dos militares fosse entregar os jovens com a certeza que seriam trucidados, logicamente o tenente não teria interesse em saber se estavam ou não arrependidos.

Em 10 de julho de 2008, à sede do Comando Militar do Leste, os membros da Comissão ouviram do General-de-Exército Luiz Cesário da Silveira, que as operações do Exército no Morro da Providência iniciaram-se em 14 de dezembro de 2007, conforme ata lavrada e de acordo com convênio celebrado entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Cidades.

Informou ainda o General-de-Exército Luiz Cesário da Silveira que o Comando teria realizado estudo da situação, inexistindo qualquer laudo contrário à ocupação do Morro. Desmentiu, assim, noticiário plantado na imprensa no sentido de que o Comandante do Exército teria sido desaconselhado pelo Comandante Militar do Leste a autorizar a operação.

Estranha, no mínimo, a declaração do Comandante Militar do Leste que a Operação teve início em 14 de dezembro de 2007. O convênio foi celebrado em 31 de janeiro de 2008 e publicado no Diário Oficial em 07 de fevereiro de 2008, **depois**, portanto, do início da ocupação.

Definitivamente, a ocupação do Morro da Providência pela tropa subordinada ao Comando Militar do Leste ocorreu **ANTES** da assinatura do convênio, o que pode ser também comprovado pelos autos de prisão em flagrante por desacato, distribuídos à Justiça Militar em datas anteriores à 31 de janeiro de 2007.

Outro ponto que chama atenção é ainda o constante das Regras de Engajamento, onde se lê:

AEEF127504

AEEF127504

“Anexo “E” (PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E REGRAS DE ENGAJAMENTO) À O Op CIMENTO SOCIAL

1. FINALIDADE

Regular a conduta da tropa nas situações de confronto em Op GLO (manutenção da Ordem e da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro).”

A Procuradora Geral da Justiça Militar, Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, pediu explicações ao Comandante do Exército.

A resposta veio pelo General-de-Divisão Joaquim Silva e Luna afirmando que o texto não se referia a operações de manutenção de lei e ordem atuais, mas sim se referiria com a expressão Op GLO a uma possível "evolução" da situação que pedisse medidas de garantia da lei e da ordem, em face do recrudescimento da atuação dos grupos criminosos.

Durante o IPM o Comando do Exército também afirmou que a operação Cimento Social não era operação de Garantia da Lei e da Ordem.

Sem disfarces o empenho das autoridades militares em negar que a atuação do Exército no Morro da Providência se tratava de GLO, apesar de documentalmente provado em sentido contrário.

E não apenas por constar da documentação anexa à Ordem de Operações. Além dos depoimentos dos moradores, basta uma ligeira pesquisa na 4ª Delegacia Policial, no Rio de Janeiro, para constatar inúmeras ocorrências registradas em razão de pessoas e material apreendidos e conduzidos pela tropa para autuação.

Apenas alguns exemplos:

RO nº 6285/07 – Posse de droga – Condutor Tenente Victor Hugo Guevedo Junior

RO nº 0183/08 – Apreensão de droga – Condutor Tenente Alan da Costa Cardoso dos Reis

RO nº 0208/08 – Posse de droga – Condutor Sargento Marcelo da Costa Cavachini

RO nº 0467/08 – Apreensão de droga – Condutor Sargento Fábio dos Santos Ribeiro

RO nº 0474/08 – Apreensão de material – Condutor Cabo Leandro de Oliveira Barbosa.

AEFF127504

AEFF127504

Tais ações deixam evidente que a atuação do Exército não se limitava à proteção do canteiro de obras, mas sim, agia como polícia ostensiva, atividade que cabe constitucionalmente à Polícia Militar estadual.

Estava, inquestionavelmente, atuando em Operação de Garantia da Lei e da Ordem conforme, aliás, previsto nas Regras de Engajamento.

A insistência em negar o óbvio somente pode ser explicada por haverem adotado linha diametralmente oposta ao entendimento firmado pelo Estado-Maior do Exército.

Nos dias 2 e 3 de maio de 2007, o Estado-Maior do Exército, sob a coordenação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, promoveu um Simpósio sobre “As Forças Armadas e a Segurança Pública”, com a participação de renomados juristas.

O Relatório elaborado registra em suas Conclusões:

“A título de sugestão, eis alguns pontos que o EB poderia admitir como parte de seu ponto de vista no trato da GLO e da Segurança Pública:

1) O emprego das FA na preservação da ordem pública é medida somente recomendável quando houver decretação do estado de defesa, do estado de sítio (para ambos, vide os arts. 136 a 141 da CF/1988) ou da “intervenção federal” (vide o art. 34 da CF/1988). Qualquer outro arranjo implica riscos ao Estado de Direito e às próprias FA. Em suma, no que depender da assessoria do Exército, as FA só devem “fazer a garantia da lei e da ordem”, em crises na Segurança Pública, sob a guarda jurídica de uma daquelas três situações, admitidas por decreto do Presidente da República.” (mantido destaque em negrito)

Por tudo isso, a análise da atuação do Exército no Morro da Providência não pode ficar limitada ao aspecto eleitoral, mesmo porque salta aos olhos o uso da máquina pública em benefício de um candidato à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo dispensável maiores estudos.

A questão é mais complexa e permeia o ambiente federativo, na medida em que houve intervenção de tropa federal no Estado membro, mais uma vez, sem atendimento dos requisitos constitucionais.

Oportunas as palavras de João Rodrigues Arruda (“O Uso Político das Forças Armadas”, Editora Mauad, 2007):

“O que se tem observado nos últimos anos é a banalização do emprego das Forças Armadas para enfrentar problemas policiais.

AEEF127504

AEEF127504

É de se indagar como fica a auto-estima militar, vendo as Forças Armadas transformadas em força auxiliar das polícias militares, em completa inversão dos papéis.

O aumento da criminalidade em certos momentos é capaz de causar comoção social. Não é essa, entretanto, a abrangência nem o sentido visado pela Constituição para afastar o princípio da autonomia dos Estados e autorizar o emprego das Forças Armadas. Todas essas situações, sem exceção, se circunscrevem à esfera policial.

Porém, se o Governador não consegue administrar com eficiência – a polícia é subordinada a ele -, a solução a ser adotada é política e não militar. Os Poderes Legislativo ou Judiciário do Estado, por exemplo, podem promover o afastamento do administrador incompetente ou corrupto.

Quando a República ainda engatinhava Rui Barbosa enfrentou o problema. Descreveu um cenário de crise ...

Comoção, generalizada e permanente, estamos atravessando, pelo pânico financeiro e pelos apetites perigosos, estimulados, em certas classes, com a crise alimentícia. Violentas impressões de pavor, geradas por circunstâncias inofensivas, que a imaginação agiganta, suscitam à vezes comoções públicas, das mais fortes. E casos há, em que um simples fato individual, a atrocidade de um crime, a insolência de um abuso de poder produzem na alma popular comoções intensas e extensas.”

E apontou a solução ...

Mas nenhuma dessas é a comoção intestina, que a Constituição quis precisar. Por quê? Porque contra essas comoções não faltam ao Governo, nos meios ordinários, ponto de resistência eficaz. Porque, diante delas, a República não se sente insegura. Porque, se adaptarmos ao vago da frase "comoção intestina" toda essa variedade de situações, normalmente remediáveis, a sorte dos direitos da liberdade ficará entregue, doravante, às cambiações caprichosas de luz e sombra na imaginação do Governo.”

Não se pretende aqui imputar ao Tenente a responsabilidade pela realização da ilegal operação.

AEEF127504

AEEF127504

Mesmo sendo ilegal, não se trata de hipótese de ordem manifestamente criminosa, caso em que se justificaria a recusa do Oficial em cumpri-la.

Neste caso concreto, ao Tenente caberia cumprir.

O mesmo raciocínio, entretanto, não protege o general. Por força de suas altas responsabilidades, tem obrigação de saber identificar quando e em quais circunstâncias pode empregar a tropa sob seu comando.

Daí que não faz sentido, não corresponde ao verdadeiro espírito de Justiça, deixar toda a responsabilidade nos ombros do tenente e dos graduados que estavam sob seu comando.

Até quando entregou os rapazes detidos aos traficantes do Morro da Mineira, o Tenente e seus comandados agiam na garantia da lei e da ordem.

E disso eles tinham plena certeza, eis que foram exaustivamente treinados para cumprimento integral das Regras de Engajamento.

A propósito, veja-se o que dizem as referidas regras:

“5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Estes “Procedimentos Operacionais Padrão” e as “Regras de Engajamento” deverão ser transmitidas à tropa para todos os níveis de Cmdo. As condutas deverão ser conhecidas e ensaiadas exaustivamente por todos os militares.”

Por outro lado, atuando em missão de Garantia da Lei e da Ordem, os militares estavam sob a égide do § 7º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004 e sujeitos, portanto, ao foro militar.

“Art. 15. (...)

§7º O emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem são considerados atividade militar para fins de aplicação do art. 9º, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.”

E mais, em consequência da nova redação do Art. 15 da LC nº 117/2004, poderiam contar com a assistência da Advocacia-Geral da União no caso de serem processados, graças ao § 3º, do Art. 7º, do Decreto nº 3.897, de 24 de Agosto de 2001, que “Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências”

“§3º O militar e o servidor civil, caso venham a responder a inquérito policial ou a processo judicial por sua atuação nas situações descritas no presente Decreto, serão assistidos ou

AEEF127504

AEEF127504

representados judicialmente pela Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 22, da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.”

Não foi o que aconteceu.

Tão logo o assunto veio a público, as autoridades militares se apressaram em dizer que não era operação de garantia da lei e da ordem e, em nota de esclarecimento ao público interno (Nº 006, de 08 de julho de 2008), afirmam que “A Assessoria Jurídica do CML contatou a Defensoria Pública da União, a qual providenciou **defensores** para atender os militares presos.”

Ora, a Defensoria Pública da União não depende de solicitação de terceiros para exercer a defesa dos necessitados em juízo criminal.

Apesar da indiscutível qualidade dos Defensores Públicos, no caso a defesa dos militares caberia à Advocacia-Geral da União, por imposição legal, uma vez que estavam em missão de garantia da lei e da ordem.

Ao fim e ao cabo, importa reconhecer é que os militares foram abandonados pelos superiores que os mandaram para a missão.

Certamente que os ilustres membros desta Comissão adotarão comportamento diverso.

2. CONCLUSÃO:

Há que se buscar a responsabilidade do Tenente Vinícius e seus comandados, nos limites de sua culpa.

Entretanto de cada um. Sem perder de vista, no entanto, outros responsáveis pelo festival de ilegalidades em que se tornou a Operação Cimento Social.

É certo que não foi o tenente quem decidiu sobre a presença do Exército naquela operação.

Se quisermos verdadeira Justiça temos que apurar a responsabilidade de todos, a começar pelo Comandante Supremo das Forças Armadas – o Presidente da República – e do Ministro da Justiça, a quem cabe assessorá-lo nos assuntos de Segurança Pública.

Sala das Reuniões, 20 de agosto de 2008

AEEF127504

AEEF127504

Deputado JAIR BOLSONARO

Relator

AEEF127504

AEEF127504

Anexo H – Plano de Governo de Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio de Janeiro

PLANO DE GOVERNO



PREFEITO
Crivella10

VOTE
LIBERTY
PROGRESS

VAMOS ARRUMAR O RIO

PROGRAMA DE GOVERNO
MARCELO CRIVELLA

Cimento Social

A habitação em condições dignas é um direito fundamental. Na área habitacional realizei um amplo programa de urbanização das comunidades carentes – o Projeto “Cimento Social” –, para dar um passo adiante nas melhorias do Programa Favela-Bairro.

A habitação deve ser considerada como uma célula viva, capaz de se modificar e de se reproduzir, sendo parte de um conjunto que procura sua estabilidade e sua identidade através das gerações. O Projeto Cimento Social incentiva e reforça nos moradores o sentimento de preservação, em lugar da expansão descontrolada. Este é um requisito fundamental para o sucesso de projetos duradouros de habitações para comunidades de baixa renda.

O Projeto Cimento Social vai proporcionar apoio técnico e subsídio financeiro para a conclusão das moradias inacabadas, que em sua grande maioria se apresentam apenas com os tijolos aparentes. Elas serão dotadas de emboço, esquadrias, piso e telhados – isto é qualidade de vida.

Além disso, o Projeto Cimento Social vai gerar trabalho nas comunidades e ajudar a diminuir a grave crise social de desemprego no Município do Rio de Janeiro, já que os próprios moradores da comunidade serão os trabalhadores nessas obras.

Esse Projeto contribui também para a eliminação de um grave problema de saúde, comum entre a nossa população pobre, provocado pela excessiva umidade existente nas casas.

A Prefeitura buscará parcerias com fornecedores, sobretudo com os produtores de cimento, para obter reduções nos custos das obras e assim encontrar a melhor maneira de colocar o projeto em prática. As indústrias de materiais de construção e as construtoras poderão participar do treinamento da mão-de-obra das pessoas que irão utilizar seus serviços e produtos – no caso, os próprios moradores. Isto garante a viabilidade financeira do Projeto, que é de baixíssimo custo, mas de grandes resultados sociais.

Construção de moradias populares

Paralelamente ao Cimento Social, a Prefeitura, com a parceria do Governo Federal, subsidiará a construção de casas para a população carente. Mas, antes, fará um trabalho de assistência social para identificar aqueles que realmente necessitam de subsídio integral, daqueles que podem pagar um valor, ainda que pequeno, pela sua moradia. Nesse caso o subsídio será limitado a cobrir os juros pela compra do imóvel.

“Sou Engenheiro Civil, e de obra eu entendo. Além das habitações que serão estruturadas e até reconstruídas com o Cimento Social, vamos construir 100 mil novas casas populares no Rio de Janeiro.”

Marcelo Crivella

Anexo I – Requerimento 112-2008

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2008
(DO SR. RAUL JUNGSMANN)

Requer a criação de Grupo de Trabalho, composto de membros desta Comissão, para discutir e elaborar propostas de regulamentação do art. 142 da Constituição Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a criação de ***Grupo de Trabalho, composto de membros desta Comissão, para discutir e elaborar propostas que visem a regulamentação do art. 142 da Constituição Federal.***

JUSTIFICATIVA

O art. 142 da Carta Magna versa que,

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” (Grifos nossos).

Já o §1º do mesmo artigo diz que “Lei complementar estabelecerá as normas

gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.”

O verdadeiro papel das Forças Armadas na segurança pública, principalmente no que diz respeito ao combate à violência, e a ausência de lei específica sobre as situações em que se deve recorrer às Forças Armadas têm sido alvo de críticas constantes por parte da sociedade e de autoridades, devido às práticas violentas que vêm ocorrendo.

Importante se faz neste momento, que membros desta Comissão possam se empenhar sobre este relevante assunto, buscando se aprofundar sobre estudos que visem regulamentar o Art. 142 da Constituição Federal

Sala das Reuniões, 18 de junho de 2008.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE

Anexo J – Requerimento 113-2008

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2008
(DO SR. RAUL JUNGSMANN)**

***Requer a realização de
Audiência Pública para
discutir e colher subsídios
para a regulamentação do
art. 142 da Constituição
Federal.***

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública para discutir e colher subsídios objetivando a regulamentação do art. 142 da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

O capítulo II da Constituição Federal trata Das Forças Armadas. O art. 142 da Carta Magna versa que

***“As Forças Armadas, constituídas
pela Marinha, pelo Exército e pela
Aeronáutica, são instituições***

nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”(Grifos nossos).

Já o §1º do mesmo artigo diz que “Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.”

O verdadeiro papel das Forças Armadas na segurança pública, principalmente no que diz respeito ao combate à violência, e a ausência de lei específica sobre as situações em que se deve recorrer às Forças Armadas têm sido alvo de críticas constantes por parte da sociedade e de autoridades, devido às práticas violentas que vêm ocorrendo.

Há pouco menos de um mês o país assistiu à barbárie de jornalistas cariocas torturados por policiais milicianos no Morro do Batan, em Realengo. Agora outra tragédia envolvendo agentes treinados para zelar pela segurança da população estarrece a sociedade. As vítimas – três adolescentes – eram moradores do Morro da Providência, no Centro. Desde dezembro do ano passado, o morro está ocupado pelo Exército, com o fim de acompanhar o andamento de reformas de 780 casas, levado sob o projeto Cimento Social.

Três sargentos, sete soldados e um oficial abordaram os jovens que voltavam de um baile ***funk***, no último sábado (14/06/08) de manhã. Interrogaram e entregaram as vítimas ao Morro da Mineira, no Catumbi, cuja facção narcotraficante que controla a comunidade é rival à da Providência. Os jovens foram assassinados. Essa chacina é um episódio dramático que precisa ser apurada e esclarecida. E a sociedade espera punição exemplar dos envolvidos.

A ocupação de favelas pelo Exército tem sido vista com ressalvas desde seu início. Apesar de a missão ter objetivos sociais, a chegada de militares à Providência trouxe consigo avalanche de críticas à posição das Forças Armadas

na comunidade e denúncias de conspiração entre militares e traficantes. O problema mais grave, no entanto, não é a presença em si dos militares e sim o desvio de maus militares – aqueles acertadamente chamados pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de "marginais", conforme amplamente veiculado pela mídia.

Ante o exposto, requeiro realização de Audiência Pública para discutir e colher subsídios objetivando a regulamentação do art. 142 da Constituição Federal.

Sala das Reuniões, de junho de 2008.

Deputado RAUL JUNGSMANN
PPS/PE

Anexo L – Requerimento 114-2008

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2008

(Do Sr. Deputado Raul Jungmann)

Solicita que seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Nelson Jobim, Ministro da Defesa para esclarecer sobre as razões da presença das tropas do Exército no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, como foi feito o convênio para essa operação e qual a política geral da atuação militar nos morros do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, com a presença do Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, para esclarecer sobre as razões da presença das tropas do Exército no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, como foi feito o convênio para essa operação e qual a política geral de atuação militar nos morros do Rio de Janeiro.

JUSTIFICATIVA

Wellington Gonzaga de Costa, 19 anos; Marcos Paulo da Silva Correia, 17 anos e David Wilson Florêncio, 24 anos, são os três jovens que foram assassinados por traficantes de uma favela vizinha após terem sido entregues por militares do Exército – membros do Comando Militar do Leste.

Os detalhes da investigação da polícia civil, fartamente divulgados pela imprensa, apontam que pelo menos três militares confessaram a entrega dos jovens a traficantes da facção.

O trabalho do Exército na região é uma ação subsidiária por um acordo com o Ministério das Cidades para o Programa Cimento Social, que prevê a execução de obras em residências no valor de R\$ 12 milhões. O grupo que atua no Morro da Providência advém, em sua maioria, da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, grupamento que cedeu no ano passado um contingente que atuou na força de paz do Haiti.

Os militares estavam no Morro desde dezembro, lembro que a chegada do grupo aconteceu por meio de um outro impasse. Diante da dominação do morro por traficantes do Comando Vermelho, moradores rejeitavam a presença dos militares por temerem confrontos maiores.

A comunidade, ao que foi noticiado, só soube da participação do Exército no programa Cimento Social, somente no dia em que as tropas desembarcaram na comunidade. O projeto é de autoria do senador Marcelo Crivella, que segundo reportagem de O Globo, também fez segredo da ação militar.

O Ministro da Defesa Nelson Jobim classificou os fatos como “um caso isolado de personagens absolutamente irresponsáveis” e reiterou, na semana passada, que o projeto para a criação de uma legislação específica para a atuação direta das Forças Armadas em situações de conflitos urbanos deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o fim do ano.

Importante se faz que o Sr. Ministro da Defesa compareça à Comissão para que possamos tomar conhecimento, de forma mais aprofundada, dos fatos e das providências que estão sendo tomadas na elucidação do caso em questão.

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2008.

Dep. Raul Jungmann
PPS/PE

**Anexo M – Resultado da Reunião em 11/07/2008 (Comissão de Segurança
Pública e Combate ao Crime Organizado)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

53ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

RESULTADO DA REUNIÃO EM 11/07/2008

Encontros na cidade do Rio de Janeiro com as autoridades abaixo relacionadas sobre o incidente ocorrido no último mês de junho, no Morro da Providência, com vistas a tomar conhecimento aprofundado sobre o episódio e os desdobramentos do processo de investigação, objetivando elaborar relatório e propor soluções na área da segurança pública.

9h

Local: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Av. Marechal Câmara, nº 370, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ)

Participantes:

- MARFAN MARTINS VIEIRA - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- MÁRCIA VELASCO - Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Membros da Comissão.

11h

Local: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ (Rua 1º de Março s/n, Praça XV, Palácio Tiradentes, Centro - Gabinete da Presidência - Rio de Janeiro/RJ)

Participantes:

- Deputado JORGE PICCIANI - Presidente da Assembleia Legislativa - RJ;
- Deputado WAGNER MONTES - Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa - RJ;
- MARIA LUZIA DE MELO - Presidente da Associação dos Moradores Morro da Providência;
- Mães dos jovens assassinados:
MARIA DE FÁTIMA BARBOSA - mãe de Marcos Paulo;
LILIAN GONZAGA DA COSTA - mãe de Wellington Gonzaga; e
BENEDITA FLORÊNCIO MONTEIRO - mãe de David Wilson;
- Membros da Comissão.

14h

Local: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (Av. Nilo Peçanha, 31 - 7º andar - sala 708 - Centro - Rio de Janeiro/RJ)

Participantes:

- JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS, Procurador da República;
- PATRÍCIA MARIA NÚÑES WEBER, Procuradora da República;
- NEIDE MARIA CAVALCANTI CARDOSO DE OLIVEIRA, Procuradora da República;
- Membros da Comissão.

16h

Local: 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro (Av. Venezuela, 134 - Bloco B - 4º andar - Rio de Janeiro/RJ)

Participantes:

- MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO - Juiz Federal Titular da 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro;
- Membros da Comissão.

17h30

Local: Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro (Av. General Justo, 365 - 6º Andar - Bairro Castelo - Rio de Janeiro/RJ)

Participantes:

- CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ, Procuradora-Geral da Justiça Militar;
- ANTONIO ANTERO DOS SANTOS, Procurador do 6º Ofício da Justiça Militar;
- HEVELIZE JOURDAN COVAS VALLE, Procuradora do 2º Ofício da Justiça Militar;
- Membros da Comissão.